

---

UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA



**TESIS DOCTORAL**

**TURISMO SOSTENIBLE. SITUACIÓN  
ACTUAL Y PERSPECTIVAS:  
UN TURISMO SOSTENIBLE EN EL  
ALGARVE**

**ANTÓNIO JOSÉ ROSENDO JERÓNIMO**

**DEPARTAMENTO DE ARTE Y CIENCIAS DEL TERRITORIO**

---

**CÁCERES 2015**

---

---

UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA



**TESIS DOCTORAL**

**TURISMO SOSTENIBLE. SITUACIÓN  
ACTUAL Y PERSPECTIVAS:  
UN TURISMO SOSTENIBLE EN EL  
ALGARVE**

**ANTÓNIO JOSÉ ROSENDO JERÓNIMO**

**DEPARTAMENTO DE ARTE Y CIENCIAS DEL TERRITORIO**

---

**CÁCERES 2015**

---



**TESIS DOCTORAL**

**TURISMO SOSTENIBLE. SITUACIÓN  
ACTUAL Y PERSPECTIVAS:  
UN TURISMO SOSTENIBLE EN EL  
ALGARVE**

**ANTÓNIO JOSÉ ROSENDO JERÓNIMO**

**DEPARTAMENTO DE ARTE Y CIENCIAS DEL TERRITORIO**

**CONFORMIDAD DE LOS DIRECTORES**

Fdo.: Julián Mora Aliseda

Fdo.: Fernando Dos Reis Condesso

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar ao meu Professor e Amigo, Doutor Julián Mora Aliseda, contributo indispensável e determinante sem o qual seria impensável a concretização dos estudos que relevo de fundamentais para a análise da sociedade contemporânea e dos seus inúmeros conflitos e problemas com que se confronta o mundo de hoje, como por exemplo, o ordenamento ou desordenamento do território, a sua sustentabilidade ou a falta dela.

Neste encalce demos o nosso contributo, pesquisámos, calcorreámos ruas e avenidas, perguntámos às pessoas a sua opinião sobre perspetivas para um turismo sustentável no Algarve.

Para onde vamos, que caminhos queremos escolher, desenvolvimento sustentável ou crescimento desenfreado, perturbador e aflitivo?

São estas as questões trazidas à colação para um contributo que se deseja célere, coerente, participado, responsável, equilibrado, humano, digno, harmonioso, ambientalmente responsável e que, no nosso caso, serviram de pilar onde ancoraram as diversas e presentes reflexões vertidas para este texto ...

A todos aqueles que ao longo do tempo comigo trabalharam e contribuíram com o seu esforço e empenho, paciência e dedicação, na concretização desta positiva aventura, aqui fica o meu inesquecível agradecimento e fraterno

Abraço

## ÍNDICE

0.	MOTIVAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL.....	11
1.	INTRODUÇÃO.....	13
	O TURISMO SUSTENTAVEL E AS SUAS PERSPECTIVAS.....	13
1.1.	– O Desenvolvimento Sustentável.....	13
1.1.1.	O que é o Desenvolvimento Sustentável?.....	13
1.1.2.	Estado e tendências do Desenvolvimento Sustentável.....	19
1.1.3.	Desenvolvimento Sustentável - um desenvolvimento integrado.....	30
1.2.	– Turismo Sustentável.....	43
1.2.1.	O que é o Turismo Sustentável.....	43
1.2.2.	Estado e tendências do Turismo Sustentável.....	49
1.2.3.	Desenvolvimento Sustentável Internacional.....	51
1.2.4.	Desenvolvimento Sustentável na Europa – A Carta Europeia do Turismo Sustentável.....	56
1.2.5.	Turismo sustentável em Portugal - O caso da Região do Algarve.....	58
2.	ESTADO DA ARTE.....	63
3.	MARCO TEÓRICO.....	80
4.	METODOLOGIA.....	139
5.	FONTES CONSULTADAS.....	142
6.	CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL.....	153
6.1.	– Os modelos.....	153
6.1.1.	A necessidade de um modelo coerente.....	153
6.1.2.	De um modelo geral para um modelo regional.....	154
6.1.3.	Visão Geral Internacional.....	156
6.1.4.	Os modelos utilizados na Europa.....	165
6.2.	– Fases do Turismo Sustentável.....	178
6.2.1.	Diagnóstico Local Integrado (DLI).....	180
6.2.2.	Plano de Acção Local (PAL).....	181
6.2.3.	Plano de Seguimento (PS).....	183
6.2.4.	Sistema de Indicadores (SI).....	184
6.2.5.	Particularidades do processo.....	186
6.3.	– Participação no Turismo Sustentável.....	189
6.3.1.	O que é a participação?.....	189
6.3.2.	Democracia representativa e democracia participativa.....	192
6.3.3.	Participação, Cidadania e Subsidiariedade.....	194
6.3.4.	Turismo sustentável e a cultura da participação.....	196
6.3.5.	Plano de Participação (PP).....	198

6.3.6. Principais obstáculos para a participação dos cidadãos.....	199
<b>7. ESTUDO DE CASO: MUNICÍPIO DE OLHÃO NO ALGARVE.</b>	<b>201</b>
.....	201
<b>7.1. – O caso da cidade de Olhão (Algarve – Portugal) O projecto.....</b>	<b>201</b>
7.1.1. O projecto.....	212
7.1.2. A Agenda 21 para o Turismo.....	214
7.1.3. A metodologia seguida.....	216
7.1.4. Contributos para um modelo participativo em falta.....	243
7.1.5. Os resultados finais.....	249
<b>8. PROPOSTA PARA UM NOVO MODELO DE TURISMO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>2522</b>
<b>8.1. – Antecedentes de um novo modelo .....</b>	<b>2522</b>
8.1.1. A necessidade e o interesse do modelo.....	2588
8.1.2. As linhas orientadoras do modelo.....	261
8.1.3. A necessidade da implementação e do seguimento.....	265
<b>8.2. – Um modelo participativo de Planeamento e Gestão de Olhão e Algarve. ....</b>	<b>2688</b>
8.2.1. Determinação histórica, territorial e cultural do modelo.....	2688
8.2.2. Uma Estratégia para o Algarve.....	276
8.2.3. Ferramentas e Técnicas para utilizar.....	281
8.2.4. Estruturas de implementação e seguimento.....	285
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>2933</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>3011</b>

**LISTA DE FIGURAS, QUADROS, TABELAS, MAPAS.***Índice de figuras*

Figura 1 - Portugal 2015. Uma nova “Carteira de Actividades internacionalizadas”.	25
Figura 2 - Pilares do Desenvolvimento Sustentável.	30
Figura 3 - Balança turística dos países da União Europeia (2011).	63
Figura 4: Qualidade e cobertura da informação estatística disponível para o Turismo.	65
Figura 5: Chegadas de Turistas Internacionais por Regiões – Previsão 2030.	71
Figura 6 - Interdependência Ambiente/Turismo.	75
Figura 7 - As três dimensões fundamentais da sustentabilidade - económica, ambiental e social – e respectivos critérios de avaliação da sustentabilidade.	82
Figura 8 - Interdependência Recursos Naturais e Culturais – Actividade Turística.	86
Figura 9 - Elementos Diferenciadores e Qualificadores do Turismo em Portugal.	122
Figura 10 – Eleição das técnicas de recolha de informação (adapt. Lima, 1981 apud Ferreira e Campos).	16
Figura 11 – Fases da metodologia utilizada na pesquisa.	141
Figura 12 - Carta de intensidades máximas históricas (IM, 2000).	292

*Índice de quadros*

Quadro 1 - Modelos de desenvolvimento do turismo em espaço rural e natural.	82
Quadro 2 - Princípios de um Turismo Sustentável.	85
Quadro 3 - Qualidade urbana, ambiental e paisagística (FONTE: PENT 2006-2015).	92
Quadro 4 - Critérios da sustentabilidade da actividade turística nas Áreas Protegidas.	95
Quadro 5 - Resumo Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN).	95,96
Quadro 6 - Eixos de intervenção estratégica sobre a oferta do Plano de Consolidação do Turismo.	98
Quadro 7 - Ajustes necessários para as actividades turísticas no Algarve (NUT II).	98
Quadro 8 - Qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.	99
Quadro 9 - Convergência ambiental com a Europa no Programa do Governo.	100
Quadro 10 - Compromissos do Governo para o desenvolvimento e coesão social.	101

Quadro 11 - Condições para coordenação da convergência ambiental e de coesão territorial.	102,103
Quadro 12 - Eixo: II- Qualificar as cidades e melhorar o acesso à habitação. Área: II.1 – Dinamizar a política de cidades	104
Quadro 13 - Eixo: II- Qualificar as cidades e melhorar o acesso à habitação. Área: II.2 – Melhorar o acesso à habitação.	105
Quadro 14 - Área: 1- Mobilidade e comunicação.	106,107
Quadro 15 - Área: 2 – Energia.	107,108
Quadro 16 - Área: 3 – Turismo e lazer.	109,110
Quadro 17 - Área: 4 – Desenvolvimento agrícola e rural.	111,112
Quadro 18 - Área: 5 – Mar.	113
Quadro 19 - Requalificar o Turismo no Algarve (PENT 06-15).	118
Quadro 20 - I.1- Desenvolver o Sol e Mar (PENT 06-15).	119
Quadro 21 - I.4 – Desenvolver o Turismo de Negócios (PENT 06-15).	119
Quadro 22 - I.6 – Desenvolver o Turismo Náutico (PENT 06-15).	120
Quadro 23 - I.8 – Desenvolver o Golfe (PENT 06-15).	120
Quadro 24 - I.9 – Desenvolver os Resorts Integrados e Turismo Residencial (PENT 06-15).	121
Quadro 25 - A função turística na regeneração urbana – anos 90.	125
Quadro 26 - Estratégias de reabilitação.	125,126
Quadro 27 - Estabelecimentos de alojamento no turismo em espaço rural, por NUTS II em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.	134
Quadro 28 - Características do Ecoturismo Duro (“Hard”) e Suave (“Soft”) como Tipos Ideais.	138
Quadro 29 - PATES Desafio 1.	170
Quadro 30 - PATES Desafio 2.	171
Quadro 31 - PATES Desafio 3.	172
Quadro 32 - PATES Desafio 4.	173
Quadro 33 - PATES Desafio 5.	174
Quadro 34 - PATES Desafio 6.	175
Quadro 35 - PATES Desafio 7.	176
Quadro 36 - PATES Desafio 8.	177
Quadro 37 - Fases num Diagnóstico Local Integrado.	180
Quadro 38 – Evolução da População Residente no Concelho de Olhão.	202
Quadro 39 – Taxa de ocupação-cama e Capacidade de Alojamento em Olhão em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.	207
Quadro 40 – Estadia média comparada nos diferentes estabelecimentos hotelários de Portugal, Algarve e Olhão em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.	208
Quadro 41 – Hóspedes e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros de Olhão, segundo o país de residência habitual em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.	211
Quadro 42 – Pergunta inquérito 1.	223
Quadro 43 – Pergunta inquérito 2.	225



Quadro 44 – Pergunta inquérito 3.	226
Quadro 45 – Pergunta inquérito 4.	228
Quadro 46 – Pergunta inquérito 5.	229
Quadro 47 – Pergunta inquérito 6.	230
Quadro 48 – Pergunta inquérito 7.	232
Quadro 49 – Pergunta inquérito 8.	234
Quadro 50 – Pergunta inquérito 9.	235
Quadro 51 – Pergunta inquérito 10.	236
Quadro 52 – Pergunta inquérito 11.	238
Quadro 53 – Pergunta inquérito 12.	240
Quadro 54 – Dados desagregados por sexo pergunta inquérito 2.	241
Quadro 55 – Dados desagregados por sexo pergunta inquérito 9.	242
Quadro 56 - Indicadores de abstenção comparada nas diferentes eleições de 2009 e entre Portugal, Algarve e Olhão (Fonte INE 2011). Elaboração própria.	246
Quadro 57 - Capacidade média de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por NUTS II em 2011.	269
Quadro 58 – Movimento mensal de passageiros, por principais países de origem, no aeroporto de Faro em 2012.	269

### *Índice de Tabelas*

Tabela 1 - Resumo dos marcos ligados a sustentabilidade, perspectiva histórica e cronológica.	15,16
Tabela 2 - Resumo das iniciativas no domínio do ordenamento do território nas últimas duas décadas na Europa.	38
Tabela 3 – Evolução do Turismo, por chegadas internacionais e receitas.	70
Tabela 4 - Lista das zonas em Portugal declarada como Património Mundial pela UNESCO.	127
Tabela 5 – Empreendimentos TER licenciados por modalidade-Agosto de 2007.	133
Tabela 6 – Dados em cifras dos estabelecimentos de alojamento no turismo em espaço rural, por NUTS II em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.	134
Tabela 7 - Cronologia das principais etapas de Turismo e Sustentabilidade.	156,157,158,159
Tabela 8 – Dados da Taxa de ocupação-cama e Capacidade de Alojamento em Olhão em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.	207
Tabela 9 – Dados sobre a estadia média comparada nos diferentes estabelecimentos hotelarios de Portugal, Algarve e Olhao em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.	208
Tabela 10 – Dados dos hóspedes e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros de Olhão, segundo o país de residência habitual em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.	211
Tabela 11 – Pergunta inquérito 1.	222

Tabela 12 – Pergunta inquérito 2.	224
Tabela 13 – Pergunta inquérito 3.	226
Tabela 14 – Pergunta inquérito 4.	227
Tabela 15 – Pergunta inquérito 5.	229
Tabela 16 – Pergunta inquérito 6.	230
Tabela 17 – Pergunta inquérito 7.	232
Tabela 18 – Pergunta inquérito 8.	233
Tabela 19 – Pergunta inquérito 9.	235
Tabela 20 – Pergunta inquérito 10.	236
Tabela 21 – Pergunta inquérito 11.	237
Tabela 22 – Pergunta inquérito 12.	239
Tabela 23 – Dados desagregados por sexo pergunta inquérito 2.	241
Tabela 24 – Dados desagregados por sexo pergunta inquérito 9.	242
Tabela 25 – Dados dos Indicadores de abstenção comparada nas diferentes eleições de 2009 e entre Portugal, Algarve e Olhão (Fonte INE 2011). Elaboração própria.	246
Tabela 26 - Resumo das áreas do Algarve com estatuto de protecção no domínio da conservação da natureza (CCDR Algarve 2005b:39).	258
Tabela 27 - Cronologia da Cooperação Transfronteiriça Algarve – Alentejo (Por) – Andaluzia (Esp).	289
Tabela 28 - Sismicidade histórica do Algarve.	291

### *Índice de Mapas*

Mapa 1: Concelho de Olhão repartido em freguesias.	201
Mapa 2: População residente em lugares com 2000 ou mais habitantes no Algarve em 2001.	202
Mapa 3: Parque Natural da Ria Formosa.	204
Mapa 4: Mapa da Ecovia do Algarve. (Falta troço por implementar em Olhão).	206
Mapa 5: Comparação dos mapas de Portugal e da região do Algarve rodada 90° (Fernandes e Janeiro, 2005:8).	252
Mapa 6: Produtos agro-alimentares certificados, em 2007.	254
Mapa 7: Rede Natura 2000 em Portugal – Lugares de Interesse Comunitário.	255
Mapa 8: Rede Natura 2000 em Portugal – Zonas de Protecção Especial ZPE.	256
Mapa 9: Red Natura 2000 Área Transfronteiriça Algarve – Alentejo – Andaluzia.	272
Mapa 10: Áreas naturais protegidas da Área Transfronteiriça Algarve – Alentejo – Andaluzia.	273
Mapa 11 - Lugares Ramsar no Algarve, Baixo Alentejo e na província de Huelva.	274
Mapa 12: Áreas Naturais Protegidas no Algarve-Baixo Alentejo-Andaluzia.	274

Mapa 13: Parques e reservas da natureza do Arco atlântico peninsular.	275
Mapa 14: Parque Nacional de Doñana, Andaluzia, Espanha.	276
Mapa 15: Exploração de petróleo e gás em Portugal.	290

## LISTA DE ACRÓNIMOS

A21L – Agenda 21 Local  
AIEST - Associação Internacional de Especialistas Científicos em Turismo  
AP – Áreas Protegidas  
APA - Agência Portuguesa do Ambiente  
BREEAM - Building Research Establishment Environmental Assessment Method (Método de Avaliação Ambiental no Estabelecimento da Pesquisa sobre Imóveis)  
CCDR - Comissão de C ordenação e Desenvolvimento Regional  
CCI - Câmara de Comércio Internacional  
CDB - Convenção sobre a Diversidade Biológica  
CEMAT - Council of Europe Conference of Ministers Responsible for Spatial/Regional Planning (Conselho da Conferência Europeia de Ministros Responsáveis pelo Planeamento do Espaço/Regiões)  
CEOT - Carta Europeia do Ordenamento do Território  
CEP - Convenção Europeia da Paisagem  
CET – Centro de Estudos Territoriais  
CETS - Carta Europeia de Turismo Sustentável  
CIDER - Cooperative Institute for Dynamic Earth Research  
CIRVER - Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos  
CNADS - Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
COP – Conference Of Parties  
CREUE - Comité do Rótulo Ecológico da União Europeia  
CST - Certification for Sustainable Tourism (Certificação para o Turismo Sustentável)  
CTT - Center for Technology Transfer  
DGT - Direcção Geral do Turismo  
DLI - Diagnóstico Local Integrado  
DPH - Domínio Público Hídrico  
EDEC – Esquema do Desenvolvimento do Espaço Comunitário  
EEA – AEA European Environmental Agency (Agência Europeia do Ambiente)  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
ENCNB - Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade  
ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
ESPON – European Spatial Planning Observatory Network  
ETAR - Estações de Tratamento de Águas Residuais  
EUA - Estados Unidos da América  
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional  
FEMP – Federación Española de Municipios y Provincias  
GEE - Gases com Efeito de Estufa  
GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente  
GG21 - Green Globe 21  
GNR - Guarda Nacional Republicana  
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamiento Global)  
GSTC - Global Sustainable Tourism Criteria (Critérios Globais de Turismo Sustentável)  
GTBS - Green Tourism Business Scheme (Regime de Negócios de Turismo Verde)  
ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives (Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais)  
ICN - Instituto de Conservação da Natureza  
I&D - Investigação e Desenvolvimento  
I+D+i – Investigação Desenvolvimento e inovação  
IDE - Instituto de Desenvolvimento Empresarial  
ICLEI - International Council for Local Environment Initiatives  
INTERREG - Iniciativa Comunitária de Cooperação Transeuropeia  
IUCN – UICN International union for Conservation of Nature (União Internacional para a Conservação da Natureza)

LAC - Limits of Acceptable Change (Limites aceitáveis de mudança)  
LEED - Leadership in Energy and Environmental Design (Liderança em Design de Energia e Ambiental)  
LIFE - Instrumento financeiro comunitário de apoio a projetos de conservação ambiental e da natureza  
LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto  
NIP - Núcleos de Intervenção Participativa  
NUT - Nomenclaturas das Unidades Territoriais  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
OMT – WTO – UNWTO Organização Mundial do Turismo - World Tourism Organization – United Nations World Tourism Organization  
ONG - Organização Não Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PAC - Política Agrícola Comum  
PAL - Plano de Acção Local  
PATES - Plano de Acção para um Turismo Europeu mais Sustentável  
PAVIM - Protected Area Visitor Impact Management (Gestão de impacto de visitante da área protegida)  
PCI - Património Cultural Imaterial  
PCM - Presidência do Conselho de Ministros.  
PCT - Plano de Consolidação do Turismo  
PDM - Plano Director Municipal  
PDT - Plano de Desenvolvimento do Turismo  
PEAASAR - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais  
PENT - Plano Estratégico Nacional de Turismo  
PIB - Produto Interno Bruto  
PIENDS - Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
PIQTUR - Programa de Intervenções Para a Qualificação do Turismo  
PITER - Projecto Integrado Turístico Estruturante de base Regional  
PME - Pequenas e Médias Empresas  
PMDT - Programas Mobilizadores para o Desenvolvimento Tecnológico  
PNACE - Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego  
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território  
PNRF – Parque Natural da Ria Formosa  
PNT – Política Nacional do Turismo  
PNTN - Programa Nacional de Turismo de Natureza  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
POCTEP - Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal  
POE - Programa Operacional de Economia  
POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades  
POOC - Planos de Ordenamento da Orla Costeira  
PORAlgarve – Plano de Ordenação Regional do Algarve  
PP – Plano de Participação  
PRIAlgarve - Plano Regional de Inovação do Algarve  
PRIME - Programa de Incentivos à Modernização da Economia  
PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território  
PROTAl - Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve  
PS – Plano de Seguimento  
QCA - Quadro Comunitário de Apoio  
RAN - Reserva Agrícola Nacional  
REN - Reserva Ecológica Nacional  
RGEU - Regime Geral das Edificações Urbanas  
RIP - Resíduos Industriais Perigosos  
RNAP - Rede Nacional de Áreas Protegidas  
ROS - Recreational Opportunity Spectrum (Espectro da oportunidade recreativa)  
RSAARTA - Rede Social de Alojamento Adaptado e Rotas Turísticas Acessíveis  
RSU - Resíduos Sólidos Urbanos  
SCUT - Auto-estradas Sem Custos para o Utilizador

SI – Sistema de Indicadores  
SIC - Sítios de Interesse Comunitario  
SIFT - (Rede de Investimento e Financiamento Sustentável em Turismo)  
SIME - Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial  
SIPIE - Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais  
SIVETUR - Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica  
SNAC - Sistema Nacional de Áreas Classificadas  
SRU - Sociedades de Reabilitação Urbana  
STEP - Sustainable Tourism Ecocertification Program (Programa de Ecocertificação de Turismo Sustentável)  
TBL – Triple Bottom Line  
TER - Turismo no Espaço Rural  
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação  
TOMM - Tourism Optimization Management Model (Modelo de Gestão de Otimização de Turismo)  
UE - União Europeia  
UNEP – PNUMA United Nations Environment Programme (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)  
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)  
USGBC - United States Green Building Council  
VERP - Visitor Experience and Resource Protection (Experiência do visitante e protecção de recursos)  
VIM - Visitor Impact Management Model (Modelo de Gestão de Impacto do visitante)  
WBCSD - World Business Council for Sustainable Development (Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável)  
WTTC - World Travel and Tourism Council (Conselho Mundial de Viagens e Turismo)  
WTTTC - World Travel and Tourism Environment Research Centre (Centro de Investigação Mundial de Viagens, Turismo e Meio Ambiente)  
WWF – World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Natureza)  
ZPE - Zonas de Protecção Especial  
ZTI - Zonas Turísticas de Interesse

## **0. MOTIVAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL.**

Ao longo da nossa vida, somos observadores e atores, de fatos e acontecimentos que não apenas nos definem como indivíduos, se não que também definem os caminhos que estamos a desenvolver para o cumprimento da mesma. Nasci e cresci na região do Algarve, região privilegiada pela paisagem, clima e natureza, e uma das mais importantes na dinâmica de atração turística de Portugal.

Estas primeiras experiências de vida direta, sobre as implicações do turismo na minha região, foram vivenciadas ao longo do tempo que passei como trabalhador-estudante na Câmara Municipal de Faro, onde desempenhei durante vários anos funções de responsabilidade nos domínios da Animação Sócio Cultural promovendo e realizando diversos eventos sócio culturais e turísticos e bem assim a mais-valia que constituiu, em cerca de dois anos, a minha presença na ilha de São Miguel e bem assim a minha deslocação a mais sete das nove ilhas que constituem o arquipélago dos Açores, parcelas do território português de uma beleza ímpar e única no mundo, constituindo a paisagem, as suas pessoas e diferenças, outro foco de enriquecedora pesquisa turística.

Ter em ambas as regiões encontrado realidades que envolvem um extraordinário potencial, não apenas com base no turismo, mas onde o turismo pode e deve ser um dos motores e eixos fundamentais, conhecimento e experiência, entretanto adquiridos, levam-me a pensar em formas de melhorar o turismo e que permitam a revitalização económica de transformação rumo a um verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Nestas circunstâncias, o estatuto de trabalhador estudante foi determinante para conjugar os saberes adquiridos ao longo das várias formações profissionais e académicas com a dimensão prática ao longo da vida, sendo que a licenciatura em direito e a pós-graduação em administração autárquica e desenvolvimento regional reforçaram as motivações pessoais e profissionais acrescentando valor e conhecimento no que concerne também à defesa de valores e dos direitos humanos, condutas e imperativos legais, emanadas nomeadamente, de fontes nacionais e comunitárias que se relacionam com o presente trabalho.

Os estudos agora, doutoramento na Universidade da Estremadura em Cáceres, com o Ilustre e Distinto Professor Doutor Julián Mora Aliseda, permitem um confronto com a realidade mais acutilante colocando ‘a nu’ a possibilidade de se alcançar com objectividade uma dinâmica ainda mais enriquecedora.

É por isso que as minhas motivações pessoais se fortaleceram ao longo da vida com vivências e participações adquiridas que se foram juntando de forma continuada, circunstâncias essas, que faz de cada um de nós, pessoas “*diferentes nas competências, nas motivações, no entusiasmo, ou no relacionamento individual, numa primeira fase, e em última instância no da organização a que pertencem*” (José Theotonio, 2005)<sup>1</sup> e da mesma forma são diferentes a dinâmica e as motivações das pessoas que se deslocam em busca de novos lugares e espaços de lazer...

O mundo está permanentemente em discussão e em conflitos, trocam-se coisas e mercadorias, oferta e procura negócios e interesses díspares, disto e daquilo, créditos e débitos, mas falta-nos quase tudo, solidariedade e amigos... “*o homem compra coisas feitas aos mercadores, mas como não existem mercadores de amigos, o homem já não tem amigos*” (Saint-Exupéry, 1943:23)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> José Theotonio, *Os talentos e o turismo*, suplemento do Diário de notícias de 30 de Maio de 2005, pág. 17.

<sup>2</sup> Saint-Exupery, Antoine (2003) [1943] El principito.  
<http://www.agirregabiria.net/g/sylvainaitor/principito.pdf>



## 1. INTRODUÇÃO.

### O TURISMO SUSTENTÁVEL E AS SUAS PERSPECTIVAS.

Pretendemos demonstrar que o Turismo, sendo uma atividade em expansão e no âmbito internacional (crescimento médio de 6% anual, a cima do crescimento do PIB), tem que adotar uma nova estratégia territorial integrada, especialmente em zonas como o Algarve de grande tradição e pressão urbanística.

Por isso entendemos que a faceta turística, no Algarve, região mais representativa de Portugal de sol e praia (talassoterapia), é a “indústria” que proporcionalmente mais empregos cria por inversão realizada e a que mais sectores profissionais afeta (hotéis, restaurantes, transportes, guias, etc.). Consequentemente, um Plano Estratégico com perspectiva holística é a solução para conjugar a longo prazo o uso do território e a sua conservação, minimizando os impactos (urbanísticos e ambientais).

Esta tese abordará estas questões e proporá um modelo adequado de planeamento e gestão para que o Algarve, na escala municipal, na qual seleccionámos o “concelho” de Olhão, seja uma referência de sustentabilidade para o futuro.

#### 1.1. – O Desenvolvimento Sustentável.

##### 1.1.1. O que é o Desenvolvimento Sustentável?

###### Definição.

Definição oficial do relatório BRUNDTLAND 1987: "o **desenvolvimento sustentável** responde às necessidades das gerações presentes sem estar a comprometer a capacidade das gerações futuras”.

O **desenvolvimento sustentável** designa uma diligência que permite:

- Prevenir qualquer infracção ambiente, saúde, integridade física e moral e vida...
- Construir um equilíbrio entre o crescimento económico, progresso social e respeito para com o ambiente.

· Impõe-nos que reúna todos os receptores em redor desta diligência: clientes, fornecedores, colaboradores, accionistas e cidadãos.

### **Os pilares.**

Os “3 Pilares do **desenvolvimento sustentável** originam o progresso e o equilíbrio.”

Para chegar a um **desenvolvimento sustentável** as empresas, os poderes políticos e públicos e a sociedade civil deverão trabalhar em sintonia a fim de reconciliar três mundos que muito se têm ignorado: a economia, a ecologia e o social.

No longo prazo, não haverá desenvolvimento possível se não for economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente tolerável.

### **Os princípios.**

O **desenvolvimento sustentável** implica adoptar ou melhorar os nossos comportamentos seguindo certos princípios.

A Agenda 21, que fixa 21 regras do **desenvolvimento sustentável** às instituições públicas, apresenta princípios fundamentais tais como:

► **Princípio** de precaução (prevenir qualquer risco indo para além das leis)

► **Princípio** de responsabilidade (adoptar uma responsabilidade humana e ambiental para o conjunto das actividades e decisões)

► **Princípio** de transparência (informar, contribuir com objectividade dos factos, aumentar a visibilidade da informação)

► **Princípio** de inovação social e tecnológica (participar nos desenvolvimentos humanos e tecnológicos)

► **Princípio** de contribuição para os desafios locais, nacionais e globais (ter um impacto local, nacional e global relativo à pesquisa do desenvolvimento duradouro).

Numa pesquisa do **desenvolvimento sustentável**, a adesão do sector privado a estes princípios é fundamental. Para estas empresas privadas, este desenvolvimento sustentável é uma pesquisa de valor acrescentado para toda a sociedade.

Desenvolvimento Sustentável, que teve lugar em Joanesburgo, em 2002 (Rio+10) e, mais recentemente, na Cimeira Mundial das Nações Unidas de 2005 (60ª Sessão Plenária da Assembleia Geral), onde os líderes mundiais confirmaram o compromisso com o desenvolvimento sustentável e enfatizaram o contributo primordial das políticas nacionais e das estratégias de desenvolvimento para alcançá-lo. E ainda mais recentemente na Cimeira Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em Junho de 2012 no Rio de Janeiro no Brasil, reafirmando os princípios do Rio e dos planos de acção anteriores (ver Tabela 1) e sempre que é preciso introduzir o conceito da economia verde, que deverá contribuir para a erradicação da pobreza e o crescimento económico sustentável, aumentando assim a inclusão social e melhorar o bem-estar humano e a criação de oportunidades de emprego e o trabalho digno para todos, e ao mesmo tempo, manter o funcionamento saudável dos ecossistemas da terra<sup>3</sup>.

**Tabela 1 - Resumo dos marcos ligados a sustentabilidade, perspectiva histórica e cronológica<sup>4</sup>.**

Ano	Perspectivas
1972	Publicação do Relatório do Clube de Roma (The Limits to Growth – Os Limites do Crescimento) sobre riscos globais dos efeitos da poluição e do esgotamento das fontes de recursos naturais. Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, com a participação de 113 países. O conceito de Eco-desenvolvimento foi apresentado por Ignacy Sachs, considerado precursor do Desenvolvimento Sustentável.

<sup>3</sup> Relatório Final da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio+20 (2012).

<sup>4</sup> Adaptada de (Bacha, Santos e Schaun, 2010:2-3).

1980	Em 1980 surge a noção de Ecologia profunda, que coloca o homem como o componente de sistema ambiental complexo, holístico e unificado.
1983	A ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que desenvolveu o paradigma de desenvolvimento sustentável, cujo relatório (Our Common Future) propunha limitação do crescimento populacional, garantia de alimentação, preservação da biodiversidade e ecossistemas, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias de fontes energéticas renováveis, aumento da produção industrial a base de tecnologias adaptadas ecologicamente, controle da urbanização e integração campo e cidades menores e a satisfação das necessidades básicas.
1991	A Câmara de Comércio Internacional (CCI) aprovou "Diretrizes Ambientais para a Indústria Mundial", definindo 16 compromissos de gestão ambiental a serem assumidos pelas empresas, conferindo à indústria responsabilidades econômicas e sociais nas ações que interferem com o meio ambiente.
1992	Realizou-se no Rio de Janeiro a ECO-92 (a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) na qual foram elaboradas a Carta da Terra (Declaração do Rio) e a Agenda 21, que reflete o consenso global e compromisso político objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental.
1997	Discutido e negociado em Quioto no Japão, o Protocolo propõe um calendário pelo qual os países membros teriam obrigação de reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Em novembro de 2009, 187 países haviam aderido ao Protocolo.
1999	John Elkington concebeu o Triple Bottom Line (TBL) para ajudar empresas a entrelaçarem os componentes do desenvolvimento sustentável: prosperidade econômica, justiça social e proteção ao meio ambiente em suas operações.
2002	Aconteceu, em Joanesburgo, a conferência mundial denominada Rio + 10, onde se instituiu a iniciativa "Business Action For Sustainable Development – Ação do Negócio pelo Desenvolvimento Sustentável".
2006	O documentário "Uma verdade inconveniente" de Davis Guggenheim (sobre a militância política de Al Gore a quem rendeu o Nobel da Paz em 2007 e dois Oscar) cuja mensagem principal ("become carbon neutral – trocar-se carbono neutral") se coloca como um novo paradigma planetário.
2009	Realiza-se em Copenhaga a 15ª Conferência do Clima (COP 15) das Nações Unidas, evento que reuniu 25 Chefes de Estado.
2012	Aconteceu, em Rio de Janeiro, a conferência mundial denominada Rio + 20, onde se instituiu o conceito "Green Economy – Economia verde".

Neste sentido, a própria União Europeia adoptou, no Conselho Europeu de Gotemburgo, em 2001, uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável ("Uma Europa sustentável para um mundo melhor: Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável"), em complemento da Estratégia de Lisboa, adoptada em 2000. Esta Estratégia foi revista no Conselho Europeu de 9 de Junho de 2006.

Assim, a presente *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS (2006)* foi elaborada de forma compatível com os princípios orientadores da Estratégia Europeia, dando resposta aos seus objectivos chave e aos desafios apontados: “alterações climáticas e energia limpa”, “transportes sustentáveis”, “consumos e produção sustentáveis”, “conservação e gestão dos recursos naturais”, “saúde pública”, “inclusão social, demografia e migração”, “pobreza global e desafios do desenvolvimento sustentável”, sem esquecer políticas transversais como a educação e a formação ou a investigação e desenvolvimento, bem como os instrumentos económicos e de financiamento, que são também apontados na Estratégia Europeia revista.

### *Processo.*

Em Portugal, o processo de elaboração da ENDS teve início por iniciativa do XIV Governo Constitucional que, em Reunião do Conselho de Ministros de 7 de Fevereiro de 2002, aprovou aquela que viria a ser a Resolução do Conselho de Ministros nº 39/2002, de 1 de Março. Aí ficou definido o enquadramento do processo coordenado de elaboração da Estratégia, assegurando o envolvimento dos diversos organismos e serviços da Administração, bem como da sociedade civil. Consequentemente, o então Instituto do Ambiente elaborou uma primeira versão de trabalho do documento.

Posteriormente, o XV Governo Constitucional, em Maio de 2002, aprovou as grandes linhas de orientação da ENDS para efeitos de sujeição a uma primeira discussão pública, que teve lugar em Junho e Julho do mesmo ano. Em Abril de 2003 a condução política do processo foi transferida do então Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente para o Gabinete do Primeiro-Ministro e desencadeou-se o processo de elaboração de um *Plano de Implementação da ENDS (PIENDS)*. Em Janeiro de 2004, para conferir um novo impulso ao processo, foi nomeada uma comissão de especialistas que, em Junho do mesmo ano entregou ao então Primeiro-Ministro uma nova versão da ENDS, bem como um conjunto de contributos para o futuro PIENDS.

Mais tarde, o XVI Governo Constitucional, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 180/2004, de 22 de Dezembro, aprovou para nova discussão pública (que não chegou a ser realizada) os objectivos, vectores estratégicos e linhas de orientação da proposta

de ENDS, bem como um procedimento para a elaboração futura do PIENDS e conclusão do processo, que não teve seguimento.

Ao iniciar funções, em Março de 2005, o XVII Governo Constitucional decidiu superar todos os impasses que se vinham acumulando neste procedimento e proceder, finalmente, à conclusão e aprovação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do respectivo Plano de Implementação, de modo a pôr termo ao processo iniciado em 2002 pelo XIV Governo Constitucional. Assim, o processo foi relançado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 112/2005, de 30 de Junho, que criou uma Equipa de Projecto mandatada para apresentar uma proposta final e que viria a ser constituída através do Despacho do Ministro da Presidência nº 20792/2005, publicado em 3 de Outubro de 2005. No seguimento desta iniciativa, uma nova versão da ENDS e do PIENDS foi aprovada na generalidade pelo Governo, a 8 de Junho de 2006, e colocada a discussão pública até 15 de Outubro do mesmo ano. A discussão pública permitiu recolher múltiplos contributos institucionais e individuais, os quais foram considerados pela Equipa de Projecto na elaboração do texto final da ENDS e do PIENDS. De resto, toda a metodologia de elaboração da ENDS e do PIENDS fez apelo à participação dos diversos ministérios e da sociedade civil, com especial destaque para o contributo do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS).

A versão final da ENDS, com o respectivo PIENDS, foi aprovada pelo XVII Governo Constitucional na reunião do Conselho de Ministros de 27 de Dezembro de 2006.

A presente Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável é, portanto, o resultado do esforço de conjugação da reflexão iniciada em 2002, e dos documentos e pareceres entretanto produzidos, com as orientações e prioridades actuais em matéria de desenvolvimento sustentável, em particular com a Estratégia Europeia e com o Programa do Governo, bem como com os planos e programas de acção que dele decorrem.

### **1.1.2. Estado e tendências do Desenvolvimento Sustentável.**

#### **Análise SWOT.**

#### **PONTOS FORTES NA SITUAÇÃO DE PARTIDA PORTUGUESA.**

- Um património histórico, cultural, arquitectónico e de relacionamento com áreas emergentes da economia mundial, bem como na esfera da cultura e das artes, criadores e artistas de referência a nível mundial, criando condições sólidas para o desenvolvimento de actividades turísticas e para o intercâmbio com espaços emergentes na economia mundial.
- Uma língua – a língua portuguesa – como factor potencial de organização de um espaço cultural e económico de importância mundial.
- O acesso a um espaço oceânico que abre múltiplas oportunidades para actividades científicas e tecnológicas (ligadas às ciências do mar), económicas e turísticas (vd. cruzeiros, pesca, vela desportiva, mergulho, etc.).
- Posicionamento geográfico central em relação às rotas internacionais de pessoas e mercadorias, de que decorre um potencial logístico relevante.
- Capacidade de liderança mundial e imagem de credibilidade em certos sectores estratégicos, potenciadora de maior protagonismo internacional.
- Elevado nível de segurança, traduzido em baixos níveis de criminalidade, cujo decréscimo geral, aliadas à contenção das formas de delinquência violentas e organizadas, confere a Portugal um estatuto especialmente favorável.
- Grande diversidade de património natural e riqueza em biodiversidade ao nível europeu.
- Uma das mais elevadas taxas de produção primária florestal da Europa.

- Condições climáticas e paisagísticas favoráveis à atracção de pessoas e actividades e ao desenvolvimento turístico.
- Existência de recursos geológicos favoráveis à redução da dependência externa de Portugal em matérias-primas não energéticas.
- Integração numa zona de estabilidade cambial, como é a zona Euro, contribuindo para a adopção de políticas de consolidação orçamental e para a revisão de prioridades nas despesas públicas e no seu modo de financiamento.
- Concretização de um processo de reformas estruturais, enquadrado num esforço comum no nível da União Europeia, que lhe dá maior base consensual interna, patente na elaboração do PNACE (Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego 2005/2008).
- Nível de despesa pública na educação básica e secundária, que em termos relativos, e para o conjunto dos graus de ensino, se situa em níveis elevados no seio da UE, permitindo um salto significativo no nível de escolarização, tendo em conta o ponto de partida, sem esquecer a necessidade de tirar deste investimento uma maior rentabilidade.
- Existência de um conjunto desenvolvido de recursos físicos e humanos de suporte às políticas de emprego e de formação profissional que permite potenciar a acção nesses domínios.
- Existência de pólos de I&D de qualidade internacional em áreas que podem ser úteis, já no curto e médio prazo, para apoiarem a diversificação de actividades – robótica, automação e visão computacional, tecnologias de informação e comunicação, ciências da saúde, biologia molecular, biotecnologia e química fina, polímeros, física tecnológica e instrumentação, dinâmica não linear, ciências sociais e humanas.
- Evolução favorável na cobertura do País pelas redes de telecomunicações e uma forte dinâmica empresarial neste sector e nos sectores afins, incluindo uma presença significativa em mercados externos.



- Lançamento de um conjunto inovador de iniciativas para a Sociedade de Informação, como os espaços Internet, campus virtuais, internet nas escolas, biblioteca do conhecimento online, cidades e regiões digitais, compras públicas electrónicas, governo electrónico, rede solidária, acessibilidade electrónica, etc.
- Clara disponibilidade manifestada pelos portugueses para rapidamente se tornarem utilizadores das tecnologias da informação, nos mais variados campos da sua aplicação.
- Melhoria muito significativa das acessibilidades no interior do país e com Espanha, assente no modo rodoviário, que facilitou a consolidação de uma rede de cidades no contexto nacional.
- Existência de um sistema desenvolvido de redes de distribuição que não só assegura uma cobertura nacional de qualidade como abre uma boa oportunidade de internacionalização, criando canais de escoamento aos produtos de origem nacionais.
- Quadro normativo da área do ambiente exigente e actualizado, em larga medida devido à integração no espaço comunitário.
- Existência de um quadro de instrumentos de ordenamento do território que permite introduzir factores de racionalidade nas decisões de ocupação do espaço.

### **PONTOS FRACOS NA SITUAÇÃO DE PARTIDA PORTUGUESA.**

- Fraca produtividade resultante da interacção de quatro factores principais:
  - Padrão de actividades dominante no País;
  - Baixas habilitações e qualificações da população;
  - Posição ocupada pelas empresas que exportam a partir de Portugal nas cadeias de valor das actividades globais em que se inserem;

- Deficiências organizativas quer internas às empresas quer resultantes da insuficiente organização em rede das actividades em Portugal.

- Um padrão de actividades “internacionais”, onde se incluem indústrias baseadas na intensidade do trabalho e nas baixas qualificações, com fraca incorporação de inovação e conhecimento e baixos níveis de investimento em I&D: vestuário, calçado, cablagens etc.; na combinação de recursos naturais com reservas de expansão limitadas e baixas qualificações do trabalho – madeira, cortiça, papel, cerâmicas - e em serviços baseados em recursos naturais e baixas qualificações – nomeadamente o turismo “sol-praia”, visto como oferta isolada.

- Uma orientação de mercado das exportações portuguesas concentrada numa única macrorregião da economia mundial – a Europa Continental e a zona Euro, com especial incidência na Espanha – que não se afigura como uma das de maior crescimento no futuro.

- Uma séria dificuldade na atracção de investimento directo estrangeiro, o qual poderia contribuir para o enriquecimento da “carteira de actividades” exportadoras do País devido à convergência de diversos factores, designadamente: posição geográfica periférica, sem tirar partido das infraestruturas de internacionalização e dos serviços associados que a compensem; deficiente qualificação de base da população activa; peso da burocracia e da regulamentação em várias áreas.

- Sector da cultura e das artes frágil quer na comparação nacional com os demais sectores, quer em termos europeus, quer em termos internacionais.

- Uma estrutura empresarial e de qualificações com altos défices e vulnerabilidades em termos de trinómio “crescimento sustentado, competitividade e emprego”, com persistência de um modelo dominante de desenvolvimento assente em actividades de baixo valor acrescentado e fraca incorporação de inovação e de conhecimento, bem como baixos níveis de investimento em I&D, onde a formação e as TIC apresentam um grau de disseminação diminuto.

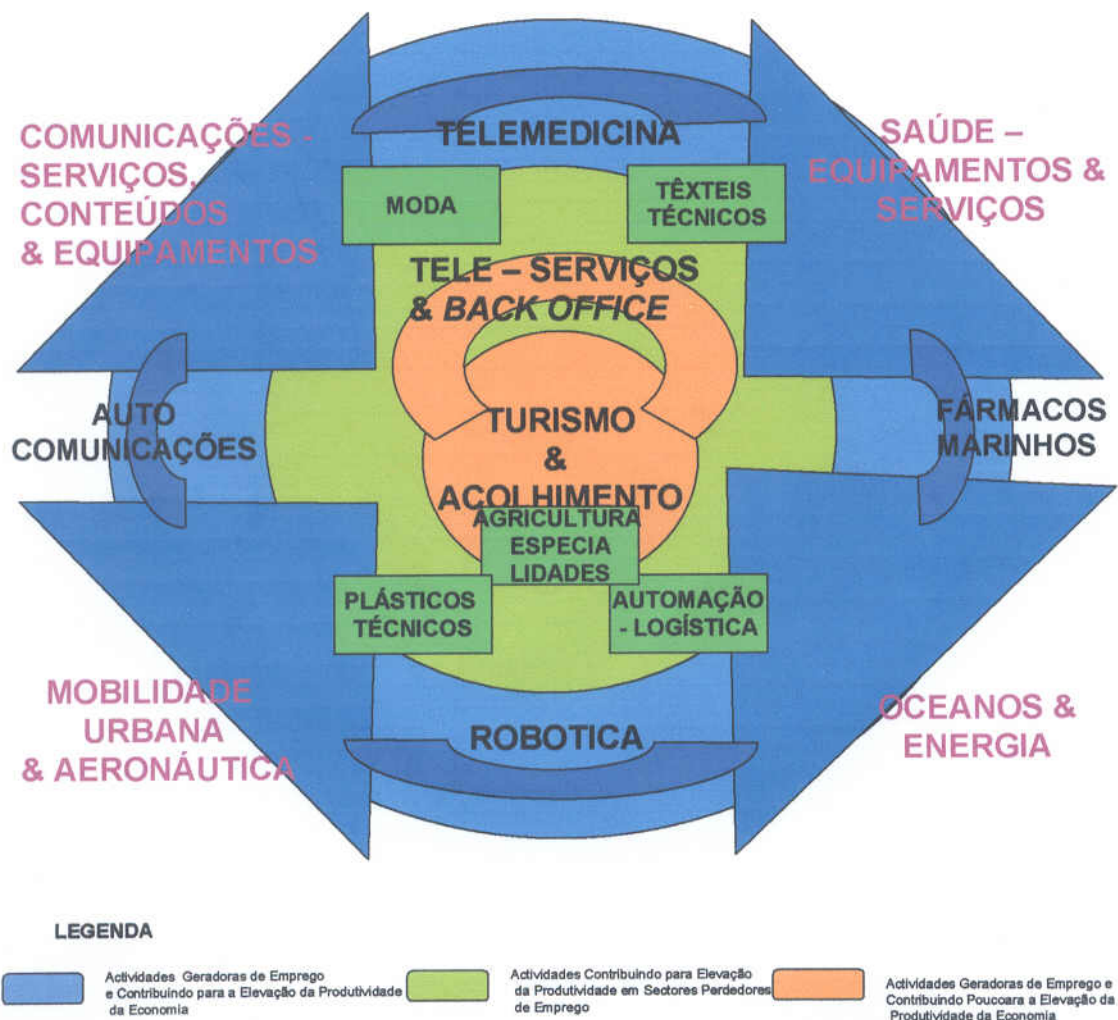
- Um ensino obrigatório com elevados índices de insucesso escolar, que promovem a saída precoce do sistema educativo. Estes índices de insucesso são ainda mais acentuados no ensino secundário cuja atractividade é reduzida para os estudantes que não pretendem prosseguir estudos superiores.
- Uma expressão ainda muito insuficiente de formação profissionalizante e de índole tecnológica no ensino secundário, dando origem a dificuldades de empregabilidade para os alunos que não prosseguem estudos no ensino superior.
- Uma reduzida formação de engenheiros e outros profissionais de áreas tecnológicas, que acompanha um crescente desinteresse dos jovens pelas áreas científicas, e que limita a capacidade de atrair actividades mais exigentes em competências tecnológicas.
- Uma persistente incapacidade de ajustar a oferta e procura de mão-de-obra qualificada, coexistindo à procura de competências técnicas sem resposta adequada no sistema de ensino (e que permitiria a requalificação de jovens e adultos com níveis pouco elevados de escolaridade) com a produção significativa de quadros qualificados sem procura no mercado de trabalho.
- Uma grande intensidade energética da economia que, não obstante a redução de importância dos sectores industriais pesados continuou em patamares elevados, devido ao acréscimo dos consumos de transporte individual e do sector residencial e dos serviços, responsável pelo aumento significativo das emissões de GEE (gases com efeito de estufa), implicando grandes dificuldades no cumprimento dos compromissos assumidos com a UE e a nível internacional, que se podem traduzir em fortes penalizações financeiras e no estrangulamento do desenvolvimento. A este consumo associa-se uma elevada dependência energética do exterior, Portugal depende em mais de 85% de fontes exteriores de energia primária, num ambiente de forte aumento dos preços da energia primária, com um impacto muito negativo na economia.
- Um modelo de mobilidade assente, sobretudo no modo rodoviário, especialmente em formas de utilização individual, com forte carga simbólica, causando impactos fortemente negativos no ambiente e na qualidade de vida e gerando, devido ao congestionamento, necessidades permanentes de novos investimentos em

infraestruturas, e contribuindo também para o aumento muito significativo das emissões de GEE.

- Um sector empresarial do Estado com um núcleo importante no sector dos transportes, que, sem contratualização do serviço público prestado, vai gerando sistematicamente défices e tem dificuldade em promover uma oferta competitiva e ambientalmente mais sustentável.
- Uma elevadíssima dependência energética do exterior, que aumenta a vulnerabilidade em matéria de aprovisionamento energético.
- Um equipamento em infraestruturas de transporte de mercadorias e pessoas com dificuldade de integração nas principais rotas internacionais (referência aos portos de águas profundas e aeroportos internacionais), acentuando os efeitos negativos de uma posição periférica na Europa.
- Excessiva segmentação sectorial que dificulta o ajustamento em rede das respostas dos sectores sociais, de modo articulado e dinâmico.
- Insuficiente cultura de planeamento estratégico transversal aos sectores e às regiões.

No âmbito da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, o turismo, como mostrado na Figura 1, é identificado como uma das actividades centrais que continuam apostando no futuro, na procura de uma maior contribuição para a produtividade da economia devido ao seu grande potencial.

**FIGURA II**  
**PORTUGAL 2015 – UMA NOVA “CARTEIRA DE ACTIVIDADES**  
**INTERNACIONALIZADAS”**



**Figura 1 – Portugal 2015. Uma nova “Carteira de Actividades internacionalizadas” (ENDS, 2008:30).<sup>5</sup>**

<sup>5</sup> Estrategia Nacional Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015 Portugal.

## **RISCOS QUE PODEM DIFICULTAR A MELHORIA DA SITUAÇÃO DE PARTIDA PORTUGUESA.**

- Perda de credibilidade internacional por falta de cumprimento dos compromissos internacionais assumidos.
- Maior abertura dos mercados da UE aos países asiáticos, devido a acordos internacionais e ao interesse das multinacionais europeias em explorar as oportunidades desses mercados, nomeadamente no caso da China.
- Dificuldades adicionais na captação de IDE resultantes da presença no interior da União Europeia de novos Estados Membros com melhores condições em termos de qualificação de mão-de-obra, custos do trabalho, níveis de protecção social aceites pela população e, por vezes, posição geográfica.
- Alteração do mercado energético com consequências no agravamento do défice comercial externo do País e nas pressões inflacionistas internas.
- Evolução demográfica, marcada pelo envelhecimento da população que terá tendência a agravar os custos dos sistemas de saúde e segurança social.
- Limitações possíveis no espaço da UE ao principal modo de transporte de mercadorias do comércio intracomunitário de Portugal – o meio rodoviário.
- Potencial crescimento do desemprego com origem nomeadamente no inevitável processo de reestruturação e deslocalização nas indústrias com trabalho mais intensivas, atingindo mão-de-obra em faixas etárias e com níveis de escolaridade que tornam difícil a sua reintegração no mercado de trabalho.
- Acumulação de factores – da saída precoce do sistema escolar ao desemprego de longa duração e dificuldades de integração de população imigrante – que podem contribuir para aumento de exclusão social.

- Enfraquecimento da posição do país em termos culturais e artísticos, nomeadamente face aos países que mais recentemente aderiram à UE.
- Elevada fixação fora do país de quadros portugueses altamente qualificados e incapacidade de aproveitamento de recursos humanos qualificados de origem estrangeira.
- Desigualdades sociais acentuadas e elevado nível de pobreza não só de excluídos do mercado de trabalho como também de uma parte dos trabalhadores menos qualificados.
- Prosseguimento de um crescimento urbano extensivo e muitas vezes sem a qualidade estética e ambiental desejáveis, comprometendo recursos naturais, qualidade de vida das populações e atractividade do território.
- Permanência de uma aposta no turismo de massas, pouco diversificado, com risco de impacto negativo no ambiente e nos recursos naturais, em particular no litoral.
- Afectação excessiva de espaços ao turismo afluente, com risco de consumo excessivo de recursos naturais.
- Risco de incêndio, associado às alterações climáticas, a espaços florestais pouco resistentes e resilientes aos incêndios, ao despovoamento, à estrutura de propriedade ou a uma deficiente infraestrutura de defesa contra incêndios, com fortes implicações nos riscos associados ao investimento no sector florestal e à protecção e conservação de valores naturais.
- Possível abandono da actividade agrícola provocando a perda do potencial endógeno de desenvolvimento e a desertificação de território.
- Poluição das águas de superfície e subterrâneas e aproveitamento ineficiente das reservas de água, nomeadamente quando as perspectivas associadas às alterações climáticas apontam para maior frequência de situações de seca e escassez de recursos hídricos, sobretudo nas áreas naturalmente mais secas e com maior pressão sobre esses recursos.

- Concentração excessiva do desenvolvimento do sector público empresarial na área do ambiente (água e resíduos) com multiplicação de iniciativas de regulamentação.
- Vulnerabilidade – no longo prazo – da extensa orla costeira, devido à ocupação desordenada e intervenções humanas que têm provocado elevados níveis de erosão, e de instabilidade das formações costeiras e degradação da paisagem.
- Riscos naturais em algumas regiões, designadamente sismicidade, cheias e secas, estes dois últimos sujeitos ainda a factores de maior imprevisibilidade decorrentes do processo de alterações climáticas.

### **OPORTUNIDADES QUE PODEM IMPULSIONAR UMA EVOLUÇÃO MAIS FAVORÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO.**

- Consolidação de um modo de organização das empresas líder a nível mundial que alimenta um processo de *outsourcing* para diversos locais do mundo de um número crescente de actividades, das mais simples às mais complexas, abrindo oportunidades à localização de novas actividades em Portugal.
- Multiplicação das actividades de serviços que à escala mundial se deslocalizam para regiões que combinam características naturais, ambientais, culturais e de disponibilidade de recursos humanos qualificados.
- Intensificação dos fluxos de turismo resultantes da procura de espaços residenciais em localizações com clima ameno, qualidade ambiental e paisagística, condições de segurança e bons serviços de saúde por parte de sectores com elevado poder de compra da população europeia.
- Criação de ofertas turísticas que se caracterizem pela promoção das acessibilidades dos edifícios e respondam às necessidades específicas dos turistas com mobilidade reduzida, incapacidades ou deficiência (turismo acessível).
- Existência de uma rede de infraestruturas construídas nas últimas décadas e de recursos humanos crescentemente mais qualificados,



embora em número ainda insuficiente, que tornam o país mais atractivo e com maiores capacidades de desenvolvimento endógeno.

- Facilidade de atracção de imigrantes com níveis de qualificação superiores à média portuguesa, o que permite a adopção de estratégias de captação selectivas e adequadas ao desenvolvimento das actividades, que fortalecem a competitividade do país.
- Disponibilidade de vastos espaços territoriais com baixa densidade populacional que os tornam atractivos para um conjunto de actividade (da aeronáutica e serviços associados às energias renováveis).
- Possibilidades de reforço da cooperação no espaço dos países de língua portuguesa e de aproximação a países asiáticos com ligações históricas a Portugal.
- Possibilidade de reforçar a participação e liderança de Portugal nos forum de discussão mundial, em particular junto da EU, OCDE e Nações Unidas.
- Proximidade de uma bacia energética em forte crescimento na África Ocidental, abrindo eventualmente oportunidades na área dos serviços e da manutenção industrial.
- Possibilidade de estreitamento de relações privilegiadas com regiões fortemente inovadoras dos EUA, Europa do Norte e Ásia, que contribuam para um reforço do IDE em direcção a Portugal.
- Oportunidades de alargamento de mercado às empresas até agora mais viradas para o mercado interno, no espaço de proximidade que é a economia de Espanha.
- Potencial em energias renováveis elevado: incluindo energia hídrica, energia eólica, energia das marés, das ondas e das correntes, bioenergia e energias solares.
- Oportunidades de exploração de novas fronteiras nas áreas energéticas, participando em redes de I&D envolvidas na investigação e desenvolvimento.

- Existência de empresas interessadas em incrementar o aproveitamento dos recursos geológicos não energéticos, tirando partido das elevadas cotações que os mercados internacionais têm registado, e que se prevê que se venham a manter nos próximos anos.

### 1.1.3. Desenvolvimento Sustentável - um desenvolvimento integrado



Figura 2 – Pilares do Desenvolvimento Sustentável (ENDS, 2008:14).

O desenvolvimento sustentável só pode ser entendido a partir da lógica dos 3 pilares (ver Figura 2) como tem sido referido ao longo dos vários capítulos da minha tese. Para alcançar um verdadeiro desenvolvimento sustentável, deve-se considerar proteger e melhorar o meio ambiente, alcançar a melhoria social, e fomentar um desenvolvimento económico equitativo.

Os conceitos integrantes e inerentes ao desenvolvimento sustentável devem ser orientadas para a *promoção de acções que*

*necessariamente incorporam valores éticos e morais* (Álvarez-Campana e Erias, 2007:1-2):

- *a prioridade é dada à luta contra a pobreza e a fome (aqueles que estão abaixo do umbral das necessidades de subsistência), o que significa um intenso compromisso intrageracional com um grande esforço de redistribuição*, promovendo a solidariedade não só entre os países do norte (países enriquecidos) em direção ao sul (países empobrecidos) tentando equilibrar as injustas relações económicas que ocorreram desde as invasões coloniais; mas também e, sobretudo promovendo as relações de solidariedade sul-sul e sul-norte, com ajudas para além do puramente económico e que assentem em valores comuns e partilhados;

- *compromisso de satisfazer as necessidades (num nível de sustentabilidade) para toda a humanidade, que significa tanto continuar com o esforço de redistribuição como buscar um esforço de contenção do consumo por parte das economias mais fortes e de rendimentos mais elevados*, o que implica a conclusão de terminar com a pilhagem dos países pobres pelos países ricos, incluindo a eliminação daqueles tipos de turismo, como o turismo sexual que constitui outro tipo de exploração e apropriação, neste caso dos corpos das pessoas dos países mais pobres e mais em particular dos corpos das mulheres e das crianças;

- *a estabilização da população*; não só em termos de números globais, mas de um modo especial no que se refere à distribuição da população entre as zonas rurais e urbanas, promovendo economias locais que lhes permitam recuperar uma terra camponesa com campesinato, como uma paisagem cheia de vida onde as pessoas não sejam expulsas para os subúrbios das cidades onde se encontram em vulnerabilidade total. O turismo em áreas rurais e em ambientes naturais pode permitir um desenvolvimento mais equilibrado e melhores inter-relações entre zonas rurais e urbanas.

O papel das mulheres é essencial para a estabilização da população, em acções comuns com os homens, porque embora sejam elas as que dão nascimento às crianças, o planeamento da vida sexual, afetiva e reprodutiva deve ser um assunto igualmente dos homens. As mulheres também desempenham um papel importante no campesinato a nível internacional, como guardiãs da cultura e do conhecimento ancestral que permitem a sobrevivência das comunidades de camponeses e camponesas, comunidades e modos

de vida que são uns dos elementos de atracção de um turismo mais ecológico e responsável; e

• *o compromisso intergeracional, que significa estabelecer padrões sustentáveis em termos das necessidades e garantir, a partir do presente, um conhecimento suficiente e uma utilização prudente dos ecossistemas (para evitar a sobre exploração ou a destruição dos valores tangíveis ou intangíveis não substituíveis).* Não só pensar na geração actual, mas também e, sobretudo para o futuro. Agir local, pensar global, ou como os nativos americanos dizem é pensar nas sete gerações futuras.

Nesta abordagem de busca do desenvolvimento sustentável, a ***Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB) (2001)***, é articulada com os compromissos internacionais assumidos pela CDB - Convenção sobre a Diversidade Biológica e com a estratégia europeia neste âmbito.

A ENCNB, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, assume três objectivos gerais (SPI, 2009:10):

1. Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia;
2. Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;
3. Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objectivos definidos na CDB, aprovada por ratificação pelo Decreto n.º 21/93, de 29 de Junho, designa a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.

Pensando no contexto europeu, os principais documentos que abordam a sustentabilidade local são (a Carta de Aalborg, o Plano de Acção de Lisboa, a Declaração de Sevilha e a Declaração de Hanôver).

**Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade – Carta de Aalborg (1994)** (aprovada na Conferência Europeia sobre Cidades

Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca, a 27 de Maio de 1994).

Aborda o empenho das cidades europeias para promover e alcançar a sustentabilidade através de várias secções:

- O papel desempenhado pelas cidades europeias.
- Conceito e princípios de sustentabilidade.
- Estratégias locais para a sustentabilidade.
- A sustentabilidade como um processo criativo, local e equilibrado.
- A negociação aberta como método de resolução de problemas.
- A economia urbana para a sustentabilidade.
- Equidade social para a sustentabilidade urbana.
- Padrões de uso sustentável do território.
- Padrões de mobilidade urbana sustentável.
- Responsabilidade pelo clima mundial.
- Prevenção da contaminação dos ecossistemas.
- A autogestão no plano local, como condição necessária da sustentabilidade.
- Os cidadãos como protagonistas da sustentabilidade e o envolvimento da comunidade.
- Meios e Instrumentos da gestão urbana, orientados para a Sustentabilidade.

**Plano de Acção de Lisboa (1996)** - da Carta à Acção (aprovada na Segunda Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, realizada em Lisboa, Portugal entre 6 e 8 de Outubro de 1996)

Tem como componentes principais:

*Preparação das administrações locais para o processo da Agenda 21 Local*

- Acreditam que a adopção da Carta das cidades e vilas europeias em direcção à sustentabilidade (Carta de Aalborg) constitui um dos melhores pontos de partida para o lançamento de um processo de Agenda 21 Local.
- Acreditam que a autoridade local deve ser a principal impulsionadora do processo de Agenda 21 Local.
- Acreditam que o processo de Agenda 21 Local requer sempre o envolvimento de toda a estrutura do poder local – trate-se de uma cidade, uma vila ou uma comunidade rural.

*Estabelecimento de estratégias para o envolvimento da comunidade*

- Concretizam processos de consulta e parcerias com os diversos sectores da nossa comunidade, no sentido de criar as necessárias sinergias através da cooperação.

#### *Abordagem e planeamento da Agenda 21 Local*

- Procuram arrumar a nossa própria casa mediante a aplicação do princípio de negociação com o exterior.
- Concretizam um planeamento de acção sistemático para passar da análise à acção.

#### *Instrumentos de gestão sustentável*

- Integram o desenvolvimento ambiental, social e económico no sentido da melhoria da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos.
- Utilizam ferramentas avançadas para a gestão da sustentabilidade.

#### *Sensibilização e educação*

- Estabelecem programas de sensibilização dos cidadãos, grupos de interesse e representantes políticos, bem como das administrações locais ligadas a questões do desenvolvimento sustentável.

#### *Parcerias e cooperação entre as autoridades*

- Ganham força através de alianças com outras autoridades através de associações, redes e campanhas.
- Formam alianças norte-sul e ocidente-oriental para o desenvolvimento sustentável.
- Prossiguem a acção em concertação em articulação com a Campanha europeia das cidades e vilas sustentáveis.

**Declaração de Sevilha (1999)** (aprovada na Conferência Euro-Mediterrânica de Cidades Sustentáveis, Sevilha, Espanha, a 23 de Janeiro de 1999)

Entre os compromissos promovidos, deverão ser observados os seguintes:

- promover, por todos os meios, os processos participativos e fazer planos de acção locais para o desenvolvimento sustentável, como a Agenda 21 Local;
- desenvolver iniciativas conjuntas entre as cidades em áreas como planeamento urbano, habitação, pobreza urbana, saúde, conservação de centros históricos da cidade, turismo, património cultural, água, resíduos, energia e transportes;

- identificar os problemas inerentes a cada município e os obstáculos para o desenvolvimento sustentável, e apoiar compromissos reais para resolvê-los;
- estabelecer indicadores que avaliem os progressos realizados localmente em relação às alterações climáticas e a poluição nas zonas costeiras;
- respeitar a diversidade cultural e étnica da Bacia do Mediterrâneo.

Fazem chamada para os cidadãos e as suas associações:

- para reforçar as estruturas e mecanismos de participação disponíveis para as administrações públicas municipais, e exigir o financiamento necessário para a definição e desenvolvimento da Agenda 21 Local.

Também fazem um apelo especial para os Estados e as autoridades territoriais dos países mediterrânicos (regiões, províncias, departamentos e regiões metropolitanas):

- a reconhecer as autarquias como parceiras, alvitando novas formas de colaboração com base no princípio da subsidiariedade;
- a promover, fomentar, apoiar e coordenar as políticas de desenvolvimento sustentável e os processos de desenvolvimento da Agenda 21 Local, através de instrumentos regulamentares, económicos e técnicos, e acesso aos recursos;
- a apoiar e reforçar a cooperação entre as cidades mediterrâneas.

Entre os signatários da Declaração formam parte da mesma, os autarcas e os peritos de duas cidades portuguesas: Lisboa e Faro (esta última da região do Algarve).

**Declaração de Hanôver de Presidentes de Câmara de Municípios Europeus na Viragem do Século XXI (2000)**, (aprovada a 11 de Fevereiro de 2000)

É um convite para os diferentes atores e agentes envolvidos no desenvolvimento sustentável:

- Comunidade internacional,
- Instituições europeias, em particular o parlamento europeu,
- O conselho, e a comissão,
- Os governos nacionais,
- Outros responsáveis locais,
- Outros grupos de interesse no processo da Agenda 21 Local,
- Os decisores nos sectores económicos e financeiros.

Acordando os “*Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu (Hanôver 2000)*”:

- I. Promover a coesão territorial através de um desenvolvimento social e económico mais equilibrado das regiões e de uma maior competitividade.*
- II. Incentivar o desenvolvimento gerado pelas funções urbanas e melhorar a relação cidade-campo.*
- III. Promover uma acessibilidade mais equilibrada.*
- IV. Desenvolver o acesso à informação e ao conhecimento.*
- V. Reduzir os danos ambientais.*
- VI. Valorizar e proteger os recursos naturais e o património natural.*
- VII. Valorizar o património cultural como factor de desenvolvimento.*
- VIII. Explorar os recursos energéticos com segurança.*
- IX. Incentivar um turismo sustentável e de grande qualidade.*
- X. Minimizar o impacto das catástrofes naturais” (PNPOT, 2007:16).*

No que corresponde aos responsáveis locais faz-se um apelo para:

- assinarem a Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias (Carta de Aalborg) aderindo desta forma à Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis;
- comprometerem-se com o desenvolvimento e implementação de planos de acção para a promoção da saúde e de planos de desenvolvimento sustentável (Agenda 21 Local) guiados, entre outros, pelo Plano de Acção de Lisboa;
- apoiarem esta "Declaração de Hanôver dos Líderes Municipais Europeus na viragem do Século XXI";
- assumirem a responsabilidade pelo uso de recursos naturais e pela sua contabilização e introduzirem novos métodos e sistemas de gestão para a sustentabilidade local e para o desempenho ambiental, tais como o Balanço Ambiental;
- "manterem a sua própria casa em ordem" introduzindo políticas de aquisição de produtos e serviços ecológicos.

Também se apela a outros grupos de interesse no processo da Agenda 21 Local:

- para que apoiem a Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis e as associações e redes que a coordenam;
- para se empenharem na Campanha e em actividades de sustentabilidade local;



- para promover a participação das suas cidades ou regiões na Campanha, ainda que não tenham assinada a Carta de Aalborg;
- aos institutos de educação/pesquisa para que forneçam informação e formação adequadas sobre a Agenda 21 Local a todos os atores do processo.

Em 2004, renovou-se a Carta de Aalborg, incluindo o que foi aprendido das outras cartas, declarações e conferências, com a adopção dos **Compromissos de Aalborg + 10 (2004)**

1. Governância.

Enriquecer os processos de decisão através de maior democracia participativa.

2. Gestão Local para a Sustentabilidade.

Promover uma gestão eficiente em ciclos, desde o planeamento, passando pela implementação até à avaliação.

3. Bens Comuns Naturais.

Assegurar plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equitativo aos bens comuns naturais.

4. Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida.

Adoptar e proporcionar um uso prudente e eficiente dos recursos e encorajar um consumo e produção sustentáveis.

5. Planeamento e Desenho Urbano.

Reconhecer o papel estratégico do planeamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, económicas, culturais e da saúde, para benefício de todos.

6. Melhor Mobilidade, Menos Tráfego.

Reconhecer a interdependência entre os transportes, a saúde e o ambiente e, por isso, se comprometam a promover as opções de mobilidade sustentáveis.

7. Acção Local para a Saúde.

Proteger e promover a saúde e o bem-estar dos cidadãos.

8. Economia Local Dinâmica e Sustentável.

Apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica que reforce o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente.

## 9. Equidade e Justiça Social.

Assegurar comunidades inclusivas e solidárias.

## 10. Do Local para o Global.

Assumir as responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável e protecção do clima.

Com base nesta gestão e planeamento territorial, têm sido desenvolvidas várias iniciativas, que a nível europeu, podem ser resumidas na Tabela 2. (PNPOT, 2007:17)

**Tabela 2 – Resumo das iniciativas no domínio do ordenamento do território nas últimas duas décadas na Europa.**

	<i>Iniciativas</i>
1983	Assinatura da <i>Carta Europeia do Ordenamento do Território</i> (Carta de Torremolinos). Conferência Europeia de Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT)
1988	Reforma dos Fundos Estruturais
1988	Criação do Conselho Consultivo das Colectividades Regionais e Locais (88/487/CE), composto por 42 Membros
1991	Publicação do <i>Europa 2000</i>
1991	Criação do Comité para o Desenvolvimento Espacial
1992	Criação do Comité das Regiões, que substitui o Conselho Consultivo das Colectividades Regionais
1994	Publicação do <i>Europa 2000+</i>
1994	Publicação do documento que constitui a base do <i>Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário</i> (EDEC)
1997	Lançamento do Programa TERRA – <i>Laboratório Experimental do Ordenamento do Território</i> , que, em conjunto com os Programas INTERREG IIC, tinham por objectivo avaliar a relevância das opções políticas propostas pelo EDEC antes da sua finalização (1999)
1999	Lançamento do <i>Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário</i> (EDEC)
2000	Lançamento do INTERREG III, Iniciativa Comunitária com vista à cooperação
2000	Assinatura da Convenção Europeia da Paisagem
2002	Estabelecimento do ESPON Programme 2006 – <i>European Spatial Planning Observatory Network Programme 2006</i>

A abordagem dos principais estudos sobre o tema, e da presente tese doutoral, são baseados nos três eixos (ambientais, socioculturais e económicos) que estruturam qualquer proposta sustentável; mas também é certo, e como pode ser visto nas declarações antes referidas, cada vez mais estudos, especialistas e gestores integram também (pelo menos a nível teórico) o eixo territorial que “não é

apenas complementar da tríade, se não, que é a parte que os circunda e que por sua própria natureza afeta positivamente a resiliência do sistema como um todo” (Mora Aliseda, 2006:134).

A gestão do meio ambiente nas suas várias responsabilidades administrativas, a partir do estado até ao nível local, tem pecado muitas vezes por não assumir ou compreender a territorialidade, que não conhece fronteiras e limites marcados num mapa ou sobre a base de um decreto. *“Isto significa a contemplação da abordagem territorial num conceito multidimensional, assim o mundo rural para sobreviver em condições de óptima qualidade precisa de articular o seu próprio espaço através de uma ordenação político-administrativa que leva à Comercialização”* (Ibid:136).

O Doutor Vera Rebollo (1995) fala de uma *verdadeira emergência* *“para levar a cabo um verdadeiro ordenamento do turismo no território, através da fixação de orientações no que se refere aos tipos de oferta desejáveis, a capacidade do território para acomodar os desempenhos, a gestão dos recursos em face de processos de desenvolvimento turístico (...) embora por vezes seria suficiente com a inserção de critérios turísticos e ambientais no planeamento urbano e uma boa coordenação das diferentes políticas”* (Vera Rebollo et. al, 1995:453).

Este conceito territorial implica um meio rural com campesinato, com pessoas ativas que além das políticas agrárias que são estabelecidos em Bruxelas, *“tornam-se ocupados ambientais a quem são atribuídas um amplo leque de tarefas, preventivas e activas, tais como:*

- *desmatar a floresta para prevenir os incêndios;*
- *extinguir os incêndios que ocorrem;*
- *guardar a arquitectura tradicional;*
- *coleta de lixo nos canais e diques;*
- *reconstrução do património histórico e cultural;*
- *limpar os detritos dos riachos secos;*
- *limpar os reservatórios em períodos de seca e utilizar o lodo para enriquecer os solos inférteis e permitir a sua reflorestação;*
- *verificar os aterros de lixo;*
- *custódia ecológica;*
- *alertar sobre possíveis fontes de poluição;*
- *censo animal e vegetal das espécies vulneráveis ou espécies ameaçadas, e manter os cientistas informados;*
- *guias de natureza, etc...”* (Mora Aliseda, 2006:138)

Uma territorialidade viva mantida por um campesinato vivo e consciente do valor do que custódia e gerência de forma sustentável. **Carta Europeia do Ordenamento do Território CEOT de Torremolinos, Espanha (1984)** (aprovada em 1984 pela Conferência Europeia dos Ministros, e posteriormente aprovada pelo Conselho de Europa).

Ante os modelos políticos e territoriais que não estão a gerir e fornecer respostas oportunas (não só nas áreas rurais, mas também em áreas urbanas) e desacopladas demasiadas vezes, talvez seja a hora de *"uma mudança nas políticas para o território, reconhecendo que os processos sociais de desenvolvimento são reproduzidos na dinâmica espaço temporária, que os tornam únicos e irrepetíveis, respondendo a lógicas tanto gerais (globais), como específicas (locais)."* (Hernández, 2007:9)

Vera Rebollo (2003) volta a salientar a necessidade da territorialidade, já que *"o planeamento sustentável do desenvolvimento do turismo exige a definição de modelos de ocupação territorial coerentes com a dinâmica natural através do desenvolvimento de ferramentas de planeamento territorial e urbano."* (Vera Rebollo, 2003:171)

O ponto de evolução com base em escalas de gestão territorial implica um maior compromisso de todos os atores envolvidos, a fim de conseguir a coordenação não só institucional, mas também dos moradores das diversas comunidades que compõem o mesmo território, que às vezes não só salta acima do limite municipal ou provincial, mas do limite do mesmo estado, e que pode dar origem a experiências transfronteiriças que partilham o mesmo território. *"Esta orientação sistémica, complementa a visão macro e o desenvolvimento macroeconómico, com a apreciação do nível territorial, o ambiente local, como comandante do seu próprio desenvolvimento, e as práticas e estratégias políticas para aderir a processos sociais, económicos, tecnológicos e culturais"* (Hernández, 2007:10) baseados no território.

Colocando o foco à questão territorial, e uma vez mais em Sevilha, Espanha, foi organizado o **"Primeiro Fórum Mundial de Desenvolvimento Local, território, economia e Governança Local: novos olhares para tempos de mudança"** (2011) em Outubro de 2011.

Nas conclusões da sua declaração final, as reflexões sobre a territorialidade têm especial relevância:

- É necessário reconhecer o potencial estratégico do território, assegurando a participação das pessoas no processo de desenvolvimento até a sua articulação com as estratégias nacionais e as dinâmicas globais. E assim conseguir mais estratégias sustentáveis que respeitem a diversidade cultural, da natureza e direcionada para a melhoria da qualidade de vida de homens e mulheres.

- A relação entre os processos de descentralização, governança, economia e território é desenvolvida num contexto marcado pela complexidade e diversidade dos contextos em cada país. Para ser consistente entre as dimensões e as estratégias nacionais territoriais é necessária uma articulação multinível de instituições e atores, públicos e privados para o território.

- Há uma grande necessidade de uma reflexão e discussão mais aprofundada dos novos modelos de desenvolvimento com a convicção para partilhar e construir alianças e redes para reforçar o papel dos territórios em relação aos desafios nacionais e globais.

Assim se precisa uma chamada urgente para um desenvolvimento económico local:

- Promover uma visão de desenvolvimento endógeno.
- Estabelecer mecanismos de participação envolvendo diferentes atores públicos, privados e associativos, e que foram traduzidos em pactos territoriais.
- Articular as capacidades e competências entre os diferentes níveis de governo sobre o território.
- Fornecer mecanismos de inclusão social e económica de grupos tradicionalmente excluídos; com especial atenção para a participação da juventude.
- Fortalecer as instituições locais e promover a governação democrática.
- Promover dinâmicas económicas e da inovação para a geração de empregos decentes, inclusivos e com responsabilidade social e ambiental.
- Promover o desenvolvimento de empreendedores baseados numa cultura territorial, a partir da lógica de complementaridade e coordenação, e contra a lógica da competitividade.

Trabalhar no sentido de um desenvolvimento sustentável implica trabalhar sobre a territorialidade; pensando acerca do local a ser

conscientes dos impactos e efeitos do global. É necessário promover uma participação efectiva, real e, desde o início da população toda e de outros atores sociais envolvidos; gerir o princípio da equidade, de forma que os esforços necessários e os benefícios daí resultantes são igualmente partilhados pelos homens e pelas mulheres, tanto de hoje como das gerações futuras.

## 1.2. – Turismo Sustentável.

### 1.2.1. O que é o Turismo Sustentável.

O progresso industrial, o aperfeiçoamento dos transportes e as oportunidades de negócio que surgiram a partir da Revolução Industrial ocorrida nos finais do século XVIII, vieram dar um enorme impulso ao desenvolvimento do sector do turismo.

O turismo é um elemento importante da vida social e económica de qualquer comunidade, pois, além de reflectir as aspirações das pessoas em desfrutar novos locais, contactar com culturas diferentes e em descansar fora do local habitual de residência, contribui também para a coesão social e económica de zonas menos favorecidas e periféricas.

O turista, como um *etnógrafo do presente*, (Robinson e Picard, 2006) viaja para adquirir novas experiências do mundo material, e intangível do planeta e dos modos de vida de outros lugares e culturas, em uma conexão ativa, com algum envolvimento emocional que pode chegar até a uma ligação e sentido pessoal de nostalgia para outros lugares, tempos e espaços...

O ordinário (para os habitantes locais) se torna exótico (para a pessoa que realiza turismo), e este exotismo é justamente um dos principais motivos de atracção turística, que pode fazer as pessoas atravessar todo o planeta para ser capaz de contemplar outras paisagens, viver outras experiências, conhecer outras culturas...

A proximidade desses encontros entre locais e estrangeiros ocorre através de quatro processos (4 É, pelo seu nome em inglês: Encounter, Engagement, Exchange, Experience – Encontro, Compromisso, Troca, Experiência)

- Encontro entre dois mundos, duas realidades, duas maneiras de entender a vida e ser entendidos neste planeta;
- Compromisso em termos de envolvimento emocional e afetivo com os habitantes, com o lugar, com a paisagem;
- Troca de experiências, culturas e conhecimentos;

- Experiência sentida por quem chega e por quem acolhe.

Constitui uma das principais actividades económicas a nível mundial e está a tornar-se o principal motor da economia global, pois gera significativos efeitos multiplicadores, incentivando o desenvolvimento de outras actividades económicas, nomeadamente as indústrias de construção civil, hotelaria e transportes.

O turismo tem-se destacado enquanto importante manifestação cultural da era moderna. Na Europa dos Quinze responde por 7 % do PIB e garante 20 milhões de postos de trabalho. No seu conjunto, a Europa é o primeiro destino turístico mundial e as estimativas apontam para uma duplicação do número de visitantes até 2020.

Em Portugal, com um ritmo de crescimento superior à média nacional, o turismo representa mais de 10% da população activa, pelo que deve deixar de ser visto como um simples contribuinte de receitas fiscais para começar a ser encarado como actividade plena, à qual não deve faltar uma estratégia própria que garanta a sustentabilidade na sua interacção com o meio ambiente. Sendo a Natureza, a cultura e o património histórico as matérias-primas mais salientes desta actividade, o reconhecimento de um ecossistema global e o respeito pelos valores socioculturais de cada região representa uma forma ética, eficaz e sustentável de acesso à Natureza. Como em todos os sectores onde se verifica um crescimento muito rápido, o turismo apresenta também consequências negativas para o meio ambiente. Apesar de ser designado por muitos como “a indústria sem chaminé”, o turismo dispõe de um enorme potencial para destruir o património natural e identidade cultural das regiões onde se desenvolve decorrente não só da indevida apropriação dos bens naturais, como de um turismo mal planeado, desordenado e predatório de que, no caso do litoral, é exemplo a costa algarvia. Outras questões directamente relacionadas com a interacção entre turismo e ambiente são a execução de normas ambientais relativas ao ruído, emissões gasosas e águas potáveis, banhar e águas residuais, a falta de zonas de protecção em áreas sensíveis como as dunas e zonas húmidas e a excessiva concentração geográfica das zonas turísticas que dificultam a gestão dos fluxos de tráfego a elas destinados. O deslocamento turístico implica a utilização de transportes, principais responsáveis pelas emissões gasosas para a atmosfera que aceleram o aquecimento global do planeta, com consequências graves para a manutenção do equilíbrio ecológico do planeta.



Este aquecimento ao provocar o aumento do nível das águas do mar, irá condenar muitas zonas costeiras e comprometer a actividade turística aí desenvolvida. As zonas costeiras constituem um património ambiental único, com enormes recursos ecológicos e económicos e da sua qualidade ambiental dependem os recursos marinhos. O golfe, desporto directamente ligado ao turismo, é também uma fonte de preocupações ambientais. Os seus campos estão localizados normalmente em zonas sensíveis sob o ponto de vista de ecossistemas, e a respectiva manutenção, além do consumo de grandes quantidades de água, recurso cada vez mais escasso, utiliza agro-químicos que põem em causa a preservação dos aquíferos subterrâneos.

Quando bem planeados e geridos, o turismo, o desenvolvimento regional e a protecção do ambiente podem evoluir paralelamente, fazendo do turismo uma actividade lucrativa e sustentável.

*O novo Turista (Weaver e Opperman, 2000:357) <sup>6</sup> apresenta uma série de funcionalidades que podem ser utilizadas no desenvolvimento de novas práticas de turismo sustentável e reformular as já desenvolvidas:*

- Consumidor verde;
- Sensível às culturas locais;
- Consciente das questões de justiça social;
- Mais independente e consciente;
- Conhecedor das questões ambientais;
- Prefere itinerários flexíveis e espontâneos;
- Avalia cuidadosa e antecipadamente os produtos turísticos;
- Procura experiências autênticas e com significado;
- Deseja ter um impacto positivo no destino;
- Motivado por um desejo de autorealização e aprendizagem;
- Procura experiências desafiantes em termos físicos e mentais.

Saber mais sobre estas novas funcionalidades é essencial para acomodar a oferta turística e conduzir a especializações muito diferentes no mesmo lugar. O valor da individualidade e particularidade, e da diversificação aumenta as oportunidades de atrair turismo também diversificado.

A escolha do tema Turismo Sustentável foi motivada pela importância significativa que esta actividade desempenha no âmbito

---

<sup>6</sup> Citado e traduzido em (Marques Dinis, 2005:60).

da dinâmica sócio económica e cultural desde o nível local e regional, até ao global. O turismo tem impulsionado o desenvolvimento de outras actividades complementares, contribuindo para a utilização dos recursos existentes, dinamizando fluxos importantes entre as regiões, gerando efeitos multiplicadores e sinergias e potenciando a coesão económica e social das zonas menos favorecidas e periféricas. Mas também é evidente a descaracterização dos meios locais em que a sua intervenção foi mal planeada. O modelo tradicional assente numa base economicista assiste ao seu próprio esgotamento e à deslocalização dos atractivos turísticos, provocando desequilíbrios profundos nas regiões turístico-dependentes.

Estas convicções surgem da realidade concreta vivenciada no quotidiano na Região Algarve. O turismo constitui fonte significativa de geração de riqueza, principalmente medida em termos de PIB (Produto Interno Bruto), que mobiliza uma parte significativa da população activa e se reflecte numa multiculturalidade cada vez mais diversificada. Importa analisar os factores determinantes para a evolução da actividade turística, questionando aspectos qualitativos e impactos endógenos.

A segmentação da oferta e da procura tem exigido um esforço de mudança, por parte dos actores e diversos agentes que, em sistema concorrencial, têm que afirmar capacidade de resposta inserida em modelos alternativos assentes na qualidade dos serviços prestados e nas exigências da clientela, o que tem vindo a introduzir factores de inovação, quer na actividade principal (turística), quer nas actividades complementares, nomeadamente ao nível das infraestruturas, da ergonomia, dos espaços de lazer, dos espaços desportivos e de negócios, de novos equipamentos e serviços, da gastronomia, do artesanato, da animação cultural, da segurança e uma melhor articulação com os serviços públicos de assistência (hospitais, bibliotecas) e demais serviços de apoio.

Nas últimas décadas, alguns sinais de desinteresse pela oferta tradicional do turismo sol e praia têm conseguido consciencializar aqueles actores para a necessidade de operarem a partir de um planeamento estratégico que estabeleça uma interacção entre a actividade turística e o património ambiental e histórico, com respeito pela natureza e pela identidade cultural do meio em que ela se desenvolve. É importante reequilibrar a procura e oferta turística, atingindo performances qualitativas, em contexto de constantes

transformações e mudanças, as quais são o *feed-back* da era ‘global’. Surge um interesse crescente em alicerçar a actividade turística na vertente das oportunidades que potenciem a dinâmica do desenvolvimento sustentável aos diversos níveis e na vertente da preservação dos recursos no longo prazo.

No decurso da exposição do tema serão abordadas as principais consequências negativas provocadas pelo crescimento rápido, pela ausência de planeamento e pela indevida apropriação de bens naturais, de que constitui exemplo algumas infortunadas zonas do litoral da costa algarvia, colocando em causa diversas dimensões do equilíbrio regional, desde o nível ecossistémico à quase mono-dependência económica. Ao inverso, o planeamento assente numa visão estratégica integrada proporciona:

- uma actuação ética, através do reconhecimento de que é necessário preservar o ecossistema global, bem como, o respeito pelos valores socioculturais à escala local;
- uma actuação normativa e reguladora inserida num sistema de avaliação permanente, como condição fundamental para um modelo ecossistémico mais equilibrado em que seja possível desenvolver a actividade turística sem colocar em causa a certificação da qualidade ambiental.

Neste sentido, têm sido adoptadas normas comunitárias, acompanhadas pela obrigatória transposição para as diversas legislações nacionais, quer a montante quer a jusante do sector do turismo. Refira-se a montante o elenco normativo acerca dos equipamentos e infraestruturas enquadráveis no ordenamento do território, bem como quanto às áreas protegidas e sensíveis e à água potável. A jusante encontra-se legislação reguladora do sistema de águas residuais, do ruído, das emissões gasosas e da gestão dos fluxos de tráfego, inclusivé em zonas turísticas com excessiva concentração geográfica.

Contrapondo a relação biunívoca versus interdependência entre turismo e ambiente, focaliza-se a questão em torno da adopção de um modelo de planeamento integrado no âmbito da estratégia global de desenvolvimento sustentável, que observe o elenco legislativo e os princípios sobre o meio ambiente e desenvolvimento e que privilegie o diálogo com todos os agentes públicos e privados (Ribeiro, 1998) num sistema de participação directa e activa. A gestão ambiental, económica e sociocultural do espaço regional e local deve desencadear-se a partir desse planeamento estratégico integrado de

toda a matriz intersectorial. O modelo de turismo assente na diversidade e qualidade tem em vista assegurar a estabilidade do mercado turístico, capacitando os meios locais com os recursos que hão-de ser fulcrais para fazer face às quebras decorrentes das oscilações da procura.

Em que medida os comportamentos dos agentes económicos reflectidos naquela matriz intersectorial têm contribuído e/ou têm debilitado, ao longo de décadas, os princípios da sustentabilidade, em concreto, em que medida as actividades do sector turístico estão a adoptar os princípios e objectivos defendidos na CARTA DO TURISMO SUSTENTÁVEL (1995-1998), nomeadamente em matéria de equilíbrio das áreas protegidas e sensíveis, do património cultural, em matéria de participação directa e activa desde os níveis institucional, agentes e populações locais. Trata-se de incentivar os projectos turísticos que integrem critérios de qualidade e respeitem os princípios e objectivos do Ordenamento Territorial e afastem quaisquer actuações atomísticas, em que estas últimas têm esgotado os factores que mais atraem os turistas, mas que infelizmente ainda subsistem no Algarve.

No decurso da exposição teremos em consideração os contributos fundamentais da Organização Mundial de Turismo (OMT), do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, do Conselho da Terra, da Agência Europeia do Ambiente e do papel das Organizações não Governamentais (ONG's), os quais têm promovido a implementação de formas de cooperação a diversas escalas, defendendo a adopção dos mesmos códigos de conduta na era da globalização. De entre esses contributos destaca-se a Agenda 21 para viagens e turismo e a Declaração de Lazarote, cujos princípios têm sido gradualmente incluídos pelos políticos nos diversos patamares de responsabilidades. Neste âmbito, as concretizações em direcção à actuação sistémica sustentável têm-se manifestado através de diversas formas de valorização turística no meio ambiente, ou seja, ecoturística, nomeadamente em espaço rural, em complemento ao turismo sol e praia. Mas falta intensificar as campanhas de sensibilização sobre os objectivos da CARTA DO TURISMO SUSTENTÁVEL, ou seja, uma aposta geracional mais consistente em matéria de educação ambiental, mais efectiva no sistema educativo institucional, no plano formal. O despertar para este tipo de consciencialização tem sido introduzido mais pela vertente da socialização/educação informal.

A reflexão sobre o quadro teórico-conceptual dos modelos de desenvolvimento sustentável, em que a actividade turística tem obrigatoriamente que se enquadrar, recorrendo a R. Butler, à Organização Mundial de Turismo, ao Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA). O estabelecimento de uma relação comparativa entre o designado modelo autóctone e o modelo estereotipado é importante para perceber o hiato entre as soluções práticas que têm vindo a ser adoptadas ao longo das últimas décadas, e as metas desejáveis em termos das potencialidades endógenas, da cadeia de valor e em sintonia com as dimensões ambientais, sociais e económicas. Estas três dimensões são fundamentais para a sustentabilidade e serão abordadas em torno dos respectivos critérios de avaliação integrada de projectos turísticos e em torno de ‘baterias’ de indicadores económicos, sociais, ambientais e culturais.

Ao dedicar um olhar particular à região do Algarve, o presente trabalho sobre Turismo Sustentável sistematiza, por um lado, o quadro caracterizador - em que são identificados os factores históricos, administrativos, geográficos, demográficos, sócio económicos e culturais que, em conjunto, têm tido influência na dinâmica atingida através de um modelo de especialização económica regional assente no principal sector de actividade, ou seja, o turismo - e por outro, procura explorar as perspectivas estratégicas dos seus actores, inserindo neste ponto, a análise dos resultados de um estudo, baseado num inquérito efectuado a 50 empresas, as quais constituem uma amostra aleatória e significativa dos agentes turísticos a operar na região algarvia. Estabeleceu-se ainda um estudo no sentido de se saber, em que medida os responsáveis e agentes têm beneficiado a região através do aproveitamento dos programas integrados turísticos estruturantes e de base regional.

### **1.2.2. Estado e tendências do Turismo Sustentável.**

O caminho para o turismo sustentável começa a partir do conceito de desenvolvimento sustentável e dos limites do crescimento, que são delineados juntamente no Relatório Brundtland já mencionado. A ideia de sustentabilidade é fixada numa durabilidade no tempo e no espaço. Uma sustentabilidade dos recursos, para que possam ser utilizados pela presente geração, mas também pelas futuras (as culturas nativas americanas falam de pensar nas próximas sete

gerações), e uma sustentabilidade das actividades humanas em equilíbrio com um planeta finito.

Para aproximar mais o conceito de turismo sustentável e a sua evolução são interessantes as fases que sugere Clarke (1997).<sup>7</sup> Para este autor, há quatro abordagens sobre o conceito de turismo sustentável:

- As primeiras formulações da sustentabilidade do turismo caíram principalmente sobre aquilo que o autor define como *posição polarizada*. Neste contexto, o turismo sustentável seria um modelo a ser definido por oposição ao turismo de massas insustentável. A característica mais marcante do turismo de massas é que opera em larga escala e é implantado nas grandes multidões de turistas, enquanto o turismo sustentável deve ser operado numa escala pequena. Outras funcionalidades desta polaridade seriam a individualidade da oferta contra o grupalismo; a presença de operadores qualificados na oferta, como oposição às grandes empresas produtoras de serviços padronizados de turismo; etc. (Krippendorf, 1982; Lane, 1990).

- A segunda abordagem, o autor chama do *continuum entre turismo e turismo sustentável de massas*. Os processos de turismo sustentável seriam baseados num planeamento de pequena escala, que pode ser integrado harmoniosamente no contexto ecológico, nos vínculos económicos e culturais. Em comparação com a polaridade anterior, o turismo, neste caso, é representado como um continuum de situações possíveis entre dois extremos: o turismo sustentável e o turismo de massas. Cada processo de turismo poderia ser localizado em algum lugar no segmento que liga os dois extremos, e onde a escala continua a ser um determinante do nível de sustentabilidade de um desenvolvimento específico de turismo.

- O chamado *movimento para um turismo sustentável*, é baseado na análise dos termos e condições exactos para a reorientação do desenvolvimento actual do turismo (e dos desenvolvimentos novos também) rumo a um caminho de sustentabilidade no longo prazo dos seus diferentes eixos: ecológico, económico e cultural. Os instrumentos operacionais de desenvolvimento sustentável de turismo neste caso são feitos como matrizes de impacto ambiental, auditorias ambientais, análise do ciclo de vida do produto, sistemas de indicadores ambientais, etc...(McKercher, 1993a y 1993b)

---

<sup>7</sup> Citado em (Rivas, 2009:386-387)

- A posição *chamada de convergência* admite que o conceito de turismo sustentável esteja ainda em evolução e que a falta da definição de um objectivo específico seja menos importante do que o movimento geral na direcção certa deve ser. Nesta perspectiva é adicionada uma parte importante da análise das organizações internacionais que promovem a análise, gestão e promoção do turismo (WTTERC, 1994; OMT, 1993 y 1997).

O que aparece a partir do estudo de Clarke é que o conceito de turismo sustentável não tem uma definição única, e de fato continua evoluindo, com mais ou menos conteúdo político de mudança e transformação, de acordo com quem o define. Como o conceito de desenvolvimento sustentável, qualquer actividade turística que se pretende definir como sustentável é preciso que integre o mesmo princípio transformador.

### **1.2.3. Desenvolvimento Sustentável Internacional.**

No cenário internacional, são muitas as experiências de turismo sustentável. Fennel (2003) citando a Tourism Concern (1992) resume alguns Princípios do Turismo Sustentável:

#### *1 – Utilizar Sustentavelmente os Recursos*

A conservação e o uso sustentável dos recursos – naturais, sociais e culturais – são cruciais e dão sentido aos negócios de longo prazo. Os patrimónios tangíveis e intangíveis são os elementos atratores de turismo, e se não sabemos cuidar deles adequadamente, podemos perder em um tempo muito curto a singularidade do nosso destino.

#### *2 – Reduzir o Consumo Excessivo e o Desperdício*

A redução do consumo excessivo e do desperdício evita os custos de restauração de danos ambientais no longo prazo e contribui para a qualidade do turismo. Além de apoiar a sustentabilidade do projecto de turismo, tanto em relação a ambos os visitantes e os moradores locais constitui um elemento que pode também ajudar na conscientização para o meio, no qual as pessoas transitam ou vivem.

#### *3 – Manter a Diversidade*

Manter e promover a diversidade natural, social e cultural é essencial para o turismo sustentável de longo prazo. A natureza

tende a diversidade como uma estratégia de sobrevivência e adaptação a diferentes meios, e a diversidade da proposta turística projectada permitirá que se adapte a diferentes tipos de turismo ou mesmo de sazonalidade, que devidamente tratados ajudam a conceber uma diversidade mais estável no espaço e no tempo da actividade.

#### *4 – Integrar o Turismo no Planeamento*

O desenvolvimento turístico integrado num plano de trabalho estratégico nacional e local, e que implementa avaliações de impactos ambientais (environmental impact assessment ou EIA) aumenta a viabilidade do turismo a longo prazo. A um nível óptimo, o planeamento do turismo deve ser parte das diretrizes do planeamento territorial de governos de estado, regionais e locais, que por sua vez, devem coordenar as políticas ambientais, agrícolas e de qualquer outra utilização do território.

#### *5 – Apoiar as Economias Locais*

O turismo que apoia uma variedade de actividades económicas locais e que tomam em consideração os custos/valores ambientais protege as economias locais e evita danos ambientais. Qualquer proposta de desenvolvimento sustentável, e neste caso dum turismo sustentável, deve resolver principalmente as economias e as produções locais, pois são eles que têm gerido e permitido a sobrevivência dos elementos que atraem o turismo; e também porque a dependência excessiva do estrangeiro irá afetar negativamente a sobrevivência no longo prazo de qualquer proposta.

#### *6 – Envolver as Comunidades Locais*

O envolvimento total das comunidades locais no sector turístico não somente beneficia as comunidades e o ambiente como também melhora a qualidade da experiência turística. Tal envolvimento, nos melhores casos, tem sido a busca e ganha desde o início, o que significa que as comunidades locais devem ser envolvidas nas propostas de turismo da mesma fase de concepção, deste modo, será mais fácil sentir como algo que lhe é próprio.

#### *7 – Consultar os Intervenientes e o Público*

O diálogo entre a indústria turística e as comunidades locais, as organizações e as instituições, é essencial, se pretendem trabalhar lado a lado, e resolver potenciais conflitos de interesse. As autoridades locais devem evidenciar a sua vontade política acompanhada por medidas destinadas a encorajar o



desenvolvimento destas propostas, e devem permitir dialogar com os outros atores e agentes envolvidos e, com especial atenção aos moradores locais. Para isso, devem ser incentivados os momentos e espaços de intercâmbio, reflexão e análise partilhada das etapas e fases diferentes alcançadas, bem como as lições apreendidas pelos visitantes e pela comunidade de interação.

#### *8 – Formar o Pessoal*

A formação do pessoal integrado em todas as áreas e níveis de trabalho do turismo sustentável melhora a qualidade do produto turístico. Este princípio é por vezes um dos mais esquecidos, e que, no entanto pode ser a chave para manter a projeção no longo prazo, porque deste pessoal depende, em grande medida, a satisfação final dos visitantes.

#### *9 – Divulgar a Responsabilidade Turística através do Marketing*

O marketing, que providencia aos turistas informação integral e responsável, aumenta o respeito destes pelo ambiente natural, social e cultural das áreas de destino e aumenta também a satisfação dos visitantes. E não se pode esquecer que o melhor marketing não é necessariamente o que mais dinheiro está a ser gasto, mas o único que deixa os visitantes tão satisfeitos que eles próprios se tornem em promotores do projecto de turismo, a partir da recomendação a amigos e conhecidos pelo boca-a-boca, até os comentários positivos que voluntariamente podem deixar nas páginas web de turismo e nas redes sociais.

#### *10 – Realizar Investigação*

A investigação e monitorização da indústria, utilizando uma recolha e tratamento eficaz de dados, são essenciais na resolução de problemas e na obtenção de benefícios para os destinos, a indústria e os consumidores. Ao lado da formação do pessoal, este é, sem dúvida, o princípio mais esquecido, e que, no entanto pode fornecer os dados para antecipar possíveis problemas ou deficiências, e permitir-lhes reagir a tempo de manter a proposta do turismo no longo prazo. [Nota do Autor: Adaptado de (Fennel, 2003:12) citado em (Marques Dinis, 2005:55)]

Estes princípios resumidos em dez etapas apresentam o que foi apreendido por diferentes experiências de turismo sustentável que tenham sido formadas em boas práticas que, independentemente da localização geográfica ou do ambiente cultural em que é concebida a proposta turística, com tal desiderato será bem-sucedida.

O *Green Economy Report 2011* (Relatório sobre a Economia Verde) lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) em 2011 tem como objectivo promover um novo modelo económico global; o que resulta em bem-estar e redução das desigualdades humanas e pela melhoria das suas condições de vida, sem riscos ambientais significativos para as gerações futuras.

O estudo e a análise refletidos nesse relatório dão conta da forma como: (OMT/UNWTO, 2012:25)

- ▶ O Turismo Verde tem o potencial de criar novos postos de trabalho, apoiar a economia local e reduzir a pobreza.
- ▶ Investir na ecologização do turismo pode reduzir o custo de energia, água e resíduos e aumentar o valor da biodiversidade, ecossistemas e património cultural.
- ▶ Os turistas estão a exigir a ecologização do turismo.
- ▶ Muito do potencial económico do turismo verde é encontrado em pequenas e médias empresas (PME), que necessitam de um melhor acesso ao financiamento para investir no turismo verde.
- ▶ O planeamento e desenvolvimento de estratégias de destino são o primeiro passo para a ecologização do turismo.
- ▶ Os investimentos e as políticas do governo e do sector privado podem alavancar acções de turismo verde.

O turismo e a economia verde propostos no presente relatório, não procuram uma transformação do sistema económico, se não houver uma adequação que irá permitir a sua sustentabilidade ao longo do tempo. Mas, se realmente desejamos alcançar um turismo e uma economia sustentáveis, uma simples *maquiagem verde* vai ser insuficiente.

Mais recentemente, em **Junho de 2012** foi desenvolvida no Rio de Janeiro (Brasil) a **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)**, e apesar do fato de que as organizações e associações da sociedade civil acreditam que os resultados obtidos falam mais de uma falha e alguns recuos, este instrumento continua a ser o quadro para a parceria internacional de maior consenso sobre as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável.

No documento final da Conferência são referidos os dois pontos seguintes sobre o turismo:

*130. Ressaltamos que o turismo bem concebido e bem gerido pode dar um contributo significativo para as três dimensões do desenvolvimento sustentável têm laços estreitos com outros sectores e pode criar emprego decente e gerar oportunidades de negócios. Reconhecemos a necessidade de apoiar as actividades de turismo sustentável e o respectivo desenvolvimento de capacidades para criar uma consciência ambiental, preservar e proteger o ambiente, o respeito a fauna e a flora, os ecossistemas e a diversidade de culturas indígenas e da biodiversidade; e melhorar o bem-estar e os meios de subsistência das comunidades locais, apoiando as economias locais e o ambiente humano e natural como um todo. Gostaríamos de ver mais apoio para as actividades de turismo sustentável e a criação de capacidades nos países em desenvolvimento, com vista a contribuir para a consecução do desenvolvimento sustentável.*

*131. Queremos incentivar a promoção de investimento no turismo sustentável, incluindo o ecoturismo e o turismo cultural, que pode ser a criação de pequenas e médias empresas e facilitar o acesso a recursos financeiros, entre outras coisas através de iniciativas de microcrédito para as comunidades pobres, indígenas e das comunidades locais com grande potencial para o ecoturismo. A este respeito, salientamos a importância de estabelecer, se necessário, orientações e regulamentação adequadas, em conformidade com as prioridades e as leis nacionais, para promover e apoiar um turismo sustentável.*

Em ambos os artigos, podemos observar um firme compromisso com o turismo sustentável. Nesse caso deve ser sempre tido em conta que deve ser baseado no equilíbrio entre as três componentes ambiental, sociocultural e económica; centrado no território e no envolvimento dos diversos atores e agentes, entre os quais, as comunidades e as autoridades locais, são fundamentais para a realização do turismo, como conhecedores e protectores ecológicos do património cultural e natural.

Não adianta promover qualquer "maquiagem verde" duma actividade turística que não seria realmente sustentável. Como a médio e longo prazo vai revelar o seu verdadeiro carácter, os habitantes da comunidade local onde a actividade é baseada, assim como os turistas que chegaram de visita, sentir-se-ão enganados e decepcionados.

#### **1.2.4. Desenvolvimento Sustentável na Europa – A Carta Europeia do Turismo Sustentável.**

##### **Carta Europeia de Turismo Sustentável nas Áreas Protegidas (CETS) (1995-1998).**

A Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS) é uma iniciativa que visa alcançar progressos reais nos princípios do turismo sustentável em espaços naturais protegidos, dando uma acreditação para aqueles que assumiram o compromisso de cumprir este objectivo. A CETS foi desenvolvida entre 1995 e 1998, como um instrumento de planeamento e investimento para o turismo sustentável, e é financiada pelo programa LIFE da União Europeia.

A Carta define o Turismo Sustentável como *"Qualquer forma de desenvolvimento, infraestrutura ou actividade turística que respeite e preserve no longo prazo os recursos naturais, culturais e sociais, e que contribua de maneira positiva e equitativa para o desenvolvimento económico e para a satisfação dos indivíduos que vivem, trabalham ou visitam as Áreas Protegidas"*.

A Carta permite ao signatário de espaço protegido,

- a ser distinguido na Europa como um território de excelência no domínio do turismo sustentável;
- definir objectivos ambiciosos no domínio do turismo sustentável;
- melhorar a forma de trabalhar com os seus parceiros;
- envolver mais profissionais de turismo na sua política;
- influenciar sobre o desenvolvimento do turismo no seu território;
- reforçar a sua acção de sensibilização dos visitantes;
- favorecer o desenvolvimento socioeconómico que é reverente com o ambiente no seu território;

- desenvolver produtos de turismo de qualidade e respeitosos com o meio ambiente;
- possuir um instrumento de controlo para efectuar um acompanhamento e avaliação da política de turismo realizada no seu território;
- reforçar a sua credibilidade perante o público e aqueles que os financiam.

Permite definir também uma estratégia no médio prazo (5 anos) em favor do desenvolvimento sustentável do turismo no território. Tal estratégia deve ser apresentada num formato de Plano de Acção, que definirá o compromisso da empresa com os seguintes princípios:

- Protecção e valorização do património natural e cultural;
  - Respeito para a capacidade de acolhimento.
  - Melhoria do património.
  - Conservação dos recursos naturais.
  - Contribuição da empresa para a conservação do património.
- Melhoria da qualidade da oferta;
  - Estudo de mercado.
  - Controle de qualidade.
  - Busca de novos clientes.
- Sensibilização dos visitantes;
  - Educação e Interpretação.
  - Informações para visitantes.
  - Actividades adequadas de comercialização e promoção.
- Desenvolvimento de Turismo específico da área;
- Formação de pessoal;
- Preservação e melhoria da qualidade de vida da população local do espaço protegido;
- Desenvolvimento Económico e Social;
  - Apoio para a economia local.
  - Desenvolvimento de novas oportunidades de emprego.
- Controle do número de turistas;

- Conhecimento do fluxo de visitantes.
- Canalização do fluxo de visitantes.
- Controle de tráfego.
- Integração e gestão das infraestruturas turísticas.

Já existe um bom número de boas práticas neste âmbito, e periodicamente realizam-se reuniões onde podem partilhar e coordenar as actividades entre as diferentes áreas protegidas que vão aderir à Carta, comprometendo-se a alcançar os dois grandes objectivos que a carta promove:

- Aumentar o interesse e o apoio às Áreas Protegidas como parte fundamental do património que deve ser preservado e apreciado pelas gerações presentes e futuras.

- Qualificar o desenvolvimento e a gestão do turismo sustentável nas Áreas Protegidas, tendo em conta as prioridades ambientais, da população local, das empresas locais e dos visitantes.

Novamente a ideia de sustentabilidade perseguida implica um compromisso de uma mesma geração e entre gerações diferentes.

### **1.2.5. Turismo sustentável em Portugal - O caso da Região do Algarve.**

No **PRIAlgarve Plano Regional de Inovação (2007)**, no que ao turismo respeita, prevê que “*entre os produtos turísticos complementares e emergentes estão identificados como potencialidades regionais (recursos, iniciativa, mercado...), os seguintes:*

- *Turismo do Golfe, com perfil de despesas gerador de efeitos sobre a fileira do turismo e lazer;*
- *Turismo náutico, com condições naturais de excelência na costa algarvia;*
- *Turismo de cruzeiros, a beneficiar da reestruturação das áreas portuárias e fluviais;*
- *Turismo de eventos, contribuindo para a correcção da sazonalidade;*

- *Turismo de congressos e conferências, a beneficiar do incremento das relações de cooperação inter-regional e transnacional;*
- *Turismo de natureza, tendo como suporte um vasto património natural que se estende em valores naturais da serra algarvia à orla costeira;*
- *Turismo rural e ambiental, valorizado por especificidades regionais do Barrocal e da Serra Algarvia;*
- *Turismo de Saúde e Talassoterapia, beneficiando de condições climatéricas e naturais e dos fluxos residenciais de aposentados do Centro/Norte da Europa” (PRIA Algarve, 2007:40-41).*

O turismo do Algarve, tal como se desenvolveu até agora, tem explorado a fórmula de sol e praia, e sem dúvida vai continuar a ser uma das suas maiores atrações, mas o importante é a diversificação em termos de como esses recursos promovem iniciativas de turismo mais diversificado, que por sua vez, irão atrair visitantes muito diferentes.

Como parte integrante, o turismo rural na região do Algarve, assume um grande potencial na promoção de práticas de turismo que tiram vantagem da singularidade da sua herança histórico-cultural, revelada não apenas em termos de formas únicas de construção que remontam à antiguidade (tanto civis e religiosas, e de configurações urbanas e rurais), não fora também, muito particularmente no que diz respeito à cultura dos habitantes das pequenas cidades, vilas, aldeias e lugares espalhados por toda a região.

É de notar o esforço especial do arquitecto José Manuel Fernandes, no seu empenho para recolher e obter informação acerca de todas essas arquiteturas, compartilhar tais conhecimentos e divulgar em diversas publicações que ajudam na promoção do turismo e do seu património.

E como ele mesmo diz numa de suas publicações, o Algarve sempre foi *“uma região portuguesa plena de carácter, beleza e individualidade, o Algarve sofreu ao longo do século passado profunda mutação, através de um desenvolvimento muito dependente de o turismo internacional, que alterou para sempre a*

*sua paisagem natural e construída, por vezes de modo brutal e negativo.”*

*Nas últimas décadas tem havido um esforço meritório por parte das entidades responsáveis e intervenientes no planeamento e gestão do território, no sentido de corrigir, melhorar e requalificar muitos dos espaços urbanos e rurais existentes- orientando o desenvolvimento para uma visão mais integral e integradora da vida colectiva”* (Fernandes e Janeiro, 2005:7).

No âmbito do património cultural do Algarve, há ainda alguns elementos, tais como o Parque Mineiro da Cova dos Mouros, localizado na freguesia de Vaqueiros, concelho de Alcoutim, cujo potencial turístico ainda tem que ser descoberto, não só fora de Portugal, mas mesmo para os próprios visitantes nacionais. *“Este Parque surgiu de uma velha mina de cobre e ouro. Proporciona um circuito pedestre em redor das antigas minas, além de reconstituições históricas, desde há 5 mil anos até ao início do século XIX. Neste passeio, o visitante, pode ainda conhecer uma aldeia primitiva e um forte, datados de 2500 A.C.”* (Costa e Martins, 2009:60), uma experiência única que transporta o visitante no espaço e no tempo, confrontando-o com a história do lugar, desde tempos imemoriais, dando continuidade á sua utilização, mas agora dentro de uma prática de turismo educacional, que aproxima moradores e visitantes.

A Gastronomia e a Enologia também fazem parte do património cultural que podem gerar novas propostas de turismo para a região, não apenas com base em datas ou celebrações específicas que são desenvolvidas ao nível dos grandes eventos sobre uma base anual. A gastronomia do Algarve, como em outras áreas geográficas, é o resumo dos encontros e dos desencontros e *“foi amadurecida ao longo dos tempos pelo encontro das culturas marítima e serrana, pelo encontro dos povos antigos, fenícios e cartagineses, com os romanos, e destes com os árabes. Enriqueceu-se através da relação estabelecida pelos portugueses com o mundo e pelo encontro das religiões orientais com a muçulmana, a judaica e a cristã.*

*Mas também foi “escrita” por desencontros: por períodos de fome e de abundância; pelo desaparecimento de produtos e a “invasão” de outros, pela escolha de certos processos gastronómicos e o abandono de outros”* (CCDR Algarve, 2005a:23).



No caso do vinho João Pedro Bernardes e Luís Filipe Oliveira escrevem que *“a vinha e o vinho pareciam ter, contudo, uma importância decisiva na história do Algarve. Quase tudo o sugería, desde a natureza dos solos e o clima da região às primeiras notícias do contacto com tal bebida, reveladas por vestígios arqueológicos com mais de dois mil anos... Por tímida que seja, a renovação das vinhas e das técnicas de produção de vinho, através do recurso a novos saberes e à introdução de outras castas, permite hoje falar do “renascer de uma velha tradição” (CCDR Algarve, 2006a:11-12).*

Nesta área temática importa preservar, potenciar e aproveitar formas tradicionais e criativas de condimentar e preparar alimentos, cozinhar e criar vinhos, promovendo-os em pequenas rotas estáveis durante todo o ano, em estabelecimentos de hotelaria e de restauração, mas também em pequenas explorações agrícolas, adegas e acomodações que estão empenhadas em divulgar estes produtos típicos locais.

A natureza do Algarve é excepcional e única, inúmeras espécies da região, tanto animais como vegetais, são endémicas da área e não podem ser encontradas ou vistas em qualquer outro lugar, e tal como refere José António de Campos Correia *“neste contexto, as plantas autóctones deverão constituir um elemento de valorização e de definição da sua personalidade. Desde logo, porque o Algarve se revela, no contexto nacional atlântico, pelo seu carácter mediterrânico, que o distingue com uma outra cultura, de sabores, luz, temperamentos e paisagens.*

*As plantas autóctones podem e devem assumir o seu papel na requalificação e na afirmação da região. É com elas que as populações locais melhor se identificam, é nelas que muitos visitantes poderão reconhecer a personalidade singular do extremo sul de Portugal Continental” (Santos Pessoa, Rosa Pinto e Rocha Alexandre, 2004:7-8).*

Entre os fatores do turismo de natureza já desenvolvidos, estão a observação de pássaros e de golfinhos, em alguns dos espaços naturais mais privilegiados na região do Algarve, com lugares deslumbrantes como a Reserva Natural de Castro Marim, o Parque

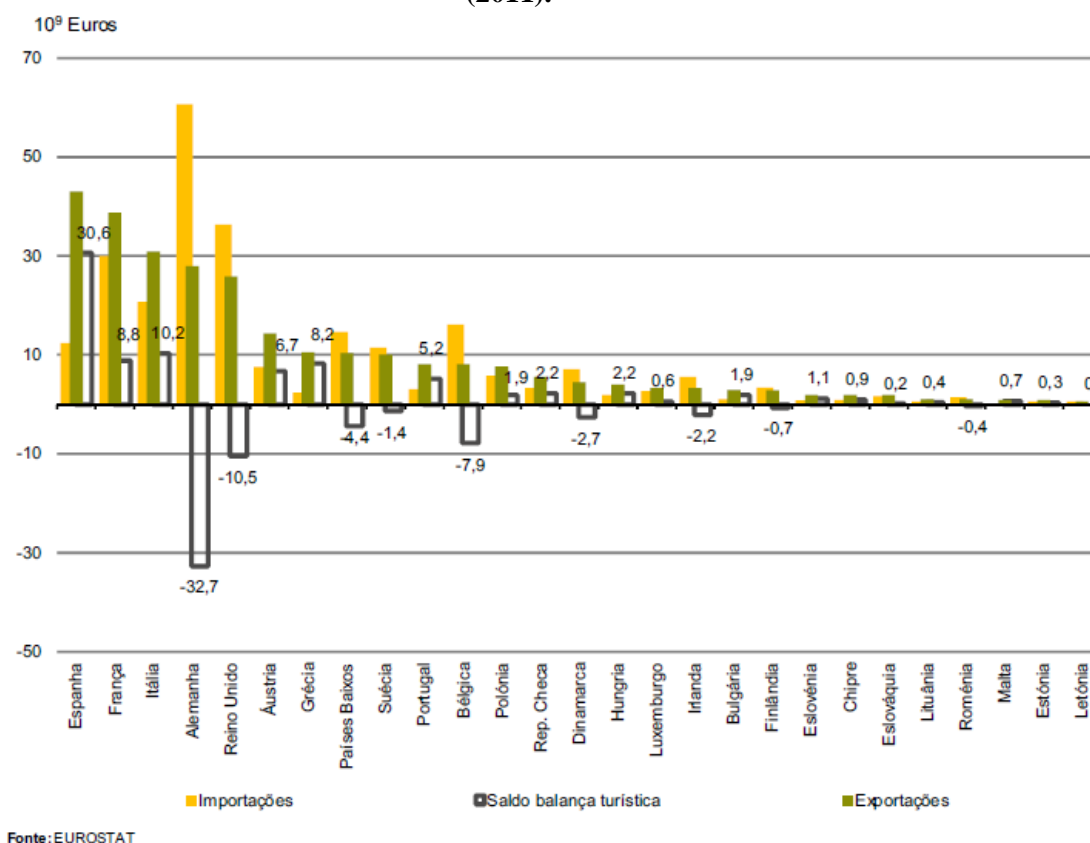
Natural da Ria Formosa e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (conhecido como o paraíso dos flamingos) numa das extremidades da costa algarvia, e a Costa Vicentina na outra.

A fauna e a flora algarvias são certamente elementos naturais com muito potencial ainda a ser capaz de atrair outros tipos de turismo em toda proposta sustentável desejada.

## 2. ESTADO DA ARTE.

O turismo, principalmente nos países mais desenvolvidos, assumiu uma importância extrema, quer como actividade económica quer como direito dos cidadãos ao lazer, beneficiando da curiosidade em conhecer gentes e lugares, aproveitando a facilidade de deslocação, a necessidade de fuga ao *stress* quotidiano, o acesso a férias e a rendimentos maiores, o turismo é hoje a segunda maior indústria do Planeta (Cravidão, 1998), de que resulta um fluxo crescente de pessoas, movimentando grandes interesses económicos. Segundo as estimativas do 2014 da OMT Organização Mundial do Turismo referem que este “crescerá a nível mundial até 2030 a um ritmo de 3,3% ao ano, com mais 40 a 43 milhões de turistas por ano, até essa data (PwC, 2014: 6)”.

**Figura 3: Balança turística dos países da União Europeia (2011).**



Fonte: INE, *Estatísticas do Turismo 2011*.

A economia que gera a indústria do turismo em Portugal é muito importante, e como se pode ver na Figura 3 o saldo da balança

turística em Portugal é positivo. Este saldo estabelece a diferença entre as receitas relativas às divisas dos turistas internacionais que chegam a Portugal (exportações) e as despesas que gastam os portugueses que viajam no estrangeiro (importações), em milhares de milhões de euros.

O saldo da balança turística atual, que faz a diferença entre receitas e despesas do turismo é de “5,2 mil milhões de euros em 2011, mais 13% relativamente ao ano anterior” (INE, 2012:16).

E, embora esta balança melhorasse, Portugal continua a ocupar o sexto lugar a nível europeu. Os dois primeiros lugares são ocupados por dois outros países da Bacia Mediterrânea com características semelhantes a Portugal, e que também fixam muito de seu turismo com base na equação de sol e praia.

Espanha e Itália, com “saldos mais favoráveis da balança turística, com 30,6 e 10,2 mil milhões de euros, respetivamente” (Ibid: 16), continuam a liderar a balança turística a nível europeu, até mesmo a Grécia alcançou o quarto lugar, com um saldo de 8,2 mil milhões de euros, enquanto todas essas economias sofrem a mesma crise que afeta também Portugal. Tudo isso sugere que Portugal ainda pode melhorar significativamente a sua balança turística, atraindo um maior número de visitantes e trabalhando em propostas de turismo mais diversificado.

As estatísticas da Consultora PwC PricewaterhouseCoopers de 2014 estimam que “o Turismo em Portugal contribui com cerca de 46% das exportações de serviços e mais de 14% das exportações totais (PwC, 2014: 1)”, e segundo os dados da Organização Mundial do Turismo (OMT) referidos no Diário Económico (26/09/2015)<sup>8</sup> “com um aumento de 4% nas chegadas internacionais de turistas no primeiro semestre de 2015 [para um total de 538 milhões], o setor mantém-se numa trajetória ascendente que se estima venha a culminar em 1,8 mil milhões de turistas internacionais no ano 2030” no caso de Portugal.

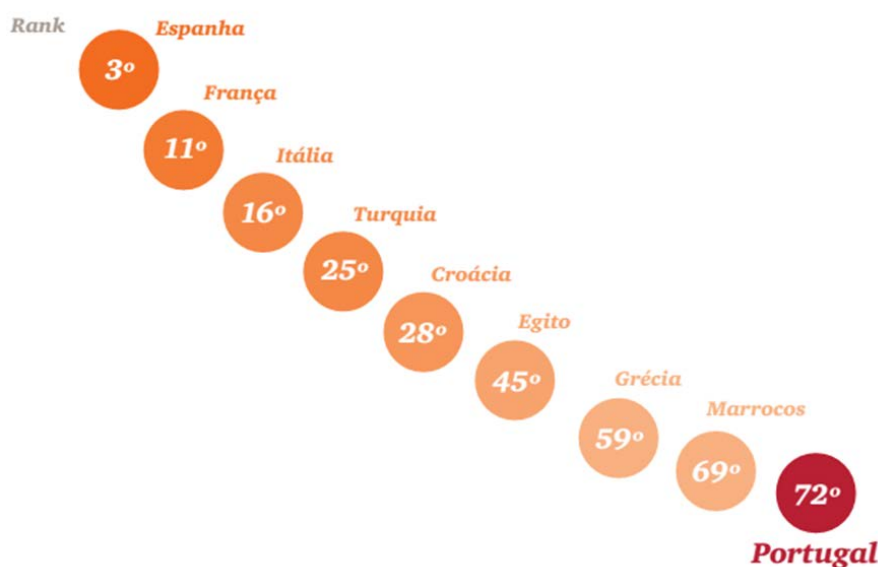
Em comparação com o nosso vizinho mais próximo e concorrente como é Espanha, existem passos em positivo e outros nem tanto. Segundo o mesmo Diário Económico (21/09/2015)<sup>9</sup> o número das

<sup>8</sup> [http://economico.sapo.pt/noticias/dia-mundial-do-turismo-assinala-impacto-do-setor-no-emprego-e-crescimento-economico\\_229995.html](http://economico.sapo.pt/noticias/dia-mundial-do-turismo-assinala-impacto-do-setor-no-emprego-e-crescimento-economico_229995.html)

<sup>9</sup> [http://economico.sapo.pt/noticias/turistas-gastam-por-dia-28-milhoes-no-pais\\_229422.html](http://economico.sapo.pt/noticias/turistas-gastam-por-dia-28-milhoes-no-pais_229422.html)

“dormidas de estrangeiros aumentaram 7,1%. O Governo considera que Portugal pode aproveitar as oportunidades do turismo internacional "melhor que o nosso concorrente" [Espanha]. Os turistas estrangeiros gastaram 28,3 milhões de euros por dia entre Janeiro e Julho deste ano, um aumento de 12% face aos 25,2 milhões despendidos no mesmo período do ano passado”.

Mas a mesma Consultora PwC alerta para algumas deficiências e fraquezas significativas no planeamento do turismo de Portugal, sendo uma das mais importantes a falta de estatísticas adequadas sobre o turismo em Portugal, como pode ser visto na posição ocupada por Portugal (72) contra a de Espanha (3) nos dados da Figura 4. Além duma falta “de uma forte estratégia para melhorar o conhecimento da procura nos mercados-alvo, e na diversificação de produtos que permita a alteração da proposta de valor e o reposicionamento da oferta nacional [já que] uma estratégia de mercado, sem base analítica, que sustente um quadro de orientações específico e objetivo, com relevante conhecimento dos mercadosalvo, dificilmente é consentânea, compreensível ou sequer planeável, materializável e monitorizável (PwC, 2014: 17)”.



**Figura 4: Qualidade e cobertura da informação estatística disponível para o Turismo. Fonte: WEF World Economic Forum – Travel and Tourism Competitive Index 2013 (PwC, 2014: 17).**

Em materia de apoio a procura de estatísticas para o turismo “a Turespaña previa no seu orçamento para 2012 uma verba de 4

milhões de euros para investimento em informação estatística (PwC, 2014: 18)”.

Outra vantagem que a Espanha sabe gerenciar é a presença da sede da OMT em Madrid, com um Convenio que foi novamente assinado em 2015. E não é por acaso que uma das principais feiras internacionais de turismo também tem lugar em Madrid, a FITUR Feira Internacional de Turismo, que só em 2015 teve 222.551 participantes, dos quais 125.084 foram participantes profissionais, com 9.419 expositores, de 165 países e regiões, com 7.398 jornalistas e blogueiros registrados e a presença de 200 ministros e autoridades (FITUR, 2015: 3).

Portugal olha para os pontos fortes e fracos dos seus concorrentes, e no Plano do Marketing Turístico do Algarve (2015-2018) observam-se os seguintes recursos de Estratégia do Turismo da Espanha:

- Aposta no mercado interno;
- Requalificação de áreas turísticas maduras;
- Combate à sazonalidade;
- Promoção da cooperação turística;
- Desenvolvimento de uma base diversificada de produtos turísticos, complementares ao sol e mar;
- Potenciação da qualidade percebida;
- Valorização das experiências dos turistas, assentes na identidade e singularidade dos destinos;
- Aumento da notoriedade do destino, privilegiando os meios online;
- Melhoria do serviço prestado;
- Desenvolvimento de ferramentas de CRM (Customer Relationship Management);
- Diversificação de mercados emissores;
- Aumento do poder da marca turística Espanha. (Turismo de Portugal, 2014: 71)

Portugal e Espanha partilham a fronteira mais antiga da Europa (Jurado Almonte, 2014: 115), com relações hostis por muito tempo, que separavam os dois países e os seus povos até muito recentemente. A integração mais óbvia foi em 1991 que "marca o início de um conhecimento mais profundo do território do outro lado da fronteira. O evento: a abertura da Ponte Internacional sobre o Guadiana (Jurado Almonte, 2013b: 119)”.

A inauguração do Ponte Internacional e da nova estrada de alta capacidade (o A-49 no lado espanhol e A-22 / IP-1 no lado Português) mudaram radicalmente os fluxos humanos e económicos de todo o Atlântico Sul (Jurado Almonte, 2014: 130). Mas novamente parece que a Espanha jogou melhor com as suas cartas, é assim que “Ayamonte e a Costa Ocidental de Huelva beneficiaram mais do aeroporto de Faro e com a chegada de turistas estrangeiros (Ibid: 130)”.

A autoestrada em direcção a Portugal<sup>10</sup>, longe de ajudar para um fluxo maior desde Espanha, tem levantado inúmeros problemas, desde o desenho do projeto, mas ainda mais a partir da decisão de cobrar portagens automatizados, cujos dispositivos também eram mais complicados para os visitantes estrangeiros, e ainda hoje continua a ser menos movimentada do que o inicialmente fora previsto, fazendo com que muitos desistam, ou, congestionando a mais que saturada e perigosa estrada nacional 125.

Portugal, e especialmente o Algarve, devem aprender com maior facilidade e rapidez para lidar com as mudanças na estratégia de turismo, cooperando, como faz a Espanha. "Não é plausível ou viável uma monocultura turística, especialmente a fim de manter e beneficiar o seu património natural e cultural (Jurado Almonte; Pazos García, 2014b: 14)". Um turismo tão intensivo como o da região algarvia traz muitos problemas como "excessiva concentração turística e urbana na zona costeira desde Faro até Lagos, uma muito elevada especialização turística (o que implica vulnerabilidade) em comparação com outros sectores da economia e dependência de capitais e mercados internacionais (Jurado Almonte, 2013a: 103)". Pode ser que olhando-se no vizinho para cooperar com ele em vez de competir possa trazer novas perspectivas a esse respeito.

Ao expandir-se, o turismo provoca efeitos multiplicadores, que não se sentem só directamente (através do aumento do emprego, do produto e de divisas), mas que se propagam ao longo de toda a matriz intersectorial (agricultura, indústria alimentar, construção civil, equipamentos, têxteis, etc...), contribuindo, desta forma, para a melhoria do nível de vida das populações das regiões onde essa expansão acontece.

---

<sup>1010</sup> <http://barlavento.pt/opiniao/a22-a-autoestrada-da-hipocrisia-politica>

E, se não podemos esquecer que muitas vezes o turismo revela ser uma actividade frágil, no sentido em que sente, quase de imediato, as crises regionais, nacionais e internacionais (o que se ameniza com a diversificação de mercados de procura), também não podemos esquecer a importância que assume na modernização do sector produtivo, quer pelos contactos que permite, quer pelo que favorece no que diz respeito à inovação e à qualificação dos recursos humanos regionais e locais.

Nas últimas décadas, assistimos a uma evolução importante da actividade turística, resultante de novas condições (Butler, 1998; Carqueja, 1998), das quais destacamos:

Maior facilidade de transportes e melhor organização e diversificação de viagens;

Alteração dos padrões de consumo tradicionais motivada pelo aumento dos rendimentos das famílias, nos países mais desenvolvidos;

Diversificação dos períodos de férias;

Aumento substancial dos tempos livres, nomeadamente pela redução dos horários de trabalho e, principalmente, pela antecipação de reformas;

Aproximação a conceitos turísticos diferentes, valorizando o contacto com a Natureza, o Ambiente e o Património;

Internacionalização e globalização das economias mais desenvolvidas, permitindo o incremento do movimento de pessoas, bens e ideias e estimulando a competitividade, a cooperação e os intercâmbios;

Saturação dos destinos turísticos tradicionais.

Tais condições implicam o surgimento de um turista diferente, mais conhecedor, mais exigente, em suma, mais consciente dos seus direitos, para o qual a única resposta está no incremento da qualidade, da diversidade e da capacidade de resposta da oferta turística.



Ao turismo de sol e praia no Verão e de neve no Inverno, que determinaram os velhos destinos turísticos, respondem agora novos destinos, culturais, rurais, de natureza, de aventura, de negócios, etc..., que em complementaridade, ou mesmo, em alternativa, se afirmam cada vez mais no mercado. Desta forma, assiste-se ao declínio de velhos hábitos e ao surgimento de uma panóplia de destinos, imaginativos, exóticos, de interesse cultural e/ou ambiental, constituindo um conjunto de oportunidades para o desenvolvimento das zonas de interior, (Ribeiro, 1999).

Frente ao turismo tradicional dos 3 S (Sun, Sea and Sand – Sol, Mar e Praia) Licínio Cunha (1997)<sup>11</sup> detecta um “*novo turismo*” identificado pelas outras 3 S (Sophistication, Specialization and Satisfaction – Sofisticação, Especialização e Satisfação). Novos tipos de turismo para atrair novos tipos de turistas, com uma pressão diferente, mas que, se não se cuidar adequadamente, podem também tornar-se massificação para esses destinos.

Assim, este início do séc. XXI caracteriza-se pela segmentação da oferta e da procura e pela importância que é dada à qualidade dos serviços prestados. Aquela segmentação não se limita, porém, aos espaços e aos interesses individuais, tem também a ver com a variável do tempo, ou seja, com a partição das férias em pequenos períodos, de três ou quatro dias, aproveitando feriados, “pontes” ou eventos. Tudo isto ligado a diferentes idades, interesses e modos de vida, de que resulta um sem número de alternativas da parte da oferta turística.

No actual contexto de crise a nível europeu, Portugal é um dos países mais afetados, o que faz com que o turismo também seja afetado, confrontado com esta situação inovar torna-se obrigatório a fim de lidar com os efeitos da crise.

Essa inovação deve ser realizada em diferentes níveis, inovando em termos dos diversos tipos de turismo oferecidos, a fim de ser capaz de atingir um número maior de turistas. Por um lado devem ser tidas em conta as suas características, diferenciando-se por idades, classes sociais, familiar..., bem como interesses por realizar, podendo optar por, nomeadamente, um turismo de repouso e relaxamento, ou por um turismo e aventura activa...; e por outro lado, para além de diversificar a oferta, é muito importante

---

<sup>11</sup>Citado em (Gomes Maricato, 2012:16)

diversificar as fontes da procura, colocando Portugal como país com potencialidades de oferta turística diferente por comparação a outros países de Europa não afetados pela crise, e a outras regiões do mundo, países emergentes, tais como a Índia, a Rússia e a China, para além dos países árabes da denominada zona de petróleo, que já beneficiam dessa dinâmica ao longo do tempo.

	Mundo		Portugal	
	Chegadas <sup>1</sup>	Receitas <sup>2</sup>	Chegadas <sup>1</sup>	Receitas <sup>2</sup>
1950	25,3	2,1	n.d.	n.d.
1960	69,3	6,9	n.d.	n.d.
1970	165,8	17,9	1,6	n.d.
1980	278,1	104,4	2,7	n.d.
1990	439,5	270,2	8,0	3,6
2000	687,0	481,6	12,1	5,2
2010*	1.006,0	1.500	13,6	n.d.
2020*	1.561,0	2.000	22,0	n.d.

Legenda: <sup>1</sup> - 10<sup>6</sup> - pessoas; <sup>2</sup> - 10<sup>9</sup> US\$ (preços correntes); n.d. - não disponível;

\* - Estimativa.

Fonte: WTO (2000, 2001b, 2008); WTTC (2007)

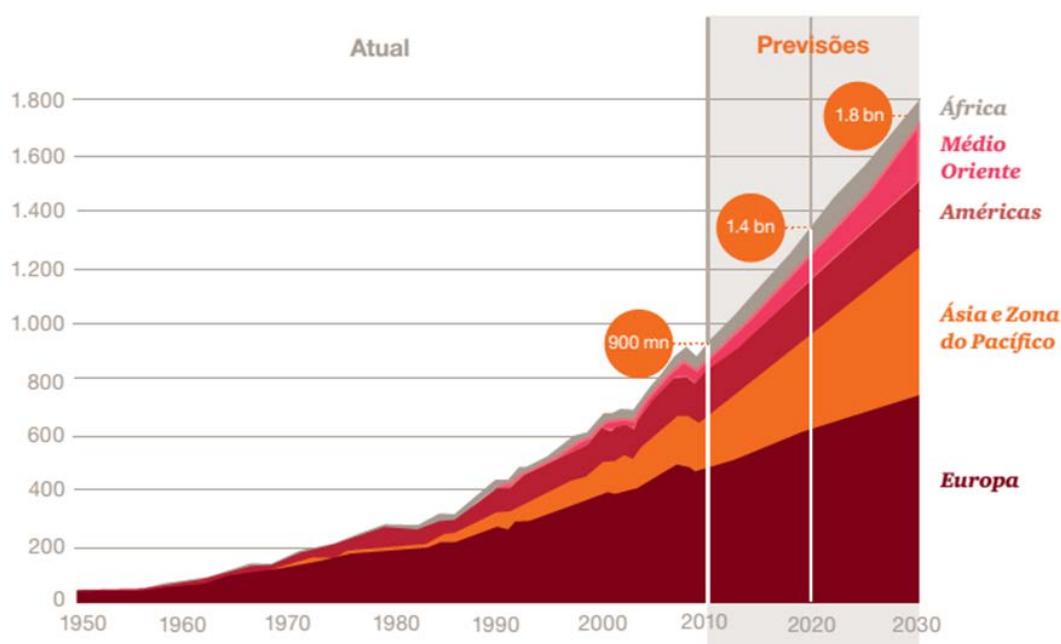
**Tabela 3: Evolução do Turismo, por chegadas internacionais e receitas.**

Como podemos observar na Tabela 3 (Assis Pacheco dos Santos, 2010: XXV) os dados estimados pela Organização Mundial do Turismo OMT até 2020, continuaram uma tendência ascendente em todo o mundo, também em Portugal, e embora estas estimativas tivessem sido feitas antes da crise financeira global, o aumento será um fato, mesmo que esse aumento possa ser menor na realidade.

Na verdade, a adaptação da oferta tem vindo a ocorrer através da diversificação e inovação das actividades de animação, na melhoria da qualidade da hotelaria e restauração, no aproveitamento de infraestruturas já existentes (casas urbanas antigas, solares rurais, antigas fábricas, velhos mercados, etc...) na sua recuperação, reabilitação, modificação, transformação e beneficiação para estabelecimentos hoteleiros, museus, espaços de lazer e de gastronomia, assim como na implementação de novos equipamentos e serviços, nomeadamente hotéis, restaurantes, parques e recintos desportivos, para além de serviços de apoio, como segurança, postos de bombeiros, hospitais, bibliotecas, teatros, salas de congressos e parques de diversões.

O atentado terrorista ocorrido a onze de Setembro de 2001 nos Estados Unidos da América veio trazer outras especificidades a esta actividade. No início, fez retrair a procura e, posteriormente, optar por destinos que, à partida, garantam melhor segurança para os turistas. Assim, a oferta terá que realizar um esforço complementar, para fazer passar a ideia que determinada região apresenta baixos índices de criminalidade e reduzida hipótese de ser alvo de atentados ou graves perturbações da ordem pública que coloquem em causa a segurança e integridade física.

Ora, tirar partido deste conjunto de condições físicas, culturais, económicas, ambientais e psicológicas exige um planeamento sério, integrado, visando um leque de acções tendentes a responder às claras exigências da procura actual. Este planeamento, a partir de problemas, questões e recursos devidamente identificados deve ser feito em diálogo com todos os agentes, públicos e privados que, no terreno e com a sua actividade, possam incrementar a atractividade de cada região (Partidário, 1998).



**Figura 5: Chegadas de Turistas Internacionais por Regiões – Previsão 2030.**

Fonte: OMT/UNWTO (PwC, 2014: 6)

As estimações da Organização Mundial do Turismo (OMT) recolhidas pela Consultora PwC na Figura 5, mostram os seus resultados mais imediatos de crescimento para o turismo com destino à Europa, conforme refletido no artigo do Diário

Económico, (26/09/2015)<sup>12</sup> onde “a Europa é a região mais visitada do mundo e, até junho, liderou o crescimento do setor com as chegadas internacionais de turistas a aumentarem 5%, impulsionadas pelo euro mais fraco. O crescimento registado na Europa foi particularmente sentido nos países do Centro e do Leste europeu (mais 6%), mas também a Europa Ocidental, o Norte da Europa e os países mediterrâneos do Sul, cada um com uma subida de 5%, superaram a média mundial”.

Nesta linha de pensamento surgiu em finais de Abril de 1995 a realização da Conferência Mundial do Turismo Sustentável, em Lazarote, Espanha, cujos participantes “conscientes da realidade do turismo como fenómeno de alcance mundial”<sup>13</sup> que, pode por si mesmo, constituir uma importante referência para o desenvolvimento económico, social e cultural de vastas áreas do Planeta, partem dos seguintes corolários:

A actividade turística tem-se caracterizado pela contradição dos efeitos, trazendo fluxos importantes a regiões até então desfavorecidas, mas ao mesmo tempo, provocando a degradação ambiental e, tantas vezes, a aculturação das populações autóctones;

Os recursos endógenos em que normalmente se baseia a actividade turística não são inesgotáveis, pelo menos tendo em conta o aumento da exigência de qualidade da procura;

Porém, a actividade turística representa uma janela de oportunidades no multiculturalismo tão necessário ao equilíbrio das sociedades no actual processo de globalização;

Reconhecendo os princípios consagrados na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e as decisões complementares que corporalizam a Agenda 21 da mesma reunião;

Partindo do afirmado na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nas declarações anteriores destinadas à actividade turística: - Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, Declaração de Haia e a Carta do Turismo e o Código do Turista;

---

<sup>12</sup> [http://economico.sapo.pt/noticias/dia-mundial-do-turismo-assinala-impacto-do-setor-no-emprego-e-crescimento-economico\\_229995.html](http://economico.sapo.pt/noticias/dia-mundial-do-turismo-assinala-impacto-do-setor-no-emprego-e-crescimento-economico_229995.html)

<sup>13</sup> Carta do Turismo Sustentável (1995) saída da Conferência Mundial do Turismo Sustentável, realizada em 27 e 28 de Abril de 1995, em Lazarote, Ilhas Canárias, Espanha.

Partindo do princípio que é fundamental preservar e reforçar a dignidade humana, quer das populações residentes, quer dos turistas;

Conscientes de que nada se fará sem a existência de parcerias entre os diversos actores envolvidos no sector do turismo;

Defendendo que a actividade turística, necessariamente diversa e complexa, não deve apenas preocupar-se com os objectivos económicos, financeiros e físicos de cada destino em particular, mas também e com igual empenho, no futuro das populações autóctones.

No fundo trata-se de equacionar a relação biunívoca entre o Turismo e os Recursos Naturais, de uma forma interdependente, ou seja, que o turismo depende muito da qualidade dos recursos naturais existentes, mas essa qualidade depende, também, num grande número de aspectos, do efeito que a actividade turística provoca ao explorar a existência daqueles recursos.

Porém, esta relação encontra inúmeros obstáculos, a maior parte deles expressos na dificuldade em adaptar os objectivos económicos e financeiros dos investimentos das empresas turísticas à *capacidade de carga ambiental*, ou seja, “às limitações e oportunidades criadas por contextos ambientais específicos” (Partidário, 1998), ou também com a capacidade de recepção de máximo de um território sem comprometer, nem quebrar o ecossistema, devemos ter em consideração estes limites ambientais impostos sobre os limites físicos ao conceber a recepção de turistas em qualquer destino.

Estas propostas turísticas devem responder às diferentes *dimensões da capacidade de recepção de turistas* segundo o Professor Alejandro López López<sup>14</sup>:

1. A *dimensão ecológica* da capacidade para o turismo está relacionada com a capacidade do ambiente natural para responder ao uso do turismo (qualidade do ar e da água, a poluição sonora, a degradação paisagística, equipamentos ambientais, etc.). Os diferentes tipos de turismo devem ser conscientes desta dimensão,

---

<sup>14</sup> Adaptado de (López López, 2005a:341)

para não saturar em nenhum dos casos os recursos naturais disponíveis.

2. A *dimensão física* da capacidade para o turismo está relacionada com a infraestrutura básica disponível (abastecimento de água, capacidade e condições dos esgotos, disponibilidade de estacionamento, a infraestrutura de transportes, capacidade de acomodação, a diversificação da oferta do hotel...). Juntamente com a dimensão ecológica são os dois aspectos mais limitantes, uma vez que não podem ser prorrogadas ou alteradas, na mesma medida que o resto das dimensões que definem a capacidade de recepção.

3. A *dimensão económica* está relacionada com a capacidade do destino de absorver as funções turísticas sem incomodar ou colocar pressão sobre o desejável desenvolvimento das actividades locais. Existe um elemento importante a considerar, é a sazonalidade do turismo, pois se esta é a fonte económica principal do destino, condicionará e muito o mercado de trabalho e a economia local inteira envolvida, por isso é fundamental desde a concepção.

4. A perspectiva *da comunidade residente* é o aspecto social da capacidade para o turismo. Está relacionada com a capacidade de um destino para absorver o turismo sem essa actividade gerar efeitos negativos para a população local. Esta dimensão tem de ser dirigida às relações entre visitantes e moradores, que é baseada no respeito mútuo, e que a comunidade de acolhimento sentir-se-á envolvida nas actividades do turismo promovido e em benefício de todos os tipos que ela gera.

5. A perspectiva *dos visitantes* sobre a capacidade de acolhimento inclui todos esses fatores da área-alvo que influenciam a satisfação dos visitantes. Na medida em que o visitante experimente uma maior satisfação durante a sua estadia, os melhores resultados e a publicidade podem ser elaborados, e irá aumentar o número de visitantes no futuro.

6. A *dimensão política* está relacionada com a capacidade organizativa de um destino para coordenar diretamente a gestão do turismo. Apesar de tal como as outras dimensões também ser limitativa, o fato de termos tantos e tão diversos atores envolvidos no mesmo, em alguns casos evita; mas noutros promove o sucesso das iniciativas do turismo que são promovidas. É importante a

participação dos sectores privado e público, mas é essencial que este envolvimento seja acompanhado por uma vontade política real especialmente a nível local, somente desta forma, poderemos alcançar resultados no longo prazo, de modo a permitir que a prática de um turismo sustentável, possa regular e controlar o restante dos elementos e dimensões envolvidas. <sup>[Nota do Autor]15</sup>



Segundo Partidário (1998) tais dificuldades devem-se principalmente às diferentes escalas temporais que estarão associadas tanto ao desenvolvimento da actividade turística como à gestão ambiental e cultural do espaço regional ou local, na clara interdependência manifestada na Figura 6.

Assim, nem o empresário turístico nem o gestor público conhecem ou prevêem as respostas do meio ambiente aos estímulos provocados por alterações (sejam pequenas ou grandes) ao seu equilíbrio, e que se fazem sentir mais tarde, por vezes após o período estudado para o investimento, e pondo em causa a própria sustentabilidade do empreendimento. Nesse sentido imperioso se torna recorrer ao contributo indispensável de especialistas para melhor conhecer e minimizar o impacto sobre o meio ambiente, esses especialistas introduzem a análise e o diagnóstico por forma a melhorar resultados ao nível do impacto ambiental antes de qualquer acção/intervenção no meio ambiente, incluindo actividades de turismo.

Tendencialmente, o crescimento muito rápido operado no sector turístico tem tido como resultado diversas consequências negativas para o meio ambiente exercendo uma forte pressão destruidora sobre o património natural e sobre a identidade cultural da região, em virtude de envolver a indevida apropriação de bens naturais,

<sup>15</sup> Nota do Autor: Todas as nomeações e notas que são originalmente escritas em outras línguas, eu tenho traduzido para português.

bem como um planeamento desordenado, ou ausente, que ilustra muitos locais da costa algarvia.

A sustentabilidade requer um planeamento articulado entre desenvolvimento regional, turismo e protecção ambiental.

Assim, e com base neste conjunto de pensamentos e perspectivas iniciais, a **Carta Europeia de Turismo Sustentável (1995)** apela à comunidade internacional, principalmente aos governos e demais instituições e autoridades públicas, aos decisores e agentes intervenientes no processo turístico e aos turistas em geral, para adoptarem os princípios e objectivos contidos na referida Carta, nomeadamente:

O desenvolvimento turístico deverá fundamentar-se sobre critérios de sustentabilidade;

O turismo deverá contribuir para o respeito e preservação dos frágeis equilíbrios que caracterizam muitos destinos turísticos;

Há que ter em conta os efeitos induzidos do turismo no património cultural e na vivência tradicional das comunidades locais;

Para que o turismo represente efectivamente um papel activo no desenvolvimento sustentável é fundamental implementar laços de solidariedade entre os diversos actores envolvidos;

A preservação do ambiente é um objectivo privilegiado para a persecução daqueles laços de solidariedade;

As estratégias e projectos turísticos devem contemplar critérios de qualidade orientados para a preservação cultural e ambiental do destino turístico, num processo participativo com as autoridades locais e a população em geral;

O turismo deve assentar a sua actividade na diversidade de oportunidades oferecidas pela realidade local;

A actividade turística deve contribuir para a melhoria de vida das populações e para o enriquecimento sociocultural local;



Os governos e autoridades competentes devem assegurar um planeamento integrado do turismo na estratégia global de desenvolvimento sustentável;

As iniciativas turísticas que pretendam melhorar significativamente a qualidade ambiental da região onde se inserem, devem ser apoiadas pelos governos e organizações multilaterais que exerçam a sua actividade no âmbito do turismo e/ou meio ambiente;

As regiões em perigo, na óptica ambiental, devem ser privilegiadas na implementação de projectos turísticos sustentáveis;

A diversidade turística da oferta provocará, no médio prazo, uma garantia de estabilidade do mercado;

Os governos, a indústria, as autoridades locais e as ONG's deverão promover parcerias tendentes ao desenvolvimento de investigação na área do turismo e das técnicas de turismo sustentável;

Para a implementação de um turismo sustentável é necessário recorrer a sistemas de gestão turística ambientalmente compatíveis, a estudos de viabilidade, a projectos de demonstração e à cooperação internacional;

A indústria, em colaboração com outros organismos e ONG's, deverá desenhar as acções que se destinem ao desenvolvimento turístico sustentável, avaliando os resultados e trocando experiências.

O transporte de pessoas e mercadorias é importante para o desenvolvimento turístico e, por isso, deverá ser estudado com cuidado, na óptica do desenvolvimento sustentável;

É fundamental a criação de códigos de conduta (boas práticas) que envolvam os principais actores implicados no turismo;

É necessário levar a efeito campanhas de sensibilização sobre o conteúdo e objectivos da Conferência de Lazarote.

A Conferência de Lazarote teve como principal êxito o facto de alertar um conjunto elevado de países e organizações para as transformações que se verificavam na procura e oferta turística e

para as implicações que essas alterações, aliadas às preocupações ambientais de grande parte da população mundial, poderiam ter, a breve trecho, na indústria turística global.

Na verdade, a tentativa de encontrar um equilíbrio, entre o ambiente e o desenvolvimento turístico, continua na ordem do dia no âmbito da estratégia turística. O grande aumento de actividade dos operadores turísticos e a enorme dispersão dos destinos, abrangendo a quase totalidade do Planeta, têm provocado efeitos perversos ao nível do ambiente, cujos resultados se traduzem em alterações da paisagem, impactos ecológicos sucessivos e cumulativos, consumos energéticos elevados, urbanização acelerada dos solos, degradação das condições de vida das populações locais, etc..., para as quais se exigem soluções específicas, adaptadas a cada lugar, a cada região, e comportando projectos integrados de actuação.

Aliás, a falta de definição de estratégias integradas tem levado a que os projectos turísticos sejam avaliados de forma atomista, ou seja, individualmente, traduzindo-se numa subvalorização dos efeitos nefastos para o ambiente. Na verdade, os efeitos nocivos de um projecto individual podem não ter grande importância no quadro da gestão ambiental de uma região. Porém, o acumular daqueles efeitos, fruto da existência de um número elevado de projectos individuais na mesma zona, podem provocar efeitos graves no equilíbrio ambiental.

Nesta perspectiva, advogamos a avaliação dos impactos cumulativos em simultaneidade com os individuais, como forma de evitar a natureza sinérgica dos impactos negativos do turismo no ambiente.

Por essa forma, poder-se-ia medir o nível de impactos ambientais, mas também culturais e sociais, que pela sua sensibilidade ponham em causa o desenvolvimento sustentável integrado da região. Efeitos como o aumento insustentável de fluxos de tráfego em períodos do ano específicos e concentrados, fluxos sazonais e adicionais de população, desenvolvimento de estabelecimentos turísticos ilegais ou sem condições mínimas de qualidade, economias paralelas e subterrâneas, efeitos sobre usos e costumes locais, representam importantes indicadores e devem ser contemplados nos sistemas de alerta a promover, com base na avaliação integrada de projectos turísticos.

Não se pense, porém, que o turismo só acarreta impactos negativos. Antes pelo contrário, o turismo pode ser uma fonte de benefícios importante para a região, designadamente ao nível dos fluxos económicos e do bem-estar das populações, pelo que representa de aumento da actividade económica, do emprego e da visibilidade dos locais onde se insere. Por outro lado, as preocupações ambientais inseridas num projecto turístico significam vantagens económicas importantes para o turismo ambientalmente saudável, traduzindo-se em poupanças nos custos de operação e maior atractividade relativamente a potenciais clientes (Hawkes e Williams, 1993).

### 3. MARCO TEÓRICO.

Temos falado em turismo sustentável, já fizemos algumas pequenas abordagens ao significado da expressão, mas é chegado o momento de clarificar o conceito de forma mais exaustiva.

Como já dissemos anteriormente, trata-se de conciliar os objectivos económicos e sociais próprios da actividade turística com a adequada preservação de um conjunto de recursos que são fundamentais e indispensáveis à sua existência futura. Nesta visão, partimos do princípio que as características naturais e culturais, bem como as sociais e comunitárias, representam uma parte importante daqueles recursos, na qual o turismo se programa e baseia para potenciar um desenvolvimento harmónico relativo à sua actividade.

Logo, a actividade turística só terá futuro se, no presente, garantir que o nível dos recursos de que depende poderá manter-se ou serem efectivamente melhorados. Como refere R. Butler *“turismo sustentável é o turismo que se desenvolve e mantém numa área (ambiente, comunidade) de tal forma e a uma tal escala, que garante a sua viabilidade por um período indefinido de tempo sem degradar ou alterar o ambiente (humano ou físico) em que existe e sem pôr em causa o desenvolvimento e bem-estar de outras actividades e processos”* (Butler, 1993).

Por seu lado a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1995) define turismo sustentável como *“um modelo de desenvolvimento económico concebido para melhorar a qualidade de vida da comunidade receptora, facilitar ao visitante uma experiência de alta qualidade e manter a qualidade do meio ambiente, de que tanto a comunidade anfitriã como os visitantes dependem”* OMT (1995).

Ambas as definições procuram realçar a importância do meio receptor na actividade hoteleira, tanto no que diz respeito às condições que proporciona aos visitantes actuais, como no peso que tem relativamente ao imaginário dos potenciais turistas.

O site “ULIXES 21”, promovido em Portugal (2000-2004) pelo GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e

Ambiente), define turismo sustentável da seguinte forma: “*Entendemos por turismo sustentável aquele que compatibiliza o desenvolvimento do turismo com o respeito e a preservação dos recursos naturais, culturais e sociais. O turismo sustentável é também aquele que favorece a redução das tensões entre a indústria turística, os visitantes, as comunidades anfitriãs e o ambiente*”<sup>16</sup>. Repare-se no papel de conciliação que é dado ao turismo sustentável que, sendo redutor de tensões, permite o diálogo e a cooperação entre os diversos actores envolvidos.

Por sua vez, o Dr. João Paulo Jorge, professor da Escola Superior da Tecnologia do Mar, na Conferência “Auditoria Ambiental e Turismo Sustentável”, realizada no Instituto Politécnico de Leiria em Setembro de 2004, afirma: “*O turismo sustentável tem uma visão em longo prazo tendo em conta que está adequado a aspectos éticos, sociais e culturais; é sustentável ecologicamente e é economicamente eficiente e razoável*”. Esta última definição é interessante porque relaciona a sustentabilidade não só com os efeitos no futuro, mas também com uma visão estratégica de longo prazo, ou seja, com uma antecipação do futuro na definição da estratégia a aplicar hoje.

Por modelo sustentável, entenda-se, aquele que perdura com as características e as oportunidades que o definem, e que o sustentam numa óptica de melhoria contínua.

O desenvolvimento sustentável não se materializa num modelo único, nem permanente nem universal. O grande desafio da sustentabilidade provém da sua relação indissociável com o sistema de valores dos parceiros activos e passivos de uma comunidade. Os quais são diversos e dinâmicos, no espaço e no tempo, e a diferentes escalas. Por isso se torna impossível a sua padronização.

Em relação às abordagens à sustentabilidade do turismo em espaços rurais e naturais, pode-se distinguir dois modelos, sumarizados no Quadro 1, que traduzem significados e objectivos de sustentabilidade distintos:

O modelo autóctone

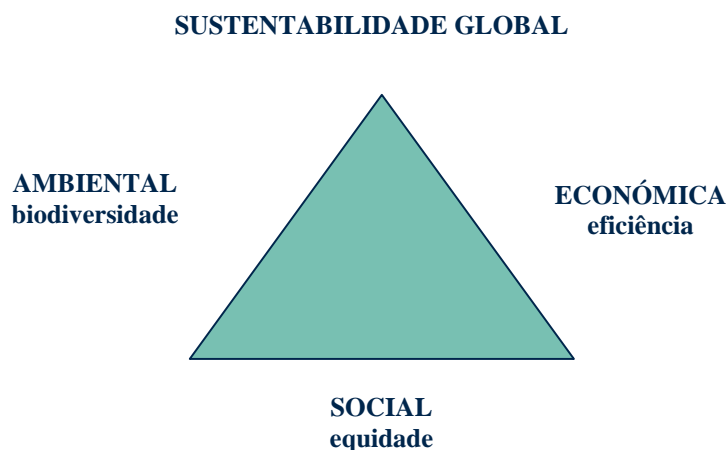
O modelo estereotipado

---

<sup>16</sup> [http://www.medforum.org/ulixes21/cas/hola\\_cas.htm](http://www.medforum.org/ulixes21/cas/hola_cas.htm) (já não disponível).

<b>Quadro 1 – Modelos de desenvolvimento do turismo em espaço rural e natural.</b>		
<b>Modelo</b>	<b>Característica</b>	<b>Descrição</b>
Modelo <i>Autóctone</i>	<b>Valor do único</b>	Promove a utilização dos recursos existentes, explorando as potencialidades endógenas de modo integrado.
Modelo <i>Estereotipado</i>	<b>Cópia competitiva</b>	Promove as tipologias e os produtos que mais vendem nos outros locais.

O modelo autóctone é aquele que promove uma oferta distinta, com base na utilização dos recursos existentes, investindo nas particularidades que os distinguem e que os podem destacar como produtos únicos. Este modelo começa por explorar as potencialidades endógenas de uma região ou local, mas de modo integrado, conjugando as diferentes dimensões da sustentabilidade (ver Figura 7), ou seja, garantindo as soluções sempre ganhadoras (*win-win solutions*) em que simultaneamente saem vencedoras as dimensões ambientais, sociais e económicas.



**Figura 7 – As três dimensões fundamentais da sustentabilidade - económica, ambiental e social – e respectivos critérios de avaliação da sustentabilidade.**

Como se faz neste modelo autóctone? Pois bem, identificam-se os recursos existentes, analisa-se o seu valor e o seu potencial de utilização múltiplo, para fins diversos e em particular turísticos, investe-se na criação de produtos turísticos que valorizem, e tirem partido destes recursos naturais e culturais existentes, e que aproveitam as suas distintas particularidades. Exploram-se então as

respectivas cadeias de valor, mas definidas de modo integrado, por exemplo, com base no ciclo de vida do produto em causa (o que implica assegurar a manutenção do capital de recursos que suporta o produto), e tirando vantagem da multiplicidade e diversidade dos mercados existentes.

Por exemplo, quantos turistas terão já tido a oportunidade de visitar, e pagar para ver, os saberes e as tecnologias ancestrais de produção do afamado queijo da Serra da Estrela, ou das tapeçarias de Portalegre e dos bordados de Nisa, ou das velas de cera, e do lagar de cera de Felgueiras, freguesia do concelho de Torre de Moncorvo, para referir alguns dos produtos tradicionais do mundo rural português? Onde estão os roteiros com estas indicações históricas e presentes, dadas a visitantes actuais destas regiões, e criando novos visitantes através da experiência positiva dos primeiros? Não se estaria assim também a estimular novos, ou diferentes mercados, contribuindo para a elevação da autoestima de uma comunidade artesanal e aumentando o valor dos recursos naturais essenciais à continuidade daqueles produtos? Investir no Valor do Único de origem endógena e intrínseca é esse o pressuposto deste modelo autóctono.

O modelo estereotipado, por outro lado, tem outros objectivos. É o modelo que importa e vende de modo menos original, mais padronizado por modelos tipificados por uma procura que garante vendas, onde o sítio, ou o local, não são o produto, mas apenas a infraestrutura. O que existe enquanto recurso endógeno não é condição *sine qua non*, importa apenas o que o mercado procura. Se houver possibilidade de tirar partido dos recursos existentes, entram na cadeia de valor, mas se contrariarem o modelo estereotipado, não entram.

O sol – praia – mar - discoteca, associado aos alojamentos de massa, seja em altura seja em extensão, quais “pombais” arrumados em sequência linear, é um dos exemplos visíveis em várias partes do mundo costeiro arenoso, de águas cálidas e atraentes. Este modelo tem-se replicado pelo mundo inteiro. É sem dúvida economicamente rentável, pelo menos no curto prazo, enquanto não cansar, enquanto houver procura. A dimensão social da sustentabilidade pode estar praticamente ausente e a ambiental, entrando na cadeia de valor apenas um conjunto restrito de recursos naturais, corre o risco de degradação de qualidade devido à forte pressão exercida sobre os recursos que são indevidamente

utilizados. Neste contexto é importante ter em mente que *"a sustentabilidade, não pode ser convertida para uma base absoluta, mas num princípio específico irá permitir-nos alcançar certa opção social cujo objetivo final é o de definir o que realmente querem fazer sustentável"* (Mora Aliseda y Jaraíz Cabanillas, 2011:120). Deste modo a sustentabilidade não é o fim em si, mas um meio para promover e implementar um desenvolvimento sustentável.

Mas a qualidade do espaço natural exige manutenção, não necessariamente do sistema ecológico, mas seguramente do sistema a montante onde são geradas as causas potenciais de degradação e desequilíbrio.

Note-se, no entanto que, o que corresponde é a outro tipo de sustentabilidade. Uma solução que corresponda ao modelo estereotipado, mas que consiga garantir níveis de qualidade muito elevados, experiências positivas no visitante e uma fidelidade de procura, seja do visitante, ou pelo menos da tipologia de procura, poderá ser uma solução sustentável. E pode ser um factor fundamental para assegurar, a uma escala mais alargada e num quadro de complementaridade de soluções turísticas numa região, os níveis de rentabilidade económica que compensem os custos de manutenção de valores ambientais e culturais os quais, de *per si*, embora fortes motivações turísticas, não se tornam suficientemente competitivos em termos da dimensão económica.

Em 1992 o Tourism Concern e o World Wide Fund elaboraram os Princípios do Turismo Sustentável que se apresentam no Quadro 2. Nestes princípios estão contidas todas as dimensões da sustentabilidade: económica, social e ambiental, bem como os ingredientes indispensáveis a abordagens sustentáveis tal como enunciados na secção anterior.

Documento fundamental na enunciação de princípios de sustentabilidade foi a Agenda 21 para Viagens e Turismo publicada em 1993 pela Organização Mundial de Turismo (OMT), Conselho Mundial de Viagens e Turismo e Conselho da Terra (WTTC, WTO e Earth Council, 1993). Seguidamente em 1995 a OMT promovia a adopção da Declaração de Lazarote, em 19 princípios (OMT, 1995), como resultado da 1ª Conferência Mundial sobre Turismo Sustentável, um importante passo na discussão internacional. A referência a estes princípios, embora frequente, é, infelizmente, sobretudo académica, quanto muito conseguindo atingir as políticas



governamentais ao nível dos seus objectivos mais gerais, mas mais limitada no que respeita às acções.

<b>Quadro 2 – Princípios de um Turismo Sustentável.</b>
Utilização sustentável dos recursos Redução do sobre-consumo e do desperdício Manutenção da diversidade Integração turismo – planeamento Suporte de economias locais Envolvimento das comunidades locais Consulta dos vários grupos de interesse, incluindo o público Formação de funcionários da indústria turística Marketing responsável do turismo Investigação

Fonte: Tourism Concern e WWF (1992).

Para a OMT (2005): As orientações e práticas de gestão para o turismo sustentável são aplicáveis a todas as formas de turismo em todo o tipo de destinos.

Os princípios da sustentabilidade no turismo, novamente ressaltam que esta deve ser baseada nos 3 eixos, ambientais, socioeconómicos e culturais, que analisamos. A relação e a interacção entre estes três eixos também devem ser equilibradas, a fim de alcançar a sustentabilidade no longo prazo.

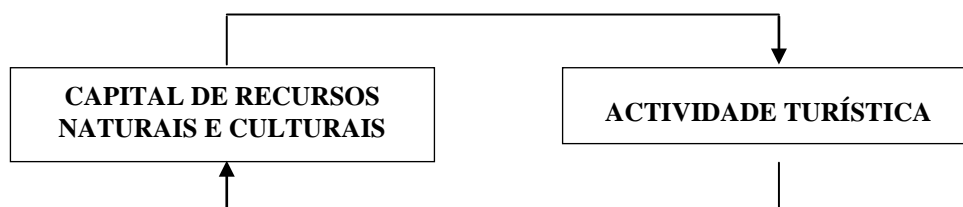
Para considerar um tipo de turismo sustentável, dever-se-á:

- Optimizar o uso dos recursos ambientais que constituem o elemento chave no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o património natural e a biodiversidade. Respeito e cuidados na manutenção da dimensão ambiental.
- Respeitar a autenticidade das comunidades anfitriãs, conservar a sua herança cultural e valores tradicionais e contribuir para o entendimento e tolerância numa abordagem intercultural. Respeito e cuidados na manutenção da dimensão sociocultural.
- Assegurar operações económicas viáveis no longo prazo, providenciando benefícios socioeconómicos para todas as partes interessadas, razoavelmente distribuídos, incluindo emprego estável e oportunidades de rendimento e serviços sociais para as

comunidades anfitriãs e contribuindo para a redução da pobreza. Especial cuidado da dimensão socioeconómica em que todos os atores se sintam verdadeiramente envolvidos e beneficiados com o projecto de turismo.

O desenvolvimento do turismo sustentável requer a participação informada de todas as partes interessadas relevantes, bem como uma forte liderança política para assegurar uma vasta participação e consenso na sua construção, e uma vontade política especial na sua dinâmica, sobretudo por parte das autoridades locais. O turismo sustentável é um processo contínuo, e requer uma monitorização constante dos seus impactos, com a introdução das medidas preventivas e/ou correctivas, sempre que necessário. Este acompanhamento será tanto mais eficaz, quanto maior for o envolvimento de todos os intervenientes, e em particular da comunidade residente.

Já noutra ocasião se havia argumentado sobre a interdependência entre ambiente e turismo, em particular através da relação forte que se estabelece entre a actividade turística e a manutenção do capital de recursos naturais e culturais, do qual a actividade turística em última análise depende (Partidário, 1998). Essa relação está representada na Figura 8.



**Figura 8 – Interdependência Recursos Naturais e Culturais – Actividade Turística.**

O turismo sustentável mantém, ainda, um elevado nível de satisfação do turista e assegura-lhe uma experiência significativa aumentando a sua consciência acerca das questões da sustentabilidade e promovendo práticas sustentáveis de turismo entre eles. A promoção de experiências educativas e de sensibilização para o meio ambiente, a sustentabilidade e a sua gestão correcta, tem que ser pensadas não só para turistas, mas também para os habitantes locais, e será um dos fundamentos que irá reforçar a apropriação do projecto pelos cidadãos (tanto dos que vêm de fora, exógenos, como dos que estão no meio, endógenos).

### ***Recursos culturais.***

Nesta relação entre os recursos naturais e culturais da actividade do turismo, a *componente cultural* do turismo implica não só a visita a lugares e monumentos, mas alarga-se também ao conhecimento do modo de vida das zonas que se visitam, que incluem:

- *Os bens culturais tangíveis imóveis* – relacionados, por exemplo, com a arquitetura monumental, civil, religiosa, industrial, doméstica;
- *Os bens culturais tangíveis móveis* – relacionados com as obras de arte, artesanato, documentos, objetos de interesse histórico, etc; e;
- *As manifestações culturais intangíveis* – relacionadas, por exemplo, com a gastronomia, as crenças, a língua, as tradições, etc. (Toselli, 2007:61)

Os bens culturais intangíveis são particularmente relevantes porque, em Outubro de 2003, a **UNESCO** aprovou a "**Convenção Internacional para a salvaguarda do património cultural**" (2003)

No seu Artigo 2º estabelece uma série de *definições*:

*1. Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interacção com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo para efeitos da presente Convenção, só será tomado em consideração o património cultural imaterial que seja assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. Para efeitos da presente Convenção, só será tomado em consideração o património cultural imaterial que seja compatível com os*

*instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos existentes, bem como com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável.*

2. O “património cultural imaterial” tal como é definido no parágrafo I supra, manifesta-se nomeadamente nos seguintes domínios:

- *tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial;*
- *artes do espectáculo;*
- *práticas sociais, rituais e actos festivos;*
- *conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo*
- *técnicas artesanais tradicionais.*

A Convenção tem quatro objectivos principais:

- A preservação do património cultural intangível.
- Assegurar o respeito do património cultural intangível das comunidades, grupos e indivíduos interessados.
- Aumentar a sensibilização a nível local, nacional e internacional para a importância do património cultural intangível e a necessidade de assegurar o reconhecimento mútuo.
- Promover a cooperação e assistência internacional.

Para assegurar estes objectivos que a Convenção pretende atingir, é recolhido o Património Cultural Imaterial PCI, em duas listas:

- uma lista representativa do património cultural imaterial da humanidade, e;
- uma lista do património cultural imaterial que requer medidas urgentes de salvaguarda;

O desenvolvimento de ambas as listas é alcançado sobre a proposta dos Estados Partes interessados, ao Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, formado para o efeito.

A aprovação e a inclusão de um PCI dentro de uma das listas geralmente é acompanhada por uma série de formas de assistência internacional,

- estudos sobre os diferentes aspectos da salvaguarda;
- disponibilização de especialistas e de pessoas com experiência prática;
- formação de todo o pessoal necessário;
- elaboração de medidas normativas ou outras;
- criação e exploração de infraestruturas;
- fornecimento de equipamento e competência técnica;
- outras formas de assistência financeira e técnica incluindo, se necessário, a concessão de empréstimos a juro baixo e de doações.

Portugal ainda tem pouca experiência no âmbito da presente Convenção, apesar de que tem um enorme potencial para apresentar propostas que vão ajudar a preservar e recuperar muitos elementos de PCI presente e viva em muitas comunidades, aldeias, vilas e cidades, incluindo a região do Algarve.

Até agora, Portugal tem duas propostas para PCI aprovadas na lista representativa da convenção, foi no ano de 2011 e 2014, e o património cultural imaterial apresentado e aprovado é *o Fado, música urbana popular de Portugal*, e *o Cante Alentejano, uma forma de expressão musical única oriunda da região do Alentejo*, com uma série de medidas de salvaguarda para o pedido de apoio financeiro.

É importante notar que, para além de grandes elementos da língua portuguesa cultural intangível de herança, como é o Fado ou o Cante, deve ser promovido e encontrar recursos para conservação e recuperação, a nível internacional, como, por exemplo, através da presente convenção da UNESCO; não é menos verdade que muitos outros elementos podem não ser tão importantes para o estado ou a nível regional, mas podem e devem ser promovidas na estrutura local.

E em resposta a esta realidade é possível vincular turismo local e património cultural material e imaterial com exemplos como o apresentado num pequeno artigo (Henriques e Quinteiro, 2011:600) sobre o concelho de Olhão, localizado no Algarve, e que é precisamente o lugar onde esta baseado o meu estudo de caso, da presente tese de doutoramento.

Esse artigo “*constitui-se como uma reflexão exploratória sobre a possibilidade de desenvolvimento do turismo literário associado a João Lúcio<sup>17</sup> em Olhão*” e propõe que a “*valorização turístico-literária de um destino pode contribuir para o seu desenvolvimento sustentável*” (Ibid:600).

Exemplos como este devem ser tidos em conta para a busca de, promover e apoiar maior número de articulações entre o património cultural tangível e intangível, com o turismo, desde ambientes locais, ao regional e nacional.

### ***Recursos naturais.***

No que respeita aos recursos naturais a preservar, a *paisagem*, é um dos mais altamente valorizados e apreciados, em especial, pelo envolvimento emocional que induz nas pessoas. “*A percepção da paisagem é influenciada tanto pelas características fisiológicas próprias do ser humano, seu caráter e personalidade, e também pelas representações colectivas (sociais e culturais) que os grupos humanos executam no seu ambiente*” (Sotelo Navalpotro, 2005:199). É como se todos esses fatores atuassem como um *filtro perceptivo* através do qual podemos integrar a paisagem e aferir do seu comportamento.

Na ***Convenção Europeia da Paisagem*** (CEP) (2000) adoptada em Outubro de 2000, que entrou em vigor em 2004 e foi ratificada por Portugal em 2005 (cf Decreto nº 4/2005, de 14 de Fevereiro), discute-se como a paisagem deve ser tida em conta na Gestão Territorial dos programas a nível nacional, regional e municipal.

Os princípios gerais que devem sustentar a implementação da CEP são (DGOTDU, 2011:19):

- Considerar o território como um todo;
- Reconhecer o papel fundamental do conhecimento;
- Promover a sensibilização;
- Definir estratégias da paisagem;
- Integrar a dimensão paisagística em políticas territoriais;
- Integrar a paisagem em políticas sectoriais;

---

<sup>17</sup> Nota do Autor: João Lúcio Pousão Pereira foi um famoso poeta nascido em Olhão em 1880.

- Concretizar objectivos da qualidade paisagística.

Em resposta, o *PROT-Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve* (2007) propõe:

- Realçar a importância das unidades de paisagem na organização e estruturação do território, particularmente para a definição dos critérios do ordenamento: *“Deverão os PDM-Planos Directores Municipais, promover uma efectiva ligação entre aquelas unidades da paisagem e as Sub-unidades Territoriais do PROT”*.
- Apresentar algumas normas orientadoras para a paisagem por Sector.

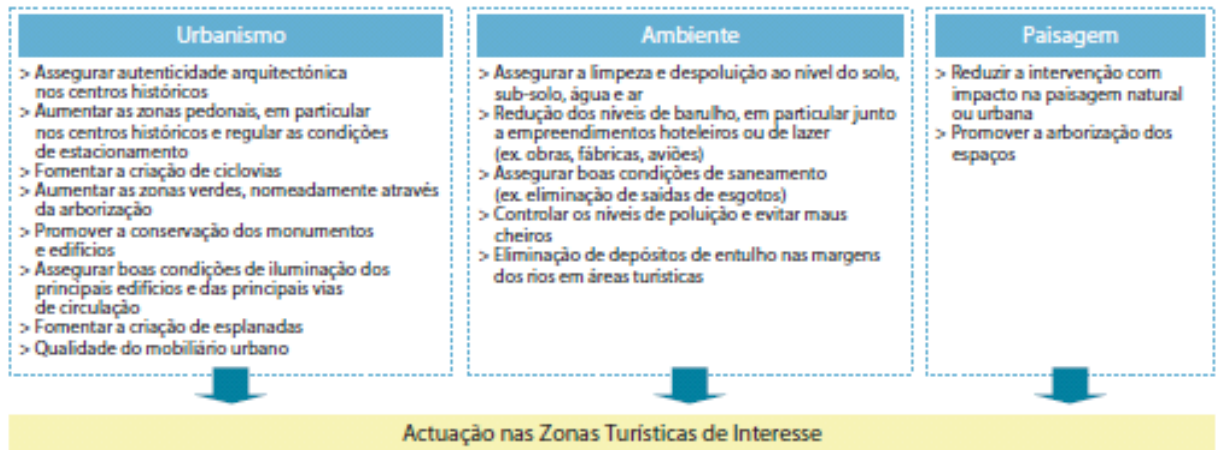
O PROT Algarve admite que *“numa região turística, um modelo territorial equilibrado e competitivo deve, antes de mais, preservar os factores de competitividade daquela actividade, recuperando a qualidade dos espaços e da paisagem”* e ainda como *“a competitividade do cluster turismo esta dependente da capacidade de recuperação da qualidade do espaço público e da paisagem”* dando algumas indicações sobre o modo de como essa recuperação pode ser conduzida, matéria que os PDM devem acolher no seu programa da ação.

O PROT Algarve define como Norma Específica de Carácter Sectorial a serem adoptada pelos PDM Algarve, a *“acessibilidade Mobilidade/Rede Rodoviária O IC4 deve ser entendido, não como via de transito rápido como o IP1, mas como uma via com um traçado seguro, com funções de acessibilidade local/inter-regional e de via cénica, com pontos de apoio e descanso, lazer e fruir de vistas dos seus utilizadores, e bem integrada na paisagem”* (Ibid:28).

É precisamente no que respeita ao nível do turismo nacional estratégico (Plano Estratégico Nacional de Turismo PENT 2006-2015) estas componentes são abordadas nas suas Linhas de desenvolvimento estratégico, constatando a necessidade de *“tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar/qualificar o destino Portugal”* como pode ser visto no Quadro 3.

Uma estratégia de diversificar a oferta turística, que sem ignorar o turismo tradicional associado a sol e a praia, poderia atrair diferentes grupos de turistas, com uma diferente e mais diversa distribuição geográfica e que permitem uma melhor partilha dos lucros gerados pelo turismo.

### Qualidade urbana, ambiental e paisagística



**Quadro 3: Qualidade urbana, ambiental e paisagística (PENT 2006:99).**

Desta maneira, e para conseguir um melhor produto turístico que defina Portugal, deve obter-se,

Uma melhor qualidade urbana:

- *Assegurar autenticidade arquitectónica nos centros históricos.*
- *Aumentar as zonas pedonais, em particular nos centros históricos; e regular as condições de estacionamento.*
- *Fomentar a criação de ciclo vias.*
- *Aumentar as zonas verdes, nomeadamente através da arborização.*
- *Promover a conservação dos monumentos e edifícios.*
- *Assegurar boas condições de iluminação dos principais edifícios e das principais vias de circulação.*
- *Fomentar a criação de esplanadas.*
- *Qualidade do mobiliário urbano.*

Uma melhor qualidade ambiental:

- *Assegurar a limpeza e despoluição ao nível de solo, subsolo, água e ar.*
- *Redução dos níveis de barulho, em particular junto a empreendimentos hoteleiros ou de lazer (ex. obras, fábricas, aviões).*



- *Assegurar boas condições de saneamento (ex. eliminação de saídas de esgotos).*
- *Controlar os níveis de poluição e evitar maus cheiros.*
- *Eliminação de depósitos de entulho nas margens dos rios em áreas turísticas.*

Uma melhor qualidade paisagística:

- *Reduzir a intervenção com impacto na paisagem natural ou urbana.*
- *Promover a arborização dos espaços.*

Esta interdependência entre o capital de recursos naturais e culturais e a actividade turística é um dos princípios básicos subjacentes à sustentabilidade da actividade turística. Com efeito, ao investir na manutenção da sua base de recursos, a actividade turística pode tornar-se uma das actividades económicas mais sustentáveis.

Por exemplo, qual é o turista que se quer recrear junto a uma zona húmida, aparentemente linda, mas que emite frequentes odores desagradáveis em consequência de um insuficiente tratamento de efluentes orgânicos líquidos que aí se acumulam? Ou junto de um rio de águas poluídas pelos fertilizantes químicos utilizados na manutenção dos campos de golfe e zonas ajardinadas do resort em que se aloja, onde não existem cuidados de manutenção e de gestão ambiental? E qual o investidor que arrisca o seu capital em situações de elevado passivo ambiental? Por outro lado, uma urbanização de qualidade junto a uma área natural bem cuidada por certo que contribui para uma maior atractividade do local e uma mais-valia traduzida no valor mais elevado por m<sup>2</sup>. Mas a qualidade do espaço natural, exige manutenção, não necessariamente do sistema ecológico, mas seguramente do sistema a montante onde são geradas as causas potenciais de degradação e desequilíbrio.

Muitos investidores privados já perceberam o valor do ambiente e dos espaços naturais como factor de competitividade no turismo. O Corporate Biodiversity Action Plan (Earthwatch Institute, IUCN, WBCSD, 2002)<sup>18</sup> é exemplificativo de como o sector privado atribui importância e valor económico à **biodiversidade**. Mas a biodiversidade “*é muito mais do que a soma de todas as suas peças, é um tecido complexo e delicado das relações que não conhecemos ainda em grande medida*” (Mora Aliseda y Jaraíz

<sup>18</sup> <http://www.wbcsd.ch/plugins/DocSearch/details.asp?type=DocDet&ObjectId=Mzc2>

Cabanillas, 2011:82) E, por isso, tentar definir o seu valor em termos económicos, não é tão fácil, nem é estimar a perda, uma vez que além das espécies que estão a desaparecer, ou em perigo de extinção, a sua perda pode afetar muitos outros com os quais estão relacionadas, bem como com os próprios ecossistemas onde habitam e que são uma parte integrante deles.

No entanto a Agência Europeia do Ambiente em 2001 (EEA, 2001:25-29) revelava o peso e a responsabilidade da actividade turística no aumento da pressão sobre os chamados recursos “turísticos” naturais, culturais e económicos. Ou seja, em vez de se identificar como actividade sustentável, o turismo era classificado como actividade degradadora de recursos, contribuindo para um ciclo negativo sobre o seu próprio capital de base.

Esta situação faz pensar que há um *link* crítico que está a faltar, *link* que se exprime em três peças fundamentais para por a máquina em movimento:

- ▶ políticas e estratégias orientadoras de uma prática sustentável, a níveis nacional, regional e local;
- ▶ incentivos fiscais e económicos que estimulem o que deve ser feito;
- ▶ capacidade técnica para fazê-lo com qualidade.

Apresenta-se agora uma análise muito breve sobre a evolução das questões de ambiente e sustentabilidade nas políticas de turismo nacionais mais recentes, e a eventual influência dos princípios referidos.

Em 25 de Agosto de 1998 o Conselho de Ministros aprovou a **Resolução N.º 112/98 relativa á criação de áreas protegidas (AP) e ao planeamento da sua utilização enquanto destinos turísticos (1998)**, em reconhecimento da crescente importância do turismo de natureza no contexto internacional e nacional. O preâmbulo desta resolução considera que as áreas protegidas são “*locais privilegiados com novos destinos, em resposta ao surgimento de outros tipos de procura propondo a prática de actividades ligadas ao recreio, ao lazer e ao contacto com a natureza e às culturas, cujo equilíbrio, traduzido nas suas paisagens, conferem e*

*transmitem um sentido de ‘único’ e de ‘identidade de espaço’, que vão raiando um pouco por todo o nosso território”. Este diploma considera que as Áreas Protegidas oferecem potencialidades didácticas e de consolidação da imagem de “destinos de qualidade, diferenciados e competitivos”, para o que devem contribuir políticas sectoriais articuladas, enquanto instrumentos da sua preservação.*

Igualmente é fundamental o contributo dos planos de ordenamento do território, no âmbito das Áreas Protegidas, devendo contemplar a criação de sistemas de gestão e planeamento que assegurem um desenvolvimento turístico sustentável e em correspondência com outros usos da terra que têm sido capazes de gerir estas áreas por séculos e permitir essa sustentabilidade.

Aquela resolução reconhece ainda que a sustentabilidade da actividade turística nas Áreas Protegidas depende, no âmbito desta legislação, dos seguintes critérios (Quadro 4):

<b>Gestão racional dos recursos numa perspectiva de médio e longo prazo:</b>	<b>Critérios de ordenamento, de localização das actividades turísticas e a tipologia dos empreendimentos:</b>
Adoptar tecnologias não poluentes; Poupar energias, água, reciclar e reutilizar matérias-primas ou transformadas; Formas de transporte alternativo e ou colectivo.	Respeitar as delimitações de algumas zonas ecologicamente sensíveis, que são interditas ou condicionadas; Evitar a pressão em áreas sensíveis, respeitando a capacidade de carga do meio natural e social;
<b>O que requer:</b> Programas de monitorização, sensibilização e formação, envolvendo, quer visitantes, quer população local, operadores turísticos, organizações interessadas através do estabelecimento de parcerias	

**Quadro 4 – Critérios da sustentabilidade da actividade turística nas Áreas Protegidas.**

Em 12 de Março de 1998, foi celebrado um protocolo de cooperação entre os Ministérios da Economia e do Ambiente, com o objectivo de implementar o *Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)*. Apresenta-se em síntese, o âmbito, os pressupostos, os objectivos e as estratégias e medidas de implementação deste programa (Quadro 5):

<b>Quadro 5 – Resumo do Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN).</b>	
Âmbito:	Aplicável na Rede Nacional de Áreas Protegidas “visando a promoção e afirmação dos valores e potencialidades destes espaços, especializando

	uma actividade turística, sob a denominação ‘turismo de natureza’ e propiciando a criação de produtos turísticos adequados”
Pressupostos:	A prática integrada de actividades diversificadas para usufruto da natureza e contacto com o ambiente rural e culturas locais, nomeadamente caminhadas, escaladas, espeleologia, orientação, actividades equestres, aquáticas, gastronomia, manifestações etnográficas, rotas temáticas (históricas, arqueológicas, típicas)
Objectivos Gerais:	<p>Compatibilizar as actividades de turismo de natureza com as características ecológicas e culturais de cada local, respeitando as respectivas ‘capacidades de carga’;</p> <p>Promover projectos e acções públicas e privadas para instalação e funcionamento de infraestruturas, equipamentos e serviços, principais e complementares, nomeadamente, serviços de hospedagem em espaço rural, ‘casas da natureza’ exclusivas das AP;</p> <p>Valorizar a recuperação e a reconversão dos elementos do património construído existentes, passíveis de utilização pelas actividades de turismo da natureza;</p> <p>Incentivar actividades que contribuam para a sensibilização e educação ambientais dos visitantes e população em geral;</p> <p>Incentivar práticas turísticas, de lazer e de recreio não nocivas para o meio natural, e compatíveis com a sua preservação;</p> <p>Promover o funcionamento em rede de um conjunto de actividades e serviços complementares relativos às funções de recepção, informação, circuitos interpretativos, visitas turísticas, gastronomia, animação turística, comercialização dos produtos de base local, entre outras iniciativas; pretende-se que estas actividades promovam o desenvolvimento local, as relações de proximidade entre as populações e os turistas, a respectiva ocupação dos tempos livres, a divulgação e a interpretação do património natural e cultural, bem como divulguem as manifestações tradicionais e etnográficas locais como forma de afirmação da identidade cultural;</p> <p>Incentivar o emprego e a fixação da população á escala local.</p>
Estratégias de Implementação:	Conservação da natureza; desenvolvimento local, qualificação da oferta turística, e diversificação da actividade turística.
Medidas de Implementação:	<p>A prossecução dos objectivos requer a cooperação de órgãos da administração central, regional e local, empresas, instituições privadas sem fins lucrativos, organizações não governamentais e pessoas singulares, através da celebração de contratos, acordos e protocolos;</p> <p>Estas entidades envolvidas, em particular o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) e a Direcção Geral do Turismo (DGT), tiveram a responsabilidade de elaborar, designadamente, o plano de promoção do PNTN e das respectivas acções, o guia do turismo de natureza, o plano de formação profissional específico do sector, o código de conduta para o turismo de natureza;</p> <p>O acompanhamento e controlo de execução do PNTN, que envolve a coordenação e avaliação da sua execução material e financeira, nas vertentes de investimento publico e privado, ficou a cargo de um órgão designado por Comissão Paritária, por ser composta por representantes das Secretarias de Estado do Ambiente e do Turismo.</p>

Deste modo a política de turismo nacional em 1998 (DGT, 1998) continha uma visão interessante sobre a interdependência entre o turismo, o ambiente e o território, tal como enunciadas nas suas

políticas prioritárias. Nos seus objectivos gerais e domínios principais incluíam-se:

- ▶ Ordenamento turístico do território
- ▶ Investimento no equilíbrio ambiental
- ▶ Aproveitamento dos recursos naturais no turismo
- ▶ Sistema de auditoria turística ambiental

Posteriormente, considerando ter existido uma fase de grande progressão em matéria de turismo, no território nacional, o governo numa perspectiva que então designa de turismo sustentável, resolve criar o *Plano de Consolidação do Turismo (PCT) (2002)*, tutelado pelo Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, com a aprovação da Resolução N.º 12/2002, de 24 de Janeiro.

Aproveitando o impulso proporcionado pelo QCA II o turismo português beneficiou de progressos significativos em especial no triénio de 1998-2000 pelo que no início do QCA III se justificava a consolidação de posições estratégicas nas vertentes da modernização, qualidade, diferenciação, fiabilidade e competitividade interna europeia e internacional. A crescente globalização tem exigido um duplo esforço: por um lado, tem aumentado a competição entre vários produtos turísticos e destinos, o que tem conduzido a uma relativa padronização; por outro lado, a globalização tem favorecido a concentração das decisões estratégicas do mercado turístico num grupo restrito de grandes operadores á escala europeia e mundial.

Perante estes desafios o governo equacionou a implementação de meios eficazes que potenciassem o desenvolvimento sustentável deste sector.

Esta Resolução N.º 12/2002 prioriza uma linha de actuação mais centrada na resposta por parte da oferta turística nacional e, em complemento uma actuação sobre a procura, sendo esta última caracterizada pelas opções estratégicas adoptadas no passado.

Neste intuito o **Plano de Consolidação do Turismo (2002)** pretendeu desenvolver os seguintes eixos de intervenção estratégica sobre a oferta (Quadro 6):

**Quadro 6 - Eixos de intervenção estratégica sobre a oferta do Plano de Consolidação do Turismo.**

<b>Planeamento integrado aos níveis nacional, regional e local</b>	<b>Instrumentos de apoio vocacionados para as empresas</b>
Adequado cruzamento com as políticas de ordenamento do território; Organização e hierarquização de produtos; Definição de critérios e de regras de preservação ambiental e de sustentabilidade; Desenvolvimento de um sistema integrado de qualidade.	Fortalecimento e modernização do tecido empresarial; Qualificação dos recursos humanos; Criação de cadeias de valor acrescentado na oferta de produtos; Fomento de redes e parcerias entre vários agentes e parceiros públicos e privados; Aposta nas novas tecnologias.

Esta esquematização revela uma forte aposta nas iniciativas estruturadas e articuladas entre regiões e áreas turístico-promocionais correspondentes às Nomenclaturas das Unidades Territoriais a nível regional (NUT II), de que é o caso da região Algarve, face á necessidade (Quadro 7):

**Quadro 7 – Ajustes necessários para as actividades turísticas no Algarve (NUT II).**

<b>Atenuação ou correcção de alguns traços dominantes da procura turística</b>	<b>Reforço da personalidade e identidade do destino turístico</b>
Qualificação média; Incidência sazonal; Dependência em relação aos grandes operadores internacionais; Diversificação das origens.	Diversidade regional da oferta; Conciliação entre os produtos tradicionais e os emergentes.

O Plano de Consolidação do Turismo integrou três instrumentos de financiamento para vigorarem no horizonte temporal de 2000-2006, designadamente, o Programa Operacional de Economia (POE), o Programa Nacional de Formação Melhor Turismo (inserido no Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social) e o Programa de Intervenções Para a Qualificação do Turismo (PIQTUR), sendo o horizonte temporal deste último, de 2002 a 2004.

Recentemente o *Plano de Desenvolvimento do Turismo* (PCM, 2003), mantém objectivos alargados no que respeita ao ambiente,

território e sustentabilidade (por exemplo, os objectivos iii, iv e v), mas é completamente omissivo no que respeita às acções que possam executar esses mesmos objectivos. Pode-se argumentar que falta o incentivo de uma política de ambiente coerente, e de uma política de sustentabilidade credível. Mas falta também a visão e perspectivas mais alargadas, já disponibilizadas pela prática internacional.

Relativamente ao programa do Governo Constitucional<sup>19</sup>, oferece sistematizar a vertente que privilegia a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável, cujos objectivos, estratégias, políticas, instrumentos e planos específicos de acção, revelam as seguintes linhas gerais de orientação (Quadro 8):

<b>Quadro 8 - Qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.</b>				
<b>Objectivos</b>	<b>Eixos decisivos para a estratégia de desenvolvimento nacional</b>	<b>Políticas</b>	<b>Instrumentos normativos</b>	<b>Compromissos</b>
Alcançar a convergência ambiental e promover a coesão territorial a nível nacional e europeu	I - Melhoria da qualidade ambiental e do ordenamento do território	Capacidade de coordenação e integração das seguintes políticas: - Ambiente e ordenamento do território; - Coesão territorial (conservação da natureza e biodiversidade e desenvolvimento local e regional).	Sistema de gestão territorial mais descentralizado	- No plano internacional, combate às alterações climáticas, no âmbito do Protocolo de Quioto; - Reforçar a integração das preocupações ambientais e territoriais nas diferentes políticas sectoriais, inclusivé nos sectores da energia, transportes e turismo
II - Qualificar as cidades e melhorar o acesso à habitação		- Política das cidades; - Política da habitação.		
III - Desenvolvimento sustentável	1- Mobilidade e comunicação; 2- Energia; 3- Turismo; 4- Agricultura e desenvolvimento rural; 5- Mar e pescas.			

<sup>19</sup> Nota do Autor: Os programas de governo que tomo como referência são dos dois governos anteriores, antes das imposições da tróika.

A convergência ambiental com a Europa, definida no Programa do Governo, contempla a qualificação das infraestruturas ambientais e a respectiva gestão, com forte recurso aos investimentos comunitários. Neste âmbito aquela convergência é especialmente direccionada para (Quadro 9):

**Quadro 9 - Convergência ambiental com a Europa no Programa do Governo.**

<b>Domínios de gestão</b>	<b>Objectivos específicos</b>	<b>Plano de Acção</b>
Água e Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforma do sistema institucional de gestão e do regime de utilização dos recursos hídricos;</li> <li>- Reforço da regulação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A política pública de ambiente para o sector, será assegurada pelo Grupo de Águas de Portugal, que estabelecerá parcerias estratégicas, para cumprir as metas do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR);</li> <li>- Aprovação de uma nova Lei da Água, que consagre o princípio da gestão por bacia hidrográfica;</li> <li>- Retoma da aplicação do Plano Nacional da Água e dos Planos da Bacia Hidrográfica;</li> <li>- Relançamento da cooperação luso – espanhola para a gestão dos cursos de água transfronteiriços;</li> <li>- Novo impulso á aprovação dos planos de ordenamento das albufeiras e águas públicas;</li> <li>- A regulação compete ao Instituto Regulador de Águas e Resíduos.</li> </ul>
Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção da reciclagem ou regeneração de resíduos industriais perigosos (RIP), para reduzir a sua produção e a sua exportação;</li> </ul>	<p>RIP:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a avaliação do concurso público para a construção de dois aterros para resíduos industriais perigosos (CIRVER);</li> <li>- Retomar o processo relativo á co-incineração;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar a gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU);</li> </ul>	<p>RSU:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação da capacidade de resposta das infraestruturas existentes para definição de novas orientações e de novo programa de investimentos;</li> </ul>
Energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar a eficiência energética para alcançar, em 2010, a meta assumida por Portugal, de consumir 39% de energia produzida a partir de fontes renováveis;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intensificação do apoio ao investimento nas energias renováveis;</li> <li>- Alteração do regime geral das edificações urbanas (RGEU), complementado pelos regimes de utilização de energia nos edifícios e de qualidade do ar no interior dos mesmos;</li> </ul>



O esforço de promover a coesão social tem o intuito de aproveitar o potencial de desenvolvimento das várias regiões e cidades do país e de combater as disparidades. Neste âmbito, o Governo pretende assumir os seguintes compromissos (Quadro 10):

**Quadro 10 – Compromissos do Governo para o desenvolvimento e coesão social.**

Domínios de gestão	Objectivos específicos	Plano de acção
Conservação da natureza e biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inverter o ciclo de degradação e desinvestimento neste domínio;</li> <li>- Articular a protecção ambiental, a valorização paisagística e a qualificação das actividades económicas nas zonas costeiras;</li> <li>- Prevenção em zonas de risco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concretizar a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e articulá-la com as políticas sectoriais;</li> <li>- Revisão do regime jurídico da conservação de natureza e valorização da Rede Natura;</li> <li>- Dinamizar o Programa Nacional de Turismo da Natureza;</li> <li>- Promover a educação ambiental para o usufruto sustentável destes espaços naturais;</li> <li>- Reorganizar o Instituto de Conservação da Natureza;</li> <li>- Coordenar e integrar as políticas para as zonas costeiras com a política para o mar;</li> <li>- Reforçar as medidas de salvaguarda de riscos naturais na faixa costeira, recorrendo a operações de monitorização e identificação de zonas de risco.</li> </ul>
Desenvolvimento regional e local	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contrariar a tendência de excessiva litoralização e de desertificação do interior e de outras zonas deprimidas;</li> <li>- Contribuir para um sistema urbano mais policêntrico e para uma relação cidade-campo mais integrada e equilibrada;</li> <li>- Promover factores de competitividade e equidade social</li> </ul>	<p>As iniciativas esquematizadas para este domínio apresentam-se de modo muito genérico, apenas aludindo a medidas transitórias de discriminação positiva, a alguns desvios ao princípio do utilizador-pagador e ao estímulo dos sectores económicos para um maior dinamismo.</p>
Integração em redes supranacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforço do papel das cidades e regiões, em redes de cooperação;</li> <li>- Estimulo á criatividade e inovação;</li> <li>- Reforço da centralidade atlântica da posição de Portugal, numa relação intercontinental;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mobilidade (transportes, comunicações);</li> <li>- Conhecimento (universidades, centros de I&amp;D);</li> <li>- Gestão concertada de redes ecológicas supranacionais.</li> </ul> <p>Estes aspectos prendem-se com os acessos às infraestruturas e á presença em redes transeuropeias e transnacionais.</p>

Os macro objectivos de convergência ambiental e de coesão territorial descritos na esquematização acima apresentada requerem a coordenação consistente, quer das políticas territoriais, quer dos sistemas de gestão territorial. Para que esta coordenação se efective

o Executivo português considera imprescindível reunir três condições, para as quais pretende desencadear um leque integrado de mecanismos (Quadro 11):

**Quadro 11 - Condições para coordenação da convergência ambiental e da coesão territorial.**

<b>1ª Condição para a coordenação das políticas territoriais</b>	Coerência dos instrumentos de gestão territorial, assente em: - Articulação estreita entre esses instrumentos de planeamento; - Integração efectiva de medidas de gestão propostas em planos sectoriais; - Convenção europeia da paisagem
Iniciativas prioritárias	1-Intervenções com impacto territorial relevante no âmbito dos programas operacionais; 2-Linhas estratégicas de desenvolvimento, de organização e de gestão dos territórios regionais; 3-Disciplina de ocupação do litoral; 4-Concepção articulada das estratégias de desenvolvimento por parte dos municípios; 5-Reservas agrícola e ecológica.
Execução dos instrumentos	1-Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS); 2-Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT); 3-Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC): o último aprovado é relativo a Vilamoura-Vila Real de Santo António; 4-Planos Directores Municipais (PDM); 5-Revisão das reservas agrícolas ecológicas.
<b>2ª Condição para a coordenação das políticas territoriais</b>	Coordenação, desconcentração e descentralização da gestão territorial.
Iniciativas prioritárias	Reorganização territorial da administração autárquica e reforma administrativa do Estado
Execução dos instrumentos	- Quadro da estrutura de governabilidade, das competências e das respectivas responsabilidades administrativas; - Elaboração de um plano sectorial relativo á Estratégia para o Litoral.
<b>3ª Condição para a coordenação das políticas territoriais</b>	Comportamentos mais exigentes por parte das entidades públicas, cidadãos e agentes económicos: 1-Sensibilização dos cidadãos e diversos agentes; 2-Confiança nas entidades publicas com poder de decisão; 3-Desburocratização (inovação, modernização, simplificação); 4-Fiscalização do cumprimento da legislação em vigor.
Iniciativas prioritárias	1.1- Educação ambiental e territorial 1.2- Programa experimental orientado para a animação e sensibilização local; 1.3- Reforçar a capacidade técnica das autarquias e da administração regional através da formação; 2.1- Participação cívica; 2.2- Separação das funções deliberativa e consultiva no cumprimento dos planos; 2.3- Utilização das potencialidades do e-government, garantindo a sua real aproximação aos cidadãos;

	<p>2.4- Promoção, viabilização e operacionalização dos projectos em parceria público-privado;                  2.5- Política de informação geográfica;                  2.6- Publicitação dos investimentos públicos realizados;                  3-Informação interactiva                  4-Reforço de competências para valorização da capacidade fiscalizadora e harmonização do quadro legal aplicável aos ilícitos ambientais.</p>
<p>Execução dos instrumentos</p>	<p>Ensino ambiental nas escolas e nos currículos do ensino básico e secundário;                  Campanhas mediáticas;                  Formação de autarcas e funcionários                  2.1- Novas formas de participação cívica baseadas em práticas de proximidade;                  2.2- Estruturas e condições de acesso à net-informação;                  2.3- Definição de um quadro de condições contratuais e institucionais;                  2.4- Sistema nacional de informação territorial;                  2.5- Publicitação dos investimentos públicos co-financiados pela UE ou financiados pelo Governo;                  3-Digitalização dos instrumentos de planeamento; portal para consulta interactiva; atribuição às CCDRs a função de balcão único a nível regional; criação de telecentros de base territorial.                  4-Fiscalização a cargo da Inspeção-Geral do Ambiente, das autoridades policiais, designadamente o Serviço Especializado de Protecção da Natureza e do Ambiente, da GNR.</p>

O segundo macro objectivo ou eixo decisivo para a estratégia de desenvolvimento nacional, que é considerado imprescindível para o cumprimento dos requisitos da sustentabilidade respeita quer à qualificação das cidades, quer à melhoria do acesso à habitação, reflectidas nas respectivas políticas de cidades e de habitação.

Nas estruturas dos sistemas urbanos interactuam múltiplas funcionalidades, em processos sistémicos complexos, o que exige que os poderes de decisão desempenhem intervenções articuladas, assentes em políticas coerentes.

No contexto dos sistemas urbanos, a política de cidades deve cumprir critérios de coerência aplicáveis a cada uma das cidades que constituem aqueles sistemas. Considerando que os objectivos que norteiam a política de cidades tem reflexo em:

- ▶ Planeamento urbanístico estratégico;
- ▶ Programação e gestão do solo urbano;

Os principais objectivos que o actual Executivo considera pertinente para melhorar a qualidade das cidades sistematizam-se em:

- ▶ Capacidade de inovação;
- ▶ Competitividade;
- ▶ Internacionalização da base económica;
- ▶ Melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Estes objectivos requerem a adopção de um conjunto de medidas inovadoras, articuladas e coordenadas, no âmbito da política de cidades e que se concretizem através de (Quadro 12):

Financiamento das políticas urbanas;  
Desenvolvimento de modelos de gestão territorial.

<b>Quadro 12 - Eixo: II- Qualificar as cidades e melhorar o acesso à habitação.</b> <b>Área: II.1 – Dinamizar a política de cidades.</b> - sistematização dos principais benefícios para a região Algarve -	
Domínios de intervenção	- Financiamento das políticas urbanas; - Desenvolvimento dos modelos de gestão territorial
Objectivos específicos de âmbito nacional	1-Reprogramação operacional e financeira de programas de intervenção urbana (Polis, Proqual); adequação do campo de acção das sociedades POLIS e articulação com os projectos de reabilitação a serem desenvolvidos em complementaridade pelas Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU); 2-Articulação dos sistemas de transporte com as políticas urbanas para promover a mobilidade sustentável nas cidades; 3-Adopção de um novo regime legal para a política de solos e regulamentação dos processos de execução dos planos (Imposição, cooperação e compensação); operacionalização dos mecanismos que efectivam um maior poder aos municípios em matéria de dinamização do envolvimento dos proprietários.
Plano de acção nacional e potencial intervenção na região algarvia	1-Apoio às operações de reabilitação e revitalização urbanas em áreas centrais, associando a recuperação de edifícios a novas formas de ocupação de natureza residencial económica e de lazer; 2-Desenvolver intervenções integradas de qualificação nas zonas periféricas, abrangendo entre outros aspectos, as acessibilidades e os equipamentos colectivos; 3-Melhorar o conforto e segurança na utilização dos espaços públicos (recurso ao modelo de segurança e policiamento urbano municipal).

No que concerne á política de habitação esquematizam-se, seguidamente, as principais intenções do Executivo, tendo presente que é imprescindível articular esta política com (Quadro 13):

Políticas de requalificação e revitalização das cidades;

Programas de intervenção nas áreas mais críticas das grandes cidades, que possam reabilitar o parque degradado e assim requalificar o ambiente urbano, através da cooperação em parceria entre as autarquias locais e a administração central.

<b>Quadro 13 - Eixo: II- Qualificar as cidades e melhorar o acesso à habitação. Área: II.2 – Melhorar o acesso à habitação. - sistematização dos principais benefícios para a região Algarve -</b>	
Domínios de intervenção	1-Dinamização do mercado de arrendamento; 2-Novas políticas sociais; 3-Requalificação do tecido urbano.
Objectivos específicos de âmbito nacional	1-Promover o acesso á habitação; 2-Articular as políticas de habitação com a qualificação do ambiente urbano; 3-Concertar a intervenção do Estado com os municípios, entidades privadas do sector cooperativo e o associativo.
Plano de acção nacional e potencial intervenção na região algarvia	<p>1-Quanto à <u>dinamização do mercado de arrendamento</u>:</p> <p>1.1-Rever/actualizar o regime jurídico da Lei do Arrendamento Urbano – com os objectivos de permitir o aumento da oferta de imóveis para arrendamento, a mobilidade, o acesso de famílias e agentes económicos a esse mercado e a actualização gradual das rendas;</p> <p>1.2-Rever a legislação aplicável ao arrendamento social – com o objectivo de permitir aumentar a eficiência da gestão do parque de arrendamento público;</p> <p>1.3-Adoptar medidas complementares á revisão do quadro legal, através de: parcerias público-privadas, de programas de apoio financeiro e logístico á realização de obras de reabilitação e recuperação e através da criação de Centros de Arbitragem de conflitos relacionados com relações contratuais de arrendamento.</p> <p>2-Quanto às novas <u>políticas sociais</u>:</p> <p>2.1-Promover a habitação social em articulação com outras políticas sociais e com um maior envolvimento de entidades privadas e dos sectores cooperativo e social;</p> <p>2.2-Promover a criação de parcerias para habitação apoiada, com a participação das autarquias locais e demais entidades;</p> <p>2.3-Adoptar as medidas necessárias á promoção de habitação para compra, arrendamento ou misto a partir de:</p> <p style="padding-left: 20px;">Redefinição dos programas especiais para as habitações precárias e degradadas;</p> <p style="padding-left: 20px;">Conclusão dos programas de realojamento já contratualizados;</p> <p style="padding-left: 20px;">Programação das operações urbanísticas de áreas de construção relativas a habitação de custos controlados.</p> <p>3-Quanto á requalificação do tecido urbano:</p> <p>3.1-Modernizar o património habitacional através de um conjunto de apoios à reabilitação de edifícios;</p> <p>3.2-Dinamizar a actuação das Sociedades de Reabilitação Urbana;</p> <p>3.3-Estabelecer uma bonificação nos apoios a conceder aos municípios nas operações de realojamento no caso em que estas se concretizem em edifícios devolutos a reabilitar;</p> <p>3.4-Enquadrar a penalização fiscal ou administrativa dos proprietários de imóveis ou fracções devolutos.</p>

No que concerne às cinco principais áreas estratégicas do **Programa Constitucional do Governo**<sup>20</sup>, em matérias que interagem especificamente com a meta do desenvolvimento

<sup>20</sup> Nota do Autor: Os programas de governo que tomo como referência são dos dois governos anteriores, antes das imposições da tróika.

sustentável da região Algarve, esquematizam-se a seguir, as cinco áreas – mobilidade e comunicação, energia, turismo, agricultura e desenvolvimento rural, mar e pescas – salientando os objectivos que, à priori, se afiguram mais relevantes e os correspondentes planos de acção (Quadro 14 e 15):

<b>Quadro 14 - Área: 1- Mobilidade e comunicação.</b> - sistematização dos principais benefícios para a região Algarve -	
Sub-intervenção	<b>1.1 - Melhorar o desempenho global do conjunto dos modos de transporte e das obras públicas</b>
Objectivos específicos de âmbito nacional	<p>1- Sistema de mobilidade nacional e urbano mais solidário, mais confortável, mais seguro e mais fiável, com menores tempos totais de deslocação;</p> <p>2- Requalificar a mobilidade urbana;</p> <p>3- Recorrer a tecnologias menos poluentes;</p> <p>4- Diminuir os custos totais de transporte e o congestionamento, através do reforço da intermodalidade e da utilização racional dos modos de transporte e ligações de maior eficiência, nomeadamente com as regiões do interior;</p> <p>5- Integrar de forma eficiente as redes de transportes ibéricas, europeias e transatlânticas (interoperabilidade e competitividade logísticas).</p>
Plano de acção nacional e potencial intervenção na região algarvia	<p>1- Programa de segurança e de redução da sinistralidade;</p> <p>2- Planeamento dos sistemas de mobilidade, em articulação com os outros sistemas de incidência territorial;</p> <p>3- Melhoria das infraestruturas de transportes, em termos de qualidade, igualdade de acesso, necessidades de uso e da relação espaço/tempo;</p> <p>4- Dado que a execução do plano rodoviário é de âmbito nacional, a região poderá beneficiar com o cumprimento dos requisitos de segurança, bem como com o programa de monitorização, modernização e reparação das estradas nacionais e regionais existentes e ainda com o solucionar de uma parcela da rede viária ‘fundamental’ que liga o acesso Este á cidade de Faro;</p> <p>5- Caso as SCUT permaneçam como via sem portagem, tal como é manifestado neste programa constitucional, favorecerá a coesão local e regional e não onerará os custos de funcionamento do sector turístico, nem dos sectores complementares, já que as alternativas de oferta no sistema rodoviário são muito menos eficientes/eficazes;</p> <p>6- A eliminação dos estrangulamentos ao nível da rede ferroviária de alta velocidade no eixo prioritário Lisboa-Porto, não beneficiará directamente a região Algarve, mas esta já poderá obter vantagens quanto á intenção de promoção das ligações transfronteiriças em articulação com as redes ibéricas;</p> <p>7- No sistema aeroportuário, o reforço da segurança a protecção dos direitos dos passageiros, em especial dos voos ‘tudo incluído’ potenciará uma melhoria dos serviços prestados no aeroporto de Faro;</p> <p>8- Desburocratizar os processos de certificação de embarcações de comércio e de recreio náutico, através da criação de um sistema SI/TI (info-estrutura) interactivo com os cidadãos no Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos;</p> <p>9- Melhorar a coordenação física, tarifária e de horários entre modos de transporte colectivos entre o Algarve e as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;</p> <p>10- Generalizar a utilização de sistemas de vídeo-vigilância, incluindo</p>

	<p>sistemas de localização de veículos por GPS e de segurança e emergência em instalações e espaços públicos;</p> <p>11- Conferir mais transparência aos processos de contratação e execução de empreitadas públicas.</p>
<p><b>Área: 1- Mobilidade e comunicação.</b> - sistematização dos principais benefícios para a região Algarve -</p>	
Sub-intervenção	<b>1.2 - Melhorar a comunicação em rede</b>
Objectivos específicos de âmbito nacional	<p>1-Ao nível das telecomunicações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Colmatar défices de desempenho, de acessibilidade e de qualidade de serviços, através de investimentos, para dotação de redes de comunicações mais avançadas, que proporcionem serviços inovadores, em modalidades que permitam o acesso universal dos agentes públicos e privados.</li> </ul> <p>2-Ao nível dos serviços postais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar a qualidade, a diversidade e a cobertura dos serviços prestados.</li> </ul>
Plano de acção e potencial intervenção na região algarvia	<p>1.1-Promover o uso de plataformas lógicas avançadas nos sistemas e subsistemas públicos;</p> <p>1.2-Promover a generalização do acesso de todos os serviços do Estado a redes de banda larga;</p> <p>1.3-Incentivar o aparecimento de novos serviços sem fios, via difusão rádio eléctrica, de que é exemplo a televisão digital terrestre.</p> <p>2.1-Introduzir novas modalidades postais;</p> <p>2.2-Alargar o leque de serviços específicos;</p> <p>2.3-Promover a cobertura integral e eficiente do território nacional e das necessidades dos consumidores;</p> <p>2.4-Estabelecer parcerias estratégicas entre os CTT e os agentes privados, num cenário de abertura progressiva a um modelo de exploração conjunta público-privado.</p>
<p><b>Quadro 15 - Área: 2 – Energia.</b> - sistematização dos principais benefícios para a região Algarve -</p>	
Objectivos específicos de âmbito nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Governo reconhece a importância de incentivar a concorrência no sector da energia para gerar maior capacidade competitiva nos operadores portugueses e para servir melhor os interesses dos consumidores industriais e individuais, quer quanto á qualidade, quer quanto aos sistemas tarifários;</li> <li>- Adoptar um novo modelo de organização mais consentâneo com a modernização tecnológica e competitividade deste sector energético, e com um sistema de gestão mais eficiente junto das empresas públicas e privadas e junto do segmento doméstico, que respeite a qualidade ambiental, para o que o Governo intenta promover auditorias energéticas, no intuito de identificar desperdícios e reduzir gastos;</li> <li>- Liberalizar o mercado energético e toda a sua cadeia de valor (produção, distribuição, comercialização);</li> <li>- Incentivar a implementação de estratégias tecnicamente rentáveis de produção de electricidade a partir de fontes renováveis, bem como a cobertura dos respectivos abastecimentos em rede, diversificando a capacidade da oferta energética.</li> </ul>
Plano de acção e potencial intervenção na região algarvia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reestruturar/modernizar o sector da energia, criando condições de atractividade para o investimento privado, nacional e estrangeiro;</li> <li>- Garantir a segurança dos abastecimentos;</li> <li>- Zelar pela redução da dependência energética nacional face ao exterior e zelar pela boa utilização deste recurso, tomando iniciativas que motivem a poupança e o consumo racional de energia;</li> <li>- Assegurar os licenciamentos devidos;</li> <li>- Incentivar a diversificação das fontes energéticas, promovendo o recurso á I&amp;D, nomeadamente em energias renováveis ou em soluções energéticas que se</li> </ul>

	<p>afiguem adequadas á competitividade das empresas (seria interessante generalizar o uso das energias solar e eólica em associação aos produtos turísticos algarvios);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cooperar na liberalização do mercado ibérico de gás natural;</li> <li>- Adoptar um programa especial para a gestão energética nos edifícios públicos;</li> <li>- Incentivar soluções que conduzam á eficiência energética, articuladas com ganhos ambientais, como é reconhecido nos casos da cogeração e das centrais de ciclo combinado;</li> <li>- Promover o acesso á informação, junto das famílias e empresas, sobre os custos reais das suas soluções energéticas e sobre as melhores alternativas para estimular comportamentos mais eficientes e utilização mais racional da energia.</li> </ul>
--	--

O cluster turismo – lazer constitui uma prioridade estratégica á escala nacional. Na esfera regional esta manifestação de cluster é a que movimenta, com maior dinâmica, a matriz intersectorial algarvia, favorecida, a montante, pelos recursos e potencialidades naturais.

A atractividade turística continua a assegurar uma importante fonte de receitas provenientes dos mercados interno e, sobretudo externo. Embora não tenha demonstrado capacidade, até ao momento actual, para anular os efeitos do desemprego sazonal, continua a absorver uma parcela significativa de população activa.

Para além de contribuir para afirmar a presença portuguesa, sobretudo na Europa, através das especificidades do seu património natural e cultural, tem conferido uma melhoria da qualidade de vida dos agentes económicos que operam neste sector e tem reposicionado a região no ‘ranking’ do combate às assimetrias regionais.

Uma das principais características da actividade turística é a diferenciação quanto aos factores:

- ▶ Tipo de oferta;
- ▶ Dimensão;
- ▶ Grau de desenvolvimento regional;
- ▶ Velocidade de crescimento;
- ▶ Variedade e dimensão empresarial.

Deste modo, constituindo um sector marcado pela diferenciação, o imperativo da qualidade da oferta pressiona o padrão de exigibilidade e capacidade de resposta, numa perspectiva integrada de sustentabilidade ambiental, económica e social, requerendo a actualização sistemática dos modelos de desenvolvimento do



turismo, que vão sendo implementados pelos diversos Executivos, com os ajustamentos inerentes a cada ciclo político eleitoral apesar do fato de que aqueles que executaram os programas pensam no curto prazo eleitoral, o sector do turismo deve ser pensado numa estratégia de longo prazo para evitar ser redefinido, e a subordinação a clientelismos políticos.

O modelo de desenvolvimento do turismo do Executivo integra um leque de factores potencialmente coadjuvantes ao turismo no Algarve (Quadro 16):

<b>Quadro 16 - Área: 3 – Turismo e lazer.</b> - sistematização dos principais benefícios para a região Algarve -					
Domínios de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualidade e competitividade da oferta turística que respeite os critérios de sustentabilidade ambiental, económica e social;</li> <li>- Articulação coerente da actividade turística com outras áreas, designadamente, o ordenamento do território, o ambiente, a cultura, o desporto, as infraestruturas e os transportes aéreo e terrestre.</li> </ul>				
Objectivos específicos de âmbito nacional	<p>Promover um novo modelo de desenvolvimento do turismo que integre, no âmbito de uma política nacional para o sector, um conjunto de programas, estratégias, processos e mecanismos conducentes a:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1-Reestruturação;</li> <li>2-Inovação, diferenciação e certificação para qualificar;</li> <li>3-Promoção da oferta turística, fortalecendo a competitividade duradoura e a sustentabilidade.</li> </ol>				
Plano de acção nacional e potencial intervenção na região algarvia	<p>1 – Adoptar uma Política Nacional do Turismo (PNT) orientada para:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 50%; text-align: center;"><b>5 vectores de intervenção estratégica</b></th> <th style="width: 50%; text-align: center;"><b>2 objectivos de curto prazo</b></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="vertical-align: top;"> <ul style="list-style-type: none"> <li>Valorização dos recursos turísticos e construção de ofertas de qualidade;</li> <li>Dinamização do crescimento da procura turística interna e externa;</li> <li>Implementação de estratégias regionais, autónomas, integradas numa visão nacional;</li> <li>Estimulo ao investimento, á modernização e á capacidade competitiva das empresas;</li> <li>Definição de uma Lei de Bases do Turismo.</li> </ul> </td> <td style="vertical-align: top;"> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento do numero de turistas estrangeiros e de visitas de emigrantes portugueses, incentivando o aumento das receitas de proveniência externa;</li> <li>Dinamização do turismo interno (férias, estadas de curta duração, turismos social, sénior e juvenil), com preocupação prioritária para as regiões do interior e emergentes.</li> </ul> </td> </tr> </tbody> </table> <p>Extraído do Programa do XVII Governo Constitucional da República Portuguesa</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2-Implementar planos de intervenção turística plurianuais articulados, por um lado, á escala das necessidades regionais e por outro, coordenados com outros programas existentes, nomeadamente o PICTUR;</li> <li>3-Reprogramar o quadro de apoio financeiro às empresas turísticas;</li> <li>4-Consolidar a produção estatística e criar a Conta Satélite do Turismo;</li> <li>5-Estimular a intervenção dinâmica das Regiões de Turismo, com definição de um novo enquadramento legal, que tenha em conta a criação das novas estruturas de associativismo municipal;</li> <li>6-Intensificar parcerias directas com as empresas de turismo a nível nacional, regional e</li> </ol>	<b>5 vectores de intervenção estratégica</b>	<b>2 objectivos de curto prazo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valorização dos recursos turísticos e construção de ofertas de qualidade;</li> <li>Dinamização do crescimento da procura turística interna e externa;</li> <li>Implementação de estratégias regionais, autónomas, integradas numa visão nacional;</li> <li>Estimulo ao investimento, á modernização e á capacidade competitiva das empresas;</li> <li>Definição de uma Lei de Bases do Turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento do numero de turistas estrangeiros e de visitas de emigrantes portugueses, incentivando o aumento das receitas de proveniência externa;</li> <li>Dinamização do turismo interno (férias, estadas de curta duração, turismos social, sénior e juvenil), com preocupação prioritária para as regiões do interior e emergentes.</li> </ul>
<b>5 vectores de intervenção estratégica</b>	<b>2 objectivos de curto prazo</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>Valorização dos recursos turísticos e construção de ofertas de qualidade;</li> <li>Dinamização do crescimento da procura turística interna e externa;</li> <li>Implementação de estratégias regionais, autónomas, integradas numa visão nacional;</li> <li>Estimulo ao investimento, á modernização e á capacidade competitiva das empresas;</li> <li>Definição de uma Lei de Bases do Turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento do numero de turistas estrangeiros e de visitas de emigrantes portugueses, incentivando o aumento das receitas de proveniência externa;</li> <li>Dinamização do turismo interno (férias, estadas de curta duração, turismos social, sénior e juvenil), com preocupação prioritária para as regiões do interior e emergentes.</li> </ul>				

	<p>local e reforçar as relações institucionais e de colaboração com a Confederação de Turismo Português e com todas as associações sectoriais, nacionais e regionais;</p> <p>7-Reforçar e dinamizar a acção interna e externa de todas as estruturas institucionais do turismo;</p> <p style="text-align: center;"><b>Iniciativas directamente ligadas á qualidade:</b></p> <p>8-Avaliar os procedimentos de licenciamento para agilizar os aspectos burocráticos;</p> <p>9-Intensificar o papel regulador/normalizador no âmbito da formação que confere a certificação profissional no turismo;</p> <p>10-Desenvolver um programa de incentivo e apoio á inovação das empresas turísticas;</p> <p>11-Incentivar a certificação ambiental dos diversos produtos e empreendimentos turísticos, fazendo da qualidade ambiental uma mais-valia para o turismo. Neste âmbito, implementar, em parceria com as autarquias locais, organizações locais de turismo e empresários do sector, acções de qualificação ambiental da envolvente dos diversos destinos turísticos;</p> <p>12-Desenvolver uma estratégia para o mercado electrónico;</p> <p style="text-align: center;"><b>Iniciativas directamente ligadas á promoção:</b></p> <p>13-Incentivar a articulação entre o sector do turismo e os grandes eventos científicos, desportivos e culturais;</p> <p>14-Apoiar iniciativas privadas que confirmam dimensão internacional aos operadores turísticos e hoteleiros nacionais;</p> <p>15-Valorizar os produtos turísticos com maior procura e notoriedade internacional (sol e mar, golfe, congressos); apostar em novos produtos e ofertas, novas soluções de alojamento bem como o aproveitamento de novas soluções imobiliárias (turismo residencial, casas de férias, resorts); estruturar os produtos que poderão introduzir elementos diferenciadores na sua oferta (turismo cultural, rural, de natureza, de saúde, equestre, fluvial, rotas de vinhos, gastronomia);</p> <p>16-Desenvolver uma estratégia de promoção externa adaptada ás características e prioridades da nossa oferta e que tenha em conta as motivações dos potenciais turistas e a acção da concorrência; Aprofundar a articulação do Instituto do Turismo Português com as agências regionais de promoção bem como com o papel dos delegados no estrangeiro.</p>
--	--

As desvantagens do meio agrícola e rural têm-se afirmado de forma crescente em todo o plano continental português. Face á debilidade das motivações, em relação aos factores de atractividade que ainda subsistem neste sector, a aprovação de uma política nacional de desenvolvimento rural, a cargo do Governo, é direccionada essencialmente para aproveitar as oportunidades potenciadas pelas perspectivas financeiras para o período 2007-2013, em que serão reafectados os recursos em função dessa dotação futura.

Tal reafecção de recursos deverá ser racionalmente equacionada num cenário complexo de condicionantes e fragilidades, aos níveis de:

- ▶ Limites impostos pela UE á produção nacional;

► Congelamento da distribuição dos apoios directos ao nível do histórico recebido por cada agricultor e ao nível dos mercados, até 2013 pela UE;

Maior abertura do mercado interno á concorrência de produtos agrícolas e alimentares importados, face aos compromissos assumidos pela UE com as organizações de comércio mundial.

O futuro conjunto de medidas de apoio ao desenvolvimento rural no âmbito das perspectivas financeiras de 2007-2013 será reagrupado num único fundo – Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural – o que implicará:

► A reafecção de recursos nacionais;

► Uma maior selectividade e rigor nos critérios de concessão dos apoios ao investimento, em função das prioridades sectoriais;

► Uma maior responsabilização do Estado português, na definição de prioridades, conduzindo ao imperativo de implementar uma estratégia global no plano nacional, que articule coerentemente os diferentes instrumentos, nos quais a agricultura portuguesa aposta para capacitar este sector.

Neste âmbito, os pontos comuns da estratégia agrícola, como alguma conexão á capacidade produtiva algarvia e produzindo efeitos transversais aparentes na melhoria da qualidade da oferta turística diferenciada nesta região poderão advir de (Quadro 17):

<b>Quadro 17 - Área: 4 – Desenvolvimento agrícola e rural.</b> - sistematização dos principais benefícios para a região Algarve -	
Domínios de intervenção	de - Reformular a política e estratégia para o desenvolvimento rural, para atingir níveis de qualidade e para reforço da competitividade; - Reconverter as funcionalidades do sector agrícola, com recurso á inovação.
Objectivos específicos âmbito nacional	de - Reformular a política de desenvolvimento agrícola e rural para o período 2007-2013, assente num quadro estratégico de âmbito nacional; - Integrar novas funcionalidades da agricultura, em termos de interesse público, nomeadamente: equilíbrio ambiental dos espaços agro-florestais, ordenamento e ocupação dos espaços rurais e segurança alimentar; - Reconverter o sector agrícola, atendendo ao crescente papel do mercado na orientação da produção, em detrimento da lógica dos apoios comunitários directos.
Plano de acção nacional e potencial	1 – Definir uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Agrícola e Rural no âmbito do 2º pilar da Política Agrícola Comum (PAC), que contemple, entre o leque das medidas, aquelas que poderão favorecer as áreas

<p>intervenção na região algarvia</p>	<p>agrícolas e rurais algarvias:</p> <p>Elevar a competitividade das fileiras agro-alimentares e florestais, nomeadamente a produção de cortiça, de horto-flutícolas e de determinados produtos tradicionais de qualidade;</p> <p>Melhorar os padrões de qualidade e segurança alimentar ao nível dos produtos e dos modos de produção;</p> <p>Integrar mecanismos e instrumentos de cariz sustentável e de equilíbrio ambiental na condução dos processos de gestão dos espaços rurais e de afectação dos respectivos recursos. Designadamente aplicar, de modo sistemático, as medidas agroambientais regulamentadas para gerir as zonas incluídas na Rede Natura;</p> <p>Elevar a qualificação dos agricultores e demais agentes de desenvolvimento nas zonas rurais.</p> <p>2-Criar mecanismos de acesso eficaz aos diferentes apoios financeiros disponibilizados ao sector agrícola, numa óptica de racionalidade da respectiva gestão pública;</p> <p>3-Articular a política agrícola com as demais políticas de impacto regional, reconhecendo para tal, o papel da reorganização da administração pública, a nível regional;</p> <p>4-Criar um Regime de Qualidade Nacional aplicável aos produtos agrícolas e agro-alimentares;</p> <p>5-Executar um Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal, em observância das regras estipuladas nos planos regionais de ordenamento florestal, optando pelas espécies melhor adaptadas e mais resistentes aos incêndios;</p> <p>6-Incentivar a produção de biomateriais e os modos de produção biológicos, aliados á inovação, aproveitando nichos de mercado que podem ser fortalecidos pelo estabelecimento de parcerias com centros de investigação universitários;</p> <p>7-Reformular o quadro de incentivos ao associativismo agrícola de carácter inter-profissional nas fileiras prioritárias.</p>
---------------------------------------	--

Dada à importância que o mar reveste em toda a extensão da orla costeira algarvia, cujas potencialidades de riqueza, de oportunidades e de dinamismo são reconhecidas desde a construção dos seus alicerces históricos, é imperativa que o potencial marítimo desta região seja valorizado, no seio de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, esta por sua vez, contextualizada na posição portuguesa de centralidade atlântica, numa relação intercontinental.

As acções que o Executivo pretende promover para reforçar o equilíbrio de Portugal na matriz atlântica e europeia e que poderão exercer efeitos benéficos extensíveis ao turismo direccionado para o desenvolvimento sustentável poderão decorrer dos seguintes objectivos e plano de acção (Quadro 18):

<b>Quadro 18 - Área: 5 – Mar.</b> - sistematização dos principais benefícios para a região Algarve -	
Objectivos específicos de âmbito nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a coordenação, no nível do Governo, de todas as áreas que respeitem ao mar, nomeadamente às áreas dos transportes marítimos, dos portos, do ensino náutico, da pesca e do recreio náutico;</li> <li>- Dinamizar a participação de entidades públicas e privadas nos processos de coordenação das actividades ligadas ao mar;</li> <li>- Incentivar a investigação científica e tecnológica na gestão dos recursos marinhos;</li> <li>- Reestruturar o ensino náutico.</li> </ul>
Plano de acção nacional e potencial intervenção na região algarvia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar um fórum permanente das actividades ligadas ao mar;</li> <li>- Criar áreas de desenvolvimento especializadas com vantagens comparativas na gestão dos recursos marinhos, em parceria com centros de investigação universitários;</li> <li>- Promover a qualidade da formação nas áreas da pesca e da náutica;</li> <li>- Aumentar a oferta de portos de recreio, promovendo a prática dos desportos náuticos.</li> </ul>

No que se refere ao regulamento de planeamento da utilização do território, a norma mais recente nesta área em Portugal é o **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) (2007)**, rectificado pelas declarações n.º 80-A, de 7 de Setembro de 2007 e n.º 103-A/2007, de 2 de Novembro de 2007.

O PNPOT constitui um dos instrumentos-chave para a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS (2002) pondo em relevo o contributo das políticas de ordenamento do território para procurar que Portugal seja (PNPOT, 2007:132-137):

– *Um espaço sustentável e bem ordenado.* O início de um ordenamento do território que permite um desenvolvimento justo, equitativo e sustentável para todos.

- *Preservando o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, a zona costeira, a floresta e os espaços de potencial agrícola.*
- *Gerindo e valorizando as áreas classificadas integrantes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza.*
- *Articulando o sistema de “espaços abertos” de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infraestruturas.*
- *Estruturando nucleações que contrariem a tendência para a urbanização contínua ao longo da faixa litoral de Portugal Continental.*

– *Uma economia competitiva, integrada e aberta.* Ainda mais importante no contexto de crise sistêmica, financeira e ambiental em que nos encontramos.

- *Reforçando e integrando o território nacional através de uma organização mais policêntrica do sistema urbano.*
- *Valorizando o papel estratégico da Região Metropolitana de Lisboa, da aglomeração urbano-industrial do Noroeste, do polígono Leiria-Coimbra-Aveiro-Viseu e das regiões turísticas de valia internacional do Algarve, da Madeira e de outros pólos emergentes de desenvolvimento turístico, para a afirmação internacional de Portugal.*
- *Desenvolvendo redes de conectividade internacional que conjuguem as necessidades de integração ibérica e europeia com a valorização da vertente atlântica e a consolidação de novas centralidades urbanas.*
- *Estruturando sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir pólos de competitividade regional, em particular no interior.*

– *Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar.* O desenvolvimento conduzido por meio de um ordenamento e adequado planeamento, deve considerar o desenvolvimento equilibrado e a redistribuição necessária e compensação de bens e serviços, entre as áreas e camadas mais ou menos privilegiadas.

- *Definindo o sistema urbano como critério orientador do desenho das redes de infraestruturas e de equipamentos colectivos, cobrindo de forma adequada o conjunto do País e estruturando os sistemas de acessibilidades e mobilidades em função de um maior equilíbrio no acesso às funções urbanas de nível superior.*
- *Promovendo redes de cidades e subsistemas urbanos locais policêntricos que, numa perspectiva de complementaridade e especialização, permitam a qualificação dos serviços prestados à população e às actividades económicas.*
- *Valorizando a diversidade dos territórios e a articulação dos centros urbanos com as áreas rurais, garantindo em todo o País o acesso ao conhecimento e aos serviços colectivos e boas condições de mobilidade e comunicação, favorecendo a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida.*

– *Uma sociedade criativa e com sentido de cidadania.* É importante para assegurar uma participação efectiva, eficaz e empenhada de todos os atores envolvidos, e muito especialmente da sociedade civil e das comunidades locais, exigindo o cumprimento de corda,

da parte dos políticos decididos em participação cidadã e acordos de consenso.

- *Mais conhecimento, mais abertura e cosmopolitismo, e maior participação e responsabilização da cidadania.*
- *A superação dos problemas com que se confrontam as regiões ameaçadas pelos processos de abandono e despovoamento deve ser enfrentada com base em soluções inovadoras. É preciso combinar conhecimento e imaginação para encontrar novos caminhos e novas áreas de afirmação numa economia cada vez mais globalizada.*
- *O ordenamento do território deverá basear-se em mais conhecimento, investigação, divulgação, monitorização e avaliação.*
- *No Portugal do futuro, o território será mais complexo e estruturado. Às velhas regiões naturais, ancoradas em rios, cordilheiras, planícies e planaltos, desde há muito associadas às estruturas da administração (províncias, distritos, concelhos e freguesias), outras mais recentes (comissões de coordenação, NUTS, áreas metropolitanas, associações e comunidades urbanas) se juntam, com maior ou menor facilidade, contribuindo para a reestruturação contínua do território e das formas de ordená-lo e governar.*
- *Todas estas realidades e perspectivas de ver e sentir o território se imbricam em novas situações e em novas redes estruturantes tornando necessário um esforço para desenvolver novas formas de governação.*

Propostas que são de particular relevância para a crise do sistema económico, nestes momentos vai avançar de maneira mais eficaz as apostas que são inclusivas dos recursos naturais e dos recursos humanos; que são sustentadas por um contexto territorial e geográfico que permitem uma distribuição equitativa de bens e serviços; a ser enfrentadas a partir da inovação e criatividade; e que, desde sua fase de concepção foram levantadas, colocadas em funcionamento e avaliadas numa dinâmica participativa real, onde todos os atores sociais (cidadania, gestores e políticos) têm uma voz, mas também um voto.

O ***Plano Estratégico Nacional de Turismo 2006-2015 PENT*** tem atualizado as propostas contidas nos planos anteriores, e tem uma consideração especial sobre a região do Algarve.

Desta forma as suas Linhas orientadoras para as regiões, são propostas para *“desenvolver ofertas distintivas para as regiões alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo factores de qualificação”*.

Este plano é marcado um Programa de Implementação estruturado em 5 eixos:

- Território, Destinos e Produtos.
- Marcas e Mercados.
- Qualificação de Recursos.
- Distribuição e Comercialização.
- Inovação e Conhecimento.

Embora existam prioridades regionais, a fim de promover e servir de forma mais equilibrada, da oferta turística em nível de todo o Estado português, estes 5 eixos devem ser tidos em conta em todas e cada uma das propostas, a fim de não competir entre si, mas de ser complementares entre si, nas regiões e territórios diferentes.

E foram definidos 11 projetos de implementação:

- I – Produtos, Destinos e Pólos.
- II – Intervenção em Zonas Turísticas de Interesse ZTIs<sup>21</sup> (urbanismo, ambiente e paisagem).
- III – Desenvolvimento de Conteúdos distintivos e inovadores.
- IV – Eventos.
- V – Acessibilidade Aérea.
- VI – Marcas, Promoção e Distribuição.
- VII – Programa de Qualidade.
- VIII – Excelência no Capital Humano.
- IX – Conhecimento e Inovação.
- X – Eficácia do relacionamento Estado – Empresa.
- XI – Modernização Empresarial.

---

<sup>21</sup> Nota do Autor: Como por exemplo, núcleos históricos e fronteiriços e pólos de desenvolvimento turístico.



Os projectos englobam intervenções ao longo de toda a cadeia de valor do sector do Turismo.

Destes 11 projectos de implementação, o *Projecto I – Produtos, Destinos e Pólos*; contempla a intervenção ao nível dos produtos, destinos e pólos; implica a implementação de 10 módulos para o desenvolvimento dos produtos estratégicos; de 1 módulo de requalificação do Turismo no Algarve; e de 6 módulos para os pólos de desenvolvimento turístico.

Estes módulos são:

- I.1 – Desenvolver o Sol e Mar.
- I.2 – Desenvolver o *Touring* Cultural e Paisagístico.
- I.3 – Desenvolver o *City Break*.
- I.4 – Desenvolver o Turismo de Negócios.
- I.5 – Desenvolver o Turismo de Natureza.
- I.6 – Desenvolver o Turismo Náutico.
- I.7 – Desenvolver a Saúde e Bem-estar.
- I.8 – Desenvolver o Golfe.
- I.9 – Desenvolver os *Resorts* Integrados e Turismo Residencial.
- I.10 – Desenvolver a Gastronomia e Vinhos.
- I.11 – Requalificar o Turismo no Algarve.
- I.12 a I.17 – Criar Pólos de Desenvolvimento Turístico.

Apesar de que alguns desses módulos definem prioridades geográficas para a sua implementação, a maioria deles deve ser tida em conta em todas as regiões.

No que respeita à região do Algarve as prioridades se focalizam nos módulos I.1, I.4, I.6, I.8, I.9; e todo o módulo I. 11 é concebido exclusivamente para esta região.

I.11 – Requalificar o Turismo no Algarve

*“Para melhorar o desempenho da região é necessário criar um conjunto de iniciativas ao nível do desenvolvimento dos produtos, assim como acções transversais a todos os produtos, sendo de destacar a importância do ordenamento do território e da*

*valorização dos recursos ambientais, protecção da orla costeira e preservação do património.”*

Uma tentativa que, a partir das instituições, procure abordar também o ordenamento do território, como um integrador e coesivo para definir as actividades do turismo, com base na protecção e gestão adequada de seus recursos ambientais, sociais e económicos.

### **I.11 – Requalificar o Turismo no Algarve**

#### **Visão a 10 anos**

- > Mais de 13,8 milhões de dormidas de turistas internacionais por ano
- > Duplicação das receitas de Turismo
- > Taxa de fidelização dos turistas superior a 40% (em 2 anos)

#### **Âmbito**

- > Projecto que se articula com os produtos Sol e Mar, Golfe, Turismo Náutico e *Resorts* Integrados e Turismo Residencial, enquanto produtos prioritários, assim como a Saúde e Bem-estar e o Turismo de Negócios (2ª prioridade)
- > Definição de zonas temáticas da oferta
- > Requalificação do espaço urbano, incluindo a preservação de vilas e aldeias típicas
- > Envolvente às praias (frentes de mar, acesso às praias, incluindo os apoios e limpeza, parques de estacionamento, etc.)
- > Requalificação da oferta hoteleira
- > Diminuição das camas paralelas
- > Proposta de ZTIs<sup>1)</sup> e Iniciativas para Intervenção
- > Principais acções e eixos de ligação utilizados pelos turistas
- > Outros a definir pela equipa

#### **Entidades a envolver**

- > Turismo de Portugal
- > MAOTDR (CCDR) e outros Ministérios
- > Municípios
- > Região de Turismo do Algarve
- > Associações empresariais e do sector
- > Outras a definir

#### **Meios de financiamento**

- > QREN
- > PIT
- > PIPITAL
- > Outros a definir

1) Intervenção coordenada pelo responsável pela ZTI específica, com o envolvimento dos responsáveis pelos produtos e do projecto de requalificação do Turismo no Algarve

#### **Quadro 19 – Requalificar o Turismo no Algarve (PENT, 2006:122).**

É, por conseguinte, tirar proveito dos modelos que já estão funcionando, mas reorientados a fim de não esgotar o seu potencial, acabamento e introduzir novos modelos mais sustentáveis que atraem outros sectores dos visitantes, e permitam a sua manutenção em longo prazo.

## Os outros módulos que afetam a região do Algarve são:

### I.1 – Desenvolver o Sol e Mar

#### Visão a 10 anos

- > Sol e Mar multi-segmento no Algarve com zonas de referência a nível europeu – desenvolvimento de oferta *upscale*, de excelência e *standard* diferenciada (áreas temáticas)
- > Pólo Porto Santo como destino de excelência de Sol e Mar
- > Pólo Litoral Alentejano como destino de excelência no Sol e Mar, através do desenvolvimento de *Resorts* Integrados
- > Crescimento acima de 2,5% ao ano e duplicação do actual nível de fidelização

#### Âmbito

- > Prioridade de intervenção no Algarve, nos pólos Porto Santo e Litoral Alentejano e em Lisboa
- > Diagnóstico detalhado do produto nas regiões prioritárias com identificação de carências e *gaps* de competitividade
- > Protecção das orlas costeiras e requalificação de vilas/aldeias nas zonas envolventes
- > Ordenamento e segmentação da área das praias para prestação de serviços de apoio a segmentos diversos
- > Incentivo ao desenvolvimento de infra-estruturas e serviços de praia
- > Desenvolvimento de actividades alternativas à praia
- > Definição de indicadores para *standards* de qualidade
- > Definição de prioridades de intervenção
- > Gestão da intervenção em iniciativas monoproduto
- > Proposta de ZTIs<sup>1)</sup> para intervenções em coordenação com outros produtos, ou que envolvam urbanismo, ambiente e paisagem
- > Definição de objectivos e linhas de orientação para a promoção e distribuição
- > Outros a definir pelas equipas

#### Entidades a envolver

- > Turismo de Portugal
- > MAOTDR (CCDR's) e outros Ministérios
- > Municípios
- > DRT Madeira, Regiões de Turismo e ARPTs
- > Associações do sector
- > Outras a definir

#### Meios de financiamento

- > QREN
- > PIT
- > Municípios
- > Outros a definir

1) Intervenção coordenada pelo responsável pela ZTI específica, com o envolvimento dos responsáveis pelos produtos

**Quadro 20 - I.1- Desenvolver o Sol e Mar (PENT, 2006:117).**

**Quadro 21 - I.4 – Desenvolver o Turismo de Negócios (PENT, 2006:119).**

### I.4 – Desenvolver o Turismo de Negócios

#### Visão a 10 anos

- > Lisboa como destino de referência para Turismo de Negócios (reuniões associativas e corporativas) – Top 10 europeu e Top 5 para congressos de dimensão superior a 3000 pessoas
- > Desenvolvimento de congressos de média dimensão (até 3000 pessoas) no Algarve
- > Porto, Algarve e Madeira no Top 30 europeu de reuniões corporativas e congressos de pequena dimensão
- > Crescimento acima de 4% ao ano

#### Âmbito

- > Prioridade de intervenção em Lisboa, Porto, Algarve e Madeira
- > Diagnóstico detalhado do produto nas regiões prioritárias com identificação de carências e *gaps* de competitividade
- > Desenvolvimento de infra-estruturas (centros de congressos, *venues*, salas de reuniões e respectivo equipamento técnico)
- > Desenvolvimento de base de dados sobre potenciais alvos (empresas e associações) para prospecção
- > Mecanismos de efectividade de actuação e de coordenação entre *Convention Bureaux*
- > Mecanismos de efectividade de actuação entre *Conv. Bureaux*, Municípios, AIP e outras entidades envolvidas na operação
- > Requisitos para calendário de eventos
- > Definição de indicadores para *standards* de qualidade
- > Definição de prioridades de intervenção
- > Gestão da intervenção em iniciativas monoproduto
- > Proposta de ZTIs<sup>1)</sup> para intervenções em coordenação com outros produtos, ou que envolvam urbanismo, ambiente e paisagem
- > Definição de objectivos e linhas de orientação para a promoção e distribuição
- > Outros a definir pela equipa

#### Entidades a envolver

- > Turismo de Portugal
- > Ministérios, Municípios e AIP
- > *Convention Bureaux*, DRT Madeira, Regiões de Turismo e ARPTs
- > PCOs/DMCs, associações empresariais e do sector
- > Outras a definir

#### Meios de financiamento

- > QREN
- > PIT
- > Associações empresariais e do sector
- > Outros a definir

1) Intervenção coordenada pelo responsável pela ZTI específica, com o envolvimento dos responsáveis pelos produtos

## I.6 – Desenvolver o Turismo Náutico

### Visão a 10 anos

- > Lisboa e Algarve como alternativa para o Turismo Náutico no Inverno e Verão, bases de lates de turistas do norte da Europa (Invernagem)
- > Possibilidade de cabotagem ao longo da costa portuguesa
- > Portugal como destino de referência para cruzeiros na Europa - Portos de Lisboa e Madeira no Top 8 europeu
- > Multiplicidade de ofertas para actividades náutico desportivas no Algarve, Lisboa, Madeira (incluindo Porto Santo), Açores e Alentejo (pólos Alqueva e Litoral Alentejano)
- > Crescimento acima de 8% ao ano

### Âmbito

- > Diagnóstico detalhado do produto nas regiões prioritárias com identificação de carências e *gaps* de competitividade (Inc. regulamentação)
- > Infra-estruturas e serviços de nível internacional para a náutica de recreio, em especial em Lisboa e Algarve
- > Infra-estruturas e serviços de apoio de cruzeiros
- > Prospecção e Incentivo a rotas de cruzeiros
- > Desenvolvimento de excursões nos principais portos de cruzeiros (Lisboa, Portimão, Funchal)
- > Promoção de eventos náuticos de grande projecção
- > Definição de indicadores para *standards* de qualidade
- > Definição de prioridades de intervenção
- > Gestão da intervenção em iniciativas monoproduto
- > Proposta de ZTIs<sup>1)</sup> para intervenções em coordenação com outros produtos, ou que envolvam urbanismo, ambiente e paisagem
- > Definição de objectivos e linhas de orientação para a promoção e distribuição
- > Outros a definir pela equipa

### Entidades a envolver

- > Turismo de Portugal
- > PCM – Desporto
- > MOPTC e outros Ministérios
- > Municípios
- > DRTs, Regiões de Turismo e ARPTs
- > Outras a definir

### Meios de financiamento

- > QREN
- > PIT
- > Outros a definir

1) Intervenção coordenada pelo responsável pela ZTI específica, com o envolvimento dos responsáveis pelos produtos

## Quadro 22 - I.6 – Desenvolver o Turismo Náutico (PENT, 2006:120).

## Quadro 23 - I.8 – Desenvolver o Golfe (PENT, 2006:121).

## I.8 – Desenvolver o Golfe

### Visão a 10 anos

- > Portugal (Algarve e Lisboa) como destino de referência (#1 em qualidade e #2 em fluxos) para o golfe desde iniciados até profissionais e existência de ofertas *premium* no Algarve
- > Mais de 80 campos de golfe em 2015 com *standards* de qualidade (pelo menos 40 no Algarve)
- > Elevado nível de fidelização (taxa de retorno a 3 anos superior a 50%)
- > Crescimento acima dos 8% ao ano

### Âmbito

- > Prioridade de intervenção no Algarve, Lisboa e pólo Oeste
- > Diagnóstico detalhado do produto nas regiões prioritárias com identificação de carências e *gaps* de competitividade
- > Promoção do desenvolvimento de oferta equilibrada de campos de golfe de *handicaps* profissionais a iniciados, e serviços de suporte
- > Torneios de grande projecção internacional – Algarve e Lisboa
- > Definição de indicadores para *standards* de qualidade
- > Definição de prioridades de intervenção
- > Gestão da intervenção em iniciativas monoproduto
- > Proposta de ZTIs<sup>1)</sup> para intervenções em coordenação com outros produtos, ou que envolvam urbanismo, ambiente e paisagem
- > Definição de objectivos e linhas de orientação para a promoção e distribuição
- > Outros a definir pela equipa

### Entidades a envolver

- > Turismo de Portugal
- > PCM – Desporto
- > Ministérios
- > Municípios
- > Regiões de Turismo e ARPTs
- > Federação Portuguesa de Golfe
- > Associações empresariais e do sector
- > Outras a definir

### Meios de financiamento

- > QREN
- > PIT
- > Outros a definir

1) Intervenção coordenada pelo responsável pela ZTI específica, com o envolvimento dos responsáveis pelos produtos

## I.9 – Desenvolver os *Resorts* Integrados e Turismo Residencial

### Visão a 10 anos

- > Mais de 10 *Resorts* Integrados (25.000-30.000 camas no total) no Algarve, Alentejo e pólo Oeste, com hotéis de cinco estrelas, oferta de experiências diversificadas e gestão integrada do conjunto
- > Serviços de elevada qualidade associados ao Turismo Residencial (5% das propriedades com *standard* de excelência e 50% com *standard* de qualidade turística)

### Âmbito

- > Prioridade de intervenção no Alentejo, Algarve e pólo Oeste
- > Diagnóstico detalhado do produto nas regiões prioritárias
- > Divulgação dos benefícios dos *Resorts* Integrados junto dos promotores imobiliários
- > Adequar modelo de classificação de *Resorts* (conjuntos turísticos/empreendimentos turísticos)
- > Revisão das condições de licenciamento, definindo obrigações ao nível da disponibilização de oferta hoteleira e serviços de apoio na fase inicial do investimento, assim como obrigatoriedade de gestão integrada do *Resort*
- > Definição de indicadores para *standards* de qualidade
- > Definição de prioridades de intervenção
- > Gestão da intervenção em iniciativas monoproduto
- > Proposta de ZTIs<sup>1)</sup> para intervenções em coordenação com outros produtos, ou que envolvam urbanismo, ambiente e paisagem
- > Definição de objectivos e linhas de orientação para a promoção e distribuição
- > Outros a definir pela equipa

### Entidades a envolver

- > Turismo de Portugal
- > Ministérios
- > Municípios
- > Regiões de Turismo e ARPTs
- > Associações empresariais e do sector
- > Outras a definir

### Meios de financiamento

- > QREN
- > PIT
- > Outros a definir

1) Intervenção coordenada pelo responsável pela ZTI específica, com o envolvimento dos responsáveis pelos produtos

### Quadro 24 - I.9 – Desenvolver os *Resorts* Integrados e Turismo Residencial (PENT, 2006:121).

Nestes modelos que marcaram a reorientação do turismo na zona do Algarve não há muitas mudanças, quando se insiste sobre o modelo do sol e da praia, (o que evidentemente não deve ser negado provimento ao recurso, para ser uma das principais atrações turísticas da região) ou reforçando um modelo de campos de golfe que, em semelhantes regiões de Espanha, (também de clima mediterrâneo e modelo de sol e praia) é cada vez mais criticado por sectores sociais e ambientais. Mas estes modelos também deixam explorar outros caminhos e poder tirar proveito do natural e dos valores paisagísticos que lhe permitiria ampliar o espectro dos turistas que vêm para a região, e a permitir endereçar para modelos de I.2 desenvolvendo o touring cultural e paisagístico, I.5 desenvolvendo o turismo de natureza, I.7 desenvolvendo a saúde e bem-estar e I.10 desenvolvendo a gastronomia e vinhos.

Obviamente, é uma orientação sobre a necessidade de fortalecer o turismo na região, mas se o modelo destinado para o Algarve tem



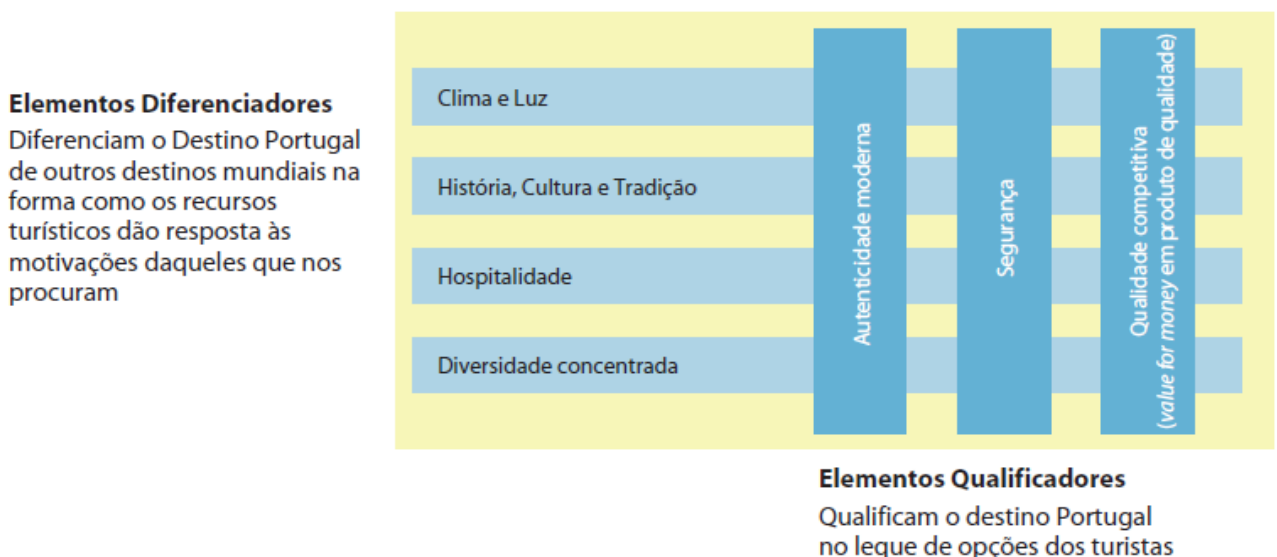
um impacto sobre os elementos que tradicionalmente têm sido explorados pelo turismo, e mudar não é direcionado para tirar proveito de seus recursos naturais e culturais tangíveis e intangíveis, não é uma verdadeira reorientação do modelo.

É o sentimento de estar perdida num certo modo, a oportunidade de dar uma volta que, além de atrair turistas de sol e praia, se pode atrair outro tipo de turistas que estão olhando para a experiência dos diferentes.

Diferença e diversidade em termos dos espaços naturais, as paisagens, as aldeias, as suas gentes e as suas tradições, as quais o meio ambiente algarviano contém em quantidade e qualidade, é que deveria reavaliar não só no rosto de quem vem de fora, mas também, e em especial para o uso e disfrute do turismo interno proveniente de outras zonas de Portugal, e dos próprios habitantes algarvios.

Estes Elementos Diferenciadores e Qualificadores da Figura 9 deveriam marcar a estratégia do turismo para todo Portugal, deveria orientar ainda mais os modelos a desenvolver nas regiões, e, em particular, na região do Algarve.

### Proposta de valor de Portugal – fundamentos estratégicos



**Figura 9: Elementos Diferenciadores e Qualificadores do Turismo em Portugal (PENT, 2006:46).**

A estratégia é articular estes Elementos Diferenciadores (Clima e Luz; História, Cultura e Tradição; Hospitalidade e Diversidade concentrada) com os Elementos Qualificadores (Autenticidade moderna; Segurança e Qualidade competitiva) a fim de aperfeiçoar a proposta de Portugal como destino turístico.

### **Turismo no Espaço Urbano.**

O turismo no espaço urbano tem características especiais, que tornam as cidades, uma atração turística em si. Segundo Xerardo Pereiro “*A experiência turística integra vivências sensuais (sons, odores, cores, ambiente), sociais (relações com os outros, hospitalidade, bem-estar, segurança, diversão), culturais (eventos, festivais, actividades, alojamento, restauração, enriquecimento) e económicas (relação qualidade do serviço-preço, relação custo benefício da vivência, acessibilidades e transportes). O que se oferece em turismo cultural é um produto, que contém sensações e experiências emocionais*” (Pereiro Pérez, 2009:110-111) e as experiências e sensações que estão procurando e vivenciando nas áreas rurais e urbanas, são diversas e diferentes umas das outras, bem como são vários e diferentes os turistas que procuram umas ou outras sensações.

Assim o turismo urbano “*pode ser visto como um resultado da crescente mobilidade dos cidadãos europeus para os quais as cidades são pontos de paragem inevitáveis. É, também, um resultado de mudanças comportamentais que estão fazendo as vilas e as cidades, em centros de cultura e lugares de descanso onde as pessoas possam comprar e comer ou passar o seu tempo nas praças mais animadas e áreas públicas*” (General Tourism Unit, 2000:21). As cidades, que antes eram meros pontos de passagem onde se ia para o trabalho, ou para fazer compras, ver mostras ... estão a tornar-se cada vez mais focos de atração por si próprios, para além das actividades e infraestruturas de acolhimento, para a identidade peculiar que as caracteriza.

Nas abordagens da década de noventa, os estudos passaram a integrar preocupações com as vertentes distintas da função turística numa visão global de cidade, enquadrada numa perspectiva abrangente de desenvolvimento urbano.

Esta nova linha de investigação resulta de muitos contributos teóricos, designadamente de Ashworth e Tunbridge (1990); Ashworth e Voogt (1993); van den Berg, van der Borg e van der Meer (1995); Fainstein e Gladstone (1999); Jansen-Verbeke (1992, 1997); Law (1992, 1993); Page (1995); Tyler (1998); Hall (2002).

Law (1992, 1993) foi o primeiro investigador a estabelecer a ligação entre a regeneração do centro histórico e o turismo, tendo identificado duas causas que conduziram á valorização desta ligação:

1- Necessidade de estímulo á diversificação sectorial da criação de postos de trabalho e de reutilização de instalações em virtude de o final do período fordista ter sido marcado pelo abandono de instalações e desemprego no centro da cidade em consequência da desindustrialização que caracterizou esse período;

2 – A actividade turística se encontrar em expansão na década de noventa, a nível mundial.

Law estava convicto que estas duas causas contribuíram para que os gestores públicos e líderes de opinião tivessem passado a integrar o turismo nas estratégias políticas.

Nesta linha de pensamento a nova estratégia de turismo da cidade de Bradford (Reino Unido, 1998) também reconhece que o turismo:

Continua a ter um papel fundamental “como instrumento regenerador, que unifica as gentes empresariais” (Hope e Klemm, 2001:632);

E constitui uma estratégia de revitalização e de desenvolvimento da comunidade, do meio ambiente e de aspectos da vida social, como as artes, a cultura e a religião.

No ambiente urbano e principalmente em “*ciudades históricas com um património arquitectónico e urbano rico, o turismo é uma ferramenta poderosa para a renovação urbana*” (Troitiño Vinuesa, 1998:214). Este é um potencial de renovação que não pode ser esquecido, especialmente em tempos de crise económica e social como a que estamos a atravessar, onde o turismo urbano “*poderia*



*ser pensado como uma forma de urbanização orientada para o consumo de bens, de serviços e de lazer. O turismo aparece, assim, como uma resposta aos processos de pós-industrialização, intensificados nos anos 1990 em toda a Europa. Um exemplo é o caso do Guggenheim Bilbao (Espanha) o museu converteu-se num instrumento de atracção turística e de reinvenção da própria cidade num contexto de globalização socioeconómica” (Pereiro Pérez, 2009:307). Inovação e renovação são importantes, mas sempre com a originalidade e com base na realidade, no impacte ambiental e no contexto em que eles ocorrem, o chamado efeito Guggenheim obtido em Bilbao, não significa que tentativas semelhantes noutras cidades e regiões possam, por si só, conseguir o mesmo resultado.*

Seguidamente reúnem-se algumas conclusões (Quadro 25) de várias abordagens e projectos de investigação realizados em cidades da Europa, dos Estados Unidos, da Austrália e da Nova Zelândia, no âmbito dos impactos da função turística na regeneração urbana desenvolvida ao longo da década de noventa, sendo referenciados por Law (1992), Godfrey e Clarke (2000); Murphy (1980), Jansen – Verbeke (1992, 1997), Bianchini e Parkinson (1993):

<b>Quadro 25 - A função turística na regeneração urbana – anos 90.</b>	
<b>Impactos positivos: reestruturação; fixação; complementaridade funcional.</b>	
Reestruturação económica e diversificação da base de actividades (alternativa de transformação e reabilitação de espaços); Criação de riqueza; Criação de emprego; A função turística é complementar de outras actividades, dado que a cidade reúne um centro de serviços.	
<b>Impactos negativos: Pressões da procura modernista sobre a oferta tradicional; Inflação</b> <b>⇒ Adopção de medidas cautelares:</b>	
Subida de preços no mercado urbano imobiliário, principalmente nos centros históricos e nos bairros culturais, em resultado de uma procura excessiva (forte disputa pelos espaços); Oferta tradicional tende a desaparecer em virtude de ser mais rentável o comércio direccionado para turistas.	

Os trabalhos de investigação dos citados autores estabeleceram um balanço crítico quanto á concretização de projectos na década de noventa a partir dos resultados obtidos a partir das estratégias implementadas (Quadro 26):

<b>Quadro 26 - Estratégias de reabilitação.</b>	
Sotiras (na ilha grega de Tasos)	Reabilitação do património mineiro vocacionando-o para a actividade turística que constituiu o núcleo de uma ecónomia de serviços baseada em visitantes sazonais.

Gra-Bretanha (cidades de Bristol, Londres, Liverpool, Manchester, Birmingham, Leeds, Leicester)	<p>- ‘Tourist development action Programs’ - Programas de incentivo à criação de bairros artísticos e culturais concebidos no âmbito de uma visão sectorial integradora das artes plásticas, do espectáculo, das indústrias culturais e do turismo;</p> <p>- A cidade de Liverpool utilizou como estratégia para a sua regeneração, a música centrada na importância dos Beatles e na sua influência na produção musical actual de cidade;</p> <p>- Manchester conseguiu desenvolver uma oferta baseada na indústria cultural cinematográfica, através da criação de um itinerário que reconstruiu a imagem da cidade através do seu passado e presente.</p>
---	--

O turismo urbano *inclui actividades tais como:*

- *turismo de lazer, ligados às características específicas das zonas urbanas;*
- *turismo de negócios, relacionados com o tecido económico, social e cultural, na vitalidade das cidades e centros urbanos;*
- *turismo de congressos, ligados às instalações disponíveis, e a imagem de vilas e cidades” (General Tourism Unit, 2000:22) e está associado com “urbanismo dos três “r” (requalificação, reutilização, revalorização)” (Pereiro Pérez, 2009:295).*

E aparecem igualmente pertinentes aos eventos culturais, que se realizam ao longo do ano aproveitando os feriados e as denominadas pontes, ou fins-de-semana alargados, que são convertidos em atractivos de turismo, normalmente associados a uma programação de eventos, tais como festivais de cinema, de teatro, de música, ou ainda festivais tradicionais organizados por coletividades ou sociedades de cultura e recreio, nas aldeias, nos bairros, nas vilas e nas cidades.

No turismo urbano a cultura é um bem *“utilizado para o desenvolvimento económico da cidade, criando uma nova imagem e um novo simbolismo, assim como uma economia de serviços, atraindo capitais e investimentos externos ao mesmo tempo em que se tenta contribuir para a coesão da comunidade” (Ibid:294).* A cultura de marca, define-o como parte da identidade específica de cada cidade, que pretende influenciar a procura e com isso a chegada de novos turistas.

A **UNESCO** estabelece a protecção de sítios naturais e culturais ao redor do mundo na sua ***Declaração sobre o Património Mundial (1972)***, muitos deles são sítios urbanos, como qualquer um dos aprovados para Portugal na lista (ver Tabela 4) que é realizada no âmbito da convenção desde a sua adopção. A sua aprovação e

inclusão na presente lista, responsabiliza-os e acrescenta-lhes uma especial relevância, convertendo-os em pontos de atração turística.

**Tabela 4 - Lista das zonas em Portugal declaradas como Património Mundial pela UNESCO<sup>22</sup>.**

- 1983. Convento do Cristo em Tomar.
- 1983. Zona Central de Angra do Heroísmo nas Açores.
- 1983. Mosteiro da Batalha (Leiria).
- 1983. Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém (Lisboa).
- 1986. Centro histórico de Évora.
- 1989. Mosteiro de Alcobaça.
- 1995. Paisagem cultural de Sintra.
- 1996. Centro histórico do Porto.
- 1998. Sítios de arte rupestre pré-histórico do Vale do Côa.
- 1999. Floresta de laurisilva da Madeira.
- 2001. Centro histórico de Guimarães.
- 2001. Região vitivinícola do Alto Douro.
- 2004. Ilha do Pico (Açores): paisagem cultural vitivinícola.
- 2012. Cidade da fronteira de guarnição de Elvas e suas Fortificações.

***A Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade ou Carta de Aalborg (1994)*** (aprovada pelos participantes na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca, a 27 de Maio de 1994) incorpora no âmbito da gestão local, o conceito de sustentabilidade e é a forma de traduzir a ferramenta das Agendas 21, que surgiu na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do Rio de Janeiro, em 1992.

Desta forma, a Carta de Aalborg *"significava também que os governos locais se transformem em agentes catalisadores para o desenvolvimento sustentável e a assumir as suas cidades em direcção a um desenvolvimento sustentável porque o governo local, está próximo do local, onde os problemas ambientais são percebidos e muito próximos do cidadão"* (Mora Aliseda y Jaraíz Cabanillas, 2011:83). É essencial o envolvimento duplo, por um

<sup>22</sup> <http://whc.unesco.org/en/statesparties/pt>

lado, da cidadania, e, por outro lado, a vontade política de quem aderir ao governo local, desde o início e durante todo o processo.

Desde então, a Agenda 21 Local que foi desenvolvida, a nível municipal, definem as linhas de acção a implementar no desenvolvimento sustentável das cidades, mas para que essas agendas sejam verdadeiramente eficazes e transformadoras, têm de ser efectuadas por via de processos comunicativos, transparentes e participativos desde a sua concepção. É um processo que desde o seu início requer de forma independente e isenta, cuidada monitorização e sucessivas avaliações contínuas ao longo do seu ciclo. Sem a participação real de todos os atores sociais envolvidos, incluindo a população, estas agendas dificilmente passarão apenas do papel, ou ficarão esquecidas nas gavetas de uma qualquer secretária, onde apenas se acumulam poeiras e não vontades.

Seguidamente apresenta-se uma análise sobre estratégias de implementação no âmbito do turismo urbano na principal cidade algarvia – Faro – que fazem parte de um trabalho publicado com o título “Aspectos de Dinamismo Regional no Algarve”, II volume, CIDER, Faro, Maio 2000.

Ashworth e Voogd (“Selling the City”, 1993), defendem que o processo de marketing para um local deverá constituir um instrumento de planeamento da própria cidade, no qual o desenvolvimento urbano deverá estar organizado em função dos valores e debilidades que a cidade apresenta, bem como dos interesses dos seus utilizadores (residentes, visitantes, turistas e actividades económicas), induzindo-nos a estabelecer a promoção em função de uma estratégia de marketing que se considere como a mais correcta para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos seus habitantes.

Não obstante, essa estratégia deve ser global, para o que deve incorporar instrumentos de promoção e atractividade de visitantes e de investimentos, bem como ter capacidade para mobilizar os interesses e as vontades de todos os agentes locais, através de projectos integrados, em prol de um desenvolvimento mais sustentável. Esta visão requer a promoção de parcerias públicas e privadas no médio e longo prazo, que dinamizem iniciativas comuns desencadeadas ao abrigo de políticas sectoriais integradas. Este quadro teórico norteia a estratégia de desenvolvimento do turismo urbano em Faro, enquadrando-adentro da própria estratégia

de desenvolvimento para o centro urbano, que pretende mobilizar diversas iniciativas de valorização, revitalização e promoção do seu centro histórico e comercial.

Faro é a capital do Algarve e representa um importante destino turístico, em resultado do reconhecimento do seu valor patrimonial. Uma aposta no papel que o centro histórico de Faro pode desempenhar na especialização do Algarve na fileira turismo/lazer, requer:

1-Análise dos seus factores promocionais como forma de identificações das possíveis complementaridades existentes entre os investimentos públicos e privados e respectivas iniciativas de marketing;

2-Actuações consideradas prioritárias num cenário de desenvolvimento da promoção turística, a média e a longo prazo para esta cidade.

### **Turismo no Espaço Rural.**

O Turismo no Espaço Rural (TER) consiste no conjunto de actividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais.

As modalidades de Empreendimentos Turísticos que integram o TER são: Turismo de Habitação, Turismo Rural, Agro-Turismo, Casas de Campo, Turismo de Aldeia, Hotéis Rurais e parques de campismo.

O Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica apresenta algumas definições acerca das características do Turismo no Espaço Rural.

O Turismo no Espaço Rural deve ser:

*Situado em zonas rurais entendidas como as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural;*

*Considerado como um conjunto de actividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação e diversão turística, com vista a proporcionar aos clientes uma oferta completa e diversificada;*

*À escala rural do ponto de vista da dimensão e das características arquitectónicas e dos materiais construtivos típicos da região;*

*Ligado às estruturas sociais ditas tradicionais, isto é, as que conservam as características gregárias, os valores, modos de vida e de pensamento das comunidades rurais baseadas em modelos de agricultura familiar;*

*Sustentável, na medida em que o seu desenvolvimento deve ajudar a manter as características rurais da região, utilizando os recursos locais e os conhecimentos derivados do saber das populações e não ser um instrumento de urbanização;*

*Diferenciado de acordo com a diversidade do ambiente, da economia e com a singularidade da história, das tradições e da cultura populares;*

*De acolhimento personalizado e de acordo com a tradição de bem receber da comunidade em que se insere.*

A Direcção Geral de Turismo DGT (2005) fornece definições das diferentes formas de acomodação do TER:

► *O Turismo de habitação é o serviço de hospedagem praticado em solares, casas apalaçadas ou residências de reconhecido valor arquitectónico, com dimensões adequadas, mobiliário e decoração de qualidade.*

► *O Turismo rural desenvolve-se em casas rústicas com características próprias do meio rural em que se inserem, situadas em aglomerado populacional ou longe dele.*

► *O Agroturismo corresponde a casas de habitação ou os seus complementos integrados numa exploração agrícola, onde é*

permitida aos hóspedes a participação em trabalhos da própria exploração ou em formas de animação complementar.

► *Casas de campo* são casas particulares e casas de abrigo situadas em zonas rurais que prestam serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários.

► *O Turismo de aldeia* caracteriza-se pelo serviço de hospedagem prestada num conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores.

O Turismo no Espaço Rural deve ser encarado numa perspectiva de desenvolvimento rural, e como forma de revitalização da economia rural. Esta é uma actividade em crescimento e alguns indicadores apontam para uma procura por parte de uma clientela culta, com poder económico superior a média, exigente de qualidade, de genuinidade e em busca das diferenças, e *da autenticidade* (Vera Rebollo et al., 1995:458), que o tornam atraente face às restantes modalidades de turismo.

Não obstante, a primeira fase de lançamento do Turismo no Espaço Rural (TER), se considerar positiva, apesar de existirem algumas zonas rurais de grande atração e de se verificar um aumento e sensibilização para o cuidado do património natural e cultural, parece-nos, no entanto, que os dados não têm acompanhado tanto como se esperava em relação a essa expectativa inicial, e Célia Godinho (2004:91)<sup>23</sup> salienta que *“as razões para este aparente fracasso são diversas mas convergentes: no lançamento do TER, se houve preocupação com a reabilitação, não houve cuidado com o planeamento; se se teve em conta o aumento do parque de acolhimento, não se tratou de captar mercado; se se pretendeu diversificar a oferta, não fazendo o país depender da ideia simplista de “mar e sol”, não se cuidou da marca, não se promoveu o sector, nem se expôs o produto ao mercado”*.

É importante também reconhecer que *“o processo de urbanização e de “desruralização” de Portugal faz com que se atribua cada vez mais importância simbólica aos campos do país, para os quais a população citadina tende a olhar como sendo o depósito das*

<sup>23</sup> Citado em (Marques Dinis, 2005:73-74)

*virtudes que se crêem ausentes das cidades”* (Silva, 2007:155) e são justamente estes turistas da cidade, que em maior número fazem uso do TER.

Para obter melhores resultados e atrair mais turistas, tanto estrangeiros como nacionais, devem ser tomadas em consideração duas categorias: “*os push factors, que despertam no indivíduo o impulso de viajar, e os pull factors, que têm a ver com as atrações ou atributos dos destinos*” (Ibid:145).

O sucesso de qualquer tipo de turismo, mas em particular para o TER pode depender de dirigir adequadamente “*aos motivos pelos quais os indivíduos resolvem fazer turismo e aos motivos pelos quais escolhem um dado destino*” (Ibid:145).

Como bem explica Sandrina Marques “*não podemos esquecer que o ecoturismo também é um negócio e que, como tal, tem de ser rentável. Infelizmente, é muitas vezes conduzido por pessoas que têm uma forte consciência ambiental, mas que não têm formação em gestão e não conseguem garantir a sobrevivência do projecto. A planificação e a análise são essenciais antes de começar o negócio. Um estudo das forças e fraquezas do projecto, por exemplo, pode ser um bom ponto de partida*” (Marques Dinis, 2005:107-108). É importante compreender que a sustentabilidade tem que ser procurada também para a própria actividade turística e, por conseguinte, se deve cuidar a recepção turística, mas também a promoção da mesma para fora, e deste modo se dar a conhecer e chegar até aos potenciais turistas. Uma promoção que deve tirar partido dos recursos que levam a novas tecnologias de informação e comunicação, incluindo as redes sociais, de uma forma especial.

Como pode ser avaliado na Tabela 5, dos 37 empreendimentos rurais existentes na área do Algarve em 2007 apenas 1 pertence a Olhão e tem capacidade para 12 pessoas, embora existam outros em Faro (a cujo distrito pertence Olhão) com capacidade para 11 pessoas. Este turismo em espaço rural deve conciliar a atração que produz entre os turistas internacionais, com o bem-estar dos cidadãos locais. O seu carácter especial promove estadias de curto ou médio prazo para aquelas pessoas que desejam deixar o ambiente urbano, o que favorece que mesmo nesta época de crise sistémica esses destinos se tornem em alternativas especialmente atraentes para aqueles que agora só podem pagar férias mais curtas e próximas geograficamente.



**Tabela 5 - Empreendimentos TER licenciados por modalidade-Agosto de 2007<sup>24</sup>.**

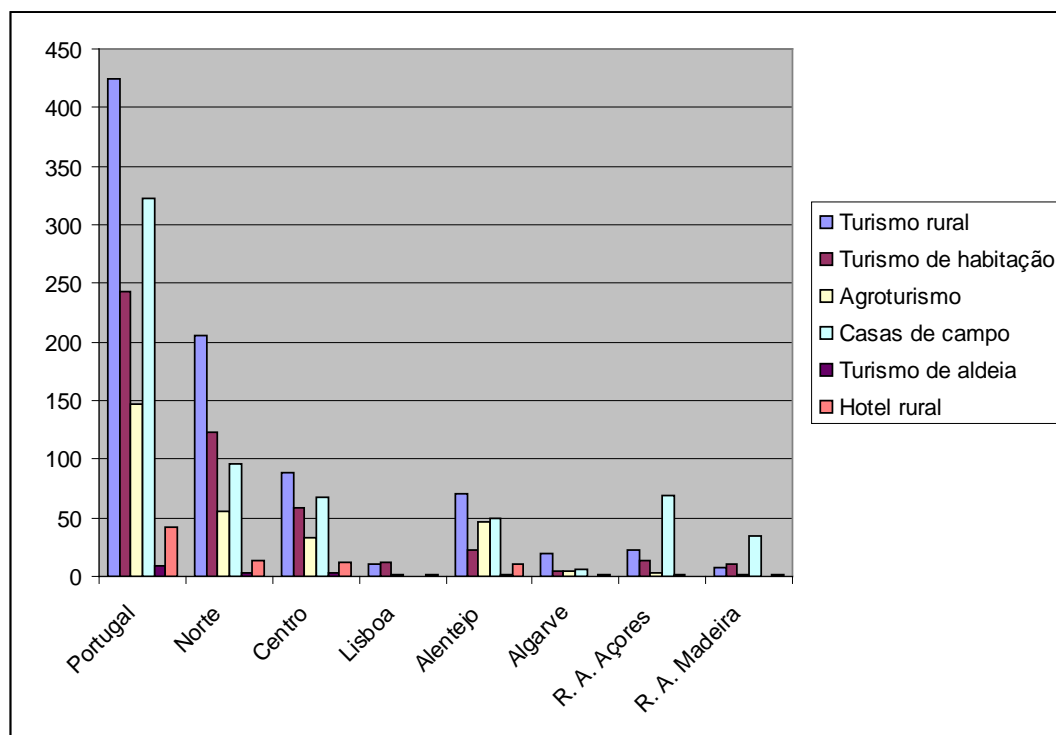
Concelho	Modalidade	Nome	Capacidade (pax)
Albufeira	Turismo de Habitação -TH	Quinta da Orada	6
Albufeira	Turismo Rural - TR	Monte das Cortelhas	6
Alcoutim	Casa da Campo - CC	Casa Grande de Alcaria Cova	8
Aljezur	Turismo Rural - CC	Monte Velho	16
Aljezur	Turismo Rural - TR	Pêro Vicente	4
Aljezur	Agro Turismo - AC	Casa Vicentina	12
Aljezur	Turismo Rural - TR	Muxima-Montes Fereiros	16
Aljezur	Turismo Rural - TR	Casa Monte João Roupeiro	14
Castro Marim	Casa da Campo - CC	Casa do Lavrador	5
Faro	Turismo de Habitação -TH	Casa Estói	11
Lagoa	Turismo Rural - TR	Casa Bela Moura	16
Loulé	Turismo Rural - TR	Quinta dos Rochas	12
Loulé	Agro –Turismo -AG	Casa d’ Alvada	20
Loulé	Turismo Rural - TR	Horta da Música	12
Loulé	Turismo Rural - TR	Quinta de S. Faustino	12
Loulé	Turismo Rural - TR	Casa Belaventura	8
Loulé	Turismo Rural - TR	Quinta Matias	12
Loulé	Casa da Campo - CC	Casa do Moinho do Zambujal	8
Loulé	Agro –Turismo -AG	Quinta da Várzea	17
Loulé	Turismo Rural - TR	Quinta da Cebola Vermelha	10
Monchique	Casa da Campo - CC	Casa Villa Vina	10
Olhão	Casa da Campo - CC	Pedras Verdes	12
Portimão	Turismo Rural - TR	Casa da Palmeirinha	10
Portimão	Turismo Rural - TR	Casa das Três Palmeiras	10
Portimão	Turismo Rural - TR	Vila Rosa de Lima	8
Silves	Turismo Rural - TR	Monte do Cristina	10
Silves	Agro –Turismo -AG	Quinta da Figueirinha	10
Silves	Turismo Rural - TR	Casa do Catavento	8
Tavira	Turismo Rural - TR	Quinta da Fonte do Bispo	12
Tavira	Turismo de Habitação -TH	Convento de Stº António	14
Tavira	Turismo de Habitação -TH	Quinta do Caracol	14
Tavira	Turismo Rural - TR	Casa Vale d’El Rei	10
Tavira	Turismo Rural - TR	Casa Camaleon	6
Tavira	Casa da Campo - CC	Monte do Lavrador	14
Tavira	Casa da Campo - CC	Monte da Beleza	10
Tavira	Turismo de Habitação -TH	Forte de S.João da Barra	20
V.R.Sto. Ant.	Agro –Turismo –AG	Casa de Cacula	20

Como pode ser visto no gráfico do Quadro 27 e nos dados da Tabela 6, o turismo rural na região do Algarve, ainda está entre os menos desenvolvidos relativamente aos demais existentes em Portugal, desde que o turismo algarvio se concentrou até agora na zona costeira e de forma intensiva. Em busca de um turismo sustentável, abrir espaços para esses outros tipos de turismo de

<sup>24</sup> [http://www.dre-algarve.min-economia.pt/ver\\_texto/comtur/turismo/empreendimentos\\_licenciados.htm](http://www.dre-algarve.min-economia.pt/ver_texto/comtur/turismo/empreendimentos_licenciados.htm) (já não disponível).

baixo impacto também pode lograr uma melhor distribuição dos benefícios gerados pelo turismo no território, incluindo o interior algarvio.

**Quadro 27 - Estabelecimentos de alojamento no turismo em espaço rural, por NUTS II em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.**



**Tabela 6 – Dados em cifras dos estabelecimentos de alojamento no turismo em espaço rural, por NUTS II em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.**

2011	Turismo rural	Turismo de habitação	Agroturismo	Casas de campo	Turismo de aldeia	Hotel rural
<b>Portugal</b>	425	243	147	322	9	42
<b>Norte</b>	205	123	56	96	3	14
<b>Centro</b>	89	58	33	67	3	12
<b>Lisboa</b>	11	12	1	0	0	2
<b>Alentejo</b>	71	23	47	50	2	11
<b>Algarve</b>	20	4	5	6	0	2
<b>R. A. Açores</b>	22	13	3	69	1	0
<b>R. A. Madeira</b>	7	10	2	34	0	1

Além disso, pode-se chegar a setores de turistas que procuram mais do que o sol e a praia oferecem. Em virtude do que se acaba de referir parece-nos inevitável e interessante salientar que, a

promoção deste espaço para o potencial mercado interno português beneficia e aumenta igualmente o espanhol, sem esquecer eventualmente outros países.

## **ECOTURISMO.**

O Ecoturismo é uma forma de turismo que, ao contrário do turismo tradicional, tem em consideração não só o desenvolvimento económico do local/região como também a protecção e valorização dos recursos naturais. É uma forma de turismo sustentável porque integra a valorização do património natural, histórico e cultural, a componente económica e uma forte componente participativa da população local.

A primeira pessoa que lhe dá o nome e define o ecoturismo é o arquitecto mexicano H. Ceballos-Lascuráin (Acerenza, 2005)<sup>25</sup>. Esta definição é também utilizada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), e refere, nomeadamente, o ecoturismo como sendo uma forma de turismo ambientalmente responsável e que promove a conservação do meio ambiente "*essa forma de turismo ambientalmente responsável para viajar ou visitar áreas naturais com relativamente sem perturbar a ordem para desfrutar, apreciar e explorar as atracções naturais (paisagem, flora e fauna) dessas áreas, bem como qualquer manifestação cultural (passado e presente) que pode ser encontrado aqui, através de um processo que promove a conservação, tem baixo impacto ambiental e de um envolvimento activo cultural e estimula e é socioeconomicamente benéfico para as populações locais.*" (Segrelles Serrano, 2009:4)

Para a OMT o ecoturismo é uma actividade que "*atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e promove oportunidades para o futuro. É concebido como um percurso em direção à gestão de todos os recursos de uma forma que possam ser satisfeitas as necessidades económicas, sociais e estéticas, enquanto integridade cultural; os processos ecológicos essenciais; a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida.*" (Ibid:4)

---

<sup>25</sup> Citado em (Segrelles Serrano, 2009:4)

A OMT (Delisle e Jolin, 2011:48) definiu o ecoturismo na base de uma série de funções que devem ser cumpridas a fim de ser considerado como tal:

- *O ecoturismo reúne todas as formas da natureza orientada ao turismo, em que a motivação principal é observar e apreciar a natureza, bem como as culturas tradicionais que prevalecem nas áreas naturais.*

- *Envolve uma parte da educação e interpretação.*

- *Comumente é organizado, mas não só, para grupos limitados, pela empresa local especializada pequena. Existem também os operadores estrangeiros de dimensões variáveis que organizam, e comercializam circuitos do ecoturismo, geralmente em pequenos grupos.*

- *O ecoturismo é acompanhado pelo impacto negativo reduzido sobre o meio ambiente natural e cultural.*

- *Favorece a protecção das áreas naturais:*

- *Obtendo benefícios económicos para as comunidades de acolhimento, administrações e organismos garantes da conservação de áreas naturais;*

- *Criando postos de trabalho e fontes de rendimento para as populações locais;*

- *Trazendo tanto aos habitantes do país como aos turistas tomar mais em consideração a necessidade de preservar o capital natural e cultural.*

Entre os critérios definidos pela OMT (1993, 1997) e que também são coletados em definições de outros autores e organismos, emerge como essencial a necessidade de um trabalho proactivo com à população local de acolhida e com os turistas que chegam, já que o seu compromisso é essencial para a sustentabilidade do empreendimento eco turístico.

Naturalmente, há muitos pontos comuns entre o turismo sustentável e ecoturismo, “o elemento de diferenciação do Ecoturismo reside

*no enfoque da sustentabilidade evidenciado na conservação, interpretação e vivência com a natureza como fator de atratividade.”* (Ministério do Turismo, 2008:19) A diferença é muito sutil, já que na abordagem da sustentabilidade e do turismo sustentável, os elementos naturais, sociais e económicos são considerados como partes iguais em ambos os casos.

O Ecoturismo *“caracteriza-se pelo contato com ambientes naturais, pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre. Ou seja, assenta-se sobre o tripé interpretação, conservação e sustentabilidade. Assim, o Ecoturismo pode ser entendido como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental.”* (Ibid:18) Para o ecoturismo então, tem particular importância os programas de conservação, interpretação da natureza e conscientização da população local e dos visitantes; desta forma á componente natural e cultural, será adicionada uma componente educativa e de formação de valores.

O conceito de ecoturismo foi desenvolvido nos anos 60 e concebido sobre tudo, como uma ferramenta para a conservação da natureza, ao gerar benefícios económicos para as comunidades locais através do turismo, sem comprometer a natureza protegida. O ecoturismo tem como objectivos principais proteger a natureza, beneficiar as comunidades locais e aumentar o respeito dos turistas, pela diversidade biológica e cultural.

Nesta expansão do conceito de ecoturismo para o presente, o ano de 2002 é uma data importante a nível internacional, uma vez que esse ano foi declarado como *"Ano Internacional do Ecoturismo"* pela Organização Mundial do Turismo. No decurso da comemoração do Ano Internacional do Ecoturismo, foi organizada a Primeira Cimeira de Ecoturismo pelas Nações Unidas em Quebeque, no Canadá, onde se aprovou a *"Declaração do Quebeque sobre ecoturismo"*.

Como pode ser visto no Quadro 27 e segundo vários autores (Lindberg, 1997; Weaver, 2001; Fennell, 2003) não existe um tipo único de eco turista, mas uma gama que vai desde o *hard ecotourist* (núcleo rígido de eco turista) para o *soft ecotourist* (ecoturistas mais liberais) e, por conseguinte, os atrativos naturais que procuram são

diferentes mas sem que se perca um grau de conservação promoção e proteção que respeitem as suas características.

**Quadro 28 - Características do Ecoturismo Duro (“Hard”) e Suave (“Soft”) como Tipos Ideais<sup>26</sup>.**

“Hard” (activo, profundo)	“Soft” (passivo, superficial)
←-----A gradação do ecoturismo-----→	
Forte empenho ambiental	Empenho ambiental moderado
Melhoria da sustentabilidade	Sustentabilidade em estado constante
Viagens especializadas	Viagens com múltiplas finalidades
Viagens longas	Viagens curtas
Grupos pequenos	Grupos grandes
Fisicamente activo	Fisicamente passivo
Desafio físico	Conforto físico
Poucos serviços esperados	Serviços esperados
Ênfase na experiência pessoal	Ênfase na interpretação
Organiza a sua própria viagem	Conta com agências e operadores turísticos

Fonte: WEAVER, 2005:195 (citando WEAVER, 2002:272)

A própria agência responsável pela promoção do turismo no Algarve, no seu memorando turístico de 2012, faz eco dessa distribuição e pretende chegar a estes *dois mercados*: *o de natureza soft (experiências baseadas na interação com o meio ambiente e no exercício de atividades de ar livre de baixa densidade – excursões, observação de fauna e flora, passeios pedestres) e o de natureza hard (prática de desportos de natureza – BTT, escalada – ou de atividades singulares que exigem conhecimento especializado, caso do birdwatching). Sobressai aqui a necessidade de aproveitar estes dois mercados e os diversos ambientes naturais da região* (Turismo Algarve, 2013:12).

E, portanto num mesmo território, de acordo com o grau de conservação e protecção, será possível desenvolver actividades de ecoturismo diferenciadas, e compatíveis com outro tipo de turismo desenvolvido na natureza ou numa área rural, tais como as referidas anteriormente.

<sup>26</sup> Citado em (Marques Dinis, 2005:82)

#### 4. METODOLOGIA

Para conduzir qualquer pesquisa começamos com uma pergunta, um tema, uma questão que nos intriga, inquieta e nos impele a buscar a sua origem, o seu significado e as possíveis respostas. Neste esforço para expandir o nosso conhecimento continuamos esses modelos e métodos que nos permitam encontrar essas respostas. Tem sido tradicionalmente o método científico desenvolvido pelas ciências duras que nos permitiu desenvolver as perguntas e obter as respostas, um método que deve ser replicável e dar tais respostas semelhantes em ambientes fechados.

Mas as ciências humanas e sociais, em particular, têm como objeto do seu estudo as pessoas e sociedades cujas variáveis não são tão previsíveis e dificilmente são replicáveis, ao não partir das mesmas premissas ou não ser feitas em ambientes fechados e afins.

Segundo Gonzalez (1997), o investigador deve considerar as seguintes perguntas ao decidir o tema da sua pesquisa:

“Isso é um problema realmente importante?

Esta pesquisa vai significar algo significativo?

É interessante e útil para ter algum resultado prático imediato?  
(Gonzalez 1997 *apud* Mayr, 2010: 8)”.

Tanto na decisão sobre o tema de pesquisa como na forma de fazer-a, o pesquisador não é neutro. “O pesquisador social deve tomar partido e faz isso a partir do momento que assume qualquer atitude conformista e aceita o status quo ou adota uma posição crítica e comprometida com as classes exploradas (Rojas Soriano, 2002: 32)”.

Qualquer investigação deve seguir uma série lógica de etapas que incluem: a formulação da pergunta ou tema do qual estamos à procura; a coleta, organização e tratamento das informações pertinentes; a formulação de hipóteses, objetivos e proposições gerais; a análise dos resultados ou conclusões achadas para confirmar ou não as hipóteses.

##### **Antecedentes da investigação e modelo de análise**

O meu objeto de estudo centra-se sobre a possibilidade de promover um turismo sustentável na região do Algarve, altamente massificada pelo turismo de sol e praia, concentrando-me numa análise mais detalhada

diante de um estudo de caso no município de Olhão. E para fazer a pesquisa projetada vou seguir os seguintes passos:

Definição do tema de pesquisa.

Delimitação do tema, por que esse e não um outro.

Questão da Pesquisa.

Referencial Teórico.

Formulação de Hipóteses e Objetivos.

Estudo de caso no município de Olhão para uma abordagem mais aprofundada da realidade.

Conclusões.

“Os críticos da abordagem quantitativa acusam-na de ser "impessoal, fria, reducionista, limitada, fechada e rígida", consideram que estuda as pessoas como "objetos" entanto que o indivíduo e as diferenças culturais entre os grupos não podem ser calculadas ou agrupadas estatisticamente. Da parte dos críticos da abordagem qualitativa dizem que é "vaga, subjetiva, inválida, meramente especulativa, incapaz de responder sem dados sólidos para apoiar as conclusões" e argumentam que não há controle sobre as variáveis e que não tem o poder de compreensão para gerar medições (Hernández Sampieri et al, 2006: 22)”.

Tanto para a pesquisa geral, como para o estudo de caso, eu tento fazer uma metodologia quanti-qualitativa, julgo que preciso das duas abordagens, a fim de realizar não só uma análise rigorosa, mas, além disso para poder fornecer o máximo de informações possíveis e abrangentes em torno da proposta de turismo sustentável para Olhão e para o Algarve.

### **Percurso metodológico e triangulação**

O meu percurso metodológico para a frente será composto de uma triangulação de métodos para ir alternando abordagens quantitativas e qualitativas.

Numa primeira etapa, uma análise qualitativa e detalhada de todas as fontes de informação que permitam-me estruturar o marco teórico em torno de 3 eixos principais: os diferentes tipos de turismo, os diferentes tipos de desenvolvimento e os diferentes tipos de participação.

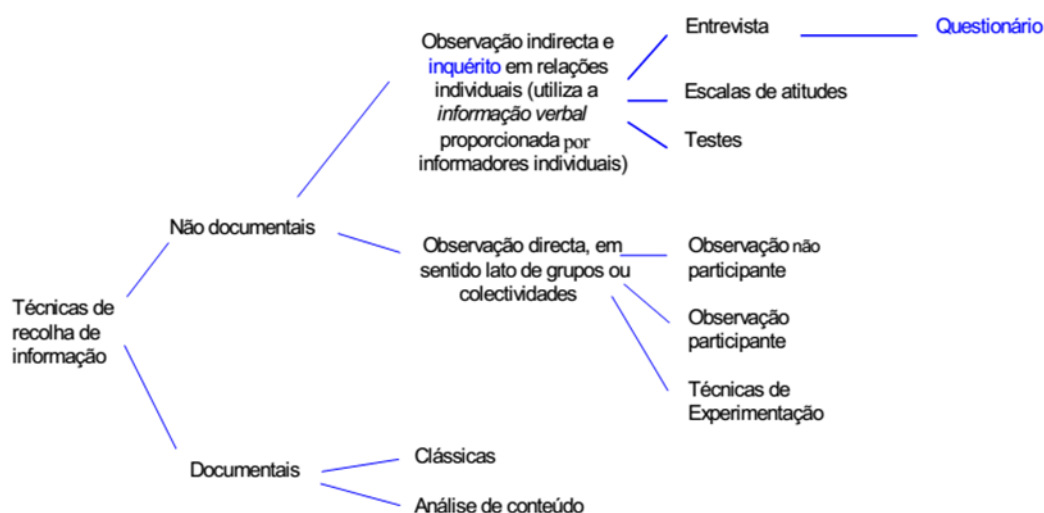
Posteriormente, e com base em estatísticas locais do município de Olhão, regional do Algarve e geral de Portugal, farei uma abordagem quantitativa para a realidade do turismo, do desenvolvimento e da



participação em cada uma dessas dimensões, fazendo tabelas e gráficos que permitem uma melhor compreensão da realidade atual.

E, finalmente, o estudo de caso permitirá uma abordagem mais em profundidade do município de Olhão de forma quantitativa e qualitativa com o preenchimento de um inquérito, a coleta e a sistematização das respostas e uma análise mais aprofundada com a elaboração de tabelas e gráficos que permitem uma compreensão mais imediata e visual dos resultados e conclusões finais.

A escolha do inquérito como método de abordagem para o estudo de caso de Olhão permite a elaboração de estatísticas quantitativas a partir dos dados recolhidos, mas, ao mesmo tempo, e como pode ser visto na Figura 10, permite uma observação qualitativa indirecta nas relações individuais com as pessoas entrevistadas, que também fazem parte das conclusões finais.



**Figura 10 – Eleição das técnicas de recolha de informação (adapt. Lima, 1981 apud Ferreira e Campos).**

## 5. FONTES CONSULTADAS

Um dos primeiros passos da investigação e que se manteve ao longo do percurso até final, foi a consulta de livros, textos, artigos, ensaios, teses, tratados, convenções e todos os tipos de publicações de interesse para o desenvolvimento da pesquisa.

Alguma da literatura referida foi consultada por empréstimos das bibliotecas e universidades ou através da aquisição direta, enquanto muitas outras publicações, especialmente aquelas elaboradas e fornecidas por instituições e organizações desde o nível local até ao internacional, foram obtidas através dos seus editoriais e mesmo através da Internet. Seguidamente apresento uma lista das fontes principais e secundárias.

*Fontes consultadas mais pertinentes:*

1) Instituições locais, regionais e nacionais:

- Câmara Municipal de Olhão. <http://www.cm-olhao.pt/>

O website da Câmara Municipal de Olhão contém informação local de interesse sobre a geografia, historia, economia, hotelaria ou dados demográficos bastante atualizados.

- CCDRALgarve Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. <http://www.ccdr-alg.pt/site/>

Oferece informações sobre Desenvolvimento Regional, Ordenamento, Ambiente e Administração Local, e possui uma Biblioteca Digital com numerosas publicações sobre estas e outras temáticas referentes ao Algarve.

- PROTAlgarve Programa Regional de Ordenamento do Território e do Urbanismo. <http://www.prot.ccdr-alg.pt/>

A informação que oferece é sobre o próprio PROT Programa Regional de Ordenamento do Território e do Urbanismo para o Algarve, as suas monitorizações e discussões públicas são indispensáveis.

- PRIAlgarve Plano Regional do Inovação do Algarve.

A informação sobre o PRIA Plano Regional do Inovação do Algarve, pode ser lida na página oficial da Comissão Europeia <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/regional-innovation->

[monitor/policy-document/algarve-regional-innovation-plan-prialgarve](#) que se relaciona com o website do CRIA Centro Regional de Inovação do Algarve da Universidade do Algarve, que tem a responsabilidade da elaboração técnico-científica do PRIA e a informação mais completa do mesmo.

<http://www.cria.pt/cria/pt/iniciativas.asp?id=16>

- PACT-A3 Plano de Acção da Cooperação Transfronteiriça Alentejo, Algarve, Andaluzia.

O website oficial do Plano Transfronteiriço tem muita informação sobre a Euroregião referida, o Plano próprio para a euroregião, a cooperação transfronteiriça e as principais matérias dessa cooperação, assim como monografias e documentos actualizados de cada matéria. <http://www.pact-a3.org/euroregion.php?&lan=pt>

- Turismo do Algarve. <http://www.turismodoalgarve.pt/home.html>

A melhor e mais actualizada informação e publicações referentes ao turismo no Algarve, pode ser obtida no seu website, e não só para visitantes ou investigadores, mas também para empresários e investidores.

- Turismo de Portugal.

O mesmo caso do portal do turismo do Algarve, mas num website sobre Portugal no seu todo, com muita documentação, informação e publicações de fundamental interesse técnico e pertinência.

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/Pages/Homepage.aspx>

- CET Centro de Estudos do Algarve.

O CET Centro de Estudos do Algarve faz parte também da Universidade do Algarve, e tem colaborado em publicações de interesse como a *Avaliação dos Impactos da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve – Relatório Final* para a CCDRALgarve.

- DGOTDU Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. <http://www.dgterritorio.pt/>

A Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano é responsável pelo Ordenamento, Cartografia e Geodesia e Cadastros, com informações de projetos e mapas on-line, e faz a revisão e implementação das políticas europeias na sua transposição para Portugal.

- APA Agência Portuguesa do Ambiente. <http://www.apambiente.pt/>  
Além de fornecer informações sobre Políticas, Instrumentos e os Sistemas de Informação sobre matérias e projetos em que está envolvida a nível europeu e estatal, dispõe de mais fontes de divulgação sobre a sustentabilidade em geral e o sistema de indicadores para o desenvolvimento sustentável SIDS.

- INE Instituto Nacional de Estatística.

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine\\_main&xpid=INE](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE)

Os dados estatísticos mais actualizados sobre Portugal com indicadores, mapas, quadros, censos e a possibilidade de gerir esses dados para a elaboração de tabelas próprias, quadros e estatísticas nos mais diversos tópicos.

- SPI Sociedade Portuguesa de Inovação. <http://www.spi.pt/>

Fornecer informação em diversos Manuais e Estudos sobre diferentes temas de empreendedorismo e inovação para diferentes áreas incluindo o turismo.

## 2) Instituições a nível europeu:

- EEA European Environment Agency (Agência Europeia do Ambiente). <http://www.eea.europa.eu/pt>

O website da União Europeia para o Meio Ambiente contém informação sobre Dados, Mapas, Indicadores, e Documentos referentes a legislação europeia ambiental e Publicações actualizadas.

- EUROSTAT (Estatísticas Oficiais da União Europeia).

O EUROSTAT elabora e faz análise estatística em temas diversos e relevantes a nível da União Europeia com Dados, Publicações, Tabelas e Quadros. <http://ec.europa.eu/eurostat>

- General Tourism Unit (Unidade de Turismo da Comissão Europeia).

Recentemente mudou o endereço da website para [http://ec.europa.eu/growth/sectors/tourism/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/growth/sectors/tourism/index_en.htm) com um interesse mais focado em aspectos relacionados com a economia, a indústria, a gestão da qualidade e em cooperação relacionada com o turismo.

### 3) Instituições internacionais:

- CBD Convention on Biodiversity (Convenção sobre a Diversidade Biológica). <https://www.cbd.int/>

O website contém informações sobre a própria Convenção e outros Protocolos (Cartegena e Nagoya) além de muitos outros documentos e publicações principalmente em inglês, espanhol, francês, russo e árabe.

- ICLEI International Council for Local Environmental Initiatives – Local Governments for Sustainability (Governos Locais pela Sustentabilidade). <http://www.iclei.org/>

Contém informação sobre os Membros, Atividades, e Notícias onde se pode descarregar algum kit e arquivo multimedia sobre as iniciativas dos governos locais para a sustentabilidade. Além do website global, tem outros sites ligados por regiões, uma das quais é a região europeia <http://www.iclei-europe.org/> com outro tipo de temas e documentos relevantes.

- IDRC International Development Research Centre.

O Centro Internacional de Pesquisa sobre o Desenvolvimento é um instituto canadense que fornece muita informação em inglês e francês sobre diferentes tópicos em torno do desenvolvimento, com diversas publicações e bases de dados.

<http://www.idrc.ca/EN/Pages/default.aspx>

- OMT-UNWTO Organização Mundial do Turismo.

Com sede em Madrid, Espanha, é a organização que desenvolve e elabora os regulamentos, análises, investigações e normativas sobre o turismo a nível mundial com impacto direto nas tomadas de decisões e políticas mundiais, regionais, estatais e locais. Contém muita informação no site. <http://www2.unwto.org/es>

- PNUMA-UNEP Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. <http://www.pnuma.org/>

O website do programa pode ser consultado novamente em inglês, espanhol, francês, russo, árabe e chinês, com muitos documentos e publicações nos mais diversos temas relacionados com o meio ambiente.

- UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. <http://whc.unesco.org/en/statesparties/pt>

O site de UNESCO contém informações sobre educação, ciência e cultura, além de ser o lugar onde pesquisar sobre o Património material e imaterial que são o objecto das Convenções de 1972 e 2003.

#### 4) Outras Instituições e Organizações:

- AECIT Asociación Española de Expertos Científicos en Turismo  
O website desta associação científica sobre o turismo de Espanha, contém informações sobre os seus congressos e as publicações dos mesmos. <http://www.aecit.org/>

- Earthwatch Institute. <http://earthwatch.org/>  
Este Instituto de Pesquisa faz investigações e expedições científicas e contém no seu website informações globais e parcerias com empresas privadas de maneira sustentável.

- FEMP Federación Española de Municipios y Provincias.  
A Federação Espanhola de Municípios e Províncias tem feito diversos documentos e manuais de boas práticas ainda em temas ambientais que estão disponíveis no website. <http://www.femp.es/>

- FITUR Feira Internacional de Turismo da Espanha.  
A Feira Internacional do Turismo da Espanha fornece no seu website cada ano dados sobre o desenvolvimento da feira anterior e dispõe novas informações para a seguinte. [http://www.ifema.es/fitur\\_01/](http://www.ifema.es/fitur_01/)

- IUCN-UICN União Internacional para a Conservação da Natureza.  
Com informações principalmente em inglês, francês e espanhol, os diferentes websites desta ong internacional, têm uma vasta quantidade de informação e publicações com a preocupação prioritária em todas as áreas de interação humana.  
<http://www.iucn.org/es/>

- PwC PricewaterhouseCoopers Consultora.  
Uma das áreas de atuação desta empresa de consultoria internacional enfoca-se no turismo, onde Portugal é uma das suas áreas de trabalho mais importantes devido á sua relevância no setor a nível europeu e internacional, com um trabalho específico, PwC (2014) *Desafios do Turismo em Portugal 2014*.  
[http://www.pwc.pt/pt/publicacoes/imagens/2014/pwc\\_desafios\\_do\\_turismo.pdf](http://www.pwc.pt/pt/publicacoes/imagens/2014/pwc_desafios_do_turismo.pdf)

- Sustentare, Consultora especializada em Responsabilidade Social Corporativa.

Uma consultora mais pequena e especializada em RSC Responsabilidade Social Corporativa, com informações no seu website <http://www.sustentare.pt/> sobre as suas áreas de actuação, parcerias e serviços, onde se localiza a sua publicação *Research* contendo diferentes temáticas relacionadas com a sustentabilidade.

- WBCSD World Business Council for Sustainable Development.

O Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável trabalha sobre a relação entre os negócios, as empresas e a sustentabilidade, e elabora publicações e ferramentas para esta finalidade que podem ser consultadas também no seu website. <http://www.wbcsd.org/home.aspx>

*Outras fontes consultadas:*

– Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural UNESCO 1972 <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

– Declaração de Manila sobre o turismo mundial 1980 (em castelhano) [http://ciudadespatrimonio.mx/descargables/biblioteca/declaracion\\_de\\_manila\\_sobre\\_el\\_turismo\\_mundial\\_1980.pdf](http://ciudadespatrimonio.mx/descargables/biblioteca/declaracion_de_manila_sobre_el_turismo_mundial_1980.pdf)

– Carta Europeia do Ordenamento do Território CEOT de Torremolinos, Espanha 1984 (em castelhano)

<http://www.ehu.eus/Jmoreno/ArchivosPOT/CartaEuropeaOT.pdf>

– Carta do Turismo e Código do Turista 1985 (em castelhano) <http://www.apiepr.org/files/carta-codigo-turista.pdf>

– Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum” 1987 <https://es.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>

– Declaração da Haia do Turismo 1989 (em castelhano) [http://ciudadespatrimonio.mx/descargables/biblioteca/declaracion\\_de\\_la\\_haya\\_sobre\\_turismo\\_1989.pdf](http://ciudadespatrimonio.mx/descargables/biblioteca/declaracion_de_la_haya_sobre_turismo_1989.pdf)



- Convenção sobre a Diversidade Biológica CBD 1992  
[http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_chm\\_rbbio/arquivos/cdbport\\_72.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/arquivos/cdbport_72.pdf)
  
- Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade ou Carta de Aalborg 1994  
  
[http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/ag21\\_carta\\_de\\_aalborg.pdf](http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/ag21_carta_de_aalborg.pdf)
  
- Carta Europeia de Turismo Sustentável CETS 1995 (em castelhano)  
[http://www.redeuroparc.org/img/CETS/Texto-oficial\\_CETS\\_I.pdf](http://www.redeuroparc.org/img/CETS/Texto-oficial_CETS_I.pdf)
  
- I Conferencia Mundial de Turismo Sustentável de Lazarote, Espanha 1995 (em castelhano)  
  
<http://www.turismo-sostenible.org/docs/Carta-del-Turismo-Sostenible.pdf>
  
- Plano de Acção de Lisboa: da Carta a Acção 1996  
  
<http://www.cm-mirandela.pt/files/87/871.pdf>
  
- Declaração de Sevilha 1999 (em castelhano)  
[http://www.jerez.es/fileadmin/Documentos/Medio\\_Ambiente\\_y\\_Consumo/Declaracion\\_de\\_Sevilla.pdf](http://www.jerez.es/fileadmin/Documentos/Medio_Ambiente_y_Consumo/Declaracion_de_Sevilla.pdf)
  
- Código de Ética Mundial para o Turismo, OMT 1999  
[http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil\\_0.pdf](http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf)
  
- Convenção Europeia da Paisagem de Florença 2000  
[http://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/2000-convencao\\_europeia\\_da\\_paisagem-conselho\\_da\\_europa.pdf](http://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/2000-convencao_europeia_da_paisagem-conselho_da_europa.pdf)
  
- Declaração de Hanôver de Presidentes de Câmara de Municípios Europeus na Viragem do Século XXI 2000  
  
[http://www.cm-lousa.pt/Uploads/agenda21local/docs/1\\_declaracoes/DECLARA%C3%87%C3%83O%20DE%20HANNOVER\\_anexo.pdf](http://www.cm-lousa.pt/Uploads/agenda21local/docs/1_declaracoes/DECLARA%C3%87%C3%83O%20DE%20HANNOVER_anexo.pdf)



- Declaração de Ecoturismo do Quebeque 2002  
[http://www.ecobrasil.org.br/publique/media/declaracao\\_de\\_quebec.pdf](http://www.ecobrasil.org.br/publique/media/declaracao_de_quebec.pdf)
- Manifesto pela vida, por uma ética da sustentabilidade, Bogotá (Colombia), Simpósio sobre Ética e Desenvolvimento Sustentável 2002  
[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/manifestovida.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/manifestovida.pdf)
- Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO 2003  
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>
- Compromissos de Aalborg + 10 2004 (em castelhano)  
<http://www.upv.es/contenidos/CAMUNISO/info/U0629027.pdf>
- Declaração de Fortaleza (Brasil), Seminário Internacional de Turismo Sustentável 2008  
  
[http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/declaracao\\_de\\_fortaleza.doc](http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/declaracao_de_fortaleza.doc)
- Declaração do Belem (Brasil), Fórum Global sobre Turismo Sustentável 2009  
  
<http://www.albasud.org/downloads/6.pdf>
- Green Economy Report UNEP (Relatório sobre a Economia Verde) 2011  
[http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/Green\\_Economy\\_Full\\_report\\_pt.pdf](http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/Green_Economy_Full_report_pt.pdf)
- Primeiro Fórum Mundial de Desenvolvimento Local, território, economia e Governança Local: novos olhares para tempos de mudança Sevilha 2011 (em castelhano)  
  
<http://www.foromundialadel.org/desc/DECLARACION%20FINAL%20SEVILLA.pdf>
- Programa Nacional de Turismo de Natureza PNTN 1998  
[http://ertr.tamu.edu/files/2012/09/cs-tour-pt-coop\\_7.pdf](http://ertr.tamu.edu/files/2012/09/cs-tour-pt-coop_7.pdf)

- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade ENCNB 2001  
<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2001/10/236B00/64256451.pdf>
  
- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável ENDS 2002 <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000015001-000020000/000019537.pdf>
  
- Plano Estratégico Nacional de Turismo PENT 2006  
[http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documentos/PENT\\_Revis%C3%A3o.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documentos/PENT_Revis%C3%A3o.pdf)
  
- PROT-Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve 2007  
  
<http://www.prot.ccdr-alg.pt/Download.aspx>
  
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território PNPO 2007 <http://portal.ipvc.pt/images/ipvc/esa/pdf/usosolo/prog.pdf>
  
- PRIAlgarve Plano Regional de Inovação 2007  
  
[http://www.cria.pt/cria/admin/app/CRIA/uploads/prialgarve\\_1mai08.pdf](http://www.cria.pt/cria/admin/app/CRIA/uploads/prialgarve_1mai08.pdf)
  
- POCTEP (Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal) 2007 (versão 2011)  
  
[http://0713.poctep.eu/descarga.php?modulo=presentacion&file=56&documento=Decisao\\_CE\\_5123\\_25\\_07\\_11\\_PT.pdf&nombre=Decisao\\_CE\\_5123\\_25\\_07\\_11\\_PT.pdf](http://0713.poctep.eu/descarga.php?modulo=presentacion&file=56&documento=Decisao_CE_5123_25_07_11_PT.pdf&nombre=Decisao_CE_5123_25_07_11_PT.pdf)

*Webografia:*

- ABAE Associação Bandeira Azul da Europa (sobre a qualidade das praias e portos)  
  
<http://greenkey.abae.pt/plataforma/>

- AITR Associazione Italiana Turismo Responsabile (ong italiana sobre turismo responsável)  
[http://www.aitr.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=583&Itemid=398&lang=es](http://www.aitr.org/index.php?option=com_content&view=article&id=583&Itemid=398&lang=es)
- BREEAM Building Research Establishment Environmental Assessment Method (Método de Avaliação Ambiental nel Estabelecimento da Pesquisa sobre Imóveis) [www.breeam.org](http://www.breeam.org)
- Cronologia Sismicidade Algarve  
[http://w3.ualg.pt/~jestevao/JEsismo\\_hist.html](http://w3.ualg.pt/~jestevao/JEsismo_hist.html)
- Ecoportal (artigo de Jesús M. Delgado M.)  
[http://www.ecoportal.net/Temas-Especiales/Desarrollo-Sustentable/Turismo\\_Responsable\\_una\\_vision\\_homeostatica](http://www.ecoportal.net/Temas-Especiales/Desarrollo-Sustentable/Turismo_Responsable_una_vision_homeostatica)
- Ecoteca Olhão (nel Museu do poeta de Olhão João Lúcio)  
<http://www.ecotecadeolhao.blogspot.com.es/>
- Global Sustainable Tourism Council (organismo internacional sobre o turismo sustentável patrocinado pela OMT Organização Mundial do Turismo) [www.gstcouncil.org](http://www.gstcouncil.org)
- Green Key Ecolabel (Etiqueta Verde promovida pela ong internacional FEE Foundation for Environmental Education) [www.green-key.org](http://www.green-key.org)
- LiderA (Sistema voluntário para avaliação da construção sustentável)  
[www.lidera.info](http://www.lidera.info)
- Olhão livre (1/11/2011) (Blog de opinião e intervenção política, cívica e social) <http://olhaolivre.blogspot.com.es/2011/11/olhao-escumalha.html>
- Parque Natural Agrícola Carrizales, Alicante (Espanha) (A novidade dum Parque Natural e Agrícola) <http://www.carrizales.es/parque-natural-agrario.php>
- RBIM Reserva de la Biosfera Intercontinental del Mediterráneo Espanha-Marrocos (Parque Natural Transfronteiriço Reserva Natural da Biosfera) <http://www.unesco.org/new/en/natural->

[sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/transboundary-biosphere-reserves/spain-morocco/intercontinental-br-of-the-mediterranean/](https://sciences.environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/transboundary-biosphere-reserves/spain-morocco/intercontinental-br-of-the-mediterranean/)

- Somos Olhão (Blog duma organização da sociedade civil de Olhão)  
<http://somosolhaoe.blogs.sapo.pt/>
- Sustainable Travel International (ong internacional sobre turismo sustentável) [www.sustainabletravelinternational.org](http://www.sustainabletravelinternational.org)
- UNESCO Património Mundial (Portugal)  
<http://whc.unesco.org/en/statesparties/pt>

## 6. CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL.

### 6.1. – Os modelos.

#### 6.1.1. A necessidade de um modelo coerente.

Na busca de um modelo consistente, e numa primeira aproximação ao turismo sustentável pode observar-se que este deve:

- Aperfeiçoar a utilização dos recursos ambientais que constituem um elemento-chave para o desenvolvimento do turismo, manter os processos ecológicos essenciais e contribuir para a conservação do património natural e biodiversidade.
- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de acolhimento, a conservação do seu património cultural de vida e valores tradicionais, e contribuir para a compreensão e a tolerância intercultural.
- Afiançar a viabilidade económica, das operações económicas no longo prazo, proporcionando benefícios socioeconómicos a todos os intervenientes que são distribuídos de forma equitativa, incluindo em matéria de emprego e de oportunidades estáveis e de serviços sociais para as comunidades de acolhimento, contribuindo para a redução da pobreza.

Num manual do Serviço dos Estados Unidos de Pesca e Fauna Selvagem (US Fish and Wildlife Service, 1997) encontramos, além disso, que as agências fazem propostas concretas para um turismo sustentável baseadas nos objectivos e acções associadas que devem ser claras, inteligentes (SMART pelo seu acrónimo em inglês) e facilmente compreendidas por todos aqueles que vão participar na sua execução.

Tais suportes inteligentes (*SMART*) em planos e acções devem ser:  
(*Specific*) Específicos. Especificidade concreta dos resultados, incluindo a quem, o quê, quando, onde e por que são dirigidos.  
(*Measurable*) Mensuráveis. Devem conter um elemento mensurável para determinar o sucesso ou o fracasso.

(*Achievable*) Possíveis. Utilização do julgamento profissional sólido para desenvolver expectativas mensuráveis de tempo, de pessoal e de recursos para prosseguir o objectivo.

(*Results-Oriented*) Voltados para os resultados. Devem especificar um resultado final.

(*Time framed*) Enquadrados no tempo. Os objectivos devem indicar o período de tempo durante o qual eles serão alcançados (CBD, 2007:35).

As propostas para o turismo sustentável devem ser monitorizadas no longo prazo. Esta monitorização é uma ferramenta para (CBD, 2007:58-59):

- ver o que realmente acontece após a implementação do projecto que já tenha sido iniciada;
- verificar a forma como efectivamente os programadores e operadores de turismo evitam os impactos negativos sobre a biodiversidade e as comunidades indígenas e locais;
- verificar se as condições estabelecidas na aprovação do projecto estão a ser correctamente aplicadas e cumpridas;
- identificar as alterações de circunstâncias, tais como condições ambientais ou o estado da biodiversidade;
- identificar o impacto das actividades de turismo sobre a diversidade biológica;
- avaliar em que medida os objectivos de desenvolvimento do turismo, foram alcançados;
- estabelecer as tendências relativas à situação da biodiversidade, desenvolvimento do turismo e do desenvolvimento económico e social das comunidades indígenas e locais.

Novamente as dimensões ambientais, socioculturais e económicas, marcam as boas práticas do que se pode definir como o turismo sustentável e sempre baseado no território.

### **6.1.2. De um modelo geral para um modelo regional.**

A *Carta de Aalborg* também sugere um procedimento para desenvolver os *Planos de Acção Local*:

- ▶ conhecer os métodos de planificação e os mecanismos financeiros existentes, bem como os outros planos e programas;
- ▶ identificar sistematicamente os problemas e as suas causas, através da consulta ao público;
- ▶ definir o conceito de colectividade sustentável, com a participação de todos os seus membros;

- ▶ examinar e avaliar as estratégias alternativas do desenvolvimento;
- ▶ estabelecer um plano local de acção no longo prazo para a sustentabilidade, o qual deverá incluir objectivos avaliáveis;
- ▶ planificar a implementação do plano, preparando um calendário e precisando a repartição de responsabilidades entre os membros.

*O modelo de cinco passos do ciclo da sustentabilidade* (Garzillo e Kuhn, 2007)<sup>27</sup> proposto pelos “Compromissos de Aalborg” aborda:

1) Diagnóstico/Ponto de Situação.

Produção de um diagnóstico integrado da situação existente como ponto de partida para o planeamento das acções futuras.

Prazo: 12 meses após a data da assinatura.

Produto esperado: Relatório da sustentabilidade.

2) Estabelecimento de metas.

Processo participativo que incorporem dados da Agenda 21 Local ou projecto similar a decorrer, tendo em consideração o diagnóstico previamente elaborado.

Prazo: 24 meses após a data da assinatura.

Produto esperado: Metas da sustentabilidade.

3) Compromisso político.

Os Compromissos de Aalborg exigem aprovação e apoio do poder político, pelo que o envolvimento das principais forças políticas locais é imprescindível.

Prazo: 24 meses após a data da assinatura.

Produto esperado: Aprovação do Conselho.

4) Implementação e monitorização.

Promoção de acções, actividades e arranjos institucionais; estabelecimento de procedimentos de controlo e monitorização; divulgação local de informação e seu envio regular para o Comité da Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis.

Prazo: 1ª Análise de monitorização à escala europeia (2010).

Produto esperado: Programa da sustentabilidade.

5) Avaliação e Relatórios.

Os processos avaliativos e a reflexão introduzida nos relatórios permitem tomar decisões com base na experiência: mudar de rumo, reforçar opções, ou simplesmente recomeçar de novo, num patamar diferente.

Prazo: Revisões cíclicas a programar de 5 em 5 anos.

---

<sup>27</sup> Citado em (Guerra e Schmidt, 2009:4).

Produto esperado: Relatório de avaliação.

Com tudo isso, é hora de começar uma nova fase operacional de Agendas 21 Locais cujos objectivos sejam (Southey, 2001:487)<sup>28</sup>:

► Identificação e remoção dos entraves ao desenvolvimento sustentável local (por exemplo, pobreza, injustiça, exclusão social, conflitos, degradação ambiental, insegurança...) e da criação de comunidades mais sustentáveis.

► Limitação do contributo das cidades e das comunidades locais para a delapidação de recursos naturais e para os problemas ambientais globais através da participação em campanhas e acções locais com repercussões globais.

► Introdução de instrumentos de gestão e adopção de princípios que assegurem a execução firme e eficaz de uma estratégia de sustentabilidade local através da incorporação de práticas de gestão partilhada, inclusiva e sustentável (discussão de resultados e diagnósticos, aquisição ecológica, eco orçamentos, fóruns participativos, conselhos consultivos, estratégias participativas...).

Neste caminho para o turismo sustentável voltamos continuamente do nível local ao global, para retornar à terra todas as acções a nível local, que é onde finalmente vão ser desenvolvidas.

### 6.1.3. Visão Geral Internacional.

O conceito do que se entende por turismo sustentável e os critérios que o definem, têm sido desenvolvidos e evoluídos ao longo de várias décadas, e com diferentes contribuições a nível global, como podemos observar na Tabela 7.

#### **Tabela 7 - Cronologia das principais etapas de Turismo e Sustentabilidade<sup>29</sup>**

- 1963. Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Turismo e Viagens: Resultado da transformação do Turismo numa indústria de massas, com peso e com importância ao nível político e legislativo.

- 1970. Revista *Annals of Tourism Research*: novas abordagens para o turismo de perspectivas críticas e ambientais.

- 1970. Organização Mundial do Turismo (OMT) das Nações Unidas: Os estatutos da OMT são aprovados e ratificados.

<sup>28</sup> (Ibid:9)

<sup>29</sup> Adaptada de (Sustentare, 2009:5) e (Jurado Almonte, 2011:253)



- 1976. A OMT é incluída no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- 1980. Declaração de Manila sobre Turismo Mundial. A partir desta data, 27 de Setembro é proclamado o “Dia Mundial do Turismo”.
- 1982. Documentos de Acapulco: Resultam da conferência Mundial da OMT e defendem o direito a férias de todos os extractos sociais, com especial incidência para os mais desfavorecidos.
- 1985. Carta de Direitos do Turismo e Código do Turista: São resultado da 6ª Assembleia da OMT em Sofia (Bulgária). Afirmam solenemente, em linha com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito de todos os trabalhadores ao descanso, ao lazer e a férias periódicas pagas. Indicam também linhas de orientação sustentáveis para turistas e para Estados.
- 1989. Declaração de Haia sobre Turismo: Resultado da Conferência Interparlamentar sobre Turismo. Indica 10 princípios a serem seguidos através da implementação de acções. Afirma que “deve promover-se um desenvolvimento harmonioso do Turismo em benefício de todos os que nele participam”.
- 1991. 41.º Congresso da Associação Internacional de Especialistas Científicos em Turismo (AIEST) "O turismo qualitativo": uma primeira aproximação ao conceito de turismo sustentável.
- 1992. Cimeira da Terra no Rio de Janeiro sobre o meio ambiente e desenvolvimento.
- 1992. World Wildlife Fund (WWF), Tourism Concern e a União Europeia: realçam o papel do sector do turismo sobre as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável.
- 1993. Conferência Euro-mediterrânica sobre turismo e desenvolvimento sustentável: aplicação da Agenda 21 e a sustentabilidade da área turística da Bacia do Mediterrâneo.
- 1993. Organização Mundial do Turismo (OMT) define turismo sustentável no documento “Tourism the year 2000 and beyond qualitative aspects”.
- 1994. Implementação da Agenda 21 nos centros turísticos.
- 1995. Carta para um Turismo Sustentável: É publicada após a Conferência Mundial sobre Turismo Sustentável em Espanha (Lazarote), onde é indicado um plano de acção para o Turismo sustentável.
- 1995. Conferência Habitat II (Istambul) e do Plano de Acção para o Mediterrâneo

- 1996. Programa de Acção da Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo: Enumera as áreas prioritárias de acção para empresas do sector em termos de sustentabilidade.
- 1999. Proposta para o turismo sustentável na Bacia do Mediterrâneo (Malta).
- 1999. Código Global de Ética do Turismo: É adoptado pela OMT em Santiago (Chile). Resultado de negociações entre empresas, Estados, organismos e instituições. Composto por 10 artigos que se destinam a fazer com que o Turismo respeite as diferentes sociedades e culturas, bem como os direitos de todos os atores envolvidos.
- 2000. Iniciativa dos operadores turísticos para o desenvolvimento de um turismo sustentável, a mandado do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em colaboração com a UNESCO e a OMT (Berlim).
- 2001. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, aprovada pela 31.<sup>a</sup> sessão da Conferência Geral da UNESCO (Paris).
- 2002. Declaração de Galápagos (Equador), na Cimeira do Autoridades Ambientais e do Turismo da América Latina e do Caribe.
- 2002. Declaração do Quebeque (Canada) sobre o Ecoturismo na Cimeira Mundial sobre Ecoturismo, sendo declarado o “Ano Internacional do Ecoturismo”. Os principais objectivos deste diálogo multi-atores foram a definição de uma agenda preliminar e de um grupo de recomendações para o desenvolvimento das actividades de ecoturismo num contexto de desenvolvimento sustentável.
- 2002. Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio+10: O Turismo sustentável é definido como uma das variáveis estratégicas para o desenvolvimento sustentável, Joanesburgo (África do Sul).
- 2003. Declaração de Djerba (Tunísia) sobre Turismo e Alterações Climáticas na Primeira Conferência Internacional sobre Alterações Climáticas e Turismo: Base de trabalho orientadora para Estados, agências, ONG e empresas em relação ao Turismo sustentável.
- 2003. Declaração de Turismo Rural Comunitário de San José (Costa Rica).
- 2003. Comité Mundial de Ética no Turismo: A sua constituição foi aprovada na China na Assembleia-Geral da OMT que apoiou o programa “Turismo sustentável - Eliminando a Pobreza”.
- 2003. Orientações básicas para a sustentabilidade do Turismo europeu: Documento da Comissão Europeia. São identificados os principais problemas/desafios do sector e as orientações estratégicas para um Turismo mais sustentável.

- 2004. Diálogo sobre o Turismo, Diversidade Cultural e Desenvolvimento Sustentável, no Fórum Universal das culturas, em Barcelona (Espanha).
- 2007. Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Porto Alegre (Brasil).
- 2007. Plano de Acção para um Turismo Europeu mais Sustentável (PATES): Documento da comissão europeia que define os objectivos e os desafios em matéria de sustentabilidade do Turismo europeu, bem como os princípios para alcançar um Turismo sustentável e competitivo.
- 2008. Lançamento dos critérios globais de Turismo sustentável no Congresso Mundial de Conservação da UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) em Barcelona (Espanha): Critérios voluntários que ajudam as empresas turísticas a satisfazer a crescente procura por Turismo sustentável por parte dos turistas. Resultado da iniciativa de uma parceria de 32 organizações, lançada pela Rainforest Alliance, pelo United Nations Environment Program, pela United Nations Foundation e pela OMT.
- 2009. O Acordo de Parceria para Critérios Globais de Turismo Sustentável e do Conselho de Credenciamento para o Turismo Sustentável para criar o Conselho de Sustentabilidade do Turismo.
- 2010. O Global Sustainable Tourism Partnership (Costa Rica). Rede de Investimento e Financiamento Sustentável em Turismo (SIFT).
- 2011. Criação da Parceria Global para um Turismo Sustentável (Costa Rica).

**Declaração do Ecoturismo de Quebeque (2002)** (documento aprovado em 10 de junho de 2002 pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – UNEP e pela Organização Mundial do Turismo – OMT).

Entre os vários aspectos mencionados na declaração, vale a pena mencionar que os Estados signatários:

Reconhecem que o ecoturismo contém os princípios do turismo sustentável em relação aos impactos económico, social e ambiental do turismo. Adotam-se assim mesmo os princípios específicos seguintes, que o diferenciam do conceito mais amplo de turismo sustentável:

- ▶ Contribuir activamente para a conservação do património natural e cultural;
- ▶ Incluir as comunidades locais e indígenas no seu planeamento, desenvolvimento e contribuir para o seu bem estar;

- ▶ Interpretar o património natural e cultural do destino para os visitantes;
- ▶ Servir melhor os turistas individualmente, assim como aos circuitos organizados para grupos de tamanho reduzido.

Afirmam que as diferentes formas de turismo, especialmente o ecoturismo, se são administrados de forma sustentável, podem representar uma valiosa oportunidade económica para as populações locais e indígenas bem como para as suas culturas, assim como para a conservação e a utilização sustentável da natureza para as gerações futuras. Deste modo, o ecoturismo pode ser uma fonte primordial de renda para as zonas protegidas.

Enfatizam que para obter benefícios sociais, económicos e ambientais equitativos do ecoturismo e outras formas de turismo em zonas naturais, e para minimizar ou evitar o seu possível impacto negativo, são necessários mecanismos de planeamento participativo que permitam às comunidades locais, de forma transparente, definir e regular o uso dos seus territórios à escala local, conservando e mantendo o direito de estar à margem do desenvolvimento turístico.

Reconhecem que os visitantes têm uma responsabilidade para com a sustentabilidade do destino e o meio ambiente mundial na escolha das suas viagens, nas suas atitudes, nos seus comportamentos e nas suas actividades e, portanto, a importância de explicar aos visitantes, com precisão, as qualidades e aspectos sensíveis, a preservar, dos destinos a visitar.

E para conseguir tudo isto estabelece-se um conjunto de 49 recomendações que propõem aos governos, ao sector público e ao sector privado, às organizações não-governamentais, às associações comunitárias, às instituições académicas e de pesquisa, às organizações intergovernamentais e, de cada país, às instituições financeiras internacionais e nacionais, aos organismos de assistência para o desenvolvimento e às comunidades indígenas e locais, abordando as responsabilidades de todos os atores e agentes envolvidos na realização de um turismo sustentável.

Por sua parte, a agência da ONU que coloca em prática a **Convenção sobre a Diversidade Biológica CBD (1992)**, que emanou da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, estabelece *orientações* sobre a forma de

apoiar um turismo sustentável, com a proteção da diversidade biológica, num processo de gestão em 10-etapas (CBD, 2004:7):

- 1) Reunir informações da base.
- 2) Desenvolver uma visão global.
- 3) Definir objectivos específicos.
- 4) Analisar a legislação e controle.
- 5) Avaliar o potencial impacto de novos projectos.
- 6) Gerenciar os impactos ambientais.
- 7) Garantir que a tomada de decisões é transparente e responsável.
- 8) Implementar a decisão.
- 9) Monitorizar impactos e cumprimento.
- 10) Prosseguir com a gestão adaptativa.

Há também **vários métodos de planeamento e abordagens** que estão disponíveis **para ajudar a gestão integrada do turismo e biodiversidade**, sendo os principais (CBD, 2007:25):

- Espectro da Oportunidade Recreativa (ROS - Recreational Opportunity Spectrum);
- Limites Aceitáveis de Mudança (LAC - Limits of Acceptable Change);
- Modelo de Gestão de Impacto do Visitante (VIM - Visitor Impact Management Model);
- Modelo de Gestão de Otimização de Turismo (TOMM - Tourism Optimization Management Model);
- Gestão de Impacto do Visitante da Área Protegida (PAVIM - Protected Area Visitor Impact Management);
- Experiência do Visitante e Protecção de Recursos (VERP - Visitor Experience and Resource Protection).

As ROS, LAC e VIM são metodologias de planeamento que funcionam identificando os limites para abordar as necessidades e os objectivos de protecção dos recursos naturais e a conservação e utilização de recursos. Eles são capazes de incorporar factores sociais bem como ambientais. As metodologias reconhecem que, para alcançar um equilíbrio entre a conservação e a utilização de qualquer recurso é necessário efectuar uma criteriosa análise e um correto julgamento, e que, grupos diferentes tendem a fazer juízos diferentes.

A metodologia de TOMM foi adaptada do LAC a fim de colocar mais ênfase nos resultados sustentáveis do ponto de vista da comunidade, estabelecer limites aceitáveis, respeitá-los e fazer com que se cumpram, em vez os ignorar ou não cumprir, obtendo assim

os legítimos resultados esperados das expectativas, em benefício das comunidades e de todos.

PAVIM foi desenvolvido para destinos que têm menos recursos humanos e financeiros. PAVIM também incorpora as análises do problema de impacto, a flexibilidade de uma selecção múltipla de estratégia e a participação do público. Ele reconhece as limitações de gestão e é mais rápido, mais fácil e mais eficaz em termos de custos de execução.

VERP foi criada para lidar com a capacidade de execução em termos de qualidade dos recursos, juntamente com a qualidade da experiência dos visitantes. Ela resolve os recursos futuros e condições sociais desejadas, definindo que níveis de utilização são adequados, onde, quando e porquê. É visto como uma componente do LAC.

### **CRITÉRIOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL.**

#### **Global Sustainable Tourism Criteria (Critérios Globais de Turismo Sustentável).**

Estes critérios surgiram de uma iniciativa multi-intervinientes lançada pela Rainforest Alliance, pelo Programa de Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), e pela Organização Mundial do Turismo (OMT). Esta parceria que envolve actualmente cerca de 40 organizações desenvolveu os Critérios de Turismo Sustentável baseados em diversas séries de critérios já utilizados por sistemas de certificação e por outros códigos voluntários existentes. O objectivo foi uniformizar as orientações tornando estes critérios num standardização comum a todas as formas de turismo.

#### *Vantagens dos Critérios:*

- Estabelecer linhas orientadoras para que empresas do sector turístico implementem programas de gestão que tornem as suas práticas mais sustentáveis.
- Orientar a escolha de fornecedores e programas turísticos sustentáveis.
- Orientar os consumidores a identificar programas e empresas sustentáveis.
- Harmonizar os elementos standardizados utilizados pelos programas voluntários de certificação e outros códigos.

- Facilitar o reconhecimento de empresas turísticas sustentáveis por parte dos média e de outros intervenientes.
- Criar um ponto de partida para o desenvolvimento de requisitos de Turismo sustentável para programas governamentais, não-governamentais e do sector privado.
- Servir de material formativo em instituições universitárias e escolas hotelarias.

A série de 37 critérios está organizada segundo 4 áreas principais:

- Gestão e planeamento sustentável;
- Benefícios e impactos socioeconómicos na comunidade local;
- Preservação e benefícios para o património cultural;
- Minimização dos impactos ambientais negativos e aproveitamento de oportunidades ambientais.

Mas sem dúvida são as **Certificações**<sup>30</sup> as que rotulam propostas diferentes para o turismo, como verde, sustentável e ecológico... e os protocolos que mais têm avançado com as iniciativas públicas e privadas, na definição do que é considerado como o turismo sustentável.

*Vantagens:*

- . Otimização dos processos tecnológicos das empresas;
- . Diminuição dos consumos específicos de energia, matérias-primas e recursos naturais.
- Minimização do impacto ambiental das actividades da empresa;
- Melhoria da imagem perante a opinião pública;
- Acesso a determinados mercados e concursos em que a certificação ambiental é obrigatória;
- Melhoria da posição competitiva face aos concorrentes não certificados;
- Melhoria da organização interna;
- Aumento da motivação e envolvimento dos colaboradores internos;
- Redução de riscos e redução de auditorias por parte de outras entidades.

*Dificuldades:*

- . Cumprimento dos requisitos legais (base de qualquer Sistema de Gestão Ambiental);

---

<sup>30</sup> Nota do Autor: Todas as informações sobre as certificações, compilei e adaptei de (Sustentare, 2009) e (Diniz, 2008) em [http://naturlink.sapo.pt/Intervir/Artigos-Praticos/content/A-Certificacao-e-o-Turismo-Sustentavel?bl=1&viewall=true#Go\\_1](http://naturlink.sapo.pt/Intervir/Artigos-Praticos/content/A-Certificacao-e-o-Turismo-Sustentavel?bl=1&viewall=true#Go_1)

Sensibilização/formação interna para a necessidade de alterar hábitos (desde a gestão de topo às bases da organização);

Questões que não dependem das próprias empresas: formalização e celeridade dos licenciamentos.

Existem várias certificações, tanto a nível europeu como internacional, e mesmo a nível nacional. Para citar as mais importantes, *a nível internacional*, entre outras são:

### **Green Passport (Passaporte Verde)**

Desenvolve-se sobre a base de uma iniciativa (multistakeholder) com várias partes interessadas, intervenientes (International Task Force on Sustainable Tourism Development), é criada após a Conferência de Johannesburgo (Rio+10 em 2002) com o objectivo de alterar os padrões de consumo e produção tornando-os mais sustentáveis.

A ideia principal é que um turista mais sensibilizado e consciente optará por produtos, destinos e serviços turísticos mais sustentáveis, logo induzirá o mercado a criar mais produtos e serviços turísticos sustentáveis.

### **Certification for Sustainable Tourism (CST) (Certificação para o Turismo Sustentável)**

Esta certificação nasceu como um programa operado pelo Instituto do Turismo da Costa Rica (ICT), e trata-se de uma iniciativa inserida na estratégia nacional para o turismo sustentável e faz parte dos programas nacionais e regionais do governo da Costa Rica.

### **O Ecotourism Australia's EcoCertification (Eco certificação do Ecoturismo da Austrália)**

A Austrália encontra-se na vanguarda da sustentabilidade turística, e este programa baseia-se em vários princípios de ecoturismo e sustentabilidade, que se aplicam não só a alojamentos turísticos, como também a atracções turísticas e passeios ou itinerários.

Para além das certificações, Austrália desenvolve ainda diversos programas de educação ambiental, de boas práticas, de formação e acreditação, como o **Programa de Certificação do Eco Guia da Austrália**.

Este programa aborda a formação de pessoal, como um dos elementos principais, embora mais esquecido, e uma boa prática do turismo no longo prazo, através da formação apropriada dos seus trabalhadores e elaboração de guias interpretativos. Estes guias devem ser posteriormente certificados através deste mesmo programa.



### **Green Globe 21 - GG21**

Com base na Agenda 21 Local e nos princípios de desenvolvimento sustentável da Convenção das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), certifica empresas e comunidades tendo em conta um nível estandardizado global para o turismo sustentável.

Há também exemplos de **Certificações ambientais da construção** de edifícios, que podem ser utilizados no âmbito do alojamento turístico.

### **Certificação LEED - Leadership in Energy and Environmental Design (Liderança em Desenho de Energia e Ambiental)**

O LEED é um sistema de certificação ambiental de edifícios desenvolvido pelo United States Green Building Council (USGBC) em 1994 que fornece um conjunto de orientações para promover a construção sustentável.

O sistema aborda 6 categorias temáticas onde são agrupados indicadores de desempenho obrigatórios e pontuáveis, cuja avaliação resulta na classificação do edifício. Estão disponíveis diferentes versões do sistema aplicáveis às várias tipologias de projecto.

#### **6.1.4. Os modelos utilizados na Europa.**

##### **Rede Ibérica da Carta Europeia de Turismo Sustentável**

O turismo contribui para o crescimento económico dos territórios declarados como áreas protegidas, mas se não for devidamente planeado e devidamente desenvolvido pode causar danos irreversíveis a essas mesmas áreas, onde a meta de conservação tem precedência sobre o resto. Para evitar esta situação e conciliar o desenvolvimento turístico com a preservação desses espaços, surgiu a Carta Europeia de turismo sustentável em áreas protegidas (CETS), como um endosso pela federação EUROPARC, entidade que reúne as administrações ambientais de gestão dos espaços protegidos na Europa.

Esta Carta é inspirada pelas recomendações adoptadas na Cimeira da Terra do Rio em 1992, pelo sexto Plano de Acção Comunitária para o Ambiente; e pela Estratégia da União Europeia do Desenvolvimento Sustentável, e começou a sua formação em 1993,

embora passasse mais anos para aumentar os acessos nos diferentes países europeus.

As estratégias divergem consoante as *áreas onde vão ser implementadas*, uma vez que cada área tem características próprias que têm de ser respeitadas. Porém, existem 8 pontos orientadores que devem sempre ser integrados em todas as estratégias:

1. Proteger e valorizar o património natural e cultural da área protegida.
2. Providenciar aos visitantes uma experiência de qualidade durante a sua visita.
3. Proporcionar aos visitantes informações sobre as qualidades específicas da área protegida.
4. Estimular a oferta de produtos turísticos específicos que permitam a descoberta e a compreensão do meio natural e cultural da área protegida.
5. Assegurar que o turismo suporta e não reduz a qualidade de vida dos habitantes locais.
6. Aumentar o conhecimento sobre a área protegida e sobre os assuntos da sustentabilidade entre todos aqueles que estão envolvidos no turismo.
7. Aumentar os benefícios do turismo na economia local.
8. Monitorizar os fluxos de visitantes para reduzir os impactos negativos.

A rede ibérica foi constituída numa reunião na Reserva da Biosfera Transfronteiriça de Gerês/Xurés, em Novembro de 2006. Durante quatro encontros de articulação das CETS espanhóis e portugueses trabalharam em conjunto, onde se pode apreciar um maior empenhamento por parte das autoridades locais e de outras partes envolvidas, nomeadamente a parte espanhola, que conta com mais anos de experiência a trabalhar em áreas protegidas. Ainda assim, considera-se necessária uma maior vontade política de participação dos agentes portugueses, não só para partilhar e trocar experiências, mas também para ser capaz de identificar medidas e ações conjuntas, na raia e para além das fronteiras de cada país.

Ao nível europeu também existem diversos tipos de **certificações** que podem ser aplicados ao sector:

- *Sistemas voluntários de certificação de aplicação geral*, seguindo referenciais comuns como ISO 14001 – Certificação de sistemas de

gestão ambiental, ISO 9001 - Certificação de sistemas de gestão da Qualidade, OHSAS 18000 – Certificação de sistemas de Saúde e Segurança, NP 4469:2008, SA 8000 e AA 1000 – Responsabilidade Social, entre outros.

- *Sistemas de certificação voluntária para a Gestão Hoteleira*, como Rótulo Ecológico Europeu, Certificação Green Globe, Certificação Eco-Hotel, Eco-Certification STEP, Programa Chave Verde, entre outros.

- *Sistemas de Certificação voluntária dos edifícios*, nomeadamente, BREEAM – Building Research Establishment Environmental Assessment Method (UK), LiderA - Sistema Português de Avaliação da Sustentabilidade (Portugal), entre outros.

### **Ecolabel, Rótulo Ecológico Europeu**

Esta certificação voluntária foi implementada em 1992 na União Europeia com o objectivo de ajudar os consumidores a escolher produtos mais ecológicos, mais respeitadores do ambiente e de alta qualidade.

Esta certificação é gerida pelo Comité do Rótulo Ecológico da União Europeia (CREUE) que é composto por representantes da indústria, de organizações de protecção do ambiente e de organizações de consumidores. Cobre actualmente 23 grupos de produtos onde se inclui o grupo de alojamentos turísticos.

### **Certificação Eco-Hotel da Tüv Rheinland**

Este sistema de certificação ambiental baseia-se nos referenciais ISO 14001 e EMAS, beneficiando de adaptações destes referenciais normativos ao sector hoteleiro.

### **Eco-Certification STEP**

O STEP (Sustainable Tourism Ecocertification Program – Programa de Ecocertificação de Turismo Sustentável) é um programa de certificação que foi desenvolvido por uma Organização sem fins lucrativos (Sustainable Travel International) com base nos Critérios Globais de Turismo Sustentável (Global Sustainable Tourism Criteria – GSTC antes referidos).

### **Green Tourism Business Scheme - GTBS (Regime de Negócios de Turismo Verde)**

Criado inicialmente para as empresas de turismo escocesas é um dos programas de certificação de “turismo verde” mais bem-sucedido do

mundo. Englobam questões como custo-eficácia do negócio, gestão ambiental, resíduos, transportes, assim como parâmetros de responsabilidade social e biodiversidade.

**Rótulo Ecológico dos Países Nórdicos** (Suécia, Dinamarca, Islândia, Finlândia e Noruega).

Este símbolo implica que o “eco hotel” tenha um programa ambiental de longo-termo que inclui, entre outros, valores limites para o consumo de água, energia e produtos químicos.

Foram recentemente aprovados a nível europeu os requisitos para a atribuição do rótulo ecológico a serviços de alojamento turístico, tornando-se o primeiro sector de serviços a beneficiar das vantagens deste rótulo, para o qual devem satisfazer os critérios ecológicos constantes da Decisão da Comissão 2003/287/CE, de 14 de Abril de 2003.

### **Programa Chave Verde**

O programa “Chave Verde” é um programa de educação ambiental, de âmbito internacional, que acolhe na sua rede as estruturas turísticas que visem uma gestão e utilização mais sustentáveis em cada estabelecimento, procurando incentivar a mudança de comportamentos ao nível da gestão e da utilização dos recursos turísticos de cada região, como meio do seu desenvolvimento.

Esta iniciativa da responsabilidade da Fundação para a Educação Ambiental foi lançada em Portugal, pela Associação Bandeira Azul da Europa, constituindo-se assim como um “eco-hotel” independente.

### **O modelo do Eco-Hotel.**

Este sistema visa facilitar a iniciação de uma política eficaz de protecção ambiental, constituindo uma base sólida para obter a certificação ISO 14000.

Além de hotéis, aplica-se também a restaurantes, albergues, parques de campismo e outros tipos de alojamentos.

A **APCER** criou em Portugal uma especificação de requisitos de serviço que define um modelo de qualificação para o Turismo em Espaço Rural, tendo por base a ISO 9001:2000 bem como outros referenciais normativos, adaptados ao TER, nas modalidades de cariz familiar - Turismo de Habitação, Agro-Turismo, Turismo Rural e Casas de Campo.

A certificação **BIOTUR** foi desenvolvida para responder às expectativas de quem procura uma unidade de turismo rural, de restauração ou actividades complementares a que esteja associada a agricultura biológica.

Esta iniciativa nacional partiu da SATIVA, uma empresa constituída para operar de forma integrada na área do controlo e certificação da produção agrícola e florestal e dos produtos agro-alimentares.

Entre os exemplos de **Certificações ambientais da construção** de edifícios a nível europeu,

**Certificação BREEAM - Building Research Establishment Environmental Assessment Method (Método de Avaliação Ambiental no Estabelecimento da Pesquisa sobre Imóveis)**

O BREEAM é o sistema de avaliação ambiental de edifícios mais utilizado à escala global, foi lançado em 1990 no Reino Unido pela BRE Global e consiste numa das melhores ferramentas práticas ao nível do desenvolvimento de edifícios sustentáveis.

Uma das principais vantagens do BREEAM é a possibilidade de ser utilizado fora do Reino Unido (para onde foi desenvolvido), pela facilidade de adaptação dos seus requisitos à legislação, regulamentos e condições locais.

**Certificação LiderA - Sistema Português de Avaliação da Sustentabilidade**

É o sistema português de avaliação e reconhecimento voluntário da construção sustentável e do ambiente construído, nas diferentes fases do seu ciclo de vida (planos, projectos, obra e operação).

O sistema assenta em 6 princípios base que se subdividem em 22 áreas:

- Integração local, no que diz respeito ao solo, aos ecossistemas naturais e paisagem, e ao património;
- Recursos, abrangendo a energia, a água, os materiais, e os recursos alimentares;
- Cargas ambientais, envolvendo os efluentes, as emissões atmosféricas, os resíduos, o ruído exterior, e a poluição luminoso-térmicas;
- Conforto ambiental, nas áreas da qualidade do ar, do conforto térmico, e da iluminação e acústica;
- Vivência socioeconómica, que integra o acesso para todos, os custos no ciclo de vida, a diversidade económica, as amenidades e a interacção social, e participação e controlo;

- Gestão ambiental e inovação.

Estas áreas englobam um conjunto de 43 pré-requisitos e critérios que permitem avaliar o nível de sustentabilidade do edifício.

**O Plano Europeu de Acção para um Turismo mais Sustentável PATES<sup>31</sup>** define os objectivos e os desafios em matéria de sustentabilidade do Turismo europeu, na procura de um Turismo sustentável e competitivo. O PATES estabelece uma série de desafios a serem tomados em consideração no momento da promoção de um turismo mais sustentável.

**Quadro 29 – PATES Desafio 1.**

**DESAFIO 1 – REDUZIR A SAZONALIDADE DA PROCURA**

<p><b>Efeitos negativos da sazonalidade para a sustentabilidade do sector</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Dificulta a viabilidade económica das empresas;</li><li>• Não manutenção dos postos de trabalho;</li><li>• Coloca demasiada pressão sobre comunidades e recursos em determinados períodos.</li></ul>	<p><b>Resposta do Turismo de Portugal (TP), I.P.</b></p> <p>Na sua política de apoios aos investimentos, o TP aposta:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Na diversificação da carteira de produtos;</li><li>• No reforço da acessibilidade aérea;</li><li>• No apoio a produtos específicos.</li></ul>
--	---

A sazonalidade é uma condição que, se não for tida em conta desde a fase de concepção da proposta turística, pode limitar a viabilidade da mesma, e sobre tudo dos benefícios que contribuiram para a comunidade de acolhimento.

Diversificar a oferta e o tipo de visitantes a quem ela é dirigida, é uma boa medida que pode separar estas ofertas no espaço e no tempo, para ser capaz de prolongar o período de actividade ao longo

<sup>31</sup> (Sustentare, 2009:25-26)

do ano, sempre em função da capacidade de acolhimento do território e das comunidades.

**Quadro 30 – PATES Desafio 2.**

**DESAFIO 2 – ABORDAR O IMPACTE DO TRANSPORTE TURÍSTICO**

**Impactes do transporte de turistas na sustentabilidade do sector**

- Dificulta a viabilidade económica das empresas;
- Não manutenção dos postos de trabalho;

**Resposta do Turismo de Portugal (TP), I.P.**

Na sua política de apoios aos investimentos, o TP aposta:

- No equilíbrio entre distância percorrida pelo turista vs duração da estadia

Na concepção da proposta de turismo, os meios de transporte, tanto para chegada ao destino turístico como a infraestrutura na área do parque e do seu entorno, devem ser planeados para atender às necessidades dos visitantes, mas sem prejuízo ou alteração das características das paisagens e dos ecossistemas naturais aí existentes.

É melhor uma aposta controlada pela acessibilidade dos turistas, em relação a uma prioridade de acesso para eles que pode terminar destruindo a natureza exclusiva das comunidades de acolhimento.

**Quadro 31 – PATES Desafio 3.**

**DESAFIO 3 – MELHORAR A QUALIDADE DO EMPREGO NO SECTOR**

<p><b>Impactes da qualidade do emprego na sustentabilidade do sector</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Qualidade depende de colaboradores qualificados e motivados;</li><li>• Reputação depende da qualidade de emprego oferecido.</li></ul>	<p><b>Resposta do Turismo de Portugal (TP), I.P.</b></p> <p>Na sua política de apoios aos investimentos, o TP aposta:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Numa rede de Escolas de Hotelaria e Turismo;</li><li>• Na certificação dos profissionais de Turismo.</li></ul>
--	--

Treinar os recursos humanos designados para trabalharem as relações e trocas directas com os visitantes, é vital, e pode garantir uma projecção da proposta turística, no longo prazo, ou acabar com ela num tempo muito curto.

Não só é importante que tais recursos humanos alocados aos diversos sectores envolvidos no turismo se encontrem motivados, como também se torna fundamental que desenvolvam uma atitude e postura em consonância com os moradores locais, fazendo com que possam sentir como sua própria a proposta turística desenvolvida.



## DESAFIO 4 – MANTER E MELHORAR PROSPERIDADE E QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE, EM FUNÇÃO DA MUDANÇA

### Impactes do desenvolvimento do sector na comunidade

- Actividade turística tem fortes impactes sobre a comunidade, a economia e o ambiente das localidades onde desenvolve operações.

### Resposta do Turismo de Portugal (TP), I.P.

Na sua política de apoios aos investimentos, o TP aposta:

- Num ordenamento do território equilibrado;
- Num licenciamento responsável;
- Nos projectos de potencial interesse nacional.

**Quadro 32 – PATES Desafio 4.**

A comunidade residente deve aproveitar a proposta turística, e senti-la como própria, participando nela desde a sua concepção, e, além disso, recebendo benefícios da mesma, alguns dos quais vão ser económicos; e em outros a mudança pode ser formativa, experiencial, resultante do intercâmbio e do conhecimento com os visitantes; e da formação de consciência para com o meio ambiente.

**Quadro 33 – PATES Desafio 5.**

**DESAFIO 5 – MINIMIZAR O IMPACTE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS E DA UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS**

<p><b>Impactes do desenvolvimento do sector no ambiente</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Actividade coloca pressão sobre recursos naturais e produz resíduos em grande escala.</li></ul>	<p><b>Resposta do Turismo de Portugal (TP), I.P.</b></p> <p>Na sua política de apoios aos investimentos, o TP aposta:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Na diferenciação positiva de projectos com base em critérios ambientais;</li><li>• Na distinção das melhores práticas ambientais.</li></ul>
---	---

No momento de analisar e melhorar a gestão dos recursos naturais e dos resíduos é essencial a participação das comunidades locais, que devem ser envolvidas na concepção e evolução de como a actividade turística vai afectar essa gestão, a fim de evitar impactos negativos ou pelo menos atenuá-los.

**Quadro 34 – PATES Desafio 6.**

**DESAFIO 6 – CONSERVAR E ACRESCENTAR VALOR AO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL**

**A relação do sector com o património natural e cultural**

- Actividade turística como argumento de conservação do património.

**Resposta do Turismo de Portugal (TP), I.P.**

- Na sua política de apoios aos investimentos, o TP aposta:
- No incentivo a projectos de recuperação e preservação do património natural e cultural.

O património tangível e intangível, que forma parte do legado das comunidades, encontra-se não raras vezes em perigo de extinção, a par, com muitas das espécies animais e vegetais que habitam os ecossistemas adjacentes.

Grande parte desse património encontra-se abandonado, por várias razões, falta de interesse, motivação política, falta de investimento ou estratégias adequadas, tornando-se imperiosa a salvaguarda desses locais, que em muitos casos podem mesmo constituir e significar importantes pólos de atração turística, de mais-valia e de sustentação económica para toda uma comunidade local, para uma vasta região ou mesmo para o país no seu todo. O envolvimento nesta proposta de turismo sustentável deve ser cuidadosamente observada e planeada, e, recolher sempre, os contributos fundamentais das entidades envolvidas, especialistas, atores locais e comunidade.

**Quadro 35 – PATES Desafio 7.**

**DESAFIO 7 – POSSIBILITAR O GOZO DE FÉRIAS A TODOS**

**Papel do Turismo na equidade social**

- O Turismo deve ser possível a todas as pessoas, com especial destaque para as classes mais desfavorecidas e para as pessoas com mobilidade reduzida.

**Resposta do Turismo de Portugal (TP), I.P.**

Na sua política de apoios aos investimentos, o TP aposta:

- No Turismo sénior;
- No Turismo jovem;
- Nas acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida.

Apostar em propostas turísticas que incentivam a chegada de pessoas que normalmente não têm a oportunidade de usufruir do mesmo, não só serve como um exercício de solidariedade e de justiça social para as pessoas mais desfavorecidas ou com menos recursos, mas também pode torná-lo possível para evitar os efeitos negativos da sazonalidade, aceitando este tipo de turismo especialmente naqueles momentos em que se prevê uma queda ou uma depressão na chegada dos visitantes tradicionais ou habituais.

## DESAFIO 8 – UTILIZAR O TURISMO COMO FERRAMENTA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL GLOBAL

<p><b>Papel do Turismo no desenvolvimento sustentável global</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O Turismo é uma das poucas fontes de criação de riqueza em países em vias de desenvolvimento.</li></ul>	<p><b>Resposta do Turismo de Portugal (TP), I.P.</b></p> <p>Na sua política de apoios aos investimentos, o TP aposta:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Na consideração do sector nos acordos de cooperação para o desenvolvimento internacional;</li><li>• Adesão de Portugal às principais iniciativas globais em sustentabilidade.</li></ul>
--	---

**Quadro 36 – PATES Desafio 8.**

O turismo sustentável é uma aposta que deve ser complementar de outras iniciativas económicas e produtivas, em qualquer área onde é mais desenvolvido, mas pode converter-se, para além de uma alternativa económica para zonas mais deprimidas, em torno das quais podem ser dinamizadas atividades de apoio ao turismo e gerar assim novas economias locais.

As certificações trabalham bem na dinâmica do turismo e da economia verde, mas a sua aplicação e transposição de algumas áreas para outras não é direta e devem ser adaptadas às condições locais, o que não é tão fácil. *“Alguns críticos lamentam o fato de que esta abordagem, é proposta e desenvolvida, apenas por estudiosos, especialistas e pesquisadores, em vez de incluir um processo de gestão participativa”* (Delisle e Jolin, 2011:149).

Para superar essas dificuldades e para trazer as certificações à realidade mais local *“deve ser um processo evolutivo que se adapta às mudanças no mercado e deve ser feito em conjunto com os governos dos destinos (quem pode implementar uma legislação adequada, as acções de promoção, os incentivos para as empresas, etc)”* (Ibid:153)

## 6.2. – Fases do Turismo Sustentável.

As principais premissas a serem incluídas na definição de turismo sustentável podem ser especificadas nas seguintes actividades:

*“A. Contribuir para o desenvolvimento económico e social das comunidades locais.*

- Fomentar emprego local, proporcionando a formação adequada.
- Integrar actividades e produtos tradicionais das regiões nos produtos turísticos, enriquecendo a experiência do turista.
- Potenciar o empreendedorismo e apoiar o desenvolvimento das PME (Pequenas e médias empresas).

*B. Preservar e potenciar o património histórico-cultural.*

- Utilizar elementos de cultura local na arquitetura, gastronomia, decoração, lojas, etc...
- Incentivar e apoiar a recuperação de monumentos, museus e outros marcos históricos locais.
- Incorporar a história, tradições e cultura locais nos roteiros e eventos regionais.
- Dinamizar a cultura e conteúdos locais.

*C. Maximizar benefícios para o ambiente e reduzir impactos negativos.*

- Aperfeiçoar o consumo de água e o consumo energético.
- Incentivar a reciclagem de produtos.
- Conservar a biodiversidade, os ecossistemas e as paisagens.
- Formar a gestão das empresas na necessidade e benefícios da adoção de práticas ambientalmente responsáveis.

*D. Assegurar a sustentabilidade económica do turismo.*

- Desenvolver produtos inovadores e diferenciados.
- Apostar na qualidade e na qualificação dos recursos humanos e das empresas.
- Minimizar a sazonalidade do negócio dinamizando a procura em época baixa e flexibilizando a capacidade. ”(Roland Berger Strategy Consultants, 2011:33)

O principal *impacto* das medidas de gestão disponíveis para evitar ou minimizar efeitos negativos sobre os componentes da biodiversidade (incluindo aspectos sociais e culturais) são (CBD, 2007:47):

- Gerenciar o acesso aos componentes da biodiversidade;
- Gerir a forma como os componentes da biodiversidade são utilizados;
- Gerir o desenvolvimento de infraestruturas, e em torno dos componentes da biodiversidade;
- Promover comportamentos adequados das pessoas durante a utilização de componentes da biodiversidade;
- Gerir o manuseamento e a eliminação de resíduos que podem ser gerados durante a utilização dos componentes da biodiversidade;
- Gerir e restaurar danos passados;
- Proteger as comunidades indígenas e locais relacionadas com a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade dos efeitos adversos que podem afectar em resultado do desenvolvimento do turismo e das actividades.

A *gestão de impacto* pode incluir medidas para a implantação do desenvolvimento de turismo e actividades como:

- Criar actividades adequadas em zonas designadas diferentes;
- Diferenciar entre os impactos de diferentes tipos de turismo;
- A adopção de medidas para controlar os fluxos turísticos em, e ao redor de, destinos turísticos e sítios-chave;
- Promover comportamentos adequados pelos turistas para minimizar os seus impactos;
- Estabelecer limites ao número de visitantes e seus impactos dentro de limites aceitáveis de mudança em qualquer lugar.

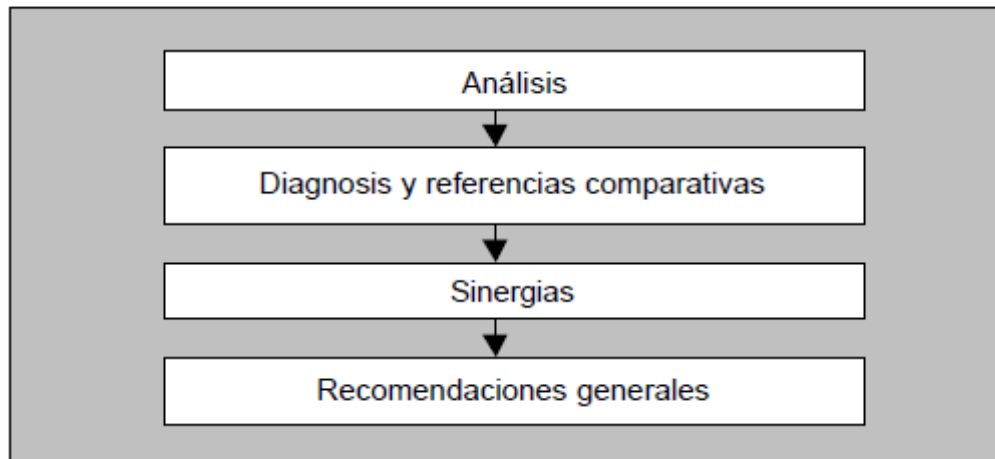
Em relação a um impacto que já aconteceu ou que sabemos que vai acontecer, podem ser utilizadas medidas de *mitigação do impacto*:

- Evitando o impacto por não tomar uma determinada acção;
- A minimização do impacto, limitando o grau ou intensidade da acção;
- Corrigir o impacto por reparar ou restaurar o meio ambiente afectado;
- A redução do impacto através de medidas cautelares requeridas com a acção;
- Compensar o impacto substituindo ou fornecendo recursos de substituição.

### 6.2.1. Diagnóstico Local Integrado (DLI).

O Diagnóstico Local Integrado DLI visa integrar e sintetizar todos os diagnósticos sectoriais, expressando as interconexões entre eles,

- modelo territorial;
- problemática observada, causas e atores envolvidos;
- limitações e oportunidades (matrizes SWOT);
- organização.



**Quadro 37 - Fases num Diagnóstico Local Integrado (FEMP, 2004:29).**

Como aparecem resumidos no Quadro 37, as principais etapas que normalmente são vistas num Diagnóstico Local Integrado incluem:

- Começa com uma análise (a ser desenhado de modo o mais participativo possível e entre todos os atores envolvidos), do meio físico, social, cultural...;
- Esta análise aportará os dados que serão utilizados na etapa-chave do diagnóstico, o estabelecimento de parâmetros para os diferentes elementos analisados;
- Serão criados além das sinergias potenciais que possam surgir entre os fluxos físicos (para os elementos naturais e recursos vivos e inertes) e os fluxos sociais (para os indivíduos e órgãos administrativos);
- E com tudo isto logrou-se algumas recomendações gerais a servir de quadro de referência para o estudo de qualquer actividade turística que pretenda implantar-se no território estudado.

O alcance do diagnóstico ambiental abrange duas áreas:

- Física: abrange todo o território do município (sistemas e fluxos), em antecipação que algumas infraestruturas ambientais apresentaram um carácter extramunicipal.



- **Social:** abrange o envolvimento das administrações directas e/ou indirectas, os agentes económicos, sociais e ambientais internas e externas ao município, que podem intervir no processo.

Entre os elementos estudados existem:

- Fatores Ambientais

Os fatores deste grupo são elementos que fornecem uma visão geral dos aspectos ambientais e territoriais do ambiente local, e incluem: fauna, flora, paisagens, planeamento territorial, meio ambiente urbano, a demografia, a mobilidade e os transportes, águas, resíduos, ruído, energia, solo, clima...

- Fatores Socioeconómicos

Estes fatores fornecem informações muito valiosas para medir a sustentabilidade local, e podem dar uma ideia sobre como alcançar um desenvolvimento económico sustentável, e incluem: as taxas de ocupação, e das actividades económicas entre outras...

- Fatores organizacionais do município

Estes fatores deixam conhecer a gestão local em torno do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, e incluem: planos de emergência e riscos ambientais, estrutura funcional da secretaria municipal de meio ambiente...

Em numerosas ocasiões, enfrentamos propostas de Agenda 21 Local falidas porque o diagnóstico foi atribuído a uma empresa consultora externa, em lugar de ser feito num processo participativo e colaborativo, entre todos os atores envolvidos.

No caso dos diagnósticos para actividades sustentáveis de turismo deparamo-nos com a mesma situação, se todos os atores envolvidos não participam na sua concepção e desenvolvimento, e em particular a comunidade local, tanto o diagnóstico com a actividade turística levantadas, estarão condenadas ao fracasso.

### **6.2.2. Plano de Acção Local (PAL).**

Este documento vai marcar o percurso a seguir, e a definir as ações e as responsabilidades de cada ator e agente envolvido, e deve conter (ICLEI e IDRC, 1996)<sup>32</sup>:

---

<sup>32</sup> Citado em (de Carvalho Álvares, 2009:79)

- Uma visão comunitária, concebida pelos parceiros formais, incluindo uma posição unânime relativamente aos problemas e oportunidades;
- Objectivos estratégicos para cada problema ou oportunidade, relacionados com esta visão;
- Alvos específicos a serem alcançados indo ao encontro de cada objectivo definido;
- Identificação de estratégias e programas de promoção para alcançar os objectivos e alvos definidos;
- Uma descrição das parcerias capitais a serem estabelecidas com vista à implementação, incluindo ligações com processos de planeamento existentes;
- Uma estrutura que permita a avaliação periódica dos progressos, incluindo os estímulos para planeamento e acções futuras.

As etapas definidas para a sua aplicação, em que estão todos os intervenientes, são (Ibid, 1996):<sup>33</sup>

Etapa 1 – Definição do processo de planeamento de acção;

Etapa 2 – Revisão da Visão da Comunidade e deduções da análise de problemas;

Etapa 3 – Estabelecimento de objectivos de acção estratégicos;

Etapa 4 – Estabelecimento de alvos e estímulos;

Etapa 5 – Seleccionar estratégias e programas específicos de promoção;

Etapa 6 – Desenvolvimento do Plano de Acção basilar;

Etapa 7 – Promoção de parcerias para a implementação.

O *Plano de Acção* é estabelecido com base nas conclusões e recomendações levantadas no documento de Diagnósticos Ambientais e é uma ferramenta que permite executar, de forma que é coerente com as acções sustentáveis dirigidas a melhorar o meio ambiente local.

Os *objetivos gerais* que presidem à elaboração de um Plano de Acção em matéria de ambiente são as seguintes:

- Reduzir as emissões poluentes.
- Melhorar e manter a qualidade ambiental da entidade local.
- Proteger e conservar a riqueza natural do território.
- Otimizar a utilização dos recursos naturais (água, energia ou qualquer outro recurso).
- Reduzir a dependência de recursos não renováveis.
- Promover o exemplo da Câmara Municipal em face da cidadania.

---

<sup>33</sup> Citado em (de Carvalho Álvares, 2009:79)

- Promover a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão.
- Encorajar as mudanças de hábitos e atitudes pela população na linha da sustentabilidade.

As *acções propostas* no Plano de Acção em Matéria de Ambiente envolvem o território local inteiro e em determinados programas/acções serão realizadas propostas de desenvolvimento com outros municípios ou territórios. Este plano:

- Tem um impacto sobre as organizações de média ou pequena infraestrutura.
- Responde a objectivos a longo, médio e curto prazo.
- Alarga-se a aspectos sociais, económicos e ambientais.
- Prioriza os desempenhos no tempo.

### **6.2.3. Plano de Seguimento (PS).**

O *Plano de Seguimento* deve conter a avaliação, controlo e informação sobre a evolução da qualidade dos factores ambientais, socioeconómicos e organizacionais e as acções que se estão a realizar para a melhoria do meio ambiente.

Esta secção destina-se a fornecer às autoridades locais o conhecimento necessário para criar um sistema de indicadores adequados para a realidade municipal. Fornecendo assim uma lista de indicadores de sustentabilidade para o controle do estado ambiental dos municípios portugueses, neste caso. E pode orientar o desenvolvimento de uma declaração ambiental, sobre as actividades turísticas propostas.

O seguimento do programa tem o objetivo de controlar o desenvolvimento das linhas estratégicas, programas de acção e dos projectos definidos no Plano de Acção em Matéria de Ambiente e o progresso da qualidade ambiental do território.

A *Comissão de Seguimento* é um organismo que é criado para satisfazer os objectivos da avaliação e controlo do desenvolvimento das acções previstas no Plano de Acção em Matéria de Ambiente.

As funções básicas de uma comissão de acompanhamento são:

- Aplicação do sistema de indicadores de sustentabilidade.
- Realizar o monitoramento das acções ambientais.
- Avaliar o grau de envolvimento dos atores sociais e económicos no processo.

- Relatório sobre os resultados obtidos no seguimento.
- Proposta de novas acções ou estratégias do desenvolvimento do plano de monitorização.

A *declaração ambiental*, como um documento de natureza informativa decorrente do Plano de Seguimento, tem de chegar a todos os cidadãos em geral.

#### **6.2.4. Sistema de Indicadores (SI).**

##### ***Características dos indicadores.***

Da grande variedade de indicadores torna-se difícil a definição das suas características básicas, no entanto aqui encontram-se listados alguns deles:

- Os indicadores devem ser precisos, claros e específicos.
- Devem ser compreensíveis e fáceis de interpretar.
- Devem ser acessíveis e de fácil obtenção, evitando aqueles cuja interpretação requer um número infinito de cálculos estatísticos e matemáticos.
- Devem ser significativos e relevantes; representando a realidade de um sistema para ser capaz de agir em conformidade.
- Devem ser sensíveis às mudanças, esta é a única maneira de serem capazes de avaliar de uma forma rápida, simples e contínua o desenvolvimento das ações ambientais.
- Devem ser válidos, cientificamente sólidos, verificáveis e reproduzíveis.
- Devem ser instrumentos úteis para a acção. Como um todo deve ser capaz de fornecer uma rápida visão geral da situação do meio ambiente municipal.

##### ***Indicadores de Sustentabilidade.***

Uma forma indispensável de medir, indicar, apontar (com maior ou menor exactidão) e simplificar aspectos complexos e importantes do desenvolvimento sustentável de uma cidade, região, país...

- Distinguem-se dos indicadores meramente económicos (como o PIB) ou meramente ambientais (como a qualidade do ar) ou de qualquer outro indicador sectorial.
- Incorporam diversas dimensões do desenvolvimento: economia, ambiente, condições sociais, instituições, etc.
- Tentam perceber as múltiplas interligações entre as diferentes dimensões ao longo do tempo.

Os Indicadores de Sustentabilidade permitem:

- Sistematizar e organizar informação complexa e dispersa.
- Perceber e explicar melhor o conceito de sustentabilidade.
- Medir o progresso em relação a determinada meta.
- Mostrar as interligações entre diferentes aspectos.
- Efectuar comparações entre cidades.
- Informar o planeamento e a tomada de decisões antecipadamente.
- Sensibilizar os governantes e público em geral.
- Encorajar participação pública e acções colectivas.

***Indicadores-Chave e Listas de Indicadores:***

- A maioria das experiências nacionais e locais constrói listas de indicadores em detrimento de um só índice;
  - A maior parte dos indicadores está relacionada com estratégias de desenvolvimento sustentável ou outros planos similares;
  - Os indicadores são organizados, por norma, em torno das 4 grandes dimensões do desenvolvimento sustentável, ou por grandes temas;
  - Alguns adoptam determinados modelos conceptuais ou estatísticos, mas a maior parte deles não se baseia em nenhum modelo de suporte;
  - O número de indicadores em cada lista varia muito, desde 6 a 155, com uma média de 50 indicadores;
  - A maior parte das listas de indicadores contém um grupo menor de indicadores-chave;
- (Hamertner & Steurer, 2007 e APA, 2007)<sup>34</sup>

As razões para a utilização de indicadores são numerosas e entre elas podemos destacar que esses indicadores permitem *“progressos sobre os objectivos, tais como o reforço da abordagem holístico, em comparação com as abordagens centrados em aspectos ambientais ou de um sector de turismo; identificar os efeitos de destino no seu escopo territorial imediato e global (pegada ecológica); integrar a percepção social e a turística na avaliação do desenvolvimento do turismo e nas estratégias de renovação através da utilização de indicadores facilmente inteligíveis; fornecer informações sobre a evolução do destino e quantificar e avaliar os efeitos dos processos de renovação e reestruturação do ponto de vista da sustentabilidade.”* (Vera Rebollo e Barros Castiñeira, 2010:349)

Todos estes indicadores fornecem uma grande quantidade de informações necessárias para saber qual é o ponto de partida ao início, e medir como a situação vai evoluindo de acordo com as decisões que estamos a tomar e colocar em prática.

<sup>34</sup> Citado em (Moreno Pires, 2008:21)

Nos últimos tempos está emergindo com muita força nas ciências sociais, um conceito que vem da biologia, a resiliência. Uma definição comum de resiliência é "a capacidade que grupos ou comunidades têm de enfrentar contingências externas e agitação como resultado de mudanças ambientais, políticas e sociais (Adger, 2000 apud Guevara Flores, 2012: 2)".

Este “novo” conceito permite também a sua medição diante indicadores "A falta de resiliência pode ser representada a todos os níveis através de tratamento complementar ou invertido (...) de uma série de variáveis relacionadas ao nível de desenvolvimento humano, o capital humano, a redistribuição econômica, governança, proteção financeira, a percepção preparação coletiva para situações de crise e de protecção do ambiente (Carreño et al., 2005: 45)".

Deste modo a capacidade de resiliência de uma sociedade tem a ver com "a sua capacidade para crescer em aspectos socioeconômicos, educacionais, organizacionais, etc., que formam a base do bem-estar humano em um ambiente de justiça, de equidade e de aprendizagem. Este ambiente "favorável" permite que a sociedade possa prevenir ou, se necessário, enfrentar e recuperar-se de uma crise que pode-se ir produzindo progressivamente ao longo do tempo ou de outra forma, se manifestar como uma catástrofe repentina como podem ser terremotos ou inundações (Jiménez Hernández, 2014: 6)".

Novo conceito e novos indicadores mas baseados numa metodologia que ancora as medições em critérios que podem-se quantificar mais objectivamente.

### **6.2.5. Particularidades do processo.**

A Agenda 21 Local é a principal ferramenta participativa capaz de lidar com as propostas de turismo sustentável, e tem como eixos centrais:

- A *transversalidade*, a compreensão que os problemas ambientais não podem ser tratados isoladamente, devendo ser tratados de uma forma abrangente, tais como problemas sistémicos com interconexões entre causas e efeitos diferentes.
- A *participação*, através de redes de partilha de informações (diagnóstico) e redes de participação (legitimidade política, consenso, e implementação da política como a reciclagem...)

Para obter um processo adequado de Agenda 21 participativa, o processo tem de ser reflectido nas diferentes competências locais:

- Gestão municipal interna;
- Os serviços municipais;
- Planeamento e gestão urbana do território;
- Decretos municipais;
- Monitorização e relatórios;
- Educação e sensibilização.

Todas as áreas são interligadas e assim o compromisso e a vontade política para levar a cabo este processo participativo requerem o envolvimento ao mais alto nível do município.

No caso da implementação das Agendas 21 Locais, Lafferty e Coenen (2000) analisam para além dos condicionantes que levaram à difusão, o modo como a Agenda 21 Local foi implementada. No relatório final deste estudo, dão conta, de um panorama em crescendo e extremamente variado e distinguem 5 modos de implementação das Agendas 21 Locais na Europa (de Carvalho Álvares, 2009:67-68):

- O *modo de “Aalborg”* – Corresponde largamente à definição de Agenda 21 Local apresentada pelo ICLEI. Os processos de A21L existentes nestes países dão um grande peso à integração de políticas e a uma visão holística. São as características fundamentais fortes lideranças políticas e cidadãos mobilizados. Os municípios estudados revelam vontade de avançar com planos de acção em vários níveis. Os exemplos são Dinamarca e Reino Unido.

- O *modo “paternal”* – A classe política quer progredir rapidamente na determinação de objectivos e teme que o processo participativo da A21L atrase ou torne menos ambiciosos os objectivos. Numa comparação, o modelo comporta-se como um pai para com o filho; o consulta, mas decide o que é melhor para ele. A falta de participação civil como suporte da A21L poderá ser um problema. Os exemplos de modelos são Finlândia, Áustria e França.

- O *modo de “integração de um único assunto”* – A A21L é centrada num único assunto que é integrado nas políticas municipais. O melhor exemplo foi dado quando as alterações climáticas se constituíram como o centro das questões políticas. Mais há exemplos também noutras áreas, como turismo e educação, em países como Noruega e Reino Unido.

- O modo “*externo/fórum*” – Tem sido particularmente popular no Reino Unido, onde as ONG’s têm muita força. A A21L é interpretada como um meio de mobilização contra as políticas dos partidos e burocracias. Embora tenha um forte potencial de mobilização, parece obter poucas alterações.

- O modo “*externo/fragmentado*” – É o mais comum em países como Holanda, Suécia, Noruega e Dinamarca. As actividades das A21L são estimuladas de cima para baixo, externamente, através de um organismo criado para o efeito. Os projectos normalmente são de pequena dimensão, fragmentada e com falta de integração e, embora atingindo os seus objectivos a nível individual, não têm influência nas grandes decisões económicas e políticas. No entanto, esta forma envolve uma grande participação, pelo menos formal, dos cidadãos e intervenientes.

Portugal chegou tarde para a incorporação e implementação da Agenda 21 Local, e mesmo com algumas diferenças entre uns municípios e outros, parece aproximar mais por modelos que vão desde a paternal para externo/fragmentado. É importante notar que as autoridades locais, nos melhores casos, permitem a participação até onde eles acreditam convenientes e tratam os seus cidadãos como “crianças”; e nos piores casos, não têm uma verdadeira vontade política para tomar decisões que possam resultar de um processo de participação da cidadania.



### **6.3. – Participação no Turismo Sustentável.**

#### **6.3.1. O que é a participação?**

A participação *"pode ser interpretada como a socialização do poder, desde o escopo de manter certo equilíbrio e com o objetivo de mudança social, onde os padrões de consumo que são sensíveis às necessidades da população dos territórios, outorgam novo significado ao conceito de qualidade de vida"* (Segales, 2007:13).

O cenário ideal de processos de participação cidadã deve incluir:

- Definição dos objectivos a serem alcançados com a participação;
- Envolvimento da administração;
- Informação prévia e canais de comunicação apropriados;
- Fórum adequado de comunicação aberto a todos, a liberdade de expressar as queixas, sugestões...;
- Representação das necessidades e ideias específicas para cada grupo: género, gerações...;
- Capacidade de co-decidir e capacidade de tomada de decisões;
- Dinâmica;
- Missão para o futuro.

Os critérios e variáveis de participação incluem:

- Complexidade (tanto política como cognitiva);
- Transversalidade;
- Legitimidade relacionada à representatividade;
- Tamanho da população;
- Alcance;
- Escala;
- Aprendizagem/Comunicação/Transformação.

Desde a sua concepção e durante todo o processo, é confrontada com conceitos em debate:

- Que é exatamente a cidadania activa;
- Quem ou o que confere legitimidade ao processo;
- O que é considerada como uma elevada participação (e se vai ser suficiente)
- As decisões tomadas em consenso versus gestão de conflitos.

Há também limitações na participação, por diversas razões:

- Défice de informação;
- Contexto sociocultural;
- Fóruns e caminhos de participação existentes;
- Que todos os sectores podem participar;
- Equilíbrio entre a disponibilidade de todas as partes interessadas e os esforços exigidos;
- Avaliar os recursos necessários para gerar a participação.

E o próprio processo participativo pode apresentar deficiências devidas a:

- Outra língua (problemas com linguagem mais técnica ou legal);
- A lentidão dos processos que podem afetar a retenção ou deserção dos diferentes intervenientes;
- Má administração da diversidade dos atores envolvidos;
- Não ter claro desde o início para que se procura ou deseja essa participação.

De acordo com Elcome e Baines (1999)<sup>35</sup> existem até 5 níveis de participação no domínio do ambiente, em resposta à instituição como meio para os diversos atores intervenientes, bem:

- *Informar: as acções propostas são dadas a conhecer, mas não podem ser alteradas. O ponto de vista do gerente como a única coisa certa a fazer.*
- *Ver: os pontos de vista dos interessados são tidos em conta nos relatórios uma vez que foi alcançado o plano ou projecto.*
- *Decidir juntos: os interessados podem estudar, discutir e participar do processo de tomada de decisão, enquanto os gestores que iniciam o processo tendem a restringir a influência destes atores para a decisão final.*
- *Agir em conjunto: os intervenientes são envolvidos no processo de tomada de decisão e no desenvolvimento subsequente sobre o que havia sido decidido.*
- *Apoiar os interesses da comunidade: é a comunidade que é responsável pela tomada de decisão e pelo desenvolvimento do projecto, enquanto há peritos apoiando-os com informações e conselhos.*

---

<sup>35</sup> Citado em (Heras Hernández, 2002:12).

Para atingir o objetivo de gerar um tipo de participação informada é necessário: informação, reflexão individual e comunitária, criatividade, e poder de tomada de decisão.

Nos melhores casos, “*graças a esta participação está a fazer-se uma administração pública que melhora o bem-estar dos cidadãos, porque se torna madura ao:*

- *Implementar e promover uma cultura participativa;*
- *Lutar contra a hierarquia e o personalismo político;*
- *Criação de cidadania;*
- *Aprimorar conhecimentos do município e o conhecimento do funcionamento da administração;*
- *Os cidadãos monitorizam e acompanham as acções públicas;*
- *Introduzem-se a cultura do acompanhamento e transparência;*
- *Promove-se o trabalho em equipa e transversalidade na governação local;*
- *As pessoas estão entendendo que eles também são administração: levantam sugestões para melhorar o funcionamento da gestão financeira;*
- *Controle social sobre o poder económico;*
- *Combate a demagogia política;*
- *Permite a participação política para esses grupos que estão privados do direito de voto.*

*Em suma, podemos dizer que a promoção da política democrática estende-se às capacidades humanas, tornando possível que as pessoas desempenhem um papel mais activo na política pública e assim promovam o desenvolvimento humano” (Bou, 2007:12).*

Mas também pode ter uma série de pontos fracos tais como:

- “- *Estrutura Administrativa dos funcionários;*
- *Dúvidas antes da experiência de um novo modelo de gestão municipal;*
- *A população não está acostumada a participar;*
- *Demasiadas exigências/falta de recursos;*
- *Desacreditar o processo, o prazo de realização das demandas, ainda mais, se não se estiver a executar tais exigências;*
- *Eventual oposição dos poderes dos apoiantes económicos ou políticos da hierarquia e do personalismo;*
- *Baixa participação do cidadão;*
- *Dificuldades em controlar as acções a tomar para o decurso do ano;*
- *Pode ser visto como um espaço de reivindicações;*

- *Resistência de alguns membros da equipa de governo para implementar as políticas participativas;*
- *Dificuldade em implementar a participação na gestão diária para outras áreas do governo.*” (Ibid:12-13)

O desafio é avançar no processo conhecendo as limitações, mas estando cientes de que é uma das ferramentas de desenvolvimento participativo mais útil que há.

### **6.3.2. Democracia representativa e democracia participativa.**

A democracia representativa tradicional centra-se sobre os eleitos políticos de representação através do sufrágio universal e o sistema de partido, que por vezes e mesmo mais recentemente, parecem contar apenas com a opinião dos cidadãos de cada 4 em 4 anos para novas eleições. Em resposta a este tipo de fazer democracia, estão a emergir um conjunto de iniciativas sociopolíticas que, inspiradas no conceito de democracia participativa, buscam corrigir algumas deficiências dos representantes formais da democracia promovendo a participação direta da cidadania na co-gestão da parte dos orçamentos municipais.

*“A democracia deve ir além da representatividade. A democracia devia significar que [os cidadãos] participam no processo de tomada de decisão, a elaboração da agenda, os projectos comunitários políticos, o controlo da despesa pública e discutir o modelo a seguir. Até organismos como a UNESCO ou certos governos reconhecem a necessidade de ampliar os canais de participação dos cidadãos”* (Rodríguez Rey, 2007:7).

Há cada vez mais número de agências e instituições a nível internacional a reconhecer não apenas a importância da democracia participativa, mas a necessidade da mesma e, no entanto são as autoridades locais, devido à sua proximidade do cidadão que devem ser mais envolvidas nesta conquista, são também aqueles que parecem mais relutantes na sua implementação, e é um facto particularmente observável na Europa nos países do sul, e nos municípios portugueses mais especificamente.

A cidadania é *“uma síntese entre ser e estar, que se refere à ideia de pertença a um lugar. Neste sentido, a recuperação da cidadania passa a reconstruir o espaço físico e público, isto é, a própria cidade, repensando a democracia urbana.”* (Segales, 2007:12)

O ideal seria integrar a participação na gestão do próprio município, num ambiente dinâmico, e que vai permitir dar respostas aos desafios colocados, gerar debate suficiente entre as posições opostas, e obter esclarecimentos na apresentação das diversas posições.

A Agenda 21 Local é um instrumento de planeamento participativo, embora não seja o único. É actualmente inscrita em tendências de mudança do mundo político a nível local, mesmo no resto do mundo e imbricadas no processo de globalização.

As tendências desta mudança são especificadas em:

- *Politização da área local.*

Tem havido um aumento nas agendas públicas locais e a aquisição de papéis mais estratégicos e qualitativos (não como a gestão). Os espaços de resolução de um conflito de interesse, a demanda de necessidades...

- *Ideia do governo em rede.*

A administração tradicional de governo é como uma pirâmide hierárquica que dá origem a uma especialização (e capelas e departamentalização) onde se estabelece uma codificação de relações de poder, onde não se invadem competências de outros trabalhadores. Em resposta a isso, o governo em rede é o que melhor descreve a realidade como um modelo e se adapta melhor à complexidade social. Descreve as tendências de mudança, sem eliminar a realidade anterior, e fica intimamente ligado à participação, neste caso as relações de poder de motivação e a assimetria são menores do que nos modelos anteriores.

Segundo as recomendações da Elcome e Baines (1999)<sup>36</sup> podem-se definir alguns “*princípios básicos para uma gestão participativa ambiental:*

- *Fornecer informações relevantes para participar.*

- *Manter uma comunicação permanente com a população local e os utilizadores,*

- *Promover educação ambiental orientada à participação,*

- *Proporcionar formação aos funcionários da instituição a respeito da participação,*

- *Descentralização da comunicação,*

- *Fornecer os necessários recursos humanos e materiais,*

- *Integrar a participação nos processos de tomada de decisão,*

<sup>36</sup> Citado em (Heras Hernández, 2002:28-29)

- *Envolver todas as partes interessadas desde as fases iniciais do processo*
- *Reservar tempo suficiente*
- *Planeamento sem rigidez*
- *Ampliar e aperfeiçoar os instrumentos de participação*
- *Melhorar os processos de negociação e resolução de conflitos”.*

Para gerar um verdadeiro processo de democracia participativa, será posto em causa, (em algum ponto na sua concepção ou a sua aplicação) não só o poder em si, mas a forma como o poder é exercido e compreendido. Unai Villalba (2007) fornece um resumo destes tipos de poderes.

- *"Poder sobre"*. Esta forma é geralmente associada à concepção de poder em conflito, a fim de que se exerça usurpando-o de capacidades de outros agentes e que pode ser usado para dominar ou simplesmente para ser impedido para outros. É a batalha clássica de recursos (materiais ou simbólicos) do Estado.
- *"Poder para"*. Refere-se ao desenvolvimento de capacidades e habilidades para alcançar um determinado objectivo, a fim desta forma de poder ser facilmente identificável com a concepção consensual do mesmo.
- *"Poder com"*. Ocorre quando se tenta a busca de objectivos comuns, baseados em interesses diferentes, de tal forma que cria um poder colectivo. Também está relacionado com a concepção consensual.
- *"Poder próprio ou interior"*. Tem a ver com a consciência e autoconsciência, bem como com o seu senso de valor (Villalba, 2007b:13).

Em oposição a o *poder sobre*, é interessante promover os outros três tipos de poderes, de uma forma conjunta e complementar, e dessa forma qualquer processo de democracia participativa será adequado para a cidadania, e permitirá o seu desenvolvimento no longo prazo.

### **6.3.3. Participação, Cidadania e Subsidiariedade.**

Vivemos num paradoxo permanente entre o local e o global, em que nem sempre nos sabemos mover. *“O actual processo de globalização criou uma maior interdependência, mas por outro lado,*

*o mundo está cada vez mais fragmentado entre ricos e pobres, poderosos e impotentes; bloqueando o progresso rumo ao caminho do desenvolvimento humano” (Bou, 2007:1).*

Da parte das instâncias maiores, estas parecem viver numa esquizofrenia apoiando e promovendo uma melhor tomada de decisões num ambiente mais perto da cidadania, mas não absolutamente convencidos de quererem partilhar esse poder.

*“Com a incorporação do princípio de subsidiariedade é claro que a execução e a gestão das políticas comunitárias devem ser realizadas no nível administrativo mais descentralizado, integrando as competências das regiões e das autoridades locais e a organização político-administrativa dos Estados membros” (Mora Aliseda, 2006:134).*

O desenvolvimento de planeamento estratégico ao nível local, para ser realmente participativo, deve introduzir e integrar a perspectiva da sustentabilidade na política local, através de objectivos mensuráveis e possíveis:

- A sustentabilidade como um conceito de limite físico que necessita de condições sociais e económicas;
- Interdepartamentabilidade, com uma consideração sobre o território na sua totalidade (urbano, rural e natural);
- Iniciativa voluntária (não comparável às regras de filiação);
- Processo contínuo, evolutivo e flexível;
- Ferramenta para o planeamento e gestão local;
- Tempo de mudança na gestão da câmara municipal;
- Primeiro esforço de adaptação e mudança organizacionais possíveis;
- Coordenação com outras instituições;
- Participação, colaboração, consenso entre todos os agentes;
- Importância das etapas anteriores (planeamento de programação).

*“A descentralização de responsabilidades raramente é traduzida a descentralização dos recursos paralelos e os poderes de tomada de decisão com a qual lidar. Isto está em contradição com o Estado e as formas de representação política, produzindo: uma separação estrutural entre Estado e sociedade que aliena o interesse público” (Bou, 2007:1).*

E, no entanto, a maior ironia é dada precisamente nestes tempos de crise sistémica e económica, em que cada vez em maior medida,

temos a sensação de que as decisões são tomadas mais longe de nós, e não já em Bruxelas ou na União Europeia, mas nos chamados mercados internacionais. Em relação a esse sentimento de perda do controle de tomada de decisão, é quando se deve apostar mais em aprofundar uma democracia mais participativa e para além da vontade política, exige que sejamos capazes de gerenciar os recursos adequados para levá-la adiante.

#### **6.3.4. Turismo sustentável e a cultura da participação.**

Dentro da dinâmica municipal existiam há muito tempo já os *conselhos*, como órgãos mais consultivos que de tomada de decisões, como por exemplo:

- os conselhos sectoriais (da juventude, das mulheres...);
- os conselhos temáticos (planeamento urbano, económico, social, etc.);
- os conselhos territoriais (comunidade, bairro...).

Estes conselhos são alguns dos instrumentos de participação existentes a nível municipal, com uma institucionalização elevada, constituídos como estruturas permanentes de participação, e colocando o foco sobre todos os atores e representantes (incluindo ONG's, associações...)

Como *vantagens* dos Conselhos podemos citar: a estabilidade que promove, fornecida através da continuidade; a institucionalização que dá consistência; e contar com representantes informados e envolvidos, o que gera um alto nível de debate.

Mas os conselhos têm também *desvantagens*, especialmente se é a única ferramenta para a participação utilizada. Muitas associações são críticas pelo facto de que o aconselhamento tem um carácter meramente consultivo, não de tomada de decisão, e pode dar fortes assimetrias na informação, o que gera ressentimentos e alienação. Vai causar problemas de representatividade, tanto das pessoas envolvidas em relação às suas associações, tal como as entidades em relação a todo o tecido social. Além disso, é excluído o cidadão não organizado, e a representatividade como mínimo associativo é limitada.

Além dos *Conselhos*, existem outros formatos de participação a este nível, como são:

*Dias dos cidadãos ou NIPs (Núcleos de intervenção participativa):*



- Os participantes são escolhidos de forma aleatória, e encontram-se por alguns dias para discutir uma questão política.
- Preparação do processo.
- Seleção e contato com os participantes,
- Durante 2 a 3 dias os cidadãos trabalham em simultâneo, com um total de umas 75 pessoas, numa elaboração e a aprovação do parecer de cidadão.

*Seminários EASW (European Awareness Scenario Workshop – Seminários Europeus dos Cenários de Conscientização)*

Também são conhecidos como seminários para o futuro, porque permitem analisar os desejos e medos sobre o futuro. Interessante nas fases de diagnóstico e planeamento, e também de interesse para os conflitos de trabalho.

- Tendem a ter dois dias de participação, com um total de cerca de 40 pessoas (com um número igual de pessoas por cada um dos 5 sectores definidos): económicos (empresas), administração pública (técnicos e políticos), profissionais especialistas, associações, e os cidadãos não organizados.
- Isto coloca uma questão, mas não existe nenhum debate.
- O primeiro dia é para estabelecer uma discussão através de um exercício de imaginação, o que vai acontecer no objecto de análise do ambiente em 10 anos, colocados nos piores e nos melhores cenários possíveis. Para fazer as obras de exercício são agrupados por sectores. No segundo dia, são continuados os trabalhos em pequenos grupos, mas agora envolvendo todos, tendo representantes em cada grupo de todos os sectores.
- Tendo em conta os melhores e piores cenários possíveis concebidos anteriormente, as propostas são feitas, cada grupo procede á apresentação das propostas para o plenário e são votadas. Cada pessoa pode votar mais de uma proposta, mas não do seu próprio grupo. Esta votação, então permite priorizar entre todas as propostas, embora sem nenhuma exclusão.

O turismo sustentável e a cultura de participação da Agenda 21 Local devem ser baseados na proximidade, revalorização da participação política, das abordagens políticas e estratégicas locais, com transversalidade e modelos em multiníveis que permitem redes, como um novo modelo de relacionamento entre os diferentes níveis de administração.

### 6.3.5. Plano de Participação (PP).

Os critérios e variáveis para as diferentes fases do processo de participação devem ter em conta:

- Iniciativa; necessidade de estabelecer uma cumplicidade contra as resistências encontradas (especialmente se há corrupções e compromissos ruins no social e administrativo) que mesmo é importante também para a fase subsequente de mobilização e dá consistência;
- Acordo político; necessidade de cumplicidade com o maior número de partidos possíveis;
- Acordo Social; confrontados com um conflito potencial há que tentar implicar principalmente aqueles atores mais sociais dos atores em conflito, até mesmo a participar do planeamento do processo participativo;
- Acordo Administrativo, necessidade de obter a maior transversalidade possível com um acordo de base para o interior.
- Objectivos claros/realismo; explicar claramente o que se espera do processo participativo, que expectativas reais existem, para não "queimar" ou criar frustrações.

Para alcançar todos estes acordos é necessário trabalhar muito bem a comunicação e a negociação.

A ideia de implementar é de criar comissões com todos os representantes da concepção do processo tão longe de fazer o seguimento, é radical e nova frente ao governo que unilateralmente define todo o processo. Desta forma se ganham mais compromissos e adesões para o processo.

Ao contrário quando o gerenciamento do processo é terceirizado para uma empresa de consultoria externa, será uma provável fonte de conflito porque é um modelo no qual não se sentem envolvidos na estrutura interna do município, e percebem-no como algo estranho.

Os elementos-chave que determinam o sucesso ou o fracasso da proposta são:

- A *mobilização*, e as estratégias para tornar o processo mais pluralista, participativo, e é uma das fases mais importantes;
- A *representatividade*, como as características individuais das pessoas que participam e também as condições sociodemográficas;

- O *pluralismo*, na medida em que os diversos atores políticos e sociais estão mais envolvidos no processo, tal como são definidos pelas características políticas desses grupos.
- A *extensão*, em princípio, quanto mais é melhor.
- A *mesma participação*, com informação e debates articulados, assim como com visibilidade e transparência são a chave que define quem participa, sobre o que e como, podendo rodar entre participação voluntária e participação representativa.

A *participação voluntária* (pode ser temporária em determinados momentos ou permanente ao longo do processo) se é ampla e diversificada, pode dar uma maior visibilidade ao processo, através da divulgação e publicidade, investindo recursos e criatividade para atingir os diferentes grupos. Confrontado com o medo possível dos políticos, de perder o controlo e o poder, deve-se trabalhar com aqueles, que são participativos, e que não são obrigados a fazê-lo.

Ao mesmo tempo a *participação representativa*, também pode ser temporária ou permanente, e em qualquer caso, são envolvidos aqueles que reconhecem ter certa capacidade de representação social, quer pelo seu estatuto associativo ou aleatória/do personagem. Neste último caso são selecionadas as pessoas envolvidas de forma aleatória com base no censo, nos NIPS (núcleos de intervenção participativa), ou com base nos cidadãos que conformam jurados... e deve-se pensar em incentivos para melhorar a participação.

Os Resultados/Efeitos têm-se em conta no dia seguintes (influência na política; geração de cultura participativa; coerência institucional entre processos participativos diferentes que são levados á prática com os diferentes atores) compreendendo a participação como um processo educativo.

### **6.3.6. Principais obstáculos para a participação dos cidadãos.**

Um dos obstáculos resulta da baixa participação, e para favorecer uma maior e melhor participação deve-se:

- Sensibilizar (usando “cubos de açúcar”, utilizando os centros de interesse, utilizando ferramentas atraentes/credíveis...);
- Tirar vantagem das motivações pessoais;

- Tornar o processo mais acessível (com tempos e lugares de encontro adequados para as pessoas, e não usar uma linguagem excessivamente técnica...);
- Fornecer retroalimentação, que conduza a um verdadeiro diálogo entre as partes e um recíproco enriquecimento no processo;
- Concessão do conhecimento, a participação também pode ser um processo de treinamento para todas as partes interessadas;
- Energizar, agitar, mobilizar, que não sejam longas reuniões de discursos pouco interessantes.

Por vezes o que falha é a estimulação dos processos participativos, para obter uma estimulação eficaz pode-se tomar em consideração:

- Analisar bem a situação de início;
- Identificar todas as partes interessadas;
- Recolher e divulgar informações básicas sobre as questões a serem tratadas, antes, durante e após o processo;
- Tomar cuidado com a forma como são tratados e estabelecer os primeiros contatos com os atores envolvidos;
- Ajudar a organizar os sectores interessados;
- Propor métodos e processos participativos.

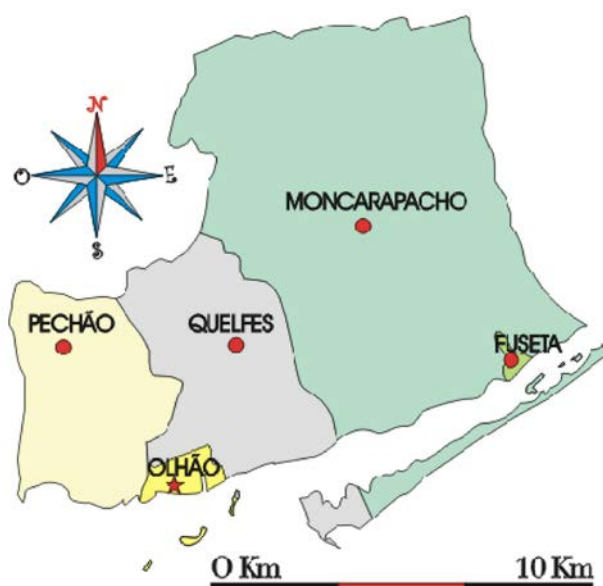
No conflito e na sua gestão, não devemos ser obcecados pelo consenso (o que pode levar a generalizações e abstrações) e, ao mesmo tempo temos de encontrar mecanismos que balancem as assimetrias na participação.

## 7. ESTUDO DE CASO: MUNICÍPIO DE OLHÃO NO ALGARVE.

### 7.1. – O caso da cidade de Olhão (Algarve – Portugal) O projecto.

O Município de Olhão é um dos 16 municípios do distrito de Faro, situado no Sotavento Algarvio. A sua superfície é de aproximadamente 130 km<sup>2</sup>, de acordo com os últimos dados conta com uma população de 45.396 habitantes (cerca de 10% da população residente no Algarve, censos 2011), com uma densidade populacional de 346,83 hab./km<sup>2</sup>. Geograficamente fica a 43 km da fronteira com Espanha, a 12 km do Aeroporto Internacional de Faro e a 300 km de Lisboa. O concelho é dividido em 5 freguesias: Olhão, Pechão, Quelfes, Moncarapacho e Fuseta, e distribuídas como pode ser visto no Mapa 1.

Concelho de Olhão



Mapa 1 – Mapa do Concelho de Olhão

**Mapa 1: Concelho de Olhão repartido em freguesias<sup>37</sup>.**

Segundo o censo de 2011, a população da cidade de Olhão continua a crescer em número, numa tendência ascendente desde 2001, como pode ser constatado no Quadro 38 . Com excepção da Fuseta, o resto das freguesias tem aumentado em número de habitantes, embora o maior aumento fosse dado em Quelfes (29,78 %) e um pouco menos em Pechão (18,73 %).

<sup>37</sup> <http://villaeromanavilaandalusa.blogspot.com.es/2011/07/divisao-administrativa-do-concelho-de.html>



*das acessibilidades, poderá constituir uma aglomeração multipolar de dimensão que atinja os limiares de novas funções urbanas e, sobretudo, gerar economias de aglomeração e de transacção que são a base das novas formas de competitividade* (CCDRA Algarve, 2006b:44). Estas expectativas de crescimento certamente vão condicionar as actividades que se desejam promover, e especialmente as actividades turísticas.

Históricamente as suas origens remontam a uma época pré-histórica de se ter encontrado evidências de assentamentos humanos, mas não foi até 1378, que é a referência escrita mais antiga, sob o nome de Olham.

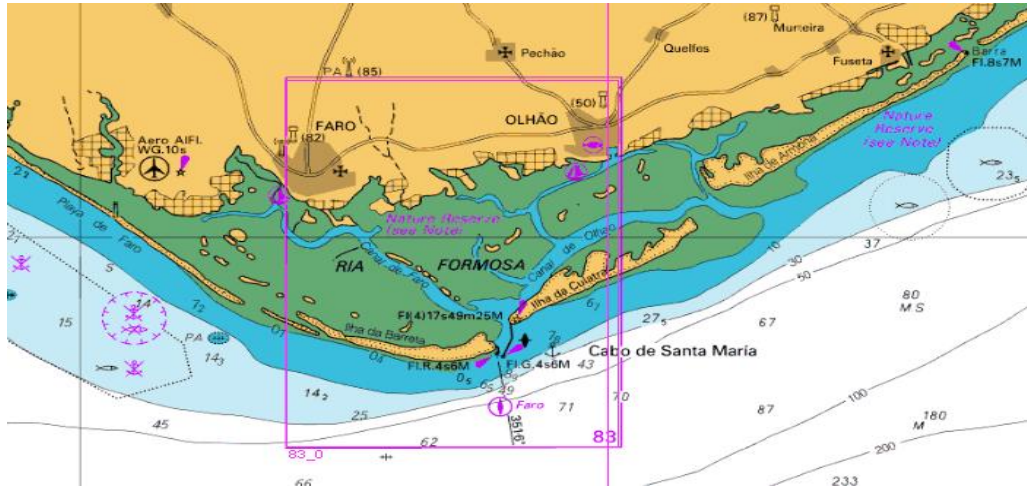
O município conta com uma grande quantidade de habitats: ilhas-barreira, sapais, dunas, salinas, lagoas de água doce e salobra, cursos de água, áreas agrícolas e matas. Na zona do Barrocal, o concelho de Olhão encerra diversos pontos de interesse, tais como o Cerro da Cabeça. Este Cerro, com 249 metros de altitude é um sítio de elevado valor paisagístico e científico, que está integrado na Rede Natura 2000 e no projeto Corine-Biótipos, apresentando uma área de 574 ha, ocupada pelo maior lapiás do Sul do País, e as suas grutas, com elevado valor ambiental e zoológico, e com as formas endocárcicas mais profundas de que se tem conhecimento no caso algarvio: Algar Maxila (mais de 95 m de profundidade), Algar Medusa (74 m), Algar dos 60 m (mais de 70 m)...

Toda a zona litoral do concelho de Olhão está integrada no Parque Natural da Ria Formosa PNRF, instituído em 1987, pelo Decreto-Lei nº 373/87, de 9 de dezembro, que foi criado com o objectivo de proteger e conservar o sistema lagunar, a sua flora e fauna, incluindo as espécies migratórias e respetivos habitats.

O Parque Natural da Ria Formosa, reflectido no Mapa 3, é uma das zonas húmidas mais importantes a nível europeu, tendo sido considerada em 2004, pela UICN União Internacional para a Conservação da Natureza, como uma zona húmida de interesse mundial.

A Ria Formosa é, além disso, uma zona protegida incluída no PNRF, a mais importante zona húmida do País e integrada na Rede Natura 2000, pela dimensão e pela sua complexidade estrutural, faunística e florística, com especial destaque para a avifauna. “A Ria Formosa foi considerada uma das 7 Maravilhas Naturais de Portugal, tendo ganho

na categoria de Zonas Marinhas. Este prémio enaltece a importância desta área protegida de elevada riqueza biológica e ecológica, albergando no seu interior espécies endémicas e raras para a conservação, afirmando-a como uma zona costeira singular (Turismo de Portugal, 2014: 243)”.



Mapa 3: Parque Natural da Ria Formosa<sup>40</sup>.

Nesta orla costeira tão única, estabelece-se uma vocação marinha, que já no século XVII atrai um número de pescadores que se assentaram na zona de um modo mais permanente. Aumenta a pesca e promove-se o comércio ao abrigo da proteção da Fortaleza de S. Lourenço que vigiava a entrada da barra e dissuadia os ataques dos piratas e corsários.

O Algarve sofreu uma ocupação francesa em 1808, e Olhão tornou-se um dos lugares de revolta contra os invasores, nessa época Olhão era uma aldeia, mas os seus habitantes conseguiram expulsar os invasores franceses, e como prémio régio foi-lhe outorgado o título de Vila de Olhão da Restauração. Anos mais tarde é elevada ao estatuto de cidade em 1985, tornando-se a Cidade de Olhão da Restauração.

Esta síntese reduzida de Olhão chama a atenção pelas muitas características especiais e potencialidades do município para atrair vários e diferentes tipos de turismo.

A sua situação geográfica privilegiada, numa área costeira de passagem, trânsito de culturas diversificadas e ricas que foram solidificando assentamentos, marcas intemporais impregnadas no

<sup>40</sup> [http://www.fem.pt/rotas/zonasul/Ria%20Formosa/apresentacao\\_riaformosa.htm](http://www.fem.pt/rotas/zonasul/Ria%20Formosa/apresentacao_riaformosa.htm)



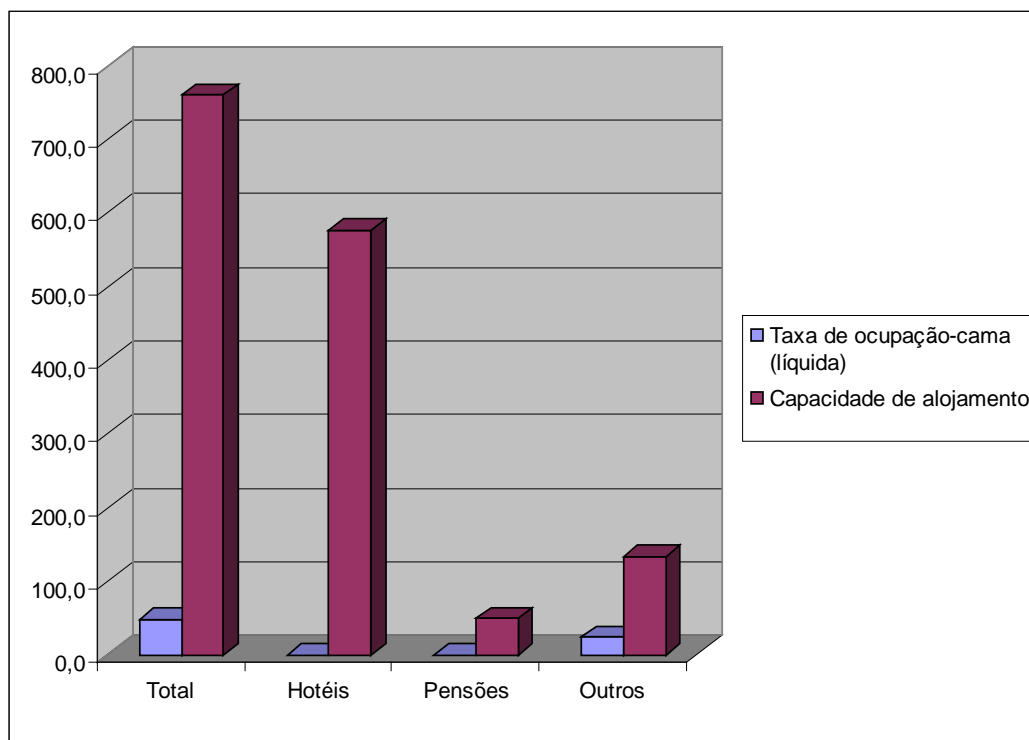
património edificado, na memória das suas gentes e expressões que lhes são características (no seu modo de ser e na sua gastronomia) dignifam e tornam o território particular e exclusivo, dentro duma região já muito especial e única como é o Algarve.

A sua história e cultura, incluindo o fato de ser a terra natal do famoso poeta João Lúcio, são suficientes elementos de atração para os turistas que estão cada vez mais interessados em alargar o binómio simples de sol e praia, e procurar experiências diferentes e únicas. O território oferece uma diversidade cativante e envolvente, com diferentes pontos de observação. O Parque Natural da Ria Formosa tem uma das mais ricas e interessantes geologias, dá abrigo a muitas espécies animais, tais como: moluscos, peixes, répteis, anfíbios, aves, mamíferos, aracnídeos, crustáceos, anelídeos. É uma área de grande interesse paisagístico, constituída por uma zona protegida para aves migratórias que aqui chegam vindas do centro da Europa, do norte e de África, constituindo importante zona de passagem para as migrações em determinadas épocas do ano. Aqui é condição obrigatória e principal objectivo, promover o uso ordenado do território e dos recursos naturais, contribuindo também, deste modo, o turismo de natureza, para o desenvolvimento económico, social e cultural, preservando um sistema lagunar de fauna e flora únicos na Europa. Olhão, por conseguinte, tem enorme potencial para se tornar um local de eleição que atrai turismo diversificado e de mais qualidade, esses turistas podem ser os melhores embaixadores para atrair novos turistas através do método boca-a-boca, uma livre comercialização que se juntará às outras formas de promoção de Olhão como atrativo turístico.

Para quem gosta de desportos existe uma rota através da ciclovia da orla costeira e cujo percurso também passa por Olhão. A ecovia do Algarve com “uma extensão de 214 km, desde o Cabo de S. Vicente até Vila Real de Santo António, atravessando 12 concelhos. O projeto foi desenvolvido pela AMAL, pela CCDR Algarve e pelo ICNB/Parque Natural da Ria Formosa. Atualmente a entidade gestora do projeto é a AMAL (Turismo de Portugal, 2014: 260)”.



Como podemos ver no Quadro 39, a maior proporção de quartos e camas na cidade, são fornecidas pelos 4 lugares considerados como hotéis, e ainda são as acomodações alternativas as que fornecem cerca de metade da taxa de ocupação-cama total.



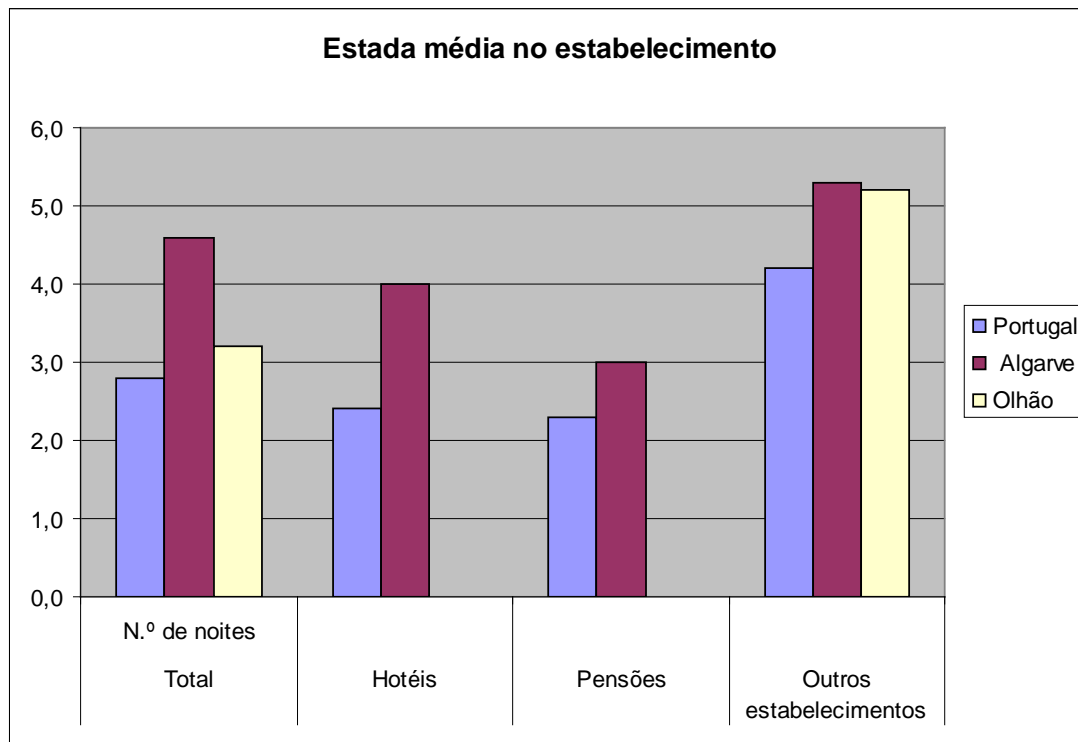
**Quadro 39 – Taxa de ocupação-cama e Capacidade de Alojamento em Olhão em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.**

2011	Total	Hotéis	Pensões	Outros
<b>Taxa de ocupação-cama (líquida)</b>	47,8	...	...	23,6
<b>Capacidade de alojamento</b>	760,0	576,0	50,0	134,0

**Tabela 8 – Dados da Taxa de ocupação-cama e Capacidade de Alojamento em Olhão em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.**

Na Tabela 8 encontram-se os dados em números, e embora se notem a falta de estatísticas do INE de dados precisos sobre a forma como a taxa de ocupação-cama é dividida entre hotéis e pensões, podemos ver como quase metade (49,37%) da dita taxa, corresponde a quem passa a noite em alojamentos turísticos diferentes de hotéis e pensões.

Com base nos dados médios de permanência em estabelecimentos turísticos, o Quadro 40 e a Tabela 9 mostram como o concelho de Olhão está acima em relação á média de Portugal, e um pouco a baixo comparando com a média na região do Algarve, mantendo a tendência.



**Quadro 40 – Estadia média comparada nos diferentes estabelecimentos hotelarios de Portugal, Algarve e Olhao em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.**

2011	Total	Hotéis	Pensões	Outros estabelecimentos
	<b>N.º de noites</b>			
<b>Portugal</b>	2,8	2,4	2,3	4,2
<b>Algarve</b>	4,6	4,0	3	5,3
<b>Olhão</b>	3,2	...	...	5,2

**Tabela 9 – Dados sobre a estadia média comparada nos diferentes estabelecimentos hotelarios de Portugal, Algarve e Olhao em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.**

Mais uma vez encontramos a distorção causada pela falta de dados desagregados para hotéis e pensões em Olhão, nas estatísticas do

INE, que fazem realçar mais o peso específico dos outros tipos de alojamento turístico nos dados para o concelho de Olhão.

Essas distorções indicam a necessidade de uma melhor recolha de dados para toda a zona, para que assim seja possível padronizar e comparar perfeitamente com o resto da região do Algarve, com outras regiões do país e bem assim com Portugal como um todo.

Olhão tem ainda o carácter de uma pequena localidade, e qualquer serviço, actividade ou nova infraestrutura, que seja implantada, sem dúvida tem maiores efeitos e impactos na sua população, do que seria numa localidade com um maior número de habitantes.

Qualquer actividade de turismo também vai apresentar uma série de fases, que, no caso de pequenas cidades como Olhão, poderiam ser definidas de acordo com o esquema desenvolvido por Heras (2004) como as *Etapas de impacto social do turismo em pequenas localidades*.

*1. Chegada dos primeiros turistas:*

- *Surpresa e grande interesse por parte dos habitantes locais;*
- *Encontram amabilidade e hospitalidade;*
- *Começam a realizar os primeiros gastos.*

Após esta primeira fase, os primeiros turistas são convertidos como sendo a melhor atração e comercialização para a chegada de novos turistas, não há que desprezar o efeito boca-a-boca, que com as novas tecnologias da informação e comunicação, internet, redes sociais, constituem uma poderosa ferramenta, para promover qualquer destino turístico.

*2. Chegada de mais turistas:*

- *As pessoas estão encantadas;*
- *São criadas as primeiras infraestruturas: hotéis, bares, tendas;*
- *Os habitantes locais começam a falar o idioma dos estrangeiros para se entender com eles;*
- *Começam a gastar-se mais recursos naturais para satisfazer a procura dos turistas.*

Esta fase é de fundamental importância para a sustentabilidade de um projecto real de turismo, especialmente no que se refere à infraestrutura, e de recursos, tanto naturais como humanos. As infraestruturas devem ser planeadas para o longo prazo tendo em consideração, estratégias integradoras, adequadas e respeitadoras do meio ambiente, por forma a não se sobreporem umas às outras e de modo a que possam ser concebidas para acolher essa dimensão da cidade, respeitadora e integradora do território onde se encontram

sem comprometer os recursos necessários para a satisfação das necessidades das gerações futuras, da cidade, e dos seus visitantes.

*3. Os turistas multiplicam-se:*

- *Começa a existir uma dependência do dinheiro dos turistas;*
- *Compram-se produtos estrangeiros para atender à procura dos turistas, abandonando os produtos locais;*
- *A afluência da população local de outras zonas, atraída pelo turismo, aumenta os problemas de delinquência, tráfico e falta de trabalho;*
- *Os turistas são numerosos, alguns deles causam problemas (devido a bebidas e drogas) e conflitos.*

Esta fase marca o ponto de não retorno, se permitimos que os problemas que começam a gerar, devido a uma chegada sobre medida não esperada (e, sobretudo não desejada) da proposta do turismo planeado, serão mais e mais prevalentes. Neste momento vai produzir impactos negativos que afetam a comunidade local, os recursos naturais, as infraestruturas próprias e para os mesmos visitantes fidelizados que regressam continuamente graças às fases anteriores.

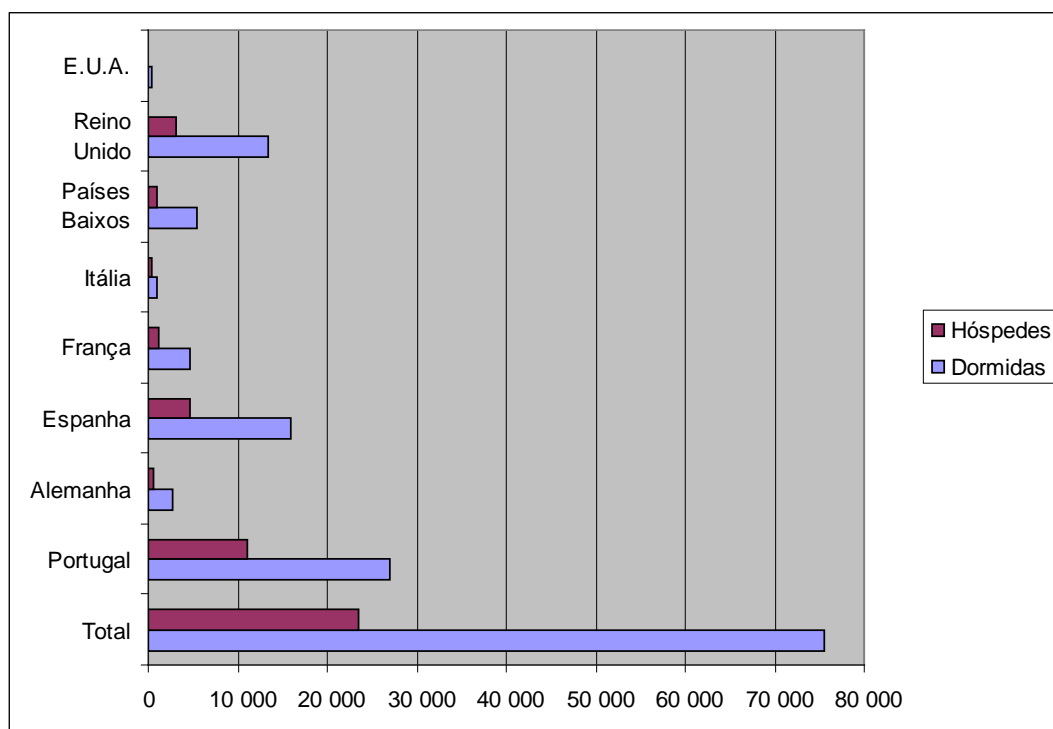
*4. Os turistas chegam em avalanches:*

- *Os habitantes locais não estão satisfeitos com tantos turistas e começam a tratá-los não tão amavelmente;*
- *Consolida-se na zona o tráfico de droga e a delinquência;*
- *A comunidade depende totalmente do turismo;*
- *O estilo de vida de uma localidade tranquila converte-se num frenesim modernizado;*
- *Os turistas que chegam são de nível económico cada vez mais baixo e procuram, sobretudo a diversão e o álcool, e não a cultura ou as tradições;*
- *O turismo de qualidade e os operadores turísticos começam a procurar outros destinos.*

Esta fase marca o final do nosso projecto de turismo, que não tenha sido adequadamente atendido pelos diversos atores envolvidos, incluindo os habitantes locais. O turismo foi a vaca que dava a o leite que era necessário, mas de tanto ordenha-lha a todas as horas e sem cuidados, apenas morreu. (Heras, 2004:55)<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Citado e traduzido em (Marques Dinis, 2005:48)



**Quadro 41 – Hóspedes e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros de Olhão, segundo o país de residência habitual em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.**

2011	Dormidas	Hóspedes
<b>Total</b>	75.454	23.527
<b>Portugal</b>	27.038	11.076
<b>Alemanha</b>	2.694	637
<b>Espanha</b>	15.834	4.694
<b>França</b>	4.669	1.187
<b>Itália</b>	1.012	342
<b>Países Baixos</b>	5.380	993
<b>Reino Unido</b>	13.466	3.124
<b>E.U.A.</b>	470	190

**Tabela 10 – Dados dos hóspedes e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros de Olhão, segundo o país de residência habitual em 2011 (Fonte INE 2011). Elaboração própria.**

Como se vê refletido no Quadro 41 e na Tabela 10, os turistas que vêm para Olhão fazem-no, principalmente a partir de Portugal, Espanha e Reino Unido (Portugal contribui apenas com o 47,08% de

todos os turistas, 80,31% são turistas visitantes oriundos de Espanha e Reino Unido, que ficam em estabelecimentos turísticos).

Há certamente potencial para aumentar o número de visitantes de outros lugares, para não exceder a capacidade de carga e estar ciente do risco dos potenciais impactos negativos acima referidos. Qualquer proposta de turismo destinado a um território com um ambiente tão sensível como Olhão, e com as características de uma cidade pequena, deve ter em conta os perigos causados por uma má planificação e uma pior gestão.

### **7.1.1. O projecto.**

O turismo sustentável parece ser uma boa opção para a cidade de Olhão, localizada num incomparável ambiente natural, com um potencial de atração baseado em diferentes recursos, alguns naturais e da paisagem, incluindo a observação de inúmeras espécies de flora e de fauna endémicas, e que, por conseguinte, não podem ser vistas noutra lugar; e outros recursos culturais, históricos e sociais dentro das particularidades que apresenta toda a região algarvia relativamente á restante parte do território português.

A fim de ser capaz de conceber, promover e conseguir que o turismo sustentável, nos termos contemplados através dos diferentes capítulos da presente tese de doutoramento, consideramos a Agenda 21 a nível local, como um dos instrumentos mais importantes para se puder iniciar esse caminho, sobretudo quando a política de aposta para o desenvolvimento implica uma vontade real de compromisso e participação activa dos cidadãos em todo o processo da Agenda.

Como tem visto em retrospectiva, a Agenda 21 está na origem como um dos principais documentos da "Cimeira da Terra" organizada pelas Nações Unidas, no Rio de Janeiro em 1992. Esta Agenda nasceu e foi concebida como um instrumento para abordar os problemas ambientais globais da realidade local (originando o termo globalização) e no seu capítulo 28 insta aos governos municipais, conselhos municipais e locais, para desenvolverem e implementarem as suas Agendas 21 Locais próprias.

Passados poucos anos, em primeiro lugar na Europa, (em 1994, com a Carta de Aalborg) e mais tarde em Portugal (em 2004, com a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável - ENDS) quando são assinaladas as orientações de base para o início e a



implementação da Agenda 21 Local. Desde que a legislação procurou que diferentes municípios aderissem a esta ferramenta, verificamos que Olhão também o pretendeu fazer.

Olhão como outras vilas e cidades de Portugal, juntou-se ao processo de Agenda 21 Local, e isso momento foi captado pela edição online do Algarve Digital<sup>42</sup> de 19 de Julho de 2005 onde se anuncia que “A Agenda Local 21 já está a avançar em Olhão.” No calor do momento muito teria sido falado e dito sobre o envolvimento de todos os interessados no desenvolvimento da mesma, incluindo a cidadania e anuncia um primeiro fórum sob a Agenda 21 Local, em Outubro do mesmo ano de 2005.

A fonte deste evento é a própria Câmara Municipal de Olhão, que impulsionou o desenvolvimento da Agenda afirmando ter sido registada, tida como concluída e apresentada, mas não implementada nos termos escritos. Na época chegou mesmo a ser referido que a Agenda 21 Local de Olhão seria um guia para definir “*toda a estratégia de desenvolvimento sustentável para o concelho, definindo acções e projectos estruturantes para os próximos 20 anos*”.

Hoje não há nenhum vestígio sobre a mesma na Internet, e só pode haver algum material impresso nalguma gaveta da Câmara Municipal. Em 2009 a organização Somos Olhão (que são definidos no seu site web<sup>43</sup> como um Projecto de Cidadania Activa) ainda se ecoava do processo através de uma queixa de 12 de março de 2009, que elevou para a Comissão das Comunidades Europeias por inobservância do Direito Comunitário, e por Incumprimento de legislação comunitária, transposta para o direito português, em matéria de Ambiente, em relação à situação de degradação evidente na Ria Formosa.

Esta degradação parece ser devida à impermeabilização de solos causada pelo crescimento da população urbana e das cidades vizinhas (incluindo Olhão); dragagem insuficiente para manter as condições ecológicas que sustentam a vida marinha, grande parte da qual é explorada comercialmente e está comprometida por esta degradação e pelos esgotos das ETARs (Estações de Tratamento de Águas Residuais) que devem ter tratamento biológico terciário e superior, e ainda alguns deles só tem o primário.

<sup>42</sup> <http://www.algarvedigital.pt/algarve/index.php?name=News&file=article&sid=1467> (já não disponível).

<sup>43</sup> <http://somosolhaoe.blogs.sapo.pt/>

Tudo isto aponta para uma negligência não só na protecção e gestão da Ria Formosa e dos seus municípios adjacentes, se não também uma negligência grave e não aplicação dos regulamentos europeus relativos a este aspecto, que é identificado na denúncia para a Comissão Europeia. Como um dos Anexos a esta denúncia, a organização Somos Olhão, inclui o “*Relatório da Agenda 21 Local (Olhão) de Novembro de 2006 (Anexo IV) e à forma deliberada como é tratado o seu Vector Estratégico, ‘Esgotos e Carga de Poluição na Ria’ que sendo o segundo mais votado não está directamente contemplado*”.

Assim, temos uma Agenda 21 Local de Olhão elaborada e concluída, aparentemente, sem ter tomadas em consideração as observações e os comentários públicos prestados no momento da participação.

Qualquer processo da Agenda 21 Local, que não tenha uma participação plena e efetiva dos cidadãos está condenado ao fracasso, e como se pode constatar através do blogue Olhão livre<sup>44</sup> de 1 de Novembro de 2011, e designada como “*à extinta Agenda 21 Local de Olhão*” e aponta para a falta de uma verdadeira vontade política por parte dos governos da Câmara Municipal, como a causa e origem de que o projecto da Agenda 21 Local nascera praticamente morto. Sendo um projecto concebido de cima para baixo, em vez de ser executado conjuntamente com a cidadania a fim de garantir a sua eficácia e a aplicação de medidas, acções e propostas que irião proporcionar o caminho para o desenvolvimento sustentável de Olhão, de 20 anos, e que foram posteriormente revistas.

### **7.1.2. A Agenda 21 para o Turismo.**

Quando uma comunidade está comprometida com o desenvolvimento do turismo, seja ele qual seja, é preciso reflectir também sobre os parâmetros da sua oferta turística, para o efeito podemos contribuir com uma série de questões para a análise:

- ▶ Quais são os produtos oferecidos e de acordo com que critérios?
- ▶ Como será o controlo sobre o património cultural e intelectual?
- ▶ Quais são as condições de recepção, as capacidades, e os períodos de visita?
- ▶ Qual será a base para a negociação com os intermediários da venda e quais serão os intermediários com quem gostaria de trabalhar?

<sup>44</sup> <http://olhaolivres.blogspot.com.es/2011/11/olhao-escumalha.html>

- ▶ Que critérios realistas deverão respeitar os prestadores de serviços a fornecer o produto de acordo com as normas mínimas ou máximas em cada caso (recepção, interpretação, saneamento básico, serviços conexos de instalações sanitárias e de restauração, etc)?
- ▶ Qual a infraestruturas que deveria ser acrescentada para garantir a qualidade da oferta?
- ▶ Quais as formações que serão planeadas de acordo com a oferta e a procura, dependendo do produto e a experiência?
- ▶ Quais indicadores que serão estabelecidos para avaliar os resultados e o impacto na vida local e no seu ambiente?
- ▶ Qual será o tipo de assistência financeira e tecnológica necessária para o bom funcionamento de tal programa?
- ▶ Como serão distribuídas as propostas/questões dentro da comunidade, e entre homens e mulheres? (Delisle e Jolin, 2011:152-153).

As respostas a estas perguntas darão constituir um esboço de diagnóstico, uma primeira abordagem sobre as condições locais para onde se deve desenvolver a actividade turística.

A fim de evitar os possíveis problemas ambientais devidos à imperícia dos turistas, é importante tomar em conta, desde o mesmo desenho, os pontos mínimos de prioridade que estabelece a Agenda 21 para viagem e turismo que são:

- Minimização, reutilização e reciclagem de resíduos orgânicos.
- Eficiência Energética, conservação de energia e gestão.
- Gestão da água.
- Gestão de resíduos perigosos.
- Gestão das águas residuais.
- Transportes.
- Planeamento e gestão do solo.
- Participação dos clientes e da comunidade local na gestão ambiental.
- Desenho Sustentável da oferta turística.

Uma vez feito o diagnóstico e tendo em conta as prioridades que devem constar da Agenda 21 para o turismo, começam os procedimentos de preparação dos *Planos de Acção Local (A21L)* que incluem:

- ▶ Conhecer os métodos de planificação e os mecanismos financeiros existentes, bem como os outros planos e programas;
- ▶ Identificar sistematicamente os problemas e as suas causas, através da consulta ao público;

- ▶ Definir o conceito de colectividade sustentável, com a participação de todos os seus membros;
- ▶ Examinar e avaliar as estratégias alternativas do desenvolvimento;
- ▶ Estabelecer um plano local de acção de longo prazo para a sustentabilidade, o qual deverá incluir objectivos avaliáveis;
- ▶ Planificar a implementação do plano, preparando um calendário e precisando a repartição de responsabilidades entre os membros.

Todos estes elementos podem agora ser transferidos para a acção, colocando no lugar, a actividade turística proposta dentro dos critérios de sustentabilidade referidos na Agenda 21 Local, e fazer um acompanhamento da mesma.

### **7.1.3. A metodologia seguida.**

O objecto de estudo da minha tese de doutoramento, desde a primeira hora pressepunha a necessidade de analisar o turismo sustentável como uma etapa inevitável no processo evolutivo<sup>45</sup>, escopo fundamental para se entender e encontrar um caminho o propagado capitalismo selvagem, espoliador e autodestrutivo, até um desenvolvimento sustentável, em que todas as actividades que se realizam são concebidas, planeadas e implementadas a partir dessa sustentabilidade no tempo e no espaço.

Ficando por fora de Portugal, ou quando se pergunta a qualquer turista que visita Portugal sobre a forma de ver este país como destino turístico, encontram-se respostas muito positivas e que salientam o interesse nas cidades, paisagens, cultura, pessoas. A maioria mencionou Lisboa, muitos elogiam a costa Vicentina e Alentejana, mas quando falam sobre o Algarve há opiniões conflitantes e controversas. Há aqueles que gostam da região, apesar do muito lotada que fica a parte do litoral algarvio, (em particular no período do verão) e algumas pessoas não gostam dessa superlotação e nem sequer têm em mente tentar conhecer outras partes do Algarve, como Olhão, onde poderiam encontrar outras atrações turísticas não tão saturadas nem conhecidas.

Esta perspectiva é precisamente o que se pretende provar na presente tese: em primeiro lugar, que existem alternativas para o desenvolvimento e turismo de massa através da concepção e implementação de ambos sustentavelmente; segundo, que a concepção, implementação e avaliação de tal desenvolvimento e

---

<sup>45</sup> Nota do Autor: O que dá o título á minha tese de doutoramento.

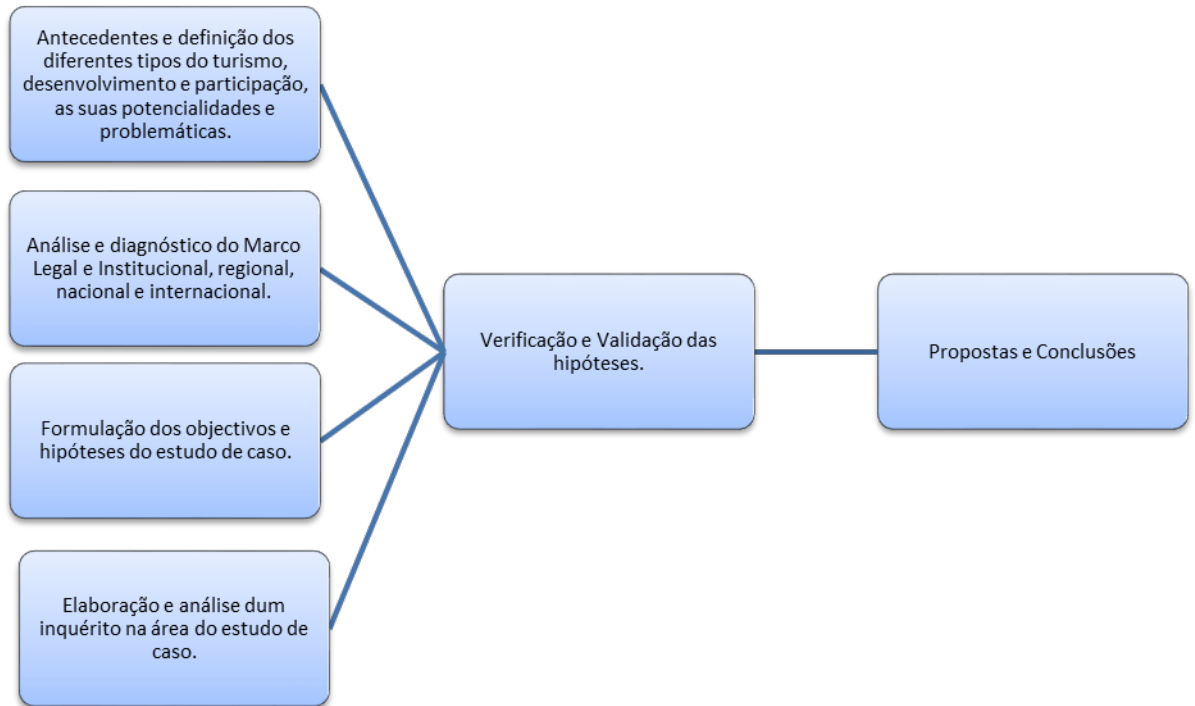
turismo sustentável deve ser ancorada e articulada numa participação cidadã real, eficaz e desde a mesma fase do desenho até ao longo de todo o processo; em terceiro lugar, o meu propósito foi realizar um estudo de caso numa cidade de tamanho médio, na região mais massificada e superlotada pelo turismo, porque pode lançar luz e dar elementos para lidar com o turismo como uma atividade sustentável e participativa, permitindo um desenvolvimento mais integral e harmonioso, diversificado e estável, no espaço e no tempo, para os moradores locais, que serve como uma ponte entre o litoral e o interior, e que pode trançar relações transfronteiriças de cooperação com o país vizinho, Espanha, visão de cooperação e não de concorrência, e, também, colocar o Algarve como um destino para um outro turismo além do convencional de sol e praia.

A fim de melhor analisar e aprofundar o objecto de estudo, concentro-me em Olhão com o estudo de caso de uma população que conta com (cerca de 45 mil residentes em 2011) e com vocação turística, de acordo com o ambiente natural onde se situa. Conta, em grande parte, ainda, com um turismo tradicional de sol e praia á semelhança do que acontece com o restante território da região do Algarve, á qual pertence. Também começou nessa mesma época a Agenda 21 Local de Olhão, num processo que prometia marcar o caminho da sustentabilidade, que iria assegurar um desenvolvimento equilibrado, inicialmente programado em vinte anos, onde o turismo sustentável poderia ser uma das principais actividades que marcaria o futuro desejado e desejável.

Para a realização da pesquisa trabalhei através de uma revisão da bibliografia sobre os antecedentes que me permitam abordar as diferentes dimensões do estudo de caso aqui apresentado. Foi necessário rever aquelas obras de referência científica que deram uma idéia da evolução e estado da arte mais atual possível sobre os diferentes tipos de turismo, desenvolvimento e participação que são os três pilares do corpus teórico sobre o qual se baseiam os objectivos e as hipóteses da minha pesquisa, e a maneira mais nova e inovadora de enfrentá-los.

Mas, além dos trabalhos científicos foi necessário aprofundar com uma revisão, análise e leitura em profundidade de todas aquelas disposições, projetos, programas, acordos, leis, desde o patamar local, regional, nacional ou até o internacional que abordam os três eixos teóricos mencionados acima, nos níveis legais, políticos, administrativos e institucionais.

A metodologia desenvolvida para avançar na pesquisa, analisar e identificar os problemas encontrados e estabelecer as possíveis respostas que lhe dêem soluções, foi dividida em várias fases (Figura 11):



**Figura 11 – Fases da metodologia utilizada na pesquisa.**

A minha investigação centra-se no campo das ciências sociais, ciências que têm sido muitas vezes criticadas pelas chamadas ciências puras (a física e a matemática principalmente) de tão pouco rigorosas e objetivas nas suas análises, dos fenómenos que envolvem as pessoas, e as suas teias relacionais, sociais, políticas e culturais, que não obedecem às leis universais, que não atendem às regras fixas, e cujas variáveis são mais difíceis de se medir sistematicamente pelo método científico a ser utilizado e que deve ser replicável no campo asséptico, fechado e selado de qualquer laboratório.

Dentro da pesquisa, nas ciências sociais, têm sido desenvolvidas no entanto uma série de ferramentas e análises quantitativas, qualitativas e quanti-qualitativas permitindo que através do método indutivo-dedutivo, não só seja possível, estudar e analisar as variáveis e os processos sociais que representam, mas também, estabelecer

respostas, orientações, enquadramentos e soluções de referência que nos permitem enfrentar os problemas sociais com que lidamos.

Para esta pesquisa é necessário recolher e analisar o máximo de informação que se encontre disponível e que será muito diversificada e geralmente também muito dispersa, para se ultrapassar e resolver esta dificuldade, deve-se homogeneizar, estruturar e sistematizar para poder desenhar a partir de todas essas fontes de informação diretas e indiretas, as estatísticas, quadros, gráficos e tabelas, que precisamos a fim de responder de forma eficaz e certa para o problema abordado de forma confiável.

Os objectivos que procuram explicar o objecto de estudo da presente tese, colocam o enfoque na busca da sustentabilidade como uma alternativa ao desequilíbrio, á crise sistémica, económica, ecológica, e de valores em que mergulámos, esmagados por um sistema que teima em não acreditar nas pessoas e que elege o ter em detrimento do ser. Felizmente de que nos vamos dando conta da existência de uma tímida inversão, que procura encontrar, nomeadamente na economia verde, um “novo” modelo de lucro, que se interesse mais pelo meio ambiente, valorização dos recursos naturais e adote uma prática de turismo sustentável.

– Objectivo 1. Analisar como o turismo sustentável e compatível com o desenvolvimento sustentável, em comparação com outros tipos de turismo.

– Objectivo 2. Considerar como a Agenda 21 Local, e outros processos de participação local, são ferramentas eficazes para o desenvolvimento sustentável, e para o turismo sustentável, como uma das actividades contidas neste desenvolvimento.

Como pressupostos de hipóteses de partida estabelecem-se:

– Hipótese 1. Qualquer tipo de turismo que não seja concebido desde a sustentabilidade acaba sendo prejudicial, distorcendo e destruindo os elementos que inicialmente atraem os turistas.

– Hipótese 2. Apenas os processos participativos que se desenvolvem a partir de uma verdadeira vontade política, e concebidos numa horizontalidade, sem hierarquias, e com a implicação de todos os atores envolvidos, conduzirão para um desenvolvimento sustentável,

no qual o turismo sustentável será uma actividade de interesse especial para algumas comunidades e regiões, que até agora têm o seu desenvolvimento baseado num turismo mal planeado.

Para melhor se aprofundar o conhecimento sobre a situação do turismo em Olhão, e estabelecer uma comparação com os dados fornecidos pela municipalidade, propõe-se a realização de um inquérito junto da população local. O objectivo desta pesquisa é analisar a atitude dos moradores no que diz respeito aos visitantes, turistas no destino em estudo.

Além disso, permite examinar os factores susceptíveis de influenciar a formação de uma atitude e o seu potencial de utilização no desenvolvimento do destino turístico. Como resultado deste estudo, deseja-se observar as atitudes em relação ao turismo significativamente diferente dependendo de fatores que influenciam ao nível de concelho e por outro lado ao nível individual.

— **No nível da comunidade:** No que diz respeito à percepção do impacto do turismo na comunidade, entende-se que, na medida em que o residente acredita que a influência do turismo é benéfica para a vida na aldeia e nas freguesias, a sua atitude para com o turismo e os visitantes será positiva. Em particular, podem-se estabelecer as seguintes hipóteses:

**Hipótese 1:** As atitudes dos moradores para o turismo diferem de acordo com a sua percepção do grau de desenvolvimento da economia local e do turismo na comunidade. A melhor contribuição do turismo para o desenvolvimento local percebida, mais positiva será a atitude dos moradores para o turismo e para os visitantes.

**Hipótese 2:** As atitudes dos moradores para o turismo diferem de acordo com a gestão municipal do mesmo. Se houver uma gestão ordenada, adequada e respeitosa para com os moradores e a comunidade, por parte das instituições, haverá uma avaliação mais positiva do turismo.

— **A nível individual:** espera-se encontrar diferenças significativas nas atitudes dos residentes para o turismo com base em várias características de cada indivíduo. Algumas variáveis, tais como sexo, idade, grau de envolvimento com a localidade e o turismo... podem determinar a existência de diferenças entre os residentes, no que



respeita á sua atitude para com o turismo. Por isso, estabelecem-se as seguintes hipóteses:

**Hipótese 3:** As atitudes dos moradores para o turismo são diferentes dependendo do grau de interação dos moradores como os visitantes.

**Hipótese 4:** As atitudes dos residentes para com o turismo diferem consoante o sexo.

**Hipótese 5:** As atitudes dos residentes para com o turismo diferem de acordo com a idade.

### **Estrutura do formulário para o inquérito**

12 perguntas

Actividade principal do concelho 1 pergunta (em. 1)

Papel institucional no turismo 2 perguntas (em. 2 e 11)

Relação populações locais turistas 5 perguntas (em. 3 a 6 e 10)

As condições estruturais do concelho para o turismo 2 perguntas (em. 8 e 9)

Origem dos turistas 1 pergunta (em. 7)

Preferências nas saídas para férias da população local 1 pergunta (em. 12)

**Público Alvo:** População residente no concelho de Olhão com mais de 15 anos.

#### **Homens:**

15-29 anos: 10 Inquéritos

30-44 anos: 14 Inquéritos

45-64 anos: 14 Inquéritos

+ de 64 anos: 9 Inquéritos

#### **Mulheres:**

15-29 anos: 10 Inquéritos

30-44 anos: 15 Inquéritos

45-64 anos: 15 Inquéritos

+ de 64 anos: 13 Inquéritos

Total de Inquéritos: 100 (47 Homens; 53 Mulheres).

Representação por classe económica aproximada: Por exemplo, em cada 10: 1 classe alta; 2 classe média alta (advogados com

rendimentos, professores universitários, comerciantes abastados); 3 classe média baixa (funcionários, trabalhadores por conta de outrem, pequenos comerciantes); 4 classe baixa (desempregados, auxiliares de limpeza, reformados com pensões mínimas, pensionistas de baixos rendimentos).

**Período de recolha dos inquéritos:**

25 dias (entre 4 e 28 de abril de 2014)

Com a informação fornecida nestes inquéritos foi efectuada uma análise das respostas a cada pergunta, e tratou-se de procurar diferenças significativas nas respostas segundo a categoria a que pertence a pessoa inquirida (sexo, idade, classe económica...)

Com todos esses dados estimados estarão a olhar se as hipóteses levantadas estão certas ou não.

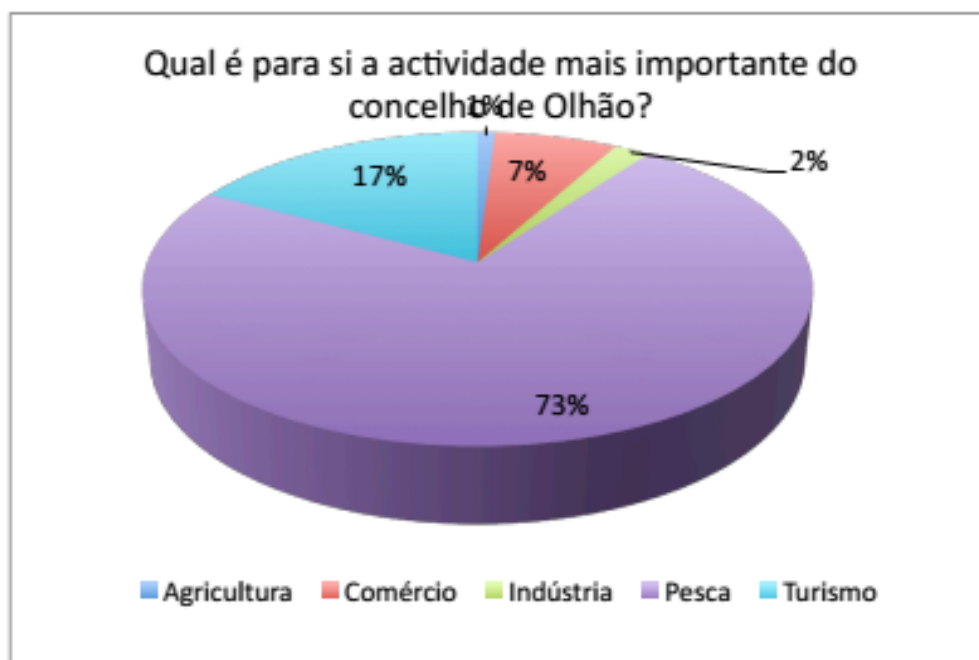
*Pergunta 1.*

Qual é para si a actividade mais importante do concelho de Olhão?

Como podemos constatar na Tabela 11 e no Quadro 42, a pesca continua a ser ainda nos nossos dias identificada como a actividade mais importante do concelho (73% dos inquiridos). O turismo apresenta-se como a segunda actividade mais importante, ainda que numa percentagem menor (17% dos inquiridos) do que a principal. O restante das actividades apenas são referidas como valor residual.

Qual é para si a actividade mais importante do concelho de Olhão?		
	Frequência	Percent.
Agricultura	1	1%
Comércio	7	7%
Indústria	2	2%
Pesca	73	73%
Turismo	17	17%
Total	100	100%

**Tabela 11 – Pergunta inquérito 1.**



Quadro 42 – Pergunta inquérito 1.

A pesca (tanto a pesca tradicional, como a aquacultura de determinadas espécies de peixes como o sargo, solha, dourada ou de bivalvos, como por exemplo, ostras e mexilhões) é interpretada como sendo a de maior impacto sobre a economia local.

A década de 1970-80 caracterizou-se por uma forte crise que abalou profundamente o sector das pescas em todo o território nacional atingindo particularmente o concelho de Olhão. Ainda assim, como ficou demonstrado no quadro acima, o sector das pescas ocupa ainda o primeiro lugar na economia local, mas em segundo lugar o turismo, conforme aos dados recolhidos apresenta já uma realidade com forte implementação e dinâmica no território.

Um correcto planeamento, assente nas boas práticas, por parte das entidades competentes, desde logo a Câmara Municipal de Olhão é fundamental como alavanca para incentivos e investimentos nas actividades turísticas contribuindo para a diversificação da economia e gerar novos empregos e oportunidades.

A análise aos dados do quadro 42 permite igualmente referir que melhorar e aumentar as actividades de turismo também ajuda a dinamizar as parcerias e trocas comerciais, que agora parecem representar uma percentagem muito pequena da economia local. Um

aumento no número de turistas e visitantes poderá gerar oportunidades para novos negócios, que por sua vez se traduzem em maior permanência dos turistas, implicando mais dias de hospedagem e mais consumo, reforçando assim o sector da hotelaria e restauração em benefício da comunidade e das empresas locais.

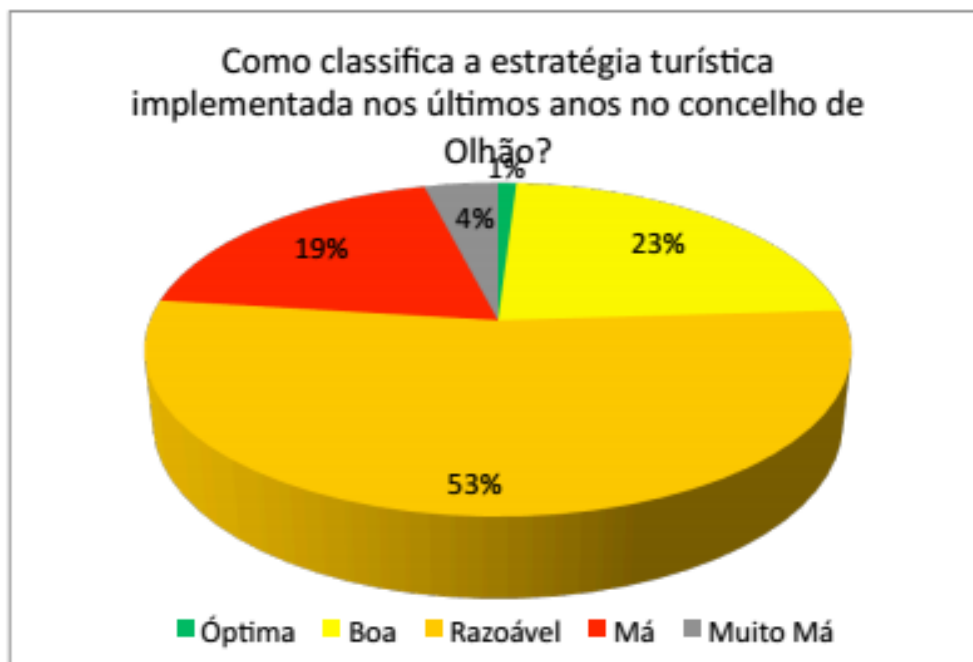
*Pergunta 2.*

Como classifica a estratégia turística implementada nos últimos anos no concelho de Olhão?

Os dados na Tabela 12 e no Quadro 43 apontam para uma apreciação positiva na estratégia de implementação turística levada a cabo nos últimos anos no concelho de Olhão ao que o sector do turismo respeita. Até 77% dos inquiridos consideram óptima, boa, ou razoável esta estratégia, em comparação com 23% dos inquiridos que a consideram má ou muito má.

Como classifica a estratégia turística implementada nos últimos anos no concelho de Olhão?		
	Frequência	Percent.
Óptima	1	1%
Boa	23	23%
Razoável	53	53%
Má	19	19%
Muito Má	4	4%
Total	100	100%

Tabela 12 – Pergunta inquérito 2.



Quadro 43 – Pergunta inquérito 2.

Curiosamente, a resposta a esta pergunta parece contrastar um pouco com a dada na pergunta anterior. A maioria das pessoas inquiridas considera positiva a estratégia de turismo desenvolvida pela edilidade para a cidade de Olhão.

Mas, se esse trabalho fosse tão eficaz como bem valorizado, o impacto das atividades relacionadas com o turismo deveria refleti-se numa maior contribuição para a economia local, o que não parece ser refletido pelos inquiridos na resposta anterior.

As atividades de turismo traduzem-se ainda por um débil contribuído na economia local, mesmo que venham a representar um quarto da economia no concelho de Olhão, de acordo com os inquiridos. Se o município tivesse efetivamente colocado em prática uma estratégia mais adequada, o turismo seria mais relevante e teria um maior impacto na economia local.

Por isso, o que funcionou melhor nesta estratégia, foi a sua publicidade que terá obtido entre as pessoas que apreciam os esforços promovidos pelo município. Na realidade o seu impacto sobre a economia real foi apreciado e valorado pelos inquiridos, tendo em sua opinião valido a pena, pelo menos no curto prazo.

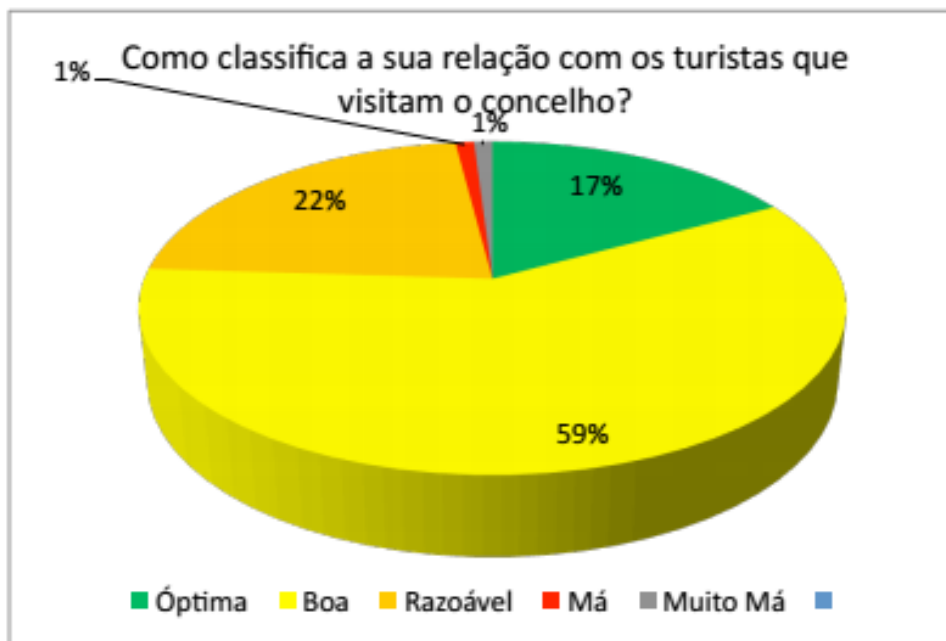
*Pergunta 3.*

Como classifica a sua relação com os turistas que visitam o concelho?

Da análise aos dados do presente inquérito resulta que a resposta a esta pergunta se traduz numa avaliação em conforme com o que se pode constatar é muito positiva uma vez que, apenas 2% dos inquiridos consideram que a relação com os turistas é negativa.

Como classifica a sua relação com os turistas que visitam o concelho?		
	Frequência	Percent.
Ótima	17	17%
Boa	59	59%
Razoável	22	22%
Má	1	1%
Muito Má	1	1%
Total	100	100%

Tabela 13 – Pergunta inquérito 3.



Quadro 44 – Pergunta inquérito 3.

A resposta a esta questão é fundamental para compreender as possibilidades de crescimento real em atividades relacionadas com o turismo no concelho de Olhão. A avaliação positiva das pessoas locais para com os turistas/visitantes tem várias causas:

Capacidade potencial dos autóctonos para o acolhimento dos turistas que visitam o concelho de Olhão;

Condições endógenas favoráveis ao aumento de instalação de serviços e equipamentos adequados ao acolhimento dum maior número de turistas.

Da análise às questões da pergunta 3, tabela 13, quadro 44 resulta que se torna imperioso não eludir a questão, o facto de 76% de respostas positivas dos inquiridos manifesta a vontade dos que cá estão, ou seja, a sustentabilidade do turismo só se poderá atingir respeitando os usos e costumes, saberes locais, o património e enquadramento paisagístico com respeito pelos valores ambientais por forma a não eludir a questão, repetimos, e a não matar a galinha dos ovos de ouro.

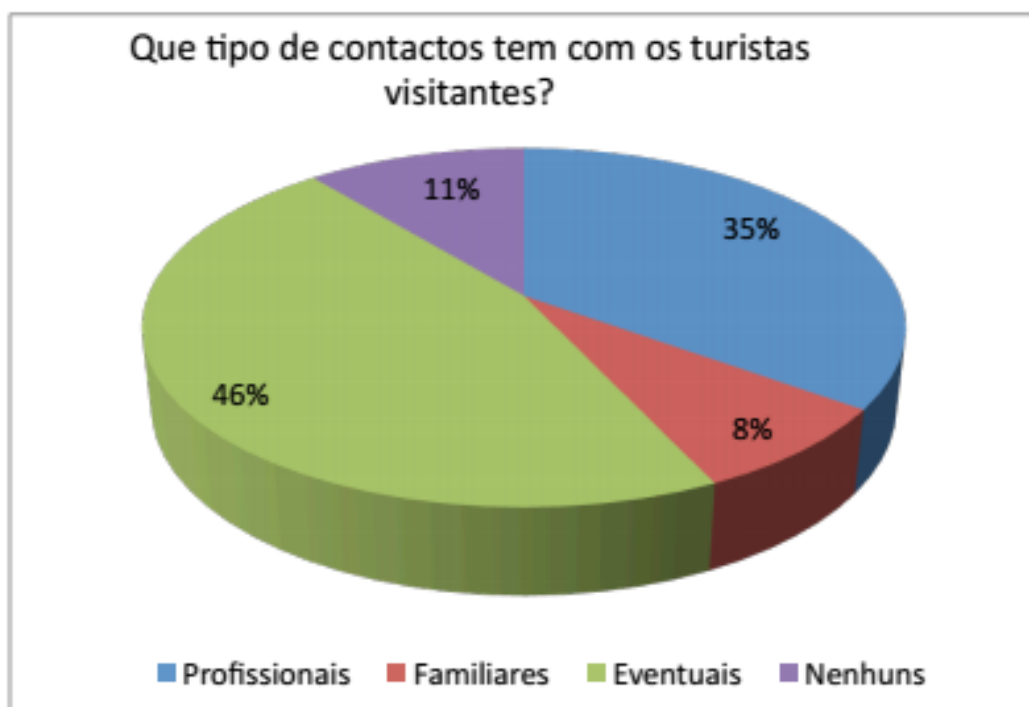
#### *Pergunta 4.*

Que tipo de contactos tem com os turistas visitantes?

A questão colocada na presente pergunta, procura como abaixo se infere obter esclarecimentos cabais resultantes da motivação e dos contactos estabelecidos entre uns e outros, entre quem está no território e quem o procuram com o propósito de melhor se aferir e compreender.

Que tipo de contactos tem com os turistas visitantes?		
	Frequência	Percent.
Profissionais	35	35%
Familiares	8	8%
Eventuais	46	46%
Nenhuns	11	11%
Total	100	100%

**Tabela 14 – Pergunta inquérito 4.**



**Quadro 45 – Pergunta inquérito 4.**

A resposta esmagadora à questão colocada, 46% eventuais, 35% profissionais, reflecte o cenário das relações havidas com os turistas, baseadas em trocas que têm pouco a ver com laços familiares.

Os muitos contactos eventuais têm a ver com a idiossincrasia das gentes de Olhão, capaz de oferecer-se a ajudar ao turista sem que ele tenha que o solicitar, e a alta percentagem dos contactos profissionais traduz-se numa realidade assente na vocação turística intrínseca a um concelho com uma boa oferta numa região eminentemente turística.

*Pergunta 5.*

Responde normalmente a pedidos de informação feitos por turistas?

A avaliação positiva dos inquiridos sobre as relações com os turistas que mostraram na pergunta (3), reafirma-se nesta pergunta (5), onde a grande maioria das pessoas inquiridas respondem aos pedidos de informação dos turistas.



Responde normalmente a pedidos de informação feitos por turistas?		
	Frequência	Percent.
Sim	96	96%
Não	4	4%
Total	100	100%

Tabela 15 – Pergunta inquérito 5.



Quadro 46 – Pergunta inquérito 5.

A boa relação estabelecida entre moradores e turistas, é evidente, uma vez mais na acessibilidade da população local para responder a perguntas, dúvidas e pedidos de informação de todos os tipos de turistas.

O povo de Olhão aprecia o turismo como um elemento importante para a economia, embora não seja o principal. Os moradores apreciam as pessoas que chegam como turistas e, assim, estabelecem relações positivas de amizade e boa recepção. Da mesma forma os moradores olham para si mesmos como bons receptores de turismo e das pessoas que vêm para conhecer Olhão.

A percepção positiva dos que vêm de fora, juntamente com uma percepção positiva dos turistas sobre o seu anfitrião, é fundamental para o bom funcionamento das atividades turísticas no município,

bem como para desenvolver novas apostas para impulsionar o turismo, lazer e mercado local.

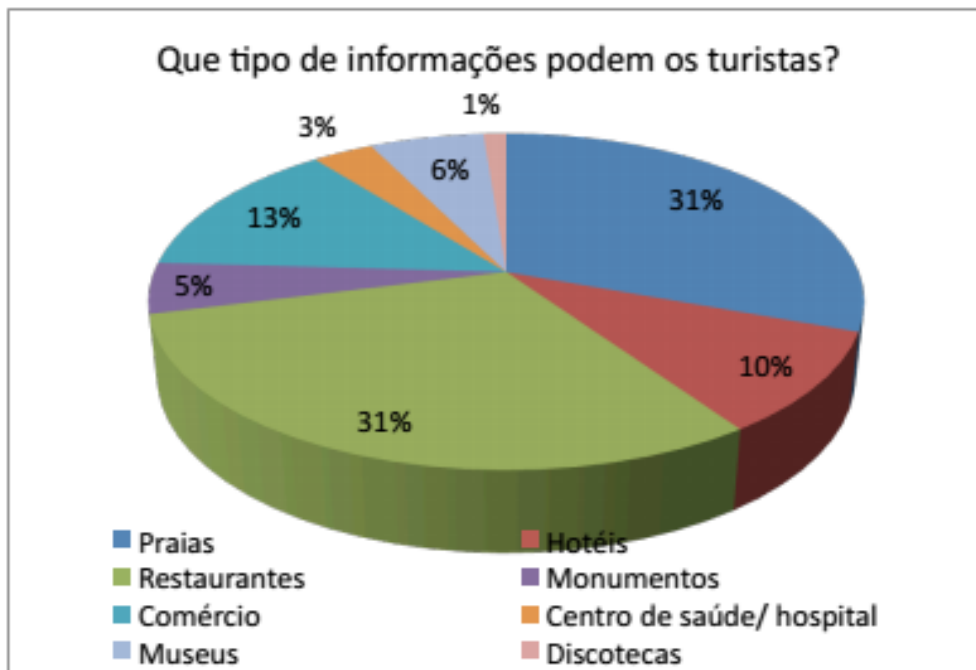
*Pergunta 6.*

Que tipo de informações pedem os turistas?

Segundo a percepção dos inquiridos, as/os turistas parecem mais interessados, de maior a menor, em: praias, restaurantes, lojas, hotéis, museus, monumentos, centros de saúde / hospitais e clubes.

Que tipo de informações podem os turistas?		
	Frequência	Percent.
Praias	75	31%
Hotéis	24	10%
Restaurantes	75	31%
Monumentos	12	5%
Comércio	33	13%
Centro de saúde/ hospital	8	3%
Museus	15	6%
Discotecas	3	1%
Total	245	100%

Tabela 16 – Pergunta inquérito 6.



**Quadro 47 – Pergunta inquérito 6.**

Pelo tipo de perguntas feitas pelos turistas, as atividades de turismo estão relacionadas com praias, restauração e hotelaria, que consideram como os maiores atrativos turísticos.

Isso indica que os turistas que vêm para Olhão, fazem-no na busca de um descanso com base em sol e praia. No entanto, o concelho de Olhão apresenta uma ampla gama de recursos naturais, culturais, patrimoniais e paisagísticos os quais deveriam ser melhor promovidos e posicionados para atrair e motivar mais turistas e de um espectro mais diversificado.

Indica também que os esforços feitos pelo município na sua estratégia para impulsionar o turismo, deverão incidir mais no que concerne à divulgação de outros recursos e serviços que possam atrair outros nichos de turismo mais relacionados com outras ofertas, nomeadamente, através da promoção de museus, monumentos e eventos culturais a realizar durante todo o ano.

Junto com os eventos culturais, a promoção de outro lazer e entretenimento, também deve aparecer refletida na busca para atrair o turismo com diferentes gostos e necessidades. Além de diversão nocturna mais conhecida (clubes, bares...) também devem existir lugares e / ou atividades visíveis e que podem ser feitas durante o dia (caminhadas, esportes de aventura, os avistamentos de aves e espécies marinhas, visitas guiadas pela Ria Formosa e pelas ilhas...) e gerar novas oportunidades de emprego e de iniciativas económicas no território.

Também é importante para gerar dinâmicas no comércio local a promoção associada de produtos locais. Produtos não só de Olhão, mas também da região, sempre tendo em consideração produtos genuínos, que têm grande qualidade. Produtos que falam de uma cultura mantida ao longo do tempo, nem sempre correctamente avaliada. Alimentos e produtos artesanais de fabricação Algarviana que muitas vezes são mais apreciados e valorizados por quem vem de fora, que pelos habitantes locais por si mesmos.

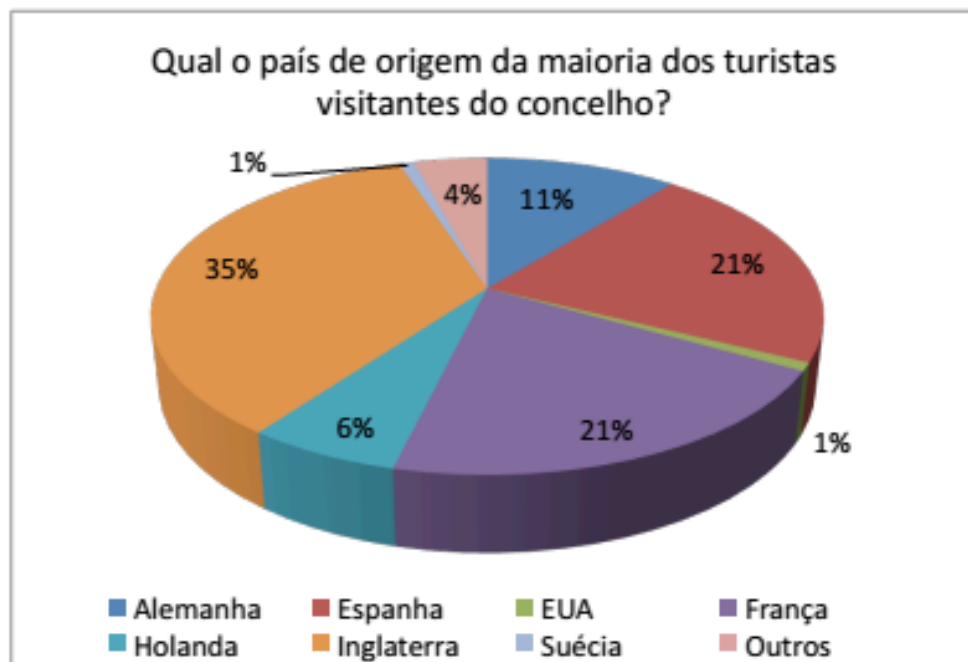
*Pergunta 7.*

Qual o país de origem da maioria dos turistas visitantes do concelho?

Os inquiridos colocam em ordem decrescente como países de origem dos turistas a Inglaterra, Espanha, França, Alemanha e Holanda.

Qual o país de origem da maioria dos turistas visitantes do concelho?		
	Frequência	Percent.
Alemanha	26	11%
Espanha	51	21%
EUA	2	1%
França	49	21%
Holanda	15	6%
Inglaterra	83	35%
Suécia	2	1%
Outros	10	4%
Total	238	100%

Tabela 17 – Pergunta inquérito 7.



Quadro 48 – Pergunta inquérito 7.

A grande maioria dos turistas que chegam a Olhão é oriunda de alguns países europeus, e os menos são provenientes dos EUA e de outras regiões do mundo.

Embora a região do Algarve seja conhecida internacionalmente e assim o certifica o número de visitas que recebe a cada ano, continua a ser um destino de proximidade, para os turistas que chegam da Europa.

Seria interessante descobrir como chegar a outro alvo potencial emergente de turistas, como no caso da Rússia (mesmo após a crise com a Ucrânia e a União Europeia) ou outros países do BRICS (Brasil, Índia, China e África do Sul), onde novas elites e classes profissionais com mais poder aquisitivo têm cada vez mais acesso a lazer e viagens.

Também não se devem excluir outros nichos de mercado de um alcance potencial de proximidade, como é o caso de Andaluzia em Espanha, composto principalmente por turistas do Japão e que se poderão cativar e reencaminhar para a região do Algarve.

Para uma maior internacionalização de turistas devem fazer-se acções específicas a nível regional, promovendo ainda mais o aeroporto internacional de Faro e promover acções conjuntas com as regiões vizinhas do Alentejo, em Portugal e Andaluzia em Espanha.

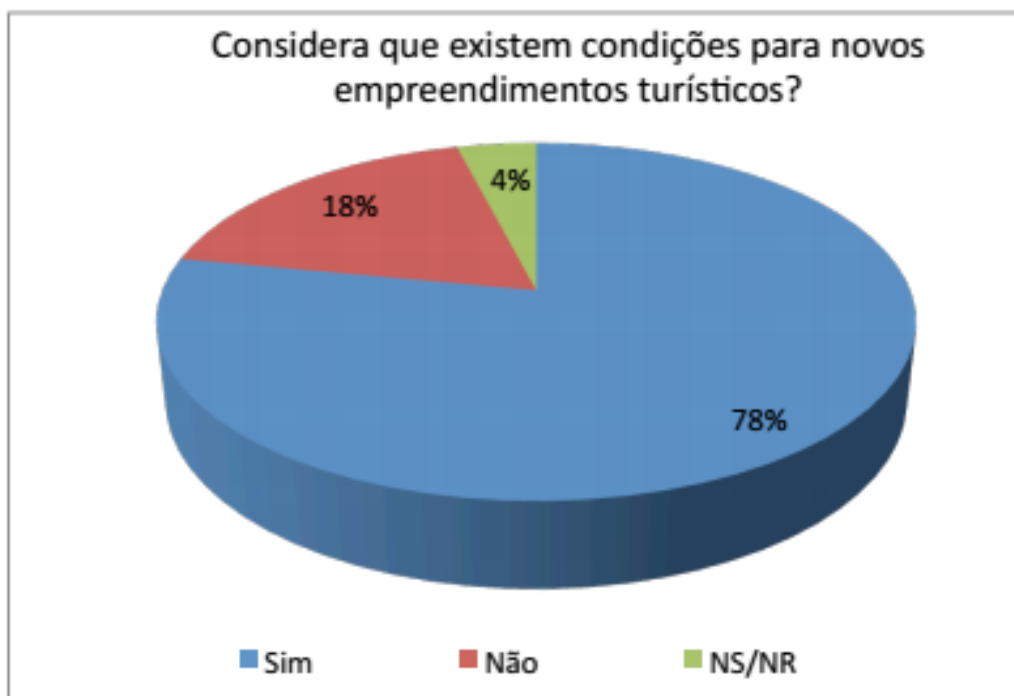
*Pergunta 8.*

Considera que existem condições para novos empreendimentos turísticos?

A maioria dos inquiridos (78%) responde que sim. Tendo em conta que é a segunda atividade económica, qualquer apoio a novos empreendimentos turísticos vai reverter grandemente para a própria população.

Considera que existem condições para novos empreendimentos turísticos?		
	Frequência	Percent.
Sim	78	78%
Não	18	18%
NS/NR	4	4%
Total	100	100%

**Tabela 18 – Pergunta inquérito 8.**



**Quadro 49 – Pergunta inquérito 8.**

As pessoas inquiridas têm uma boa imagem do turismo e dos turistas no concelho, 78% consideram existir condições para investimento, novos empreendimentos turísticos.

Há uma capacidade estrutural do sector da hotelaria e restauração para uma recepção maior de turistas.

*Pergunta 9.*

O concelho de Olhão tem as condições necessárias e adequadas para receber todos os turistas que o visitam?

A maioria dos inquiridos diz que sim, e apenas 7% expressam opinião negativa. Esta boa consideração acrescenta á anterior, numa visão otimista para a expansão dessas atividades turísticas.

O concelho de Olhão tem as condições necessárias e adequadas para receber todos os turistas que o visitam?		
	Frequência	Percent.
Muito Boas	11	11%
Boas	37	37%
Razoáveis	45	45%
Más	6	6%
Muito más	1	1%
Total	100	100%

Tabela 19 – Pergunta inquérito 9.



Quadro 50 – Pergunta inquérito 9.

Seguindo a tendência da pergunta anterior, a maioria da população inquirida garante que o concelho tem instalações e condições necessárias para receber os turistas que chegam.

Esta resposta ligada ao acima referido, com a capacidade dos novos empreendimentos turísticos para o território, propicia maior qualidade para o concelho em conformidade com a visão dos moradores, que consideram o turismo como atividade económica que pode aumentar e diversificar a economia local.

O território deve canalizar essas visões otimistas e de futuro, já patenteadas pelos autóctonos, para fortalecer e promover o território do concelho de Olhão como um destino turístico de eleição, dentro do destino já privilegiado do Algarve.

*Pergunta 10.*

Considera que os turistas são bem recebidos no concelho?

A avaliação sobre a recepção aos turistas é mais uma vez em positiva, assim como foram nas perguntas 3 e 5. Apenas 4% dos inquiridos consideram negativa e outros 4% inquiridos não sabem ou não responde.

Considera que os turistas são bem recebidos no concelho?		
	Frequência	Percent.
Sim	92	92%
Não	4	4%
NS/NR	4	4%
Total	100	100%

Tabela 20 – Pergunta inquérito 10.



Quadro 51 – Pergunta inquérito 10.



Consistente com as questões 3 e 5, os inquiridos têm uma boa opinião sobre como os turistas são bem recebidos, interagem e respondem a perguntas e pedidos de informação sabendo que essas boas práticas constituem uma mais-valia imprescindível, 92% dos inquiridos considera que os turistas são bem recebidos no concelho.

Nos diferentes tipos de encontros e relações que os locais têm com os turistas, há uma boa percepção sobre eles. Mas há também uma identificação muito positiva sobre as gentes de Olhão para aqueles que vêm de fora.

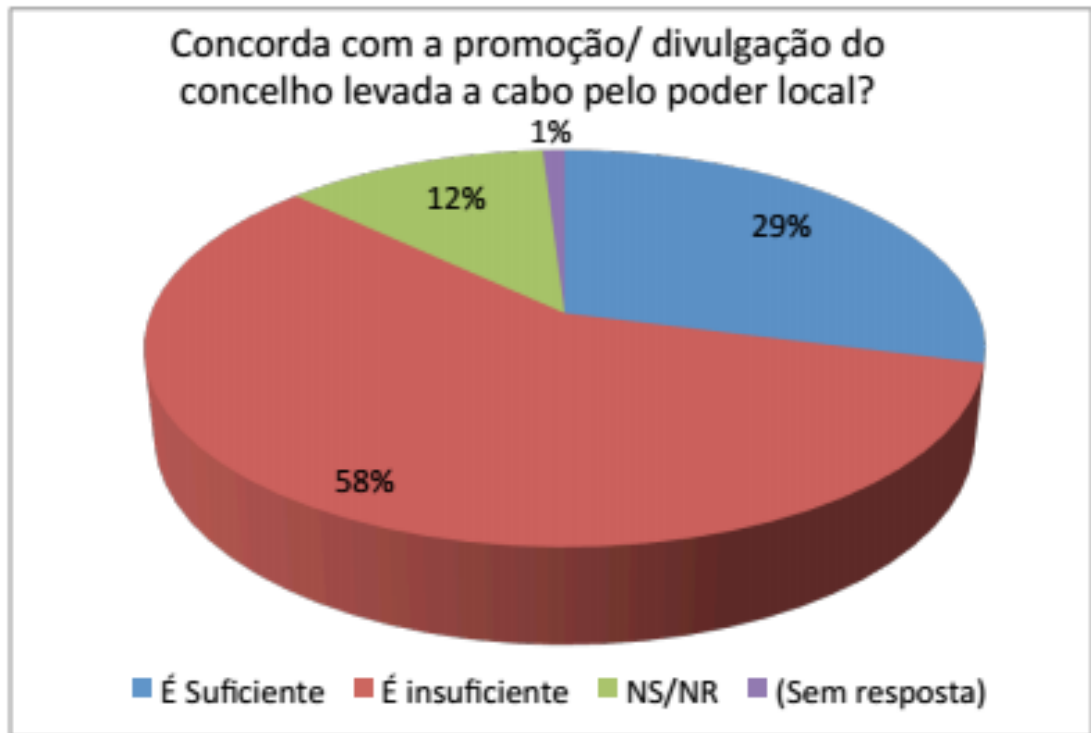
*Pergunta 11.*

Concorda com a promoção/divulgação do concelho levada a cabo pelo poder local?

Esta resposta contradiz em certa medida, as respostas dadas pelos inquiridos relativamente à pergunta 2. A maioria refere que o poder local não está a fazer o suficiente na promoção/divulgação do concelho e que esse trabalho deverá constituir uma das ferramentas estratégicas mais importantes para o desenvolvimento do turismo.

Concorda com a promoção/ divulgação do concelho levada a cabo pelo poder local?		
	Frequência	Percent.
É Suficiente	29	29%
É insuficiente	58	58%
NS/NR	12	12%
(Sem resposta)	1	1%
Total	100	100%

**Tabela 21 – Pergunta inquérito 11.**



**Quadro 52 – Pergunta inquérito 11.**

Constata-se que os resultados são contraditórios entre as perguntas 2 e 11 uma vez que na pergunta 2 os inquiridos consideram a estratégia do turismo do concelho como boa ou muito boa, mas ao responderem à pergunta 11 referem que está a falhar a promoção/divulgação do município, que deveria ser uma parte fundamental da estratégia, ou seja, 58% dos inquiridos considera insuficiente o que o poder local está a levar a cabo.

Ao longo de toda a recolha, os inquiridos têm vindo a manifestar a sua vontade e satisfação pelo desempenho do turismo, dos visitantes e até mesmo para a estratégia que o concelho tem promovido nos últimos anos no que diz respeito ao turismo.

Mas quando são inquiridos se concordam com a promoção e / ou divulgação do município, as respostas são bastante negativas, considerando o seu desenvolvimento pelo poder local como má numa significativa percentagem (58%).

Sugerindo que a resposta, é que dentro da estratégia de turismo desenvolvido pelo município, a seção de promoção e / ou divulgação é a que está pior. Estes maus resultados podem ser devidos a que a seção é menos promovida na estratégia.

O município deve ter em consideração esta resposta, a fim de ser capaz de redefinir e reforçar a sua estratégia no sector do turismo. As respostas dadas no presente inquérito indicam que a população aprecia os esforços do município, mas também refere os seus pontos fracos.

Este desencontro de opiniões entre a população e os políticos fragiliza uma adequada estratégia de turismo sustentável para o concelho.

*Pergunta 12.*

Para onde costuma ir passar férias?

A partir das respostas dadas, vemos que mais da metade (56% dos inquiridos) permanece na cidade e quase a outra metade (40% dos inquiridos) vai para as praias locais, do Algarve ou do exterior, optando pelas montanhas e o interior apenas 3% dos inquiridos. Novamente o binómio sol/praias prevalece ainda entre as principais opções de escolha da população local.

Para onde costuma ir passar férias?		
	Frequência	Percent.
Fica no concelho	56	56%
Vai para outras praias do Algarve	29	29%
Vai para outras praias de Portugal	5	5%
Prefere campo e a serra em Portugal	2	2%
Vai para outras praias no estrangeiro	6	6%
Prefere campo e a serra no estrangeiro	1	1%
(Sem resposta)	1	1%
Total	100	100%

Tabela 22 – Pergunta inquérito 12.



**Quadro 53 – Pergunta inquérito 12.**

A última pergunta do inquérito fornece um vislumbre de onde e como os inquiridos passam as suas férias. Pouco mais de metade fica no concelho de Olhão, e aqueles que escolhem outras opções, o sol e a praia são novamente os destinos maioritários.

São menos aqueles que optam por ir para o interior, aldeias, campo e serra... e ainda menos os que vão para o estrangeiro. A opção de desfrutar de lazer e descanso no litoral ganha vantagem novamente em detrimento das áreas rurais.

Os dados analisados indicam pistas importantes a reforçar no âmbito da estratégia do turismo, nomeadamente o denominado turismo de natureza que implica recuperar aldeias, fortalecer e promover atividades ao ar livre e relacionadas com um mundo rural.

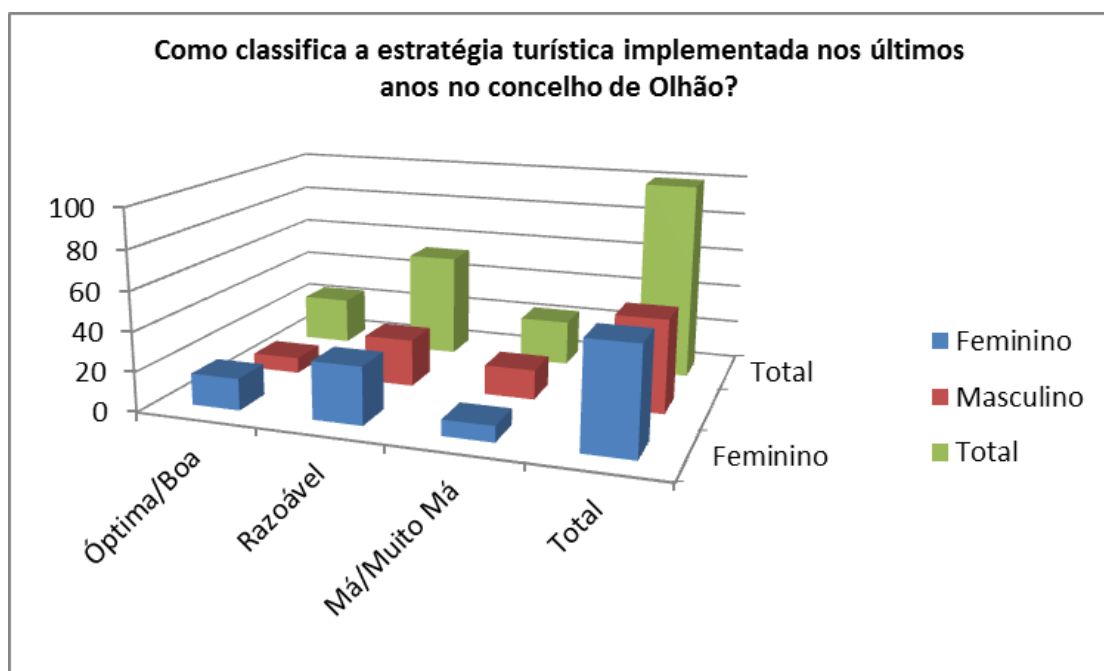
Neste sentido deve-se melhorar e aumentar a consciência sobre os recursos ambientais, culturais e paisagísticos que possibilitarão outro turismo e outros turistas. As gentes de Olhão devem melhorar o valor que dão e apreciar todos estes atrativos turísticos que tornam o seu território num destino muito particular e especial, que ainda sobrevive à globalização que homogeneiza tudo.

Entre as hipóteses sugeridas ao nível individual, queríamos saber se a diferença entre categorias estabelecidas por sexo, idade, classe económica... iria fazer a diferença nas respostas ao inquérito. A única diferença significativa apreciada em todo o inquérito, situa-se em duas das perguntas (a 2 e a 9), onde as diferenças são vistas pelas respostas fornecidas entre homens e mulheres.

*Pergunta 2*

Como classifica a estratégia turística implementada nos últimos anos no concelho de Olhão?				
Sexo	Ótima/Boa	Razoável	Má/Muito Má	Total
Feminino	16	29	8	53
Masculino	8	24	15	47
Total	24	53	23	100
	24,0%	53,0%	23,0%	100%

Tabela 23 – Dados desagregados por sexo pergunta inquérito 2.



Quadro 54 – Dados desagregados por sexo pergunta inquérito 2.

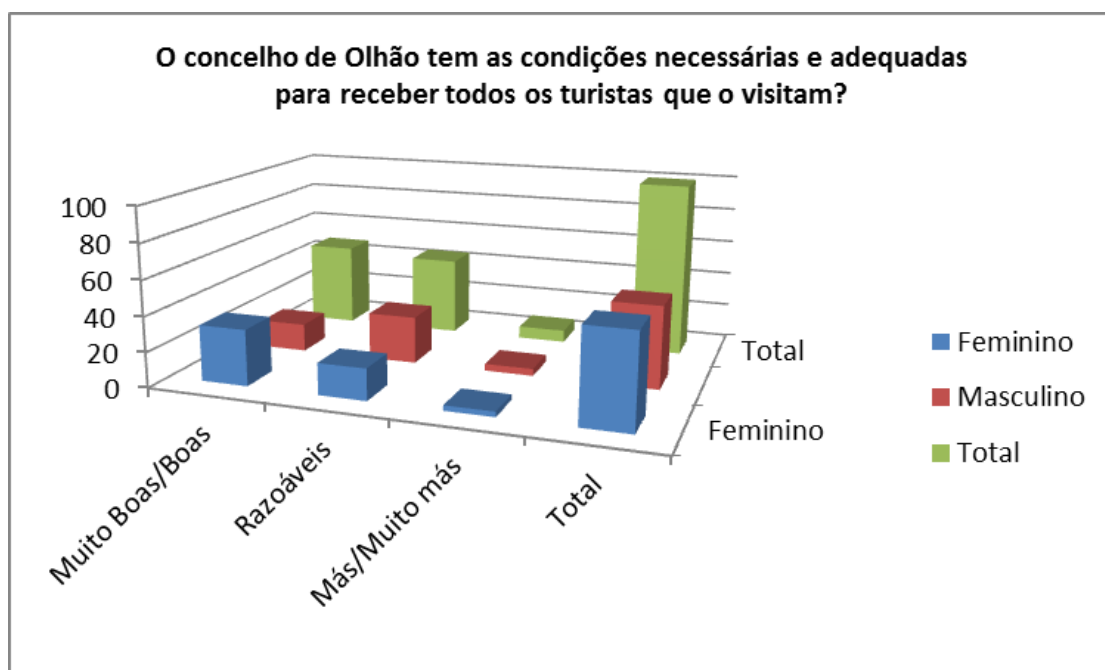
Enquanto a pergunta 2, uma proporção semelhante dos homens e das mulheres inquiridas (29% das mulheres e 24% dos homens) acham a estratégia de turismo implementada pelo concelho de Olhão como razoável. No entanto, é entre as mulheres, onde uma avaliação mais positiva é percebida, sendo que até 16% das mulheres inquiridas,

estabelecem a estratégia como óptima ou boa, enquanto que entre os homens uma percentagem equivalente de 15% é definida como má ou muito má.

### Pergunta 9

O concelho de Olhão tem as condições necessárias e adequadas para receber todos os turistas que o visitam?				
Sexo	Muito Boas/Boas	Razoáveis	Más/Muito más	Total
Feminino	32	18	3	53
Masculino	16	27	4	47
Total	48	45	7	100
	48,0%	45,0%	7,0%	100%

Tabela 24 – Dados desagregados por sexo pergunta inquérito 9.



Quadro 55 – Dados desagregados por sexo pergunta inquérito 9.

Em relação à pergunta 9, encontramos-nos numa situação similar. Mais uma vez as mulheres expressam uma avaliação mais positiva, neste caso, sobre as condições do concelho para receber os turistas. Nem os homens nem as mulheres pensam que têm condições más ou muito más, mas são as mulheres 32% inquiridas que as consideram

como boas ou muito boas, enquanto uma percentagem similar de homens 27% inquiridos considera como razoáveis.

### **Conclusões gerais do inquérito.**

Ao longo de todo o inquérito há um reflexo positivo dos inquiridos a respeito do turismo em Olhão, a respeito do papel do município (com exceção da promoção e divulgação de Olhão como destino turístico) e dos próprios turistas.

Salientam-se os seguintes aspectos:

Avaliação muito positiva do turismo que as gentes locais têm, que, não só é percebida nos aspectos externos para a população local (atividades relacionadas com o turismo na estratégia do município, atitudes de turistas...), mas também nos internos (atitude da população local sobre o turismo e os turistas, as atitudes para o concelho, e atitude em relação ao acolhimento oferecido pelos autóctonos aos turistas).

Diante desta atitude positiva e pró-ativa dos habitantes do município, torna-se imperioso aproveitar o bom momento para retomar procedimentos com vista à criação de dinâmicas de participação para a implementação da Agenda 21 Local que ficou inadvertidamente perdida nos meandros das decisões políticas.

Podemos assim concluir que a ausência de instrumentos de gestão e aplicação no território de um plano estratégico para o turismo sustentável no concelho de Olhão inviabiliza um melhoramento coerente e harmonioso do desenvolvimento nesta área tão sensível e fundamental como é o turismo.

É portanto mais do que necessário o estabelecimento de um Plano Estratégico para o turismo no concelho de Olhão, pensado e projectado elaborado e concretizado, sempre, desde uma perspectiva sustentável.

#### **7.1.4. Contributos para um modelo participativo em falta.**

Este modelo participativo, além de outras vivências, foi observado por mim durante a minha estadia no arquipélago dos Açores, onde por razões pessoais e profissionais, durante cerca de dois anos pude

constatar in loco, a beleza e as potencialidades do turismo de aventura e de natureza, pude contactar com associações, coletividades, entidades, grupos e pessoas individualmente consideradas, dedicando um tempo de estudo, para pesquisa e reflexão mais aprofundada sobre o desenvolvimento do processo da Agenda 21, por comparação e em particular, a Agenda 21 Local de Olhão.

Com base nos dados do inquérito e na análise do processo de elaboração da Agenda 21 Local/Olhão, discute-se nesta secção a falta de um modelo participativo e apresentam-se pistas para um modelo alternativo com a participação dos cidadãos e, embora essa extinção da Agenda 21 Local de Olhão tivesse ocorrido oficialmente em 2011, o fato é que já existiam sinais da sua morte muito antes, como as recolhidas por fontes de organizações cívicas, é o que se infere da tese de mestrado<sup>46</sup> de 2009, elaborada por Maria Manuela de Carvalho Álvares que efectuou um estudo sobre *“a necessidade de confronto com critérios definidos e objectivos, de modo a determinar quais os processos susceptíveis de merecer a qualificação de A21L e quais as repercussões no planeamento das autarquias e na participação dos cidadãos.”* e com o objectivo de *“avaliar a situação das Agendas 21 Locais nos municípios portugueses, definidas segundo os critérios do ICLEI, de forma a desenvolver linhas de actuação chave que potenciem o sucesso das A21L. Como se encontram os processos de A21L em Portugal e como potenciar o sucesso da sua implementação?”*

Com base nesta análise, a avaliação final considera que o processo denominado Agenda 21 Local de Olhão não corresponde a um processo de Agenda 21 Local real. Resultado que não é de se estranhar considerando o que aconteceu naquele processo desde o seu início.

Neste ponto, a presente tese de doutoramento, que pretendia recolher uma avaliação do processo de Agenda 21 Local em Olhão, para observar os seus pontos fracos, fortes, e potencialidades, a fim de implementar o turismo sustentável em Olhão, deve-se concentrar em outras ferramentas e modelos que ajudem na orientação do turismo sustentável desejado para o território de Olhão. Sem esquecer nem ignorar o fato de que a Agenda 21 Local não esgotou ainda todas as suas possibilidades em Olhão. O processo desenvolvido pela edilidade não foi verdadeiramente um processo de Agenda 21 Local,

---

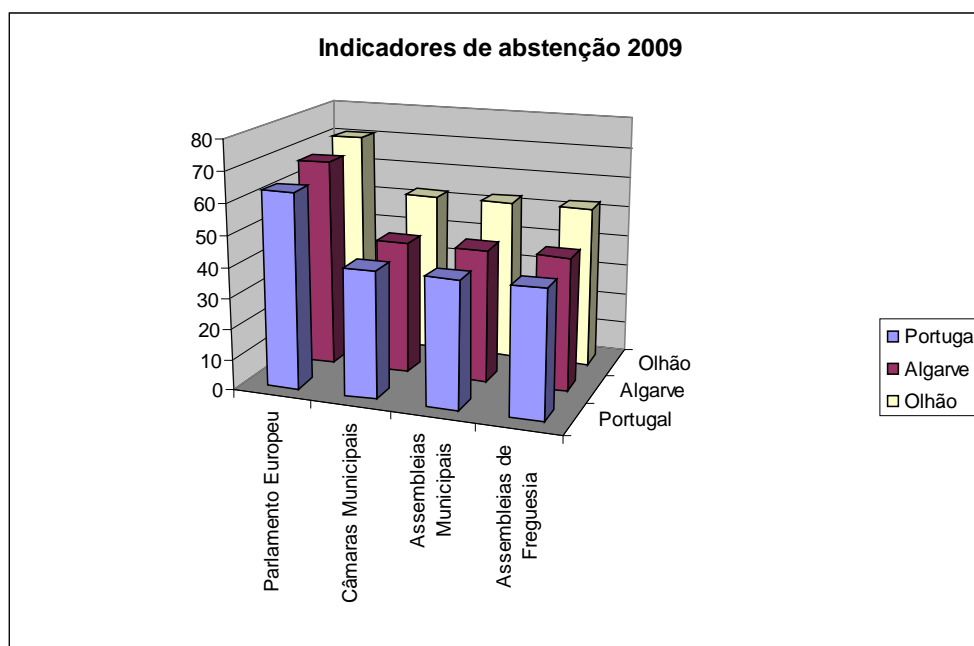
<sup>46</sup> (de Carvalho Álvares, 2009)



por conseguinte, é possível que, no futuro, e com um governo local mais comprometido, este processo possa ser resgatado e reapreciado, mas que realmente conte com a vontade política de fazer uma Agenda 21 Local com participação real, isto é, uma participação efectiva e empenhada das pessoas, dos atores, da comunidade.

A Agenda 21 Local em Olhão não foi implementada, em grande parte porque não foi um processo de envolvimento e de participação real, mas, Agenda 21 Local é um processo dinâmico, e este pode começar novamente a partir do próprio desenho existente, e como ponto de partida podem ser usadas diferentes práticas para promover uma real participação dos cidadãos.

É interessante olhar para os dados de participação política e estabelecer uma comparação entre Olhão, Algarve, e Portugal. A tendência do Quadro 56 também é vista nas eleições realizadas em 2011, mas desde que os dados das eleições de 2009 incluem uma maior diversidade de áreas eleitorais sujeitas a vota, é esse período que se escolhe para elaborar o Quadro 56 e a Tabela 25.



**Quadro 56 - Indicadores de abstenção comparada nas diferentes eleições de 2009 entre Portugal, Algarve e Olhão (Fonte INE 2011). Elaboração própria.**

Olhando para o Quadro 56, em todas as eleições realizadas em 2009, vemos que as taxas de abstenção em Olhão são mais elevadas do que as obtidas na região do Algarve (que já são de elevada percentagem) e ainda mais altas do que a média de abstenção em Portugal. Este é

um indicador interessante, pois parece refletir uma falta de confiança da população de Olhão nas instituições, desde as mais próximas, locais (câmaras municipais, assembleias municipais, assembleias de freguesia) até aquelas que se encontram como mais distantes e “estranhas”, como o Parlamento Europeu.

2009	Parlamento Europeu	Câmaras Municipais	Assembleias Municipais	Assembleias de Freguesia
Portugal	63,2	41	41	41
Algarve	67,5	43,3	43,3	43,3
Olhão	70,9	52,6	52,6	52,6

**Tabela 25 – Dados dos Indicadores de abstenção comparada nas diferentes eleições de 2009 entre Portugal, Algarve e Olhão (Fonte INE 2011). Elaboração própria.**

Os dados da Tabela 25 parecem indicar um grande descontentamento dos habitantes de Olhão em relação às instituições, que, no entanto, são as que decidem e definem as políticas e ações que determinam a atual cidade e seu desenvolvimento futuro.

A boa parte do fracasso do processo da Agenda 21 Local em Olhão, de um lado permite-nos obter uma aprendizagem do que foram os elementos e fatores que determinaram o seu fracasso; e por outro lado e mais importante, é que sabendo o que é que falhou, pode-se retornar ao desenho de uma nova Agenda 21 Local.

Um novo processo que retire essas falhas; defina os elementos, fatores e atores, que não devem estar ausentes do processo em termos de se poder avançar neste momento com sucesso; e acima de tudo logre gerar a confiança, em especial nas populações locais, através da sua participação desde o próprio desenho; e que essa participação seja real e efectiva em todo o processo.

Para dar início a este processo, existem ferramentas que podem ajudar a remodelar e relançar um processo de Agenda 21 Local que seja verdadeiramente participativo. O essencial é ser capaz de recuperar a confiança da população local, e para tal não devem ser esquecidos os antecedentes nesta matéria, é que, os atores locais, a comunidade já foi anteriormente convidada e deram o seu empenho e envolvimento num processo similar, sem serem tidos então em conta os seus pontos de vista.

É necessário retomar o diálogo com a população, pois é bastante provável que o processo seja confrontado com alguns habitantes locais relutantes em participar porque sentem que foram enganados no passado. E, o que é interessante sobre muitas das ferramentas de compartilhamento concebidas para os processos de Agenda 21 Local, é que podem ajudar a dar confiança às pessoas na ação do próprio processo.

Algumas destas ferramentas são tais como:

*Avaliações comunitárias (pesquisas de opinião)*

– Que pretendem orientar a planos concretos de ação (tomada de decisão);

– São baseadas não tanto numa amostragem que extrapolar, é mais um plebiscito.

Existe um grupo de coordenação com uma grande representação dos atores, o que mais ou menos direcionado ao estudo; define conteúdos, o que estão interessados em saber; é elaborado um projecto de questionário, e um plano de execução. Não existe amostragem, se se visitam todas as casas.

É realizado com base nos dados de um relatório de avaliação com as recomendações e o plano de acção.

Ele faz uma apresentação pública do relatório e o submete a debate. Ele também pode ser utilizado em consultas mais detalhadas, ou bairros aonde vão acontecer mudanças.

*Consultas, que servem para:*

- Identificar os atores (sectores e organizações);
- Identificar parceiros.

- Fornece informações básicas aos parceiros em aspectos de intervenção.
- Gera reflexão e debate.
- Recolhe pontos de vista, preocupações, ideias e propostas e as acomoda em primeiro lugar.
- É um dos processos legalmente contemplados na maioria das questões ambientais.
- Permite obter uma imagem de todos os interesses e pontos de partida.
- Por vezes são utilizadas como um teste inicial na fase de planeamento, de um processo de participação *a posteriori*.
- É melhor quanto maior é a concretização e a simplicidade das perguntas. Pode-se promover que as respostas sejam sectoriais (por

área de interesse, conhecimento etc.) e sejam enviadas a um fórum temático e/ou um fórum de distrito, (um exemplo é o Orçamento participativo em Porto Alegre, Brasil).

O *orçamento participativo*, como um instrumento de democracia participativa, tem sido de grande ajuda para gerar uma mudança no modelo municipal de gestão, que é capaz de democratizar a democracia, devolver poder às pessoas, promover o desenvolvimento humano e reforçar a liberdade e a dignidade de todas as pessoas, e aumentar a sensibilização e integração política de todos os atores sociais (com especial referência às classes populares).

*Qualquer processo de orçamento participativo tem de permitir a realização dos seguintes objectivos específicos:*

- *para tornar possível a reflexão sobre as necessidades, devem-se identificar e priorizar as demandas no tempo (abordagem diagnóstica e estratégica);*
- *as decisões concretas, são aplicáveis em conformidade com a viabilidade e o volume dos recursos disponíveis do Câmara Municipal, fixando prazos para a sua execução;*
- *acompanhar a execução das demandas e permitir a participação das pessoas na realização de todos os aspectos que terão que resolver no momento da execução. (Bou, 2007:8)*

*Atenção às emergências e consultas*

- De especial interesse durante o planeamento e a avaliação.
- Servem como canais de comunicação com as pessoas em geral.
- Escritório de atenção, Caixa de sugestão...

*Audiências Públicas*

- Algumas administrações têm-nas já previsto no seu modo de funcionar, já regulamentadas.
- Debate aberto a todas as pessoas.

*Festivais de ideias*

- Chamada para tentar incentivar a criatividade para solucionar um problema.
- Podem servir apenas para abrir o debate, sem necessariamente chegar a uma solução.
- Deseja-se promover a originalidade, a viabilidade, e as maneiras de integrar cidadania. (por exemplo, Fórum de crianças).
- Promove a educação para a participação que também influencia a gestão municipal.

*O planeamento coletivo*, que contempla o seguinte esquema:

- Curtas apresentações.
- Reconhecimento do espaço físico.
- Organização de grupos de trabalho.
- Plenário.
- Novos grupos de trabalho para aprofundamento.
- Síntese.
- Relatório de propostas.

*O uso da internet*, como uma ferramenta para a participação:

- Vetor de informações.
- Discussão e troca.
- Fóruns de discussão.
- As Listas de distribuição.
- Videoconferência/chat.
- Consultas.
- Contacto entre os representantes e os seus eleitores e representados, e entre as políticas e os cidadãos.
- Espaço de trabalho na web, onde se podem colgar os documentos partilhados.

Trata-se de uma ferramenta de interesse especial para trazer a participação da juventude, e com apenas o único problema da uma possível falta de acesso à internet.

#### **7.1.5. Os resultados finais.**

Segundo o que se observou no inquérito a estes 100 cidadãos de Olhão, constatamos que os dados refletem considerações positivas de turismo no município, das estratégias que o concelho desenvolve, das visitas efectuadas pelos próprios turistas e da autorepresentação das pessoas locais no seu acolhimento.

Não existiram diferenças significativas nas respostas das 100 pessoas inquiridas, de acordo com as diferentes categorias atribuídas, exceto para as perguntas 2 e 9, onde se verifica uma resposta diferencial entre homens e mulheres, sendo mais positivo as considerações feitas por mulheres em ambos os casos.

Ao contrário do que se poderia esperar a partir dos dados de participação dos cidadãos no Algarve e Olhão, refletida na seção anterior, há uma consideração melhor que o esperado sobre o papel

do município de Olhão no turismo. No entanto, e de acordo com as respostas da pergunta 11, pouco mais de metade dos inquiridos (58%) acredita que o concelho ainda não faz o suficiente em matéria de promoção e divulgação do município.

Estas boas observações sobre o turismo como uma atividade importante no município, sobre os visitantes que chegam, e para o papel geral do concelho neste território, juntamente com a ideia de que há espaço para novos empreendimentos de turismo na cidade, mostram uma harmonia entre as pessoas e o próprio município, que possibilita concentrar mais esforços na promoção de Olhão como um destino turístico com características únicas na região do Algarve, e o compromisso de fortalecer essa atividade económica.

Enquanto o processo de Agenda 21 Local de Olhão falhou porque não foi projectado corretamente desde o início, e porque não existia vontade política para ter um processo verdadeiramente participativo. Trabalhar por uma participação cidadã certa deve ser pensada e feita desde uma responsabilidade partilhada (Mora Aliseda, 2014: 76).

Para reiniciar todo o processo, há que tentar tirar vantagem do processo anteriormente iniciado. Para que seja verdadeiramente eficaz e participativo este novo processo deve desde o seu início, e através da mesma fase de desenho, contar com os principais atores já detectados no processo anterior, e descobrir se existem agentes que foram deixados fora, ou se existem novos atores a tomarem parte em todo o processo. Um plano que deve conter: participação; sensibilização, formação e motivação de tudo o pessoal envolvido; comunicação (a todos os níveis, e tanto vertical como horizontal); consulta (negociação); subsidiariedade (ao nível mais baixo e perto da cidadania) e qualidade (Ibid: 76) com um grande valor acrescentado de um desenvolvimento endógeno e local desde os recursos próprios (Ibid: 77).

Embora o processo de Agenda 21 Local não tivesse prosseguido, ainda assim alguns dos produtos nascidos sob o mesmo, estão ainda hoje presentes em Olhão, mesmo que com diferente apreciação por parte dos cidadãos.

Um desses produtos é a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S. A., que nasceu do lado do Programa Polis da Ria Formosa, e que

segundo a associação civil Somos Olhão<sup>47</sup> “*pretende a requalificação e renaturalização da Ria, esquecendo a eliminação dos efluentes directos e indirectos para a Ria*”. Esse programa, pelo menos até 2009, foi “*dotado com a verba de 87 milhões de euros, parte substancial proveniente de fundos comunitários*” e apesar de que os seus objectivos sejam principalmente a recuperação e restauração da Ria, Somos Olhão estima pelos resultados que no referido trabalho termina “*mais parecendo uma operação cosmética onde se esconde o lixo debaixo do tapete*”.

Outro produto obtido durante o fracassado processo de Agenda Local 21 é a Ecoteca de Olhão - Museu João Lúcio, que é “*um centro de Educação Ambiental, com exposições temporárias*”<sup>48</sup> e tem entre as suas principais actividades tentar “*envolver os cidadãos de forma responsável, participada e democrática na aplicação da Agenda 21 local.*” A Agenda 21 Local em Olhão não existe mais, mas sim a Ecoteca e as actividades que são regularmente realizadas na tentativa de elevar a consciência da cidadania de Olhão e dos visitantes que chegam, em volta das questões ambientais e do meio ambiente natural e humano da cidade de Olhão.

Como se percebe dos resultados do inquérito que implementámos em Olhão, é mais do que necessária a formulação de um Plano Estratégico para o Turismo no concelho de Olhão que contenha uma perspectiva sustentável. Para isso devem ser seguidas as seguintes fases: fase de preparação, fase de informação e de diagnóstico, fase de prospeção, fase de planeamento e fase de gestão (Gómez, 2008 *apud* Mora Aliseda, 2014: 75).

A partir do fim do processo da Agenda 21 Local, sem ter atingido a sua implementação ou até mesmo sem ter alcançado uma pequena parte, torna-se necessário redefinir objectivos na busca de outros modelos, ideias e sugestões como as que Ernâni Lopes<sup>49</sup> revela no seu trabalho e para onde se remete os próximos dois capítulos, juntamente com outros manifestos, declarações e análises de organizações e associações civis envolvidas na procura de um turismo sustentável.

<sup>47</sup> <http://somosolhaoe.blogs.sapo.pt/4962.html>

<sup>48</sup> <http://www.ecotecadeolhao.blogspot.com.es/>

<sup>49</sup> Lopes, Ernâni (2005) Reinventando o Turismo em Portugal. Estratégia de Desenvolvimento Turístico Português no I Quartel do Século XXI. Lisboa. Confederação do Turismo Português.

## 8. PROPOSTA PARA UM NOVO MODELO DE TURISMO SUSTENTÁVEL

### 8.1. – Antecedentes de um novo modelo

O Algarve tem uma clara individualidade e personalidade; e é nesta base que os geógrafos se interessaram pela sua caracterização, como espaço territorial, na relação com o resto do país. Jorge Gaspar, retomando e aprofundando as ideias de Amorim Girão, refere a longa autonomia histórica do território, e as suas analogias com o conjunto do território português:

*“O Algarve é um Portugal em ponto pequeno. É esta a imagem que nos ocorre a partir da leitura de vários mapas do Algarve. Outra (...) é a de que estamos perante um ‘Portugal deitado’. De facto, aqui encontramos ‘rodando os eixos’, as principais componentes do País, em formato reduzido: as duas unidades geológicas mais marcadas – orlam sedimentar o Maciço Antigo; a oposição Litoral-Interior em termos de desenvolvimento sócio-económico e de densidade demográfica; a bipolarização do sistema urbano Portimão-Faro versus Porto-Lisboa”*(Gaspar, 1993)<sup>50</sup>.



**Mapa 5: Comparação dos mapas de Portugal e da região do Algarve rodada 90° (Fernandes e Janeiro, 2005:8).**

Assim quando se toma o mapa da região do Algarve, se torce 90° no sentido dos ponteiros do relógio, e se confronta com um mapa de

<sup>50</sup> Citado em (Fernandes e Janeiro, 2005:8)



Portugal inteiro, verifica-se que esta curiosa analogia mostra o Algarve como um Portugal em pequeno (Mapa 5).

Por outro lado o Algarve é uma das regiões economicamente mais debilitadas, cuja localização geográfica periférica dificulta a geração de competitividade e de crescimento, e cujos investimentos na construção de infraestruturas e equipamentos de natureza variada (escolas, centros de saúde, polidesportivos, etc.) deixam de ser rentáveis devido ao reduzido volume populacional.

Em 2001, o Algarve tinha 395.218 habitantes, sendo que as áreas de baixa densidade representam mais de 2/3 da área total da região e pouco mais de 1/3 da população total (136.199 habitantes). Mais de metade das freguesias destes territórios tiveram perdas populacionais entre os últimos dois períodos censitários. Para prevenir o declínio e envelhecimento da população, deveria ser tomado como lema: “Rejuvenescer o Algarve enquanto destino turístico, assente no aproveitamento sustentável dos seus recursos, potenciado pelo envolvimento dos seus diversos intervenientes, contribuindo para uma melhoria da qualidade de vida dos residentes (Turismo de Portugal, 2014: 446)”.

Mas ao mesmo tempo o Algarve apresenta um potencial vastíssimo ao nível da produção de qualidade no que concerne a:

*“Produções primárias:*

Pomar tradicional de sequeiro (amêndoa, figo, azeitona, alfarroba...); culturas de regadio (laranja, tangerina, figo fresco, batata doce, uva de mesa, primores do algarve...); actividades pecuárias (cabra e cabrito algarvios, ovelha e borrego de raça churra algarvia...); produção florestal (cortiça, outras espécies mediterrânicas...); ervas aromáticas (poejo, salva, orégãos...); outras (frutos silvestres - medronho, amora, figo de pita...; perceves de Aljezur, moluscos e bivalves; extracção de sal...)

*Transformação de produtos agro-alimentares:*

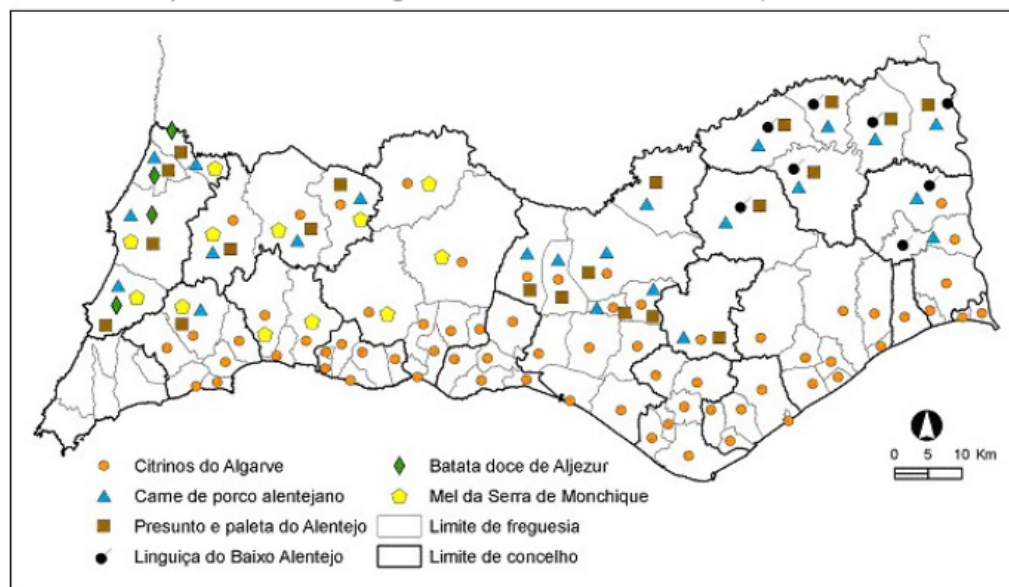
Produtos da terra (derivados de alfarroba, doces regionais de amêndoa, azeitona britada e de sal, mel...); produtos derivados da pecuária (enchidos-chouriço, farinheira, morcela, molhe, carne de cabrito algarvio e de borrego de raça churra algarvia, queijo de cabra fresco e curado...); produtos do mar (transformação de sal marinho, flor de sal, peixes secados ao sol...); licores (laranja, tangerina, figo, alfarroba, marmelo, poejo...) e aguardente de medronho.

*Artesanato útil e de decoração:*

Cestaria, olaria de barro, utensílios em cobre, trabalhos em juta, ráfia, linho, madeira...” (Neves, 2003:13-14).

Neste estudo de Neves sobre as condicionantes e potencialidades dos produtos tradicionais algarvios, chama-se a atenção para a necessidade de priorizar acções sobre alguns desses produtos, a saber: derivados de alfarroba, flor de sal marinho, batata-doce, azeitona britada, figo fresco, doçaria regional (amêndoa, figo e alfarroba), enchidos de Monchique, cabrito de raça algarvia, queijo de cabra algarvia (Ibid:15). No entanto, os produtos certificados ficam aquém da diversidade existente.

Como se pode observar no Mapa 6, praticamente toda a zona serrana abrange parte da área de produção da carne de porco alentejano, da linguiça do Alentejo e do presunto e paleta do Alentejo. A zona serrana do Barlavento e Costa Vicentina ficam ainda enriquecidas com a certificação da batata-doce de Aljezur e com o mel da Serra de Monchique. Aqui também se enquadra parte da zona de produção dos citrinos do Algarve, se bem que essa seja uma produção essencialmente litoral.



Fonte: SIDS - CCDRALG

**Mapa 6: Produtos agro-alimentares certificados, em 2007 (CET, 2009:46).**

## Sítios de Interesse Comunitário - SIC

### Exemplos:

#### R. ATLÂNTICA (7)

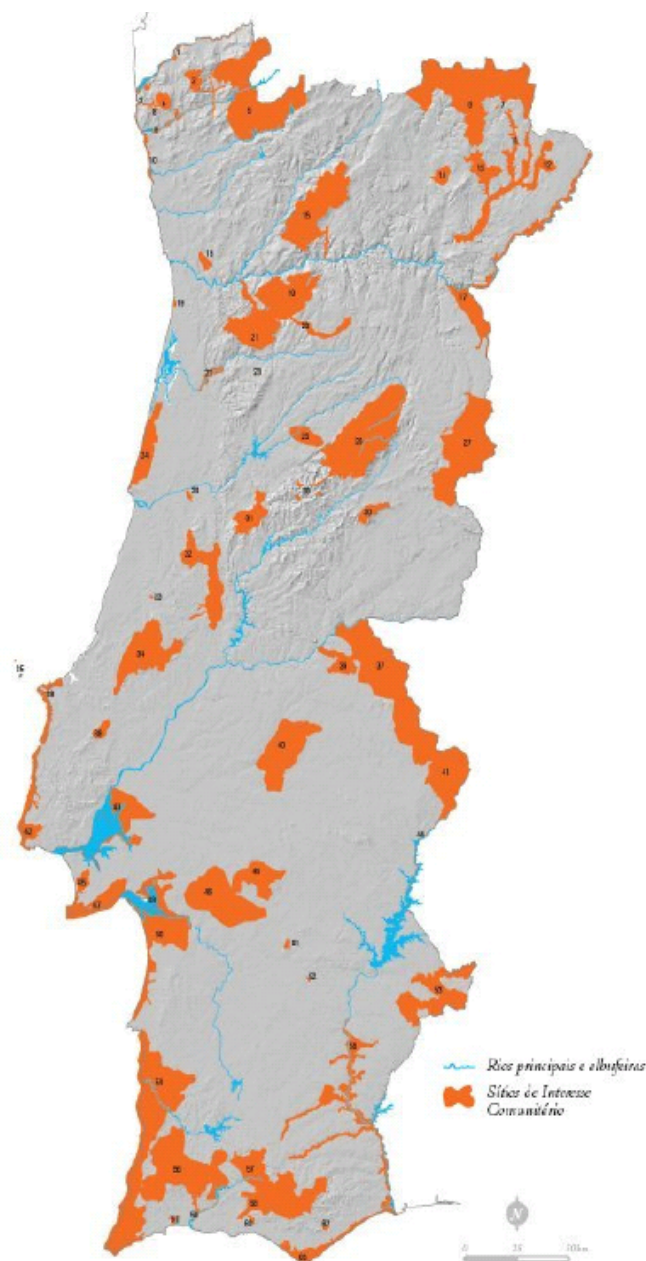
- Litoral Norte
- Rio Lima
- Corno do Bico

#### R. MEDITERRÂNICA (54)

- Alvito/Cuba
- Fernão Ferro/ Lagoa de Albufeira
- Barrocal

#### R. MACARONÉSICA (34)

- Laurisilva da Madeira
- Costa e Caldeirão – Ilha do Corvo
- Ilhas Desertas
- Lagos do Fogo – Ilha de São Miguel
- Ilhéus do Porto Santo
- Ilhas Selvagens



Mapa 7: Rede Natura 2000 em Portugal – Lugares de Interesse Comunitário<sup>51</sup>.

No que diz respeito aos recursos naturais e áreas naturais protegidas no Algarve, em 2007 estas representavam quase 9,6% do território e de entre elas os sítios da Rede Natura 2000 eram quase 36% (CET, 2009:46).

<sup>51</sup> [http://www.igeo.pt/atlas/cap1/Cap1e\\_p76\\_image.html](http://www.igeo.pt/atlas/cap1/Cap1e_p76_image.html)

## Zonas de Protecção Especial – ZPE

(50)

### Exemplos:

Ria de Aveiro

Estuário do Tejo

Caldeira e Capelinhos -  
Ilha do Faial

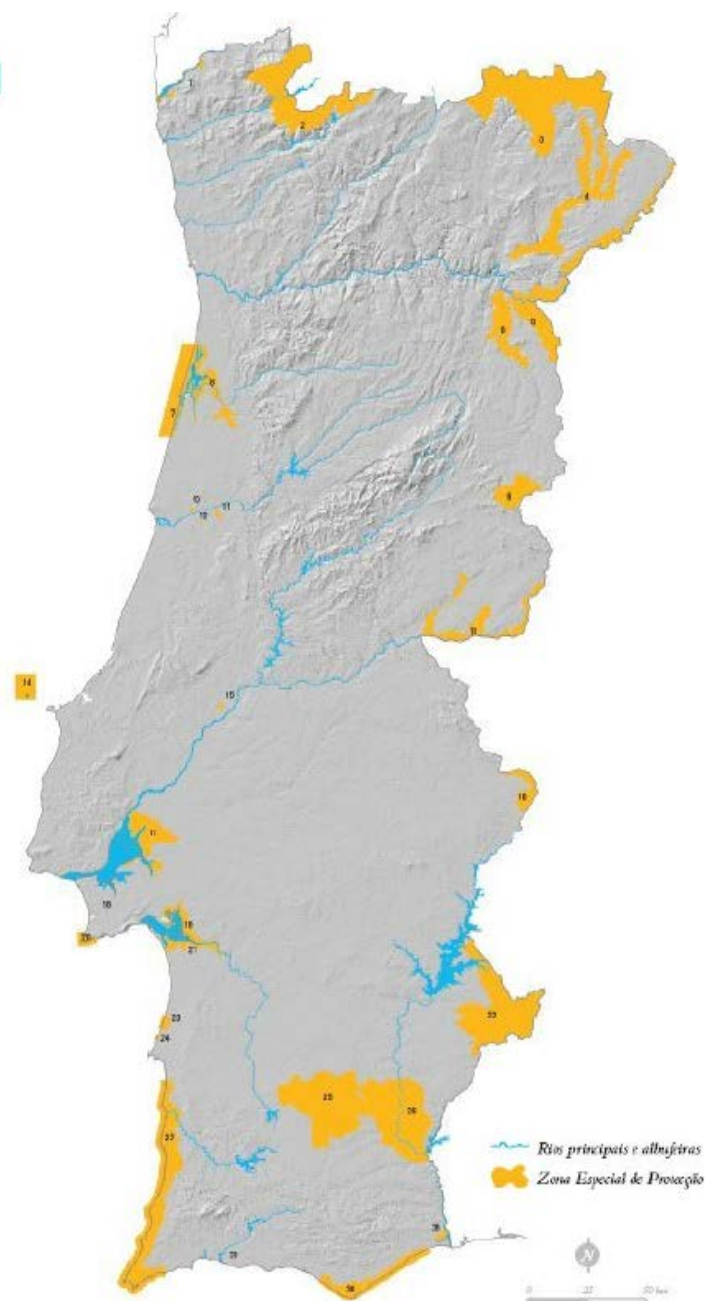
Rios Sabor e Maçãs

Maciço Montanhoso  
Oriental da Ilha da  
Madeira

Mourão/Moura/Barrancos

Castro Verde

Vale do Guadiana



**Mapa 8: Rede Natura 2000 em Portugal – Zonas de Protecção Especial ZPE<sup>52</sup>.**

A Rede Fundamental de Conservação da Natureza (PNPOT, 2007:32), é uma figura integradora do conjunto dos regimes jurídicos e instrumentos políticos de conservação da natureza e da biodiversidade em Portugal, no interior do qual são classificados:

<sup>52</sup> [http://www.igeo.pt/atlas/cap1/Cap1e\\_p75\\_image.html](http://www.igeo.pt/atlas/cap1/Cap1e_p75_image.html)

- a) As áreas protegidas de âmbito nacional, regional ou local que constituem a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP);
  - b) Os sítios da lista nacional de lugares e zonas de protecção especial integrados na Rede Natura 2000 (Rede Natura);
  - c) Outras áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais;
  - d) A Reserva Ecológica Nacional (REN);
  - e) O Domínio Público Hídrico (DPH);
  - f) A Reserva Agrícola Nacional (RAN).
- O conjunto das áreas mencionadas nas alíneas a), b) e c) constitui o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC).

Como se pode ver nos Mapas 7 e 8, diversas áreas da região Algarviana possuem tanto a categoria SIC (Sítios de Interesse Comunitário) como a categoria ZPE (Zonas de Protecção Especial) no âmbito da protecção da Rede Natura 2000, e especificamente, a área correspondente a Olhão e à Ria Formosa encontram-se dentro de ambas as categorias (SIC e ZPE). O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho) não aborda uma estratégia integrada de ecoturismo ou turismo da natureza, e tem apenas referências pontuais.<sup>53</sup>

No Algarve são reconhecidas oficialmente pelo Estado Português como áreas com estatuto de protecção no domínio da conservação da natureza, 3 Zonas Húmidas de Importância Internacional ao abrigo da Convenção de RAMSAR (Áreas RAMSAR), 1 Reserva Biogenética do Conselho da Europa, 2 Sítios Classificados, 3 Áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (1 Reserva Natural e 2 Parques Naturais), 10 Sítios de Interesse Comunitário (SIC) e 5 Zonas de Protecção Especial (ZPE), sendo que estes dois últimos compõem a Rede Natura 2000. Estas áreas, que perfazem 12,2 % da área do Algarve, obedecem tanto a objectivos de natureza biológica como paisagística, tendo em consideração critérios de raridade, valor estético, científico, cultural e/ou social.

De todas estas áreas, como se pode verificar na Tabela 26, a Ria Formosa possui várias categorias de protecção, para além dos dois mencionados na rede Natura 2000 (SIC-Sítio de Interesse comunitário e ZPE-Zona de Protecção Especial); tem a categoria adicional de Área RAMSAR (de acordo com a Convenção de Ramsar sobre Zonas Húmidas, 1971) e ainda é uma das Áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas.

<sup>53</sup> Adaptado de <http://ccbio.fc.ul.pt/bac/RedeNatura2000emPortugal.pdf>



Area RAMSAR	Reserva Biogenética	Sítios Classificados	Áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Ria Formosa</li> <li>» Sapais de Castro Marim</li> <li>» Ria de Alvor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Ponta de Sagres</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Sítio classificado da Rocha da Pena</li> <li>» Sítio classificado da Fonte Benémola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina</li> <li>» Parque Natural da Ria Formosa</li> <li>» Reserva Natural Sapal de Castro Marim e Vila Real de St. António</li> </ul>

REDE NATURA 2000	
Zona de Protecção Especial	Sítio de Interesse Comunitario
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Costa Sudoeste</li> <li>» Leixão da Gaivota</li> <li>» Ria Formosa</li> <li>» Sapais de Castro Marim</li> <li>» Vale do Guadiana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>» Costa Sudoeste</li> <li>» Arade / Odelouca</li> <li>» Ria de Alvor</li> <li>» Ria Formosa - Castro Marim</li> <li>» Ribeira de Quarteira</li> <li>» Monchique</li> <li>» Cerro da Cabeça</li> <li>» Barrocal</li> <li>» Caldeirão</li> <li>» Guadiana</li> </ul>

**Tabela 26 - Resumo das áreas do Algarve com estatuto de protecção no domínio da conservação da natureza (CCDR Algarve 2005b:39).**

É notório que existem no Algarve inúmeros recursos históricos, geográficos, antropológicos, sociais, gastronómicos e culturais, que se podem tornar numa aposta para outro tipo de turismo, mais sustentável para o território da região Algarvia, e especificamente para a Ria Formosa e os municípios estabelecidos ao seu redor, incluindo naturalmente a cidade de Olhão da Restauração, por muitos considerada como sendo a capital da Ria Formosa.

### **8.1.1. A necessidade e o interesse do modelo.**

Nesta aposta por um turismo sustentável, que abrange outros tipos de turismo com responsabilidade e justiça; ou outros mais conservacionistas da natureza, como por exemplo, o ecoturismo; não podemos permitir-nos ser enganados por propostas de turismo que sob estas designações apenas têm uma maquilhagem verde, com empresas turísticas que nada têm de acções equitativas e sustentáveis, e que finalmente se tornam uma falácia ao serviço do capitalismo.

Também é importante notar que não é possível converter esta actividade do turismo sustentável como a panaceia para resolver os problemas de todas as comunidades rurais e naturais do mundo. *A hipótese subjacente a esta reflexão está centrada na ideia de que as actividades turísticas realizadas nos espaços rurais e naturais dos países (especialmente em países subdesenvolvidos, ou que passam por uma profunda crise económica, como a vivida pelos países do sul da Europa hoje, incluindo Portugal), embora realizadas em qualquer forma de novo tipo e supostamente sustentável (como é o caso de ecoturismo), implicam sempre relações socioeconómicas e dependência dos países centrais ou dominantes* (Segrelles Serrano, 2009:2).

Em torno do conceito de serviços de ecossistema, parece importante referir que este é um conceito teórico emanado do domínio científico e inicialmente esquecido das reservas da biosfera, que tenta desde o horizonte económico atual medir os activos derivados da natureza, para dar-lhes um preço. Encontrar alguns critérios e métodos de medição verdadeiramente adequados, eficazes e eficientes para estes bens e que possam permitir ajustar de maneira digna o seu preço, é um grande desafio para o qual temos de agir com cautela, pois medir e quantificar normalmente não são fáceis, uma vez que a quantificação do valor dos serviços é principalmente cultural, e por definição proporcionam outros benefícios intangíveis e, conseqüentemente, incontáveis.

Nesta coexistência de diferentes actividades sobre o meio ambiente, oferecendo diferentes serviços ambientais, um caso notável de equilíbrio simbiótico entre actividades agrícolas e a preservação do meio ambiente e da biodiversidade é encontrado nos Parques Naturais Agrícolas como o chamado Parque Natural Agrícola Carrizales<sup>54</sup>, conduzido pela comunidade de regantes de Carrizales e localizada no município de Elche, Alicante (Espanha) localizado entre dois espaços naturais protegidos: O Hondo, e as Salinas de Santa Pola. Este parque natural, onde se desenvolve a actividade agrícola, representa um modelo de harmonia, onde a agricultura não destrói a paisagem nem o território, mas que se destaca como uma manifestação económica necessária para manter o ecossistema e a biodiversidade da área em que está inserido.

Neste caminho proposto para o turismo sustentável, o ecoturismo é apresentado como um dos pilares sobre os quais a proposta de

---

<sup>54</sup> <http://www.carrizales.es/parque-natural-agrario.php>

criação mais ampla e que pode ser orientada para a Economia do Bem Comum e para o Turismo Responsável (ou melhor, como se dirá mais adiante, para a Responsabilidade no Turismo).

### **A economia do bem comum<sup>55</sup>.**

A economia do bem comum baseia-se nos mesmos valores que florescem nas relações entre os indivíduos, como a confiança, a cooperação, a valorização, a democracia e a solidariedade.

As empresas que obtenham as suas actividades com bons balanços do bem comum poderão desfrutar de vantagens legais: taxas reduzidas de impostos, tarifas vantajosas, empréstimos baixos, adquirir privilégios no público e no momento da distribuição dos programas de pesquisa, etc. Desta forma, o ingresso no mercado dos produtos, actividades e serviços destas empresas vão ser mais favorecido do que aqueles de outras empresas com actividades, produtos e serviços de menor qualidade, menos éticos e menos ecológicos.

O superavit dos balanços deve ser utilizado para: investimento em melhoria social e ecológica, reembolso de empréstimos e depósitos de reservas limitadas, gratificação aos seus empregados de uma forma restrita, bem como a concessão de empréstimos sem juros para as empresas que colaboraram no inquérito.

*A democracia representativa* será completada pela *democracia direta* e pela *democracia participativa*. A *cidadania soberana* deve ser capaz de monitorar e corrigir a sua representação, promulgar leis por si só, modificar a constituição e ser capaz de controlar a infraestrutura de abastecimento. Numa democracia real são idênticos os interesses dos representantes e os da cidadania soberana.

### **O turismo responsável.**

Nos termos definidos por uma das organizações<sup>56</sup> que tem vindo a desenvolver o turismo responsável desde 1998, este pode ser definido com base em critérios tais como:

- *No Turismo Responsável o turismo actuou de acordo com princípios de justiça social e económica, e no pleno respeito pelo meio ambiente e pelas culturas.*

---

<sup>55</sup> Adaptado de <http://www.gemeinwohl-oekonomie.org/pt-pt/content/conte%C3%BAdo-economia-del-biem-comum>

<sup>56</sup> [http://www.aitr.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=583&Itemid=398&lang=es](http://www.aitr.org/index.php?option=com_content&view=article&id=583&Itemid=398&lang=es)



- *Reconhece a centralidade da comunidade local e do seu direito de ser protagonista no desenvolvimento do turismo sustentável e socialmente responsável relativamente ao seu próprio território.*
- *Opera favorecendo a interação positiva entre a indústria do turismo, a comunidade local e os turistas.*

Mas, confrontado com a ideia de inventar outro turismo, parece mais interessante assumir a responsabilidade no turismo, como um elemento transversal que deveria transversal a qualquer tipo de turismo. Nessa perspectiva de turismo sustentável, a responsabilidade em todas as fases e para com todos os atores envolvidos na actividade turística, deve ser um dos critérios e princípios fundamentais.

Na medida em que a OMT conseguiu garantir que as Nações Unidas subscreveram um "*Código mundial de ética do turismo*" (1999), posteriormente em Setembro de 2008 lançaram o Tourpact, onde a OMT procurou mobilizar o apoio de empresas de turismo para os Objectivos do Milénio e a Declaração de Davos sobre alterações climáticas e o turismo, incentivando um maior envolvimento do sector em questões de equidade e justiça social e ambiental.

Outra das principais questões a ser abordadas dentro do turismo ético e responsável, tem a ver com o papel do turismo como uma actividade económica que afeta de maneira local, mas também globalmente o meio ambiente. Há estimativas que colocam o turismo como responsável por 5% das emissões de CO<sub>2</sub> no planeta, mais "*a ONU diz que se incluir não só o CO<sub>2</sub>, mas o conjunto de gases com efeito de estufa, o sector seria responsável por até 14% das emissões. E mais: reconhece que é conservador porque não inclui o custo da energia da construção de hotéis, aeroportos, rodovias e estradas*" (Buades, 2010:12).

É importante conhecer o impacto gerado pelo turismo através dos gases do efeito estufa, já que as práticas e actividades geradas pelo turismo sustentável devem ser também sustentáveis.

### **8.1.2. As linhas orientadoras do modelo.**

Na busca de um modelo de turismo sustentável, existem várias agências e organizações a nível internacional, que estão interessadas em desenvolver critérios éticos e justos para orientar as actividades

turísticas. Como avanço da responsabilidade no turismo, estes códigos, manifestos e declarações, são de cumprimento absolutamente voluntário, não há organizações ou instituições que obriguem o seu cumprimento, nem existe quem faça o devido acompanhamento do mesmo, nem tampouco a própria Organização Mundial do Turismo.

A sociedade civil está a ganhar um papel essencial e importante para a dinâmica e a promoção da responsabilidade no turismo, exigindo de todos os atores envolvidos, incluindo os turistas, a aplicação destes critérios de justiça ética, social e ambiental. Resumimos os pontos-chave de alguns dos códigos, manifestos e declarações que estão a ser desenvolvidas de forma conjunta e participativa, em diversos encontros e reuniões que suportam o caminho para o turismo sustentável da responsabilidade individual e coletiva de cada ator empenhado no mesmo: empresas, gestores, comunidades, governos e visitantes.

### **Código de Ética Mundial para o Turismo, OMT 1999.**

O turismo, como uma actividade associada ao descanso e ao lazer, é concebido e praticado como um meio privilegiado para o desenvolvimento individual e coletivo, mas deve ser um direito de todos os seres humanos que se baseia em:

- O turismo contribui para o entendimento e respeito mútuo entre homens e sociedades;
- O turismo é um instrumento de desenvolvimento pessoal e colectivo;
- O turismo é um fator de desenvolvimento sustentável;
- O turismo é um fator de desenvolvimento e enriquecimento do património cultural da humanidade;
- O turismo pode-se constituir como actividades caritativas para os países e as comunidades de destino;
- Obrigações dos agentes do desenvolvimento do turismo;
- Direito ao turismo;
- Liberdade de movimento no turismo;
- Os direitos dos trabalhadores e dos empresários do sector do turismo. (Delisle e Jolin, 2011:23)

### **Manifesto pela vida, uma ética da sustentabilidade, Bogotá (Colombia), Simpósio sobre Ética e Desenvolvimento Sustentável 2002.**

Este manifesto aborda a ética desde diferentes dimensões,

- Ética de uma produção sustentável;

- Ética do conhecimento e do diálogo dos saberes;
- Ética da cidadania global, espaço público e movimentos sociais;
- Ética da governação global e democracia participativa;
- Ética dos direitos, justiça e democracia;
- Ética da propriedade comum e do Bem Comum;
- Ética da diversidade cultural e de uma política da diferença;
- Ética da paz e do diálogo para a resolução de conflitos;
- Ética do ser e do tempo da sustentabilidade.

A fim de ser capaz de desenvolver um novo modelo de turismo sustentável, deve-se pensar a partir das 3 dimensões da sustentabilidade que se querem promover (ambiental, económica e social) e que devem ser dadas justamente por esse ordem, como mesma é a sequência em que se encontram os limites para o seu desenvolvimento.

O primeiro limite é ambiental, os limites físicos do planeta terra, e que só são responsáveis em certa medida.

A segunda limitação é a económica que precisamente nestes tempos de crise sistémica, são limitados os recursos públicos disponíveis para implementar todo este processo.

O terceiro obstáculo é o aspecto social, no qual, sem as populações e os diferentes intervenientes neste processo, e sem que se estabeleçam as inter-relações entre eles, nenhum processo com estas características poderá prosseguir, e menos ainda pode ser mantido ao longo do tempo e do espaço.

### **Declaração de Fortaleza (Brasil), Seminário Internacional de Turismo Sustentável, 2008.**

Em contraste com o turismo convencional ou de massas, surgem o turismo comunitário de solidariedade, o turismo rural comunitário, o ecoturismo comunitário e o turismo responsável que são construídos coletivamente em contraste com a lógica da dominação económica.

Há uma expansão de um novo turismo solidário, comprometido com a causa dos direitos humanos, justiça (sócio ambiental, de género, racial e étnica), democracia, soberania e autonomia de todos os povos.

## **Declaração do Belém (Brasil), Fórum Global sobre Turismo Sustentável, 2009.**

Apoia outro modelo de desenvolvimento do turismo, baseado numa lógica que se opõe ao modelo de desenvolvimento do turismo e imobiliário de especulação financeira e que não ameace os territórios dos povos indígenas e comunidades locais, por meio da transformação dos enclaves naturais e culturais em bens económicos ao serviço dos grandes capitais.

A OMT está a monitorizar de perto todas estas propostas, e um dos seus documentos de reflexão marca os seguintes quatro eixos para uma ética do turismo.

*1. Regras de conduta criadas a partir de uma concepção da actividade de turismo, tais como descoberta e encontro com pessoas e em espaços diferentes, actividades caritativas, para satisfação e pleno desenvolvimento dos que praticam, visitantes e visitados.* O comportamento ético deve ser dado nos dois sentidos, a partir de turistas que vêm visitar uma comunidade diferente da sua e, possivelmente, têm outras normas e regras de comportamento, mas também aqueles que são visitados relativamente aos visitantes, com um tratamento que propicie a sua estadia ainda mais agradável de modo a incentivar a que voltem e que, eles próprios, promovam junto dos seus amigos e conhecidos.

*2- Regras de conduta que são provenientes da venda de serviços das empresas de viagem, aos consumidores que estão numa posição de vulnerabilidade (fora da sua casa, muitas vezes em países distantes, forçados a comprar o serviço, etc.)* Na relação entre a empresa ou comunidade que oferece e gerência os serviços, e os viajantes, os primeiros estão numa posição de superioridade, que em caso de falta de assegurar os direitos de quem contrata os seus serviços, irá dar origem a abusos que prejudicam a actividade do turismo como um todo, tendo como resultado a insatisfação e revolta dos turistas, que não vão voltar e nem, publicitar a sua visita.

*3- Regras de conduta relativas às relações que mantém a empresa de turismo com seus empregados, as subcontratas ou fornecedores, accionistas ou investidores.* Da mesma forma que se devem assegurar os padrões e boas práticas entre aqueles que oferecem o serviço e os visitantes, também se devem certificar as boas relações

no âmbito do conjunto das pessoas, gestores e prestadores dos serviços oferecidos pela actividade do turismo considerado.

*4- Regras de conduta produto do fato de que as empresas de turismo são pessoas jurídicas que têm responsabilidades nas sociedades em que estão envolvidas.* Os compromissos e a conduta ética da actividade turística devem em primeiro lugar e acima de tudo ser baseada no que é exigido pela comunidade na qual se encaixa, e será igualmente responsável por qualquer impacto negativo decorrente de tal actividade. (Ibid:30-34)

A responsabilidade, a ética, e a equidade social e ambiental são etapas essenciais no caminho para o turismo sustentável.

### **8.1.3. A necessidade da implementação e do seguimento.**

Dentro da definição do modelo, são de grande interesse as análises, recomendações e propostas contidas nos documentos, manifestos e declarações de instituições e organizações envolvidas com o turismo sustentável. O objectivo é conseguir que cada vez mais empresas e actividades turísticas assinem esses documentos e com isso se comprometam na sua execução. Embora este documento não deva ficar apenas como um limpa-consciências verde, em tais casos, esses documentos *“podem ter como efeito perverso remover qualquer responsabilidade pessoal para os signatários, que podem ser limitados a obedecer às regras e directivas sem realmente acreditar neles, mas apenas a fim de proteger a sua reputação e evitar possíveis sanções”* (Ibid:38).

Os critérios éticos de equidade e justiça social e da responsabilidade ecológica nas actividades turísticas podem ser bem interessantes, para atrair outros tipos de turistas mais responsáveis e preocupados com o seu ambiente e as pessoas, da mesma forma como o fazem com os rótulos e certificados de turismo verde. Mas, da mesma forma que contêm pontos muito positivos, não podemos esquecer que também contêm o perigo de que o turismo responsável, turismo verde, ou turismo equitativo sejam utilizados como meros rótulos para abandonar o conteúdo ético, crítico e até mesmo político que define ao turismo sustentável e seja apenas transformado numa ferramenta que mercantilize e legitime as empresas turísticas através dos atores sociais.

As Agendas 21 Locais podem servir como mecanismos válidos para dirimir conflitos sócio-ambientais que são gerados antes do início de qualquer actividade num ambiente local, e em particular para as actividades turísticas, desde que satisfaçam pelo menos estes pressupostos iniciais:

– *Que exista um alinhamento de interesses entre a classe política e social sobre a natureza questionável do projeto em si.* Muitas vezes encontramos-nos com as autoridades locais interessadas em obter bons resultados no domínio ambiental, promovendo este tipo de projectos, à margem da opinião dos seus habitantes, delegando o diagnóstico a consultores externos, em vez de trabalhar conjuntamente com a população local.

– *Que exista uma aposta política real da parte da classe política para iniciar um processo participativo no âmbito da Agenda 21 Local.* Sem essa vontade política real, os processos longe de serem participativos, estão a tentar impor de cima, o que assegura a sua falha no curto ou médio prazo.

– *Que exista um verdadeiro compromisso da parte dos agentes políticos e sociais e técnicas para passar do planeamento para a acção e para a intervenção.* A etapa de passar o projecto do papel para a realidade requer o envolvimento de todos e de cada um dos atores, porque a relutância ou recusa de qualquer deles, facilmente coloca em perigo o desenvolvimento do mesmo.

– *Disponibilidade de recursos humanos e económicos ao conjunto de processos de participação.* Este apoio deve ser orçado desde o mesmo desenho do projecto, é um dos pontos indispensáveis, e é importante que no momento de contar com os recursos humanos, seja tida em conta, e citada a sua formação específica, um aspecto que é frequentemente esquecido, e que pode ser crucial para o bom funcionamento do processo. (Gallego, San José e Zubimendi, 2011:192)

Do que se viu com relação ao processo de Agenda 21 Local de Olhão, o mesmo falha em satisfazer parte significativa destes pressupostos iniciais, inviabilizando a sua concretização, ou mesmo que por esta via se possa dizer que o processo nasceu morto, uma vez que nunca houve um real desejo de fazer um verdadeiro processo participativo.

Na busca da equidade, há um elemento importante a considerar, é a acessibilidade. Para os viajantes, tem que ser garantido o seu acesso ao turismo, que sem aumentar o número de visitas exponencialmente (o que causaria a saturação típica de turismo de massa) permita que pessoas com diferentes condições físicas, económicas, de idade... tenham a capacidade de acessar a oferta turística, que contará com uma série de actividades programadas para as diferentes necessidades dos visitantes. A acessibilidade no caso da população local tem a ver com seu acesso equitativo aos benefícios da actividade turística, muitos projectos falham porque eles geram desigualdades, conflitos e subordinação entre os moradores da comunidade.

Como um resumo de tudo o previamente dito e em concordância com o documento da OMT, a fim de avançar para o turismo sustentável, existem certo número de vícios derivados das formas tradicionais de turismo, que devem ser evitados *“o mais importante deles são, de fato, a industrialização do turismo de massa, os imperativos da rentabilidade financeira não importa a forma de turismo que pretende promover, a qualidade desigual da infraestrutura em alguns destinos, as exigências dos mercados, que são difíceis de conciliar com uma procura real de autenticidade, as lacunas na formação e no controle do processo de desenvolvimento dos anfitriões locais, as regras de comercialização e os intermediários e, por último, o contexto político que aumenta o nível de insegurança em determinados destinos.”* (Delisle e Jolin, 2011:108)

O turismo sustentável é, pois, além de desejável, esse passo inevitável no caminho de um turismo que é um compromisso de longo prazo, e, portanto, sustentável em si mesmo.

## 8.2. – Um modelo participativo de Planeamento e Gestão de Olhão e Algarve.

### 8.2.1. Determinação histórica, territorial e cultural do modelo.



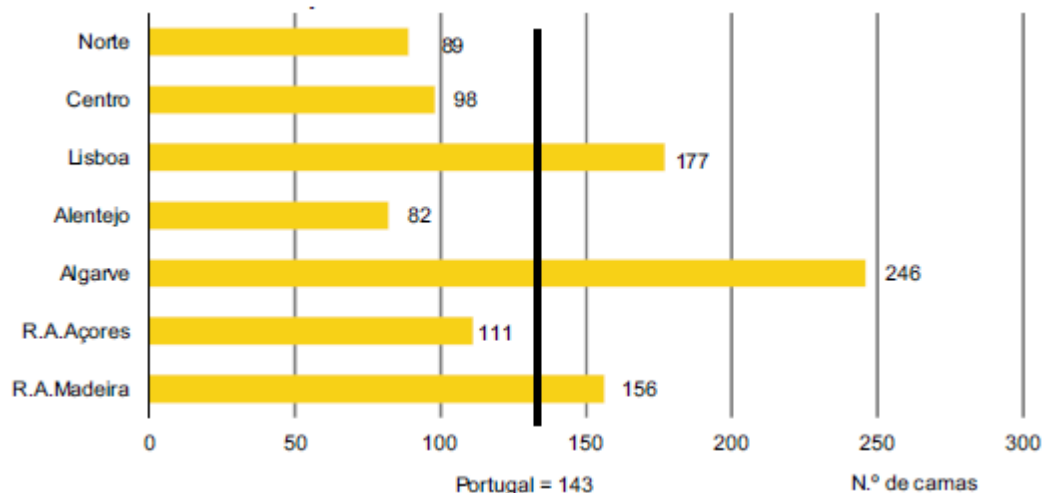
A imagem que encabeça este capítulo é uma recordação confiável do que acontece quando se vai além dos limites físicos naturais, para os benefícios económicos que vão durar alguns anos, e acabam destruindo os recursos naturais (que os beneficiou através do uso dos serviços ambientais) de forma abusiva.

Da mesma maneira, desenvolver uma actividade turística com o custo de explorar em excesso os recursos humanos, naturais, culturais... que o têm moldado e sustentado, terminará por destruir o próprio projecto.

O turismo no Algarve tem uma longa história, e constitui a principal actividade económica na região desde os anos 60 e 70 do século XX. O turismo representa *atualmente perto de dois terços da economia regional, segundo uma estimativa (denominada "simulação de conta satélite do sector turístico") do World Travel & Tourism Council (WTTC, 2004) para o Algarve.* (Jurado Almonte, 2011a:130)

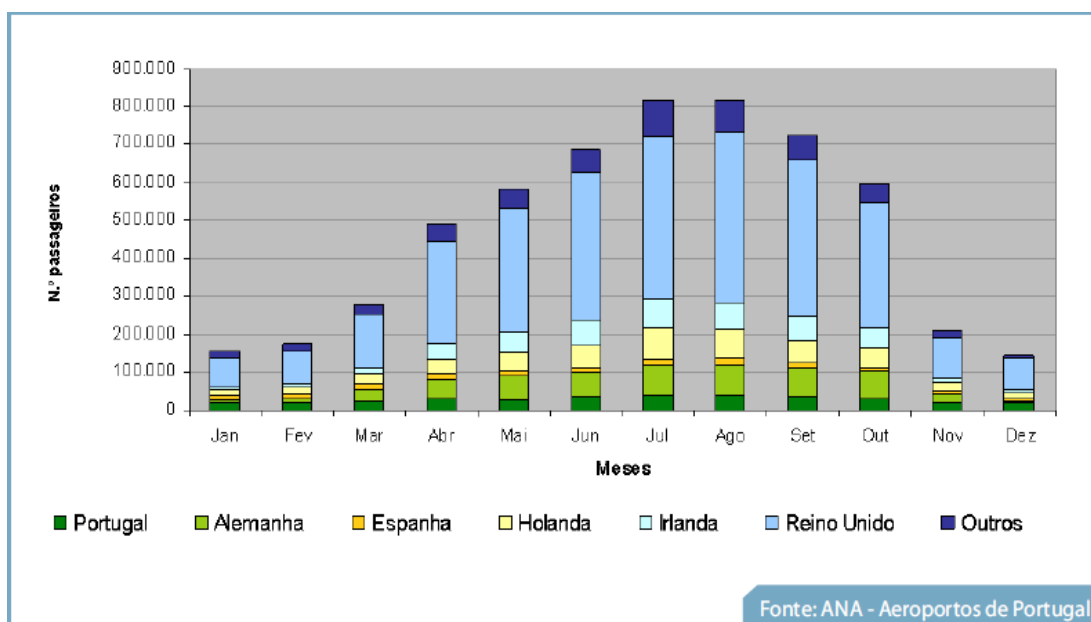
Como pode ser constatado no Quadro 57 a capacidade de alojamento da região do Algarve classifica-se a nível nacional como a maior, com 25,65% do total em Portugal e 246 camas, seguido por Lisboa, com 18,46% do total e 177 camas em 2011.





**Quadro 57 - Capacidade média de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por NUTS II em 2011.**

De forma crescente ao longo do ano, o movimento mensal de passageiros no aeroporto de Faro continua consideravelmente a aumentar, com a chegada de turistas como se pode verificar no Quadro 58. (Turismo Algarve, 2012:13)



**Quadro 58 – Movimento mensal de passageiros, por principais países de origem, no aeroporto de Faro em 2012.**

É importante ver que a sazonalidade de tais chegadas de turistas ocupam a primavera, verão e outono, e só cai nos meses de inverno. Os meses de inverno bem poderiam acomodar outros turistas não tão interessados na fórmula única de sol e praia.

Até agora, o tipo de turismo desenvolvido na região é baseado na equação tradicional de sol e praia, com uma construção de segundas residências desordenada, e a promoção de marinas e campos de golfe, como elementos com maior relevância do turismo. Pelas razões que precedem até agora, este tipo de turismo já está desatualizado e gera, no longo prazo, mais impactos negativos do que positivos, assim, o modelo deve mudar, e como proponhemos, seguindo o caminho do turismo sustentável.

Na aproximação a um novo modelo de turismo no Algarve, encontramos uma grande fonte de inspiração no trabalho desenvolvido por Ernâni Lopes, e em especial, na extensa análise e a estratégia que define no seu trabalho “*Reinventando o Turismo em Portugal*”. Como observado por Lopes agora estamos num processo de grandes mudanças culturais promovidas pela *emergência da globalização e da sociedade da informação e do conhecimento* em comparação com *o declínio das sociedades tradicionais*. (Lopes, 2005:152) Estas mudanças culturais, obviamente, afetam diferentes aspectos e actividades da sociedade, e afetam o turismo e a maneira como é feito, nomeadamente:

- “- *emergência de novas instituições: aculturação, choques culturais, incapacidade de adaptação;*
- *coexistência de comportamentos contraditórios tais como: integração vs. nacionalismo, massificação vs. individualismo, competição vs. solidariedade, fanatismo vs. tolerância, aculturação vs. marginalização;*
- *novos problemas decorrentes das novas tecnologias – problemas éticos e jurídicos;*
- *novos movimentos sociais: contraculturas, novos problemas e novos padrões de comportamento e estilos de vida;*
- *emergência de novos comportamentos estatística e socialmente relevantes: novas famílias, novas ocupações de emprego e de lazer. Em definitivo, a emergência da mosaic society; deixando de existir uma cultura dominante e maioritária (onde tudo o resto é marginal) para passar a existir uma coexistência de vários mosaicos culturais”* (Ibid:153).

Contudo as sociedades mais tradicionais ante os bombardeios cada vez mais importantes dos meios de comunicação e as novas redes sociais na internet, são submetidas a um processo de atomização. De serem umas sociedades bastante homogêneas, transformaram-se num caleidoscópio, onde vivem as formas e estilos de vida mais diferentes, um novo modelo societário mosaico que, no entanto pode estar em perigo de ser engolido pela globalização por si promovida, e ir paradoxalmente para um novo estágio onde apesar da separação a escala planetária, ultimamente parece que não há nada mais semelhante a um adolescente dos Estados Unidos que outro qualquer em qualquer outra parte do mundo, devido aos modos de imitação dos seus estilos de vida.

O que parece certo é que, nestes novos contextos que quebram de forma contínua com os estilos mais tradicionais de vida, a actividade turística também é afectada e tem de ser repensada e planeada perante alguns novos padrões de comportamento caracterizados por: *individualismo, diversidade, mobilidade e escolha* (Ibid:154).

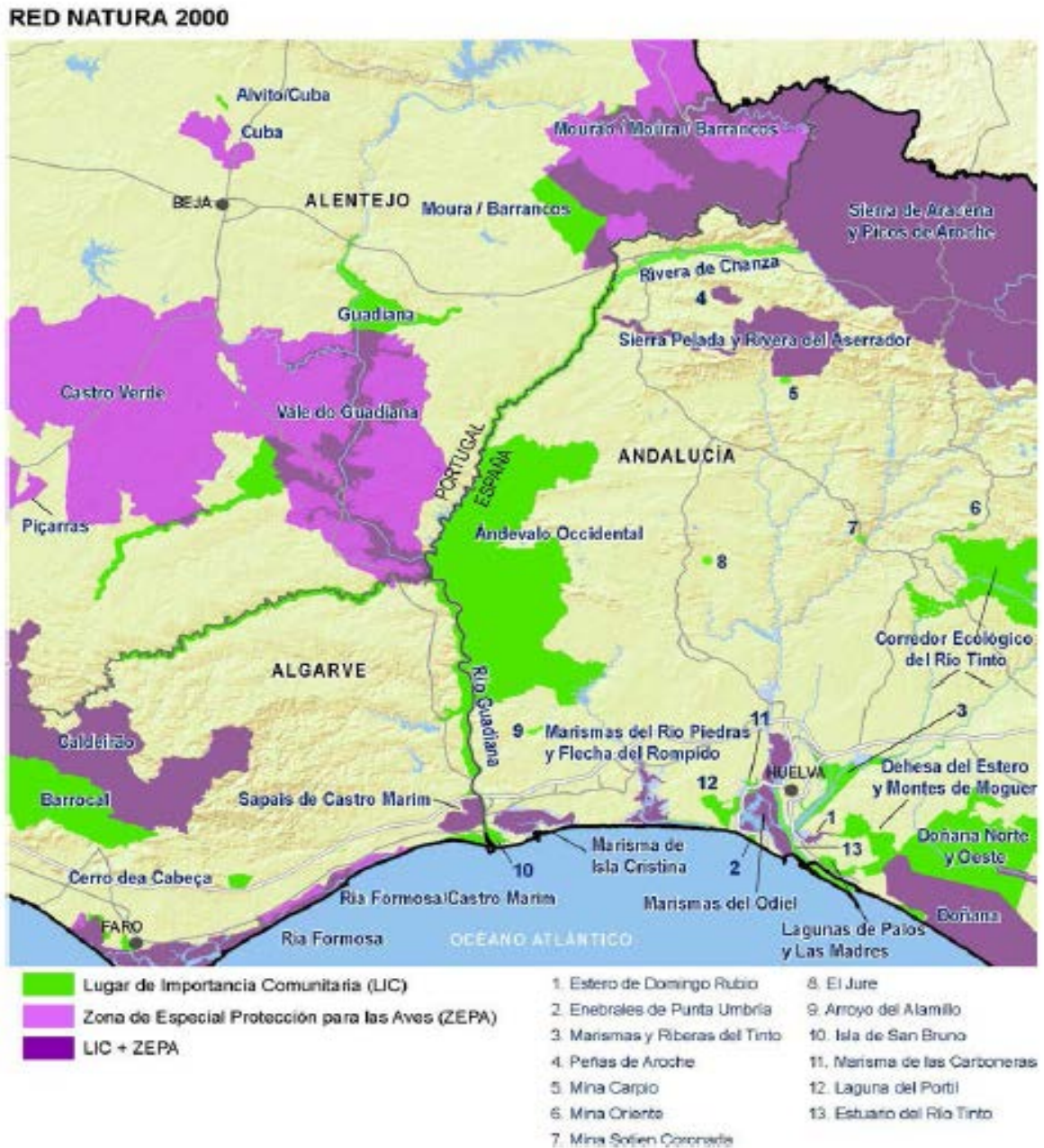
Isso não significa que se deva adaptar um projecto de turismo para todos os tipos possíveis de turistas, o que seria praticamente impossível, mas é preciso pensar e planear quais são os turistas que se quer atrair, sempre no caminho da proposta de turismo sustentável no tempo e espaço, que poderá variar consoante o tipo de clientela que procuram, mas sem perder a essência e carácter que o particularizam.

Este novo repensar e planear, pode fazer-se na área geográfica imediata, e ainda pode e deve ser feito nas áreas um pouco mais longe, mas que compartilham muitas características, mesmo naquelas nos contextos transfronteiriços, superando as limitações impostas pelas fronteiras, de natureza política, que pouco têm a ver com o natural e humano. Assim em 2010 foi criada a figura institucional chamada Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia entre os seus governos e administrações regionais. E dentro dela se antecipa a promoção de uma região geográfica que inclui o Algarve e Baixo Alentejo, em Portugal e a província de Huelva, em Espanha.

Como pode ser observado nos Mapas 9 e 10, existem em ambos os lados da fronteira áreas naturais, terrestres, fluviais e marítimas que têm continuidade e características semelhantes, neste caso centrado de Faro em Portugal até Huelva em Espanha, mas que pode ser

estendido para áreas maiores do Algarve e do Alentejo, em Portugal, e a Andaluzia na Espanha.

Mapa 9: Red Natura 2000 Área Transfronteiriça Algarve – Alentejo – Andaluzia<sup>57</sup>.



Nem a natureza nem o clima, são conscientes das fronteiras, e mesmo a nível social, as cidades e vilas para um lado e outro separadas por razões históricas e políticas, compartilham uma mesma aproximação à realidade, uma realidade *raiana*<sup>58</sup>, que cruza a

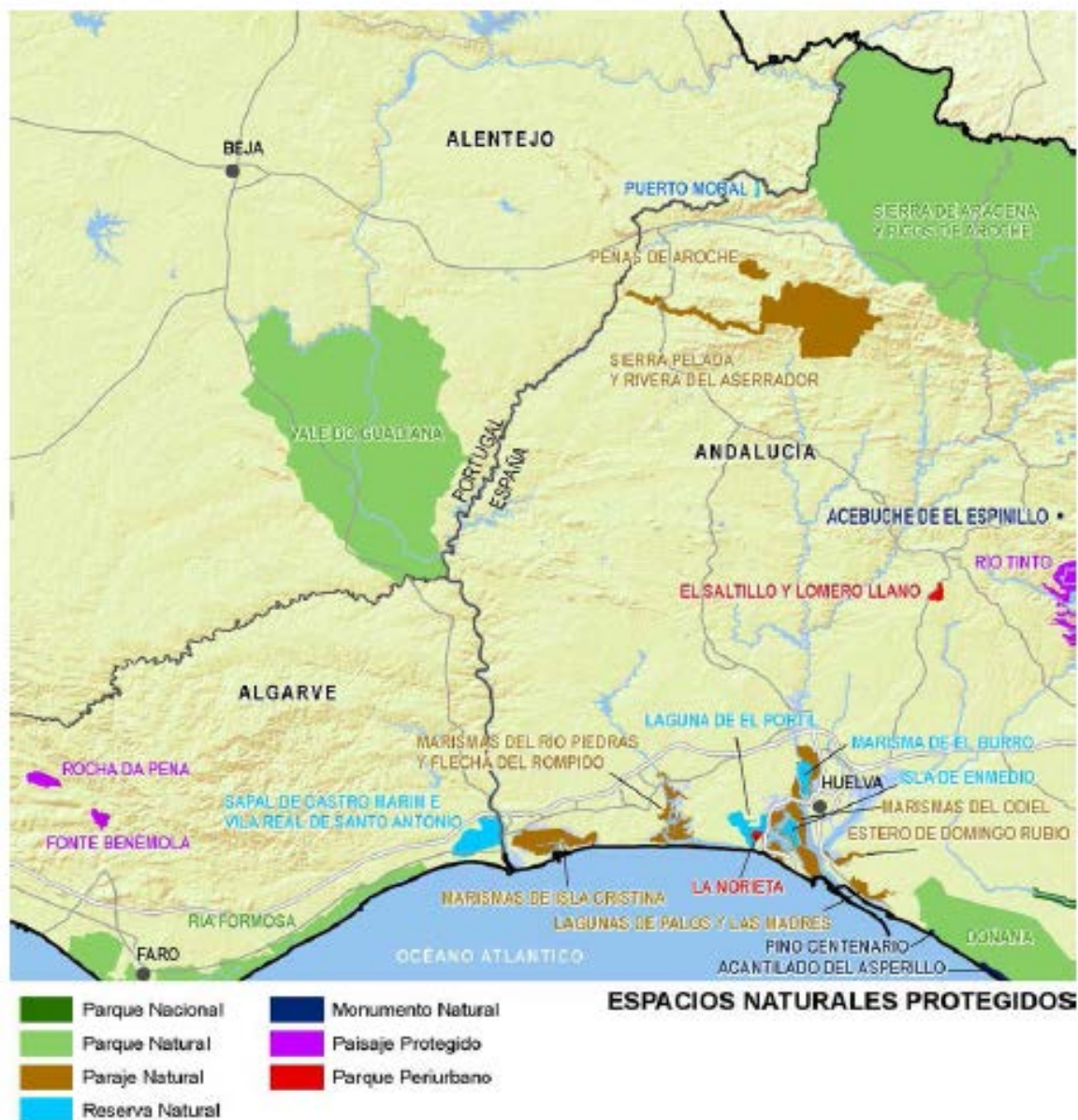
<sup>57</sup> (PACT-A3, 2009:11).

<sup>58</sup> Com 1,234 km de fronteira, a “raia” Espanhola-Portuguêsa é o mais antigo dos limites interiores do continente europeu, remontando até ao Tratado de Alcañices (1297). Esta é uma área de 136.640 km<sup>2</sup>,



fronteira de lado a lado, mesmo nos tempos mais duros de confrontos e guerras.

**Mapa 10: Áreas naturais protegidas da Área Transfronteiriça Algarve – Alentejo – Andaluzia<sup>59</sup>.**

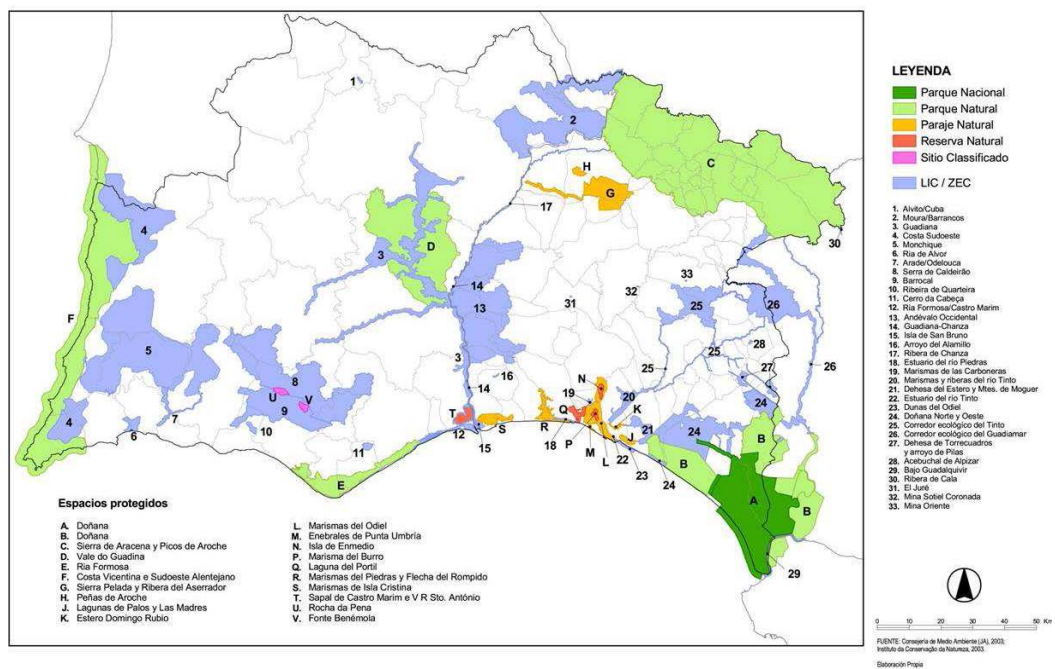
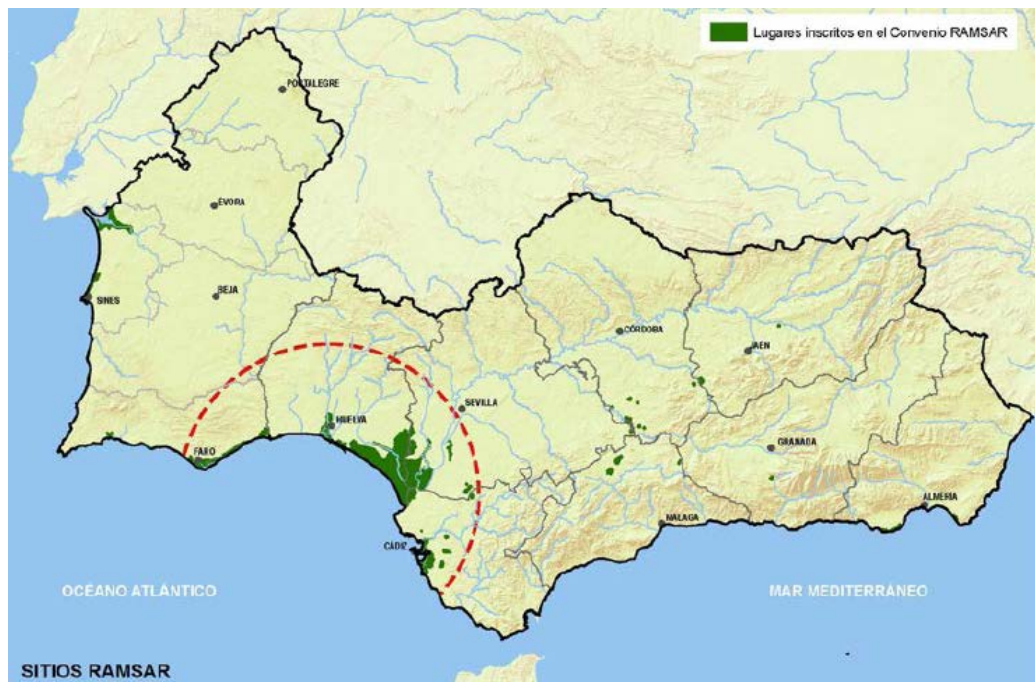


Como pode ser observado nos Mapas 11 e 12, existem áreas naturais protegidas de ambos os lados da linha de fronteira, dos quais alguns têm características comuns, tais como os sítios de Ramsar (Mapa 11) e as áreas protegidas do interior do Algarve, Baixo Alentejo e Andaluzia (Mapa 12).

habitada por cerca de 5,5 milhões de pessoas (11,5% da população do continente), de carácter duplamente periférica e marginal, com um forte atraso económico que coloca estas regiões entre as mais atrasadas da União Europeia (Mora Aliseda et. al, 2005:270-271).

<sup>59</sup> (PACT-A3, 2009:8).

Mapa 11: Lugares Ramsar no Algarve, Baixo Alentejo e Andaluzia ocidental<sup>60</sup>.



Mapa 12: Áreas Naturais Protegidas no Algarve-Baixo Alentejo (Por) e na província de Huelva (Esp)<sup>61</sup>.

<sup>60</sup> (PACT-A3, 2009:13).

<sup>61</sup> [http://www.uhu.es/otri/IIWS\\_i2tep/ponencias/ANTECO%20AAA.pdf](http://www.uhu.es/otri/IIWS_i2tep/ponencias/ANTECO%20AAA.pdf)

Graças aos fundos europeus de cooperação transfronteiriça e tal como já foi referido nos capítulos anteriores, existem numerosos projectos e iniciativas comuns, que estão gerando experiências partilhadas na gestão dessas áreas e das actividades comuns.

Com a imagem na mente desse *continuum* manifestado pelos sítios Ramsar incluídos no Mapa 11, e sabendo que a Andaluzia tem experiência na concepção, desenvolvimento e gestão de um parque transfronteiriço com Marrocos, com uma maior complexidade geográfica entre dois continentes (a Reserva de Biosfera Intercontinental Mediterrânea Andaluzia, Espanha – Marrocos<sup>62</sup>), estamos em querer que seria interessante promover uma Reserva da Biosfera Transfronteiriça Portugal - Espanha, que percorre desde os sítios Ramsar de Faro e da Ria Formosa, em Portugal, até o Parque Nacional de Doñana, em Espanha, incluindo o percurso de outras áreas protegidas nas zonas da serra em ambos os lados, e dentro dos limites a serem especificados no interior do arco desenhado no Mapa 11.



**Mapa 13: Parques e reservas da natureza do Arco atlântico peninsular<sup>63</sup>.**

O Mapa 13 faz uma viagem através de quase todas essas áreas, enquadrando-as de 1 a 6 são:

- 1 Parque Natural da Ria Formosa - Faro – Olhão.
- 2 Parque Natural da Ria Formosa - Tavira – Cacela.

<sup>62</sup> <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/transboundary-biosphere-reserves/spain-morocco/intercontinental-br-of-the-mediterranean/>

<sup>63</sup> <http://www.juntadeandalucia.es/medioambiente/site/portalweb/menuitem.7e1cf46ddf59bb227a9ebe205510e1ca/?vgnextoid=c89136ae9bc24010VgnVCM1000000624e50aRCRD&vgnnextchannel=1f27dfde043f4310VgnVCM1000001325e50aRCRD>



- 3 Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (1 a 3 em Portugal).
- 4 Parque Natural Marismas de Isla Cristina.
- 5 Parque Natural Marismas do Río Piedras e Flecha do Rompido, Reserva Natural Laguna do Portil e Parque Natural Enebrales de Punta Umbría (4 a 5 em Espanha).
- 6 Parque Natural Marismas del Odiel, Parque Natural Lagunas de Palos e Las Madres e Parque Natural Estero de Domingo Rubio.
- 7 Plataforma Continental.

Ainda está a faltar uma área 8, que compreende o Parque Nacional de Doñana, em Espanha, localizada a jusante da área 7, e refletida sobre o Mapa 14.



Mapa 14: Parque Nacional de Doñana, Andaluza, Espanha<sup>64</sup>.

### 8.2.2. Uma Estratégia para o Algarve.

A palavra *mosaico* deriva da palavra latina *musas*, já que os romanos apreciavam os mosaicos como uma arte tão espetacular que só poderia ter sido feito pelas próprias musas, deixemos que as musas forneçam a sua inspiração a este modelo participativo para o desenvolvimento do turismo sustentável na região algarvia.

<sup>64</sup> <http://www.hvsl.es/CLuz/Imagenes/CotoMapa.jpg>



Cada um dos pequenos pedaços que compõem os mosaicos é chamado *tecelã*, mas conforme essas peças em mosaico se juntam, podem dar ao acaso estruturas aleatórias como são os caleidoscópios, até as estruturas que seguem uma ordem que, embora pareçam caóticas mesmo se vistas de perto; se vistas de longe, podem ser apreciadas como as asas de uma borboleta ou um vitral de uma catedral.

Assim Lopes propõe outro desenvolvimento turístico com uma orientação estratégica baseada “*numa diferenciação efectiva... tal implica vir a ter, não uma amálgama de diferentes regiões com algumas similitudes nalguns aspectos da oferta de produtos e serviços turísticos “caleidoscópio”, mas um conjunto de regiões que qualificaram e valorizaram as suas diferenças e aspectos distintivos (patrimonial, paisagístico, gastronómico, antropológico, etc.), constituindo um “vitral” único, reconhecido e admirado*” (Lopes, 2005:379).

Neste contexto de *mosaic society* (sociedade mosaico), para chegar a uma análise prospectiva do turismo que pretende ser inovadora é preciso considerar os novos perfis que definem os atores (Ibid:155):

- *diversidade das estruturas demográficas;*
- *multiplicidade das estruturas familiares;*
- *movilidades e diversidade do trabalho e do emprego;*
- *diversidade de histórias educativas e de processos de formação;*
- *diversidade na ocupação dos tempos livres, nos estilos de vida e no consumo;*
- *aumento na diversidade dos comportamentos pessoais, devido ao impacto da informação e das novas tecnologias de comunicação.*

Os atores são cada vez mais diversificados e complexos, e entre todos estes atores devem ser analisados de uma forma muito específica, as *principais tendências de evolução e de mudança no perfil dos turistas*<sup>65</sup>:

- *Desintermediação e o conseqüente declínio de pacotes tradicionais.* Um número crescente de turistas organiza os seus destinos de férias sem agências intermediárias, contactando directamente com os atores locais da empresa de turismo.

<sup>65</sup> Adaptado de (Jurado Almonte, 2011:241-242).

- *Internet. Quem não está na Internet, e, de uma forma planeada e persistente, não existe.* Esta ferramenta tem sido um desafio real às formas tradicionais de promoção e marketing.
- *O turista é cada vez mais informado e, portanto, é mais exigente.* A Internet e as redes sociais são os novos canais de promoção e comunicação para os turistas que vêm em busca das propostas de destinos.
- *O turista é cada vez mais infiel.* Dadas mais opções onde escolher, os destinos turísticos devem obter a fidelização do turista através de se reinventar sem perder a essência que os define.
- *Sofisticação progressiva do turista.* Os destinos turísticos devem saber se diversificar ante alguns turistas cada vez mais diversificados também.
- *A busca do verdadeiro, do voo progressivo da norma, a rejeição das multidões.* Olhar para a essência, aquilo que é verdadeiro e fugir do turismo de massa.
- *O boom das companhias aéreas de baixo custo.* Este elemento tem seus pontos positivos, porque, se os turistas pagam menos para o transporte, têm mais dinheiro para gastar no destino, mas ao mesmo tempo pode atrair-se sem querer certo tipo de turismo também de baixo custo.
- *O turista não vai á procura de um destino, mas de uma experiência memorável, inesquecível, um sonho tornado realidade.* Já não estão procurando por produtos ou serviços, estão olhando por sentimentos e experiências.
- *A chamada (provavelmente de forma errada) oferta complementar é cada vez mais importante no processo de escolha de um destino.* O que antes era considerado complementar e acessório, é o que agora dá exclusividade á oferta.
- *A incerteza no mundo faz com que a segurança seja um fator cada vez mais apreciado pelos turistas.* Diante de tal incerteza estão à procura de um destino onde se sintam seguros.

Qualquer plano com base nestas tendências pode influir sobre os cenários no longo prazo para consolidar um destino olhando para o

futuro e não com base em características de um modelo já obsoleto. Um exemplo do que é dito é a iniciativa europeia "*Eureka Tourism*"<sup>66</sup> de I+D+i e liderada pela Espanha, projectando novas actividades hoteleiras baseadas nas seis essências (6s): sensações, sustentabilidade, segurança, sociedade da informação, simulação e saúde.

Até agora a sustentabilidade tem sido associada no caso do ecoturismo a uma preservação rigorosa, mas também tem sido associada a novos nichos de mercado, como um elemento de marketing, com a rentabilidade dos recursos, ou como nova forma de turismo e até mesmo como parte da chamada economia verde. A sustentabilidade que se deseja procurar é a que pode promover condições fundamentais para o funcionamento de *um mundo em que valha a pena viver* (Nussbaum, 2010).

Enfrentando novamente a questão da responsabilidade sobre o turismo, é essencial introduzir o impacto político, já que tal facto pode promover mudanças significativas e que permaneçam no tempo. Em vez de pensar num turismo responsável, a estratégia é inserir elementos de responsabilidade em todos os tipos de turismo (incluindo turismo de massas) e poder obter assim medidas éticas, de justiça e de equidade, com quanto maior o número de atores melhor, até o momento de ser capaz de introduzir padrões de equidade e distribuição justa mesmo no trabalho com empresas multinacionais e governos.

Esta responsabilidade no turismo aparece como uma alternativa que pode permitir testar os modelos que integram uma nova forma de relação entre homens e mulheres e entre estes e o seu meio ambiente, nos empreendimentos turísticos.

Entre os critérios e orientações para declarar uma actividade turística, como *adequadamente responsável*, pode-se-á partir desde o que disse Jesús M. Delgado M. (2004)<sup>67</sup>:

► O turismo tem que ser consistente, no sentido de oferecer o melhor para os turistas, mas também de oferecer o melhor para os moradores.

---

<sup>66</sup> (Ibid:242).

<sup>67</sup> Adaptado de [http://www.ecoport.net/Temas-Especiales/Desarrollo-Sustentable/Turismo\\_Responsable\\_una\\_vision\\_homeostatica](http://www.ecoport.net/Temas-Especiales/Desarrollo-Sustentable/Turismo_Responsable_una_vision_homeostatica)

- ▶ Os benefícios do turismo devem ser acessíveis a todos os habitantes da comunidade, devem ser partilhados e não excluir ninguém.
- ▶ As comunidades locais devem preparar-se para possíveis influências nocivas provenientes do turismo.
- ▶ A natureza não pode ser vista como um mero objecto que proporcione benefícios económicos para o turismo, ela deve beneficiar também a todos e não apenas em termos monetários.
- ▶ Para atrair ao turismo, o carácter antrópico de um lugar sempre que seja desenvolvido harmoniosamente com a natureza é outra razão para atrair novos visitantes.
- ▶ O turismo deverá incluir ciclos fechados, uso de energia eficiente e gestão global de resíduos com a reciclagem.
- ▶ O turismo pode e deve ser compatível com as actividades agrícolas e pecuárias, sendo uma das principais fontes de produtos alimentares e dos traços culturais locais.
- ▶ As actividades e as estratégias para o uso e gestão dos recursos naturais, terão o turismo como um meio com que formar um sistema integral.
- ▶ O turismo em áreas protegidas é uma actividade secundária e subordinada a uma boa gestão da área coberta.
- ▶ O turismo deve tornar-se uma ferramenta eficaz para o planeamento das actividades humanas e a promoção da diversidade cultural, a preservação dos recursos naturais e o estabelecimento de políticas de justiça e equidade, e a descentralização das decisões e os serviços públicos.

Estas são apenas algumas das linhas básicas que podem definir a responsabilização do turismo de um determinado empreendimento, mas cada comunidade local pode desenvolver os seus próprios, e pode monitorar a actividade em todos os momentos.

### 8.2.3. Ferramentas e Técnicas para utilizar.

As sociedades tornam-se cada vez mais complexas, e também as actividades que elas desenvolvem. Também o turismo se tornou mais complexo e *“para compreender as novas tendências do turismo no futuro temos de considerar uma série de fatores:*

- ▶ *Rendimento disponível e propensão para o consumo;*
- ▶ *Alteração da dicotomia trabalho/lazer;*
- ▶ *Extensão da vida laboral e tendências de novos esquemas de pensões;*
- ▶ *Estrutura das famílias;*
- ▶ *Imigração;*
- ▶ *Mobilidade e transportes;*
- ▶ *Tecnologia, comunicações e inovação;*
- ▶ *Estabilidade político-social;*
- ▶ *Clima e ambiente sustentável”* (Lopes, 2005:579).

No meio da crise, as sociedades estão a mudar a um ritmo mais rápido do que o previsto, muito mais nos países do sul da Europa, que sofrem com os cortes nos orçamentos públicos e as privatizações impostas pelo sistema. A estrutura tradicional de classes sociais explodiu, ou melhor dito, foi explodida pelo sistema capitalista. Deste modo, devemos ter em consideração, que os fatores acima listados estão em mudança e evoluem a fim de que se torne possível a concretização de uma proposta de turismo sustentável no médio e longo prazo. Imperioso se torna ficar atento e estar ciente destas mobilidades sociais em constante mudança, através das quais uma pessoa pode passar por dificuldades ao longo da sua vida.

A análise das realidades complexas das sociedades mosaicos exige esforços dos vários governos e da comunidade, sendo recomendável o uso de ferramentas participativas, como as propostas pela Agenda 21 Local. Uma vez obtida a análise, é preciso mais esforços concertados *“entre Regiões de Turismo, Autarquias e Governo, para desenvolver em cada região: Requalificação patrimonial; Ordenamento do território; Preservação da autenticidade; e Classificação de reserva turística nacional”* (Ibid:379-380).

A gestão do património, o ordenamento do território, a gestão e a preservação das culturas e das áreas protegidas, são elementos-chave no desenvolvimento de um projecto de turismo sustentável, e, portanto, não devem ser exclusivamente deixados nas mãos de

políticos e legisladores, os cidadãos devem participar também na sua concepção, gestão, acompanhamento e monitoramento.

Para ser capaz de exercer sobre todas estas propostas, com uma aplicabilidade prática e efectiva são indispensáveis uma série de investimentos públicos e privados, que para o caso de Portugal, Lopes (2005)<sup>68</sup> esboça em:

- ▶ Programas co-financiados por fundos comunitários (PRIME, PIQTUR),
- ▶ Alguns apoios específicos do ex-Fundo de Turismo e actual Instituto de Turismo de Portugal, e;
- ▶ Instrumentos com gestão público-privada relacionados com as áreas de capital de risco e os fundos imobiliários.

No âmbito do **PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia** (2006), os investimentos aplicáveis a propostas de alojamento turístico configuram os seguintes 5 programas, como instrumentos essenciais de apoio:

- ▶ SIPIE – Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais;
- ▶ SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial;
- ▶ SIVETUR – Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (património, natureza, turismo sustentável, animação);
- ▶ PITER – Projecto Integrado Turístico Estruturante de base Regional.

Há outros **5 instrumentos de apoio a áreas muito específicas**, que podem beneficiar também outras actividades de proveito para o turismo, (associativismo, inovação e tecnologia, cooperação e recursos humanos)

- ▶ SIME INOVAÇÃO - (I+D + tecnologia)
- ▶ IDEIA – Investigação e Desenvolvimento Aplicado – Turismo
- ▶ PMDT – Programas Mobilizadores para o Desenvolvimento Tecnológico
- ▶ PARCERIAS E INICIATIVAS PÚBLICAS – (cooperação, empreendimento, promoção)
- ▶ PROGRAM QUADROS – TURISMO (PMEs)

#### **Os Apoios ITP – Instituto de Turismo de Portugal**

- ▶ *Regime dos Protocolos Bancários*: são empréstimos bancários negociados junto do sistema financeiro, que fornecem um relevante

---

<sup>68</sup> Resumido de (Ibid:338-344).

apoio a projectos de capital intensivo e com prazos de recuperação longos.

► *Prorest III - Programa de Apoio à Requalificação e Modernização da Restauração*: dá particular relevância o apoio à sua modernização, sobretudo nas questões com maior impacto na qualidade, higiene e segurança alimentar.

► *Apoios às Regiões e Juntas de Turismo*: Projectos de contratação de técnicos especializados (máximo dois), a executar pelas regiões ou juntas de turismo no quadro de dinamização dos gabinetes de apoio ao investidor.

► *Outros Apoios, Rotas de Vinho, Sinalização Turística...*: que podem ser seleccionados e geridos pelas pessoas singulares ou colectivas, regiões de turismo, juntas de turismo e associações de desenvolvimento regional.

### **Fundos de Capital de Risco**

Criado no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio consiste na participação financeira, temporária e minoritária, no capital de empresas e na sua gestão por parte de uma sociedade de capital risco denominada F. Turismo Capital de Risco, SA; que além, de recursos próprios também utilize fundos de origem comunitária, e com participação de bancos privados. Promove projectos nas áreas de inovação, internacionalização e reestruturação financeira.

### **Fundos Imobiliários**

Apoia o investimento através da compra/venda dos activos imobiliários das empresas turísticas, com consequente ganho de liquidez ou redução significativa do esforço financeiro destas, em troca do pagamento de uma renda ao fundo.

Este instrumento também é gerenciado por uma sociedade com capital público-privado como o anterior.

### **Sistema Nacional de Garantia Mútua – Agências de Viagem**

Apoio específico às agências de viagem considerando, sobretudo, que a maioria tem pequena dimensão e onde predomina a gestão familiar.

## O PIQTUR – Programa de Intervenções à Qualificação do Turismo 2000-2006

Tem como principal alvo as entidades públicas do sector, as associações, os estabelecimentos de ensino superior e ainda a área de inovação empresarial.

Neste marco a **nova PAC – Política Agrícola Comum** Europeia pode promover novos mecanismos e investimentos a favor de *um triângulo virtuoso entre agricultura, ambiente e turismo em espaço rural* o que pode gerar:

- *Um modelo de turismo complementar, litoral-interior, conectado a uma base produtiva agro-rural de raiz agro-ecológica e a serviços ecossistémicos e paisagísticos numa acepção de "qualidade global do produto turístico", ou,*

- *Um modelo de turismo dissociado, artificial, sem base produtiva agro-rural, assente numa base meramente recreativa, do tipo "resorts e spas", campos de golfe, hotéis rurais, parques ambientais e bioparques, reservas turísticas de caça, etc.*

o segundo modelo significa aceitar e insistir no que já existe, enquanto o primeiro também chamado "*ecotopia agroecoturística*" seria *um local de encontro entre a estética paisagística e a ética do ordenamento e ocupação do território* (Jurado Almonte, 2011a:120).

Existe uma oportunidade para incentivar novos bens comuns rurais, com a agroecologia como gestor dos recursos naturais ruralizados, e com a transição de sociedades basicamente agrícolas até empreendimentos rurais participativos.

Ferramentas e técnicas que devem ser devidamente tratadas e em estreita coordenação entre todas as autoridades, organismos e instituições públicas e privadas envolvidas. Deve-se garantir que o montante total de fundos e de recursos seja utilizado de forma adequada e não desperdiçada ou que foram para as mãos de uns poucos por causa de corrupção e clientelismos políticos. E para conseguir essa garantia os gestores e políticos não só deve dar conta à cidadania, que é o modelo seguido até agora e que não funciona, pela falta de compromisso e transparência da classe política e financeira. É o tempo da política verdadeiramente participativa, onde os cidadãos tenham voz e voto, que tomam parte ativa na tomada de decisões, e para isso é preciso promover mudanças estruturais.



### 8.2.4. Estruturas de implementação e seguimento.

A estratégia de um turismo novo para Portugal apresentada por Lopes<sup>69</sup>, é materializada em dois grupos de acções, umas estruturais e outras sectoriais, que abrangem um grande número de medidas para levar adiante a implementação e suporte do novo modelo de turismo.

#### ACÇÕES ESTRUTURAIS:

##### \* *Alinhamento nacional para o turismo*

*Acordos de regime dos diferentes governos em relação a áreas determinantes:*

- ▶ legislação laboral do sector;
- ▶ planos directores de investimento turístico;
- ▶ política de transportes, em particular transporte aéreo;
- ▶ segurança;
- ▶ política fiscal;
- ▶ estratégia de promoção;
- ▶ manutenção de uma política de investigação e desenvolvimento tecnológico e de informação, em protocolos estabelecidos com as Universidades e/ou outras entidades de ensino/formação.

*Definição formal dos princípios orientadores das actividades turísticas para os próximos 25 anos, assumindo especial relevância os seguintes campos:*

- ▶ desenvolvimento da imagem e da marca do destino;
- ▶ planeamento e desenvolvimento turístico;
- ▶ definição de um plano de qualidade e certificação dos serviços turísticos;
- ▶ política reguladora do transporte aéreo;
- ▶ melhoria da produtividade e da competitividade do sector;
- ▶ realização de grandes e médios eventos;
- ▶ investigação de mercado e desenvolvimento tecnológico;
- ▶ informação estadística fidedigna, disponível a todos os agentes;
- ▶ desenvolvimento dos factores de suporte ao turismo;
- ▶ correcção dos factores administrativos e fiscais de distorção concorrencial comparativamente com destinos com motivação de escolha semelhante.

##### \* *Ministério do Turismo. Uma estratégia para o Turismo*

- ▶ Sustentabilidade;
- ▶ Produtividade (Yield);

<sup>69</sup> Resumido de (Lopes, 2005:377-404).

- ▶ Comprometimento público e privado;
- ▶ Investimentos públicos;
- ▶ Política de transporte aéreo;
- ▶ Informação e avaliação do desenvolvimento.

**\* *Standards e Liderança***

Reverter dos erros optando por:

- ▶ Clareza estratégica;
- ▶ Excelência operacional;
- ▶ Regras consistentes;
- ▶ Metas exigentes;
- ▶ Padrões claros;
- ▶ Visão de futuro;
- ▶ Capacidade de mobilização;
- ▶ Disciplina.

**\* *Educação, formação, atitude/postura***

**\* *Segurança***

- ▶ Saúde
- ▶ Segurança Pública
- ▶ Segurança Rodoviária

**\* *Turismo e Ambiente***

**ACÇÕES SECTORIAIS:**

**\* *Fórum Empresarial para a Excelência e Cooperação no Turismo***

- ▶ Contribuir para a definição das estratégias e políticas de médio e longo prazo, capazes de resistir a alternâncias no poder político.
- ▶ Manter uma estrutura coordenadora permanente.
- ▶ Fomentar a articulação e trabalho em parceria com outros sectores/áreas da economia nacional: Ordenamento, Ambiente, Cultura e Património, Transportes (Ferroviário, Marítimo, Terrestre).
- ▶ Elaborar projectos e promover acções estratégicas tendentes à redimensionalização e desenvolvimento dos seus membros, numa lógica de cooperação, com o objectivo de ganhar massa crítica e melhores condições de competitividade.
- ▶ Criar parcerias internacionais dando dimensão ao destino Portugal.

### **\* Promoção**

Algumas proposições básicas numa perspectiva macroeconómica e de interesse nacional são:

- ▶ Identificar e dimensionar a procura de um ou mais segmentos de mercado em determinado espaço de tempo.
- ▶ Definir as motivações da procura que se constituam em portfólios de homogeneização daquelas que permitam segmentar a procura e em consequência, estruturar a oferta em termos macroeconómicos determinados pelas expectativas dos turistas.
- ▶ Elaborar as linhas orientadoras da política nacional e de planeamento que assegurem qualidade e disponibilidade dos serviços oferecidos.
- ▶ Divulgar a oferta turística junto dos vários mercados-alvo.
- ▶ Disponibilização da oferta em canais de distribuição que facilitem a aquisição em locais e momentos convenientes ao consumidor.

### **\* Política de transporte aéreo**

Temos de estar cientes de que, no âmbito das actividades turísticas, o transporte aéreo é a maior actividade geradora de impactos negativos a nível mundial pela sua contribuição para os gases com efeito de estufa. Mas para, além disso, os aviões são o meio de transporte que consome uma proporção maior de combustíveis derivados do petróleo, um recurso que está preste a terminar. Qualquer política de transporte aéreo que deseja ser sustentável deve ser bem planeada (e não construir mais um aeroporto em qualquer cidade, como por exemplo, o aeroporto construído na Cidade Real em Espanha, que terá tido um custo de mil milhões de euros e que se encontra ao abandono) e seja desenvolvida em coordenação não só inter-regional, mas também através das fronteiras, especialmente em regiões onde já existe um caminho comum de actividades turísticas.

### **\* Conta-Satélite do Turismo de Portugal**

Capítulo especial merece a conta satélite de turismo, e a sua metodologia, como refere Lopes<sup>70</sup> no seu trabalho. Segundo os dados do Eurostat no seu Manual Europeu de Implementação da Conta-Satélite do Turismo (MEI-CST):

*“O desenvolvimento de uma Conta-Satélite do Turismo (CST) permitirá que o turismo seja medido com precisão e comparado com outros sectores económicos. Os resultados da CST permitirão uma melhor compreensão da verdadeira dimensão e do valor da indústria turística, com base em números reais, comparáveis a nível internacional e de elevada fiabilidade, uma vez que terão como base*

---

<sup>70</sup> (Ibid:231-248).

*estatísticas de qualidade produzidas pelos sistemas nacionais oficiais de estatística”.*

A única maneira para que possa ser planeada uma actividade de longa duração é através do conhecimento de todos os seus efeitos, e as suas inter-relações com outros sectores, para ser capaz de conhecer a sua evolução real e comparada com outras actividades económicas, tanto a nível nacional e internacional.

No seu planeamento estratégico, Lopes define todas estas acções, como proposições e actividades específicas, partindo da ideia de manifestar a sua visão da sociedade mosaico que é Portugal. Deve deixar de ser um caleidoscópio, que visa promover as mesmas actividades do turismo em cada região, independentemente das suas características individuais, e em vez disso dar forma a um vitral onde cada região participe com as suas peculiaridades, e atrair assim diferentes turistas interessados em actividades diversas. Um efeito borboleta, mas que, em vez de gerar caos, promove o desenvolvimento e o turismo sustentáveis, porque somos nós que controlamos todos os elementos desde o início, com todos os atores envolvidos num compromisso mútuo, bem treinados, informados e coordenados.

Este planeamento estratégico deve ser baseado, não só, numa coerência territorial mútua, entre todas as instituições, como também com todos os territórios envolvidos, porque embora a estratégia de Lopes defina um novo modelo de turismo de pensar em Portugal, com um alcance que transcende as fronteiras nacionais. A coerência territorial mútua *significa também evitar nas decisões territoriais custos desnecessários de ações isoladas, dispersas e descoordenadas e, pelo contrário, aposta sobre essas decisões por uma coordenação e uma cooperação forte entre os sectores e entre fronteiras, que permita o desenvolvimento em complementaridade e com geração de economias de escala e sinergias* (Hildebrand Scheid, 2012:11).

Nesta coordenação e planeamento, que incorpora a fronteira, há instrumentos como o POCTEP (Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal), que marca para a Área da Cooperação Alentejo-Algarve-Andaluzia a seguinte redacção do seu objectivo central:

*“O objectivo central da cooperação transfronteiriça no próximo período de programação, pois, centrar-se na criação de condições para o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, as quais*

*devem ser equipadas com instrumentos de planeamento do território, coerente e consistente em ambos os lados da fronteira, que apoiem a criação de instrumentos para o desenvolvimento regional e planeamento de infraestruturas. Esta proposta assenta um conjunto de recursos para criar a partir de um plano integrado de desenvolvimento de ambos os lados do rio de fronteira, e que pode ser usado como um elemento de partida para o desenvolvimento e revisão dos instrumentos de gestão do território” (Ibid, 2012:9).*

**Tabela 27 - Cronologia da Cooperação Transfronteiriça Algarve – Alentejo (Por) – Andaluzia (Esp)** <sup>71</sup>.

1989: Início do INTERREG I.

1990: Celebração da VI Cimeira Hispano Lusa em Carmona (Sevilha).

1994: Início do INTERREG II.

1995: Relatório do Ordenamento do Território Transfronteiriço do Alentejo-Algarve-Andaluzia pelo Departamento de Obras Públicas. Assinatura Protocolo de Cooperação Algarve-Andaluzia.

1998: Conselho da Comunidade de Trabalho Andaluzia-Algarve onde foi aprovado o Plano de Actividades 1998-1999.

2001: Assinatura do Protocolo de Cooperação Alentejo-Andaluzia.

2002: Aprovação em Valência do Tratado entre o Reino de Espanha e da República Portuguesa sobre cooperação transfronteiriça entre Entidades e Instâncias Territoriais.

2006: Constituição da Comissão Espanhol-Português para a Cooperação Transfronteiriça (Zamora).

2007: Aprovação do PROGRAMA OPERACIONAL COMUNITÁRIO ESPANHA-PORTUGAL POCTEP e a entrada em funcionamento do Regulamento sobre o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial.

2008: Articulação do Plano Integrado de Baixo Guadiana Alentejo-Algarve-Andaluzia.

2009: Aprovação do Ministério de Cooperação Territorial nas Comunidades Tripartidas de Trabalho.

2010: Constituição da Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia.

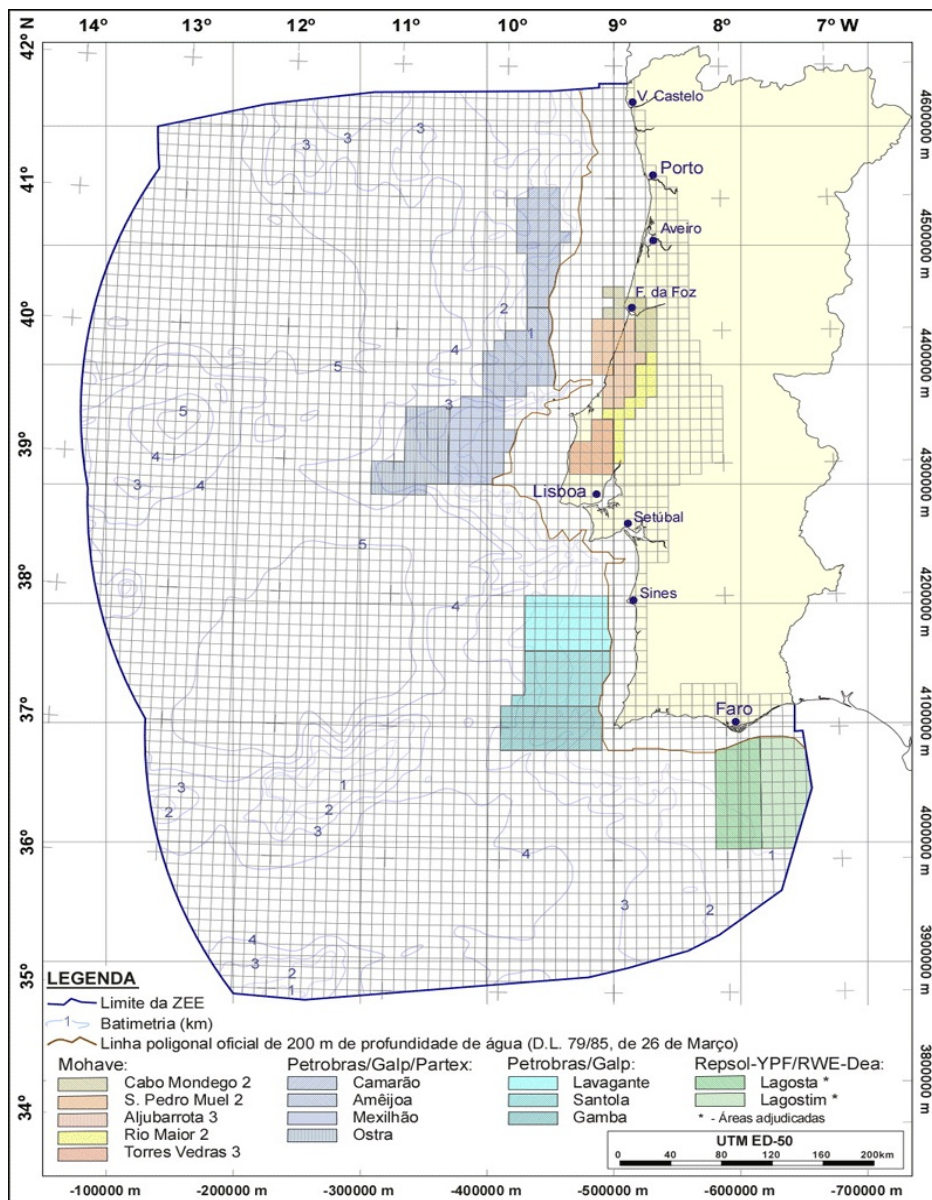
2010: Início do Plano Transfronteiriço de Acção Alentejo-Algarve-Andaluzia, sob o Programa de Cooperação Transfronteiriça Operacional Espanha-Portugal (2007-2013).

O POCTEP nasceu no âmbito das ajudas dos fundos europeus FEDER e dentro das Iniciativas INTERREG, na Tabela 27 pode-se verificar a relação cronológica destes instrumentos novos de ação transfronteiriça que podem aumentar a necessária cooperação sul-sul, aproveitando as oportunidades que ainda fornece o marco económico europeu, mesmo nestes tempos de crise.

<sup>71</sup> <http://www.pact-a3.org/euroregion.php>

Contudo qualquer proposta para o turismo no longo prazo também pode estar em perigo, como seja, por exemplo o caso, de esta actividade turística se encontrar situada no mesmo lugar onde se desenvolvem interesses antagónicos, procura de novas fontes de petróleo e gás, como pode ser visto no Mapa 15. E isto é o que acontece na área do Algarve, em Portugal, e no outro lado da fronteira em Huelva, Espanha.

Mapa 15: Exploração de petróleo e gás em Portugal<sup>72</sup>.



<sup>72</sup> <http://www.meteopt.com/forum/ciencia-geral-tecnologia-energia/exploracao-de-petroleo-gas-em-portugal-1499-2.html>

Ao longo dos séculos existem muitas referências históricas sobre a ocorrência de sismos graves que afectaram o Algarve, como os recolhidos na Tabela 28.

**Tabela 28 - Sismicidade histórica do Algarve<sup>73</sup>.**

60 a.C. - terá gerado um maremoto (tsunami) que afectou as costas de onde hoje é Portugal e a Galiza.

33 a.C. - sismo que se fez sentir no actual território de Portugal continental.

309 - sentido por toda a Península Ibérica. 7.0.

382 - outro grande sismo que gerou um maremoto, e provocou o desaparecimento de ilhas próximas do Cabo de S. Vicente. 7.5.

1009 - sentido de Lisboa ao sul de Espanha.

1309 (22 de Fevereiro) - referências a Portugal em geral e a Lisboa e ao Algarve em particular.

1356 (24 de Agosto) - com danos importantes de Lisboa a Sevilha. 7.5.

1504 (5 de Abril) - sismo com epicentro na zona da Andaluzia causando muita destruição (no fim do Outono terá ocorrido outro sismo que afectou Lisboa) 7.0.

1587 (Novembro) - afectou o Algarve, particularmente com danos em Loulé.

1719 (6 de Março) - sismo com epicentro na zona de Portimão, provocando danos 7.0.

1722 (27 de Dezembro) - afectou o Algarve em geral, com incidência em Tavira, Faro e Loulé, originando um pequeno maremoto 7.8.

1755 (1 de Novembro) - sismo que provocou grande devastação em Portugal, designadamente em Lisboa e no Algarve 8.5.

1856 (12 de Janeiro) - sismo com epicentro provável no Algarve, com danos em Albufeira, Tavira, Faro e Loulé 6.0.

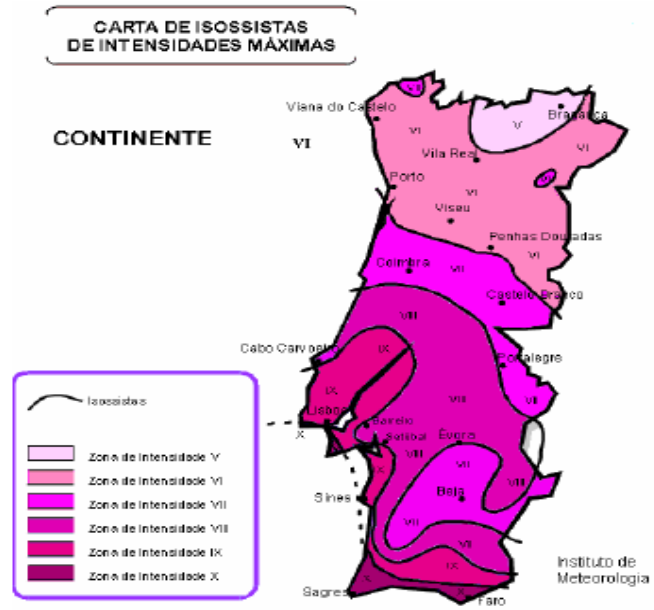
1858 (11 de Novembro) - com epicentro provável ao largo de Setúbal, com efeitos no sul do país 7.2.

1969 (28 de Fevereiro) - o último sismo a provocar danos nas construções do Algarve 7,5.

---

<sup>73</sup> Adaptado de [http://w3.ualg.pt/~jestevas/JEsismo\\_hist.html](http://w3.ualg.pt/~jestevas/JEsismo_hist.html) com dados de (PROT Algarve, 2004:7)

Figura 12 - Carta de intensidades máximas históricas (IM, 2000)<sup>74</sup>.



<sup>74</sup> (PROT Algarve, 2004:15).



## CONCLUSÕES.

Estamos em presença de uma crise que longe de ser apenas económica é também e principalmente orgânica, sistémica e de valores sociais e culturais. É difícil especificar quais destas crises ocorreram mais cedo no tempo, ou se umas foram resultado e consequência de outras, ou se elas ocorrerem simultaneamente. Em qualquer caso, a tradução de todas essas crises é a permeação das práticas e corrupções miseravelmente ruins em grau diferente, mas em todos os níveis. Estas corrupções conseguiram exacerbar e prolongar as consequências negativas para todas as camadas e sectores da sociedade, e para todas as actividades económicas, em particular para as micro, pequenas e médias empresas e de maneira especial nos países do sul da Europa, em que uma das principais fontes de geração de riqueza vem justamente do lado do turismo.

O sistema funciona por capturar o nosso ser e o nosso esforço (que inclui os nossos relacionamentos). A presente crise dá uma nova ofensiva das indústrias extractivas não só sobre a natureza, mas também sobre as pessoas, e em especial sobre os mais desprotegidos. De modo galopante a terra, a natureza e o que dela emana, os seus recursos, ou o que nela vive e existe, ou ainda a propriedade comum de direito público está à força a passar para interesses privatizados concentrando-se muito dinheiro nas mãos de “meia dúzia” de pessoas individualmente consideradas, empresas, grupos económicos, ou holdings, guardados em “bancos secretos” ou escondidos em paraísos fiscais em contas bancárias offshore.

Como explica a socióloga Silvia Federici a escravidão longe de desaparecer “*nunca foi completamente abolida, nós desenvolvemos uma nova relação de classe padronizada nas condições de escravos*” (Federici, 2010:36) A servidão é o novo relacionamento que surgiu depois, e que ainda perdura até os dias de hoje. O poder capitalista é um aliado político do poder económico, gera corrupção, guerras e crises para continuar a manter o *status quo* de uns poucos que continuam a acumular em detrimento da exploração da maioria cada vez mais empobrecida.

Fazendo paralelismos com software informáticos, o sistema capitalista nasceu falhado e repetidamente ocorrem erros do sistema, a solução não é reiniciar para retornar à posição inicial, é hora de fazer uma mudança de sistema operacional, e deslocar-se para um

sistema de código aberto e compartilhado, com menos privatizações e mais bens comuns, em que o poder é compartilhado, numa verdadeira democracia, verdadeiramente participativa.

Este é o tempo para a cidadania ativa a participar, mas numa participação que requer uma responsabilidade e uma acção com preparação e conhecimento prático, estamos demasiado habituados a apenas obedecer ao mestre ou ao padrão, tornando-se imperativo necessário para o exercício de uma democracia participativa, uma preocupação activa sobre a propriedade comum.

A preparação para essa participação e a participação propriamente dita requer certa quantidade de tempo; e dinheiro e tempo (especialmente a sua falta) são os elementos que mais interessam à máquina capitalista, assim a mudança do sistema requer uma mudança de paradigma do trabalho. Existe a necessidade de uma distribuição mais equitativa do trabalho e de uma redefinição do seu conceito, onde devem ser incluídos e considerados, todos os parâmetros que relevem para a sua ponderação e análise, tendo sempre presente que importa valorar a dimensão da dignidade do desenvolvimento da pessoa humana.

Com uma distribuição mais equitativa e justa dos bens e do trabalho, todas as pessoas terão mais tempo para participar na democracia, na gestão da propriedade comum, e para si mesmas, inclusive para atividades prazerosas. Uma cidadania activa e para o bem comum, também terá mais tempo livre e para o exercício do lazer como um dos seus direitos fundamentais. E uma cidadania que tem mais tempo livre, pode dispor dele através das diversas ofertas de turismo concebidas em prol do desenvolvimento e do turismo sustentáveis.

A actual crise do sistema capitalista mostra o julgamento do mesmo sistema, um sistema predador e destruidor, que está em lenta agonia e pré morte. Um dos principais combustíveis que alimenta a máquina capitalista é o petróleo. O petróleo é um dos recursos finitos do nosso planeta, tornando-se um elemento fulclar e praticamente indispensável na economia e no quotidiano das nossas vidas, alimentando muitos dos meios de transporte, para pessoas e mercadorias em todo o mundo, encontrando-se igualmente presente na maioria dos objectos e produtos que usamos e consumimos diariamente.

A dependência do petróleo é apenas a principal espada de Dâmocles acima da nuca do sistema capitalista, uma ameaça alicerçada em vários pilares:

– O *pico do petróleo* é o ponto em que a produção de petróleo começa a decair de forma irreversível até a sua extinção, ou pelo menos na medida em que a exploração das reservas de petróleo remanescentes no subsolo têm um custo demasiado elevado para compensar a sua remoção. Cada vez estamos mais perto desse pico de petróleo;

– Os riscos da contaminação associada com a sua remoção, tanto diretas como indirectas, que por um longo tempo afectam os meios aéreos, aquosos, terrestres e para as próprias pessoas que vivem na proximidade de tais explorações; e será maior quando as condições para a sua remoção exigindo cada vez tecnologias com impacto em maior escala (como, por exemplo, a técnica de fracking, que extrai gás por meio de fratura físico-química da pedra mãe a grande profundidade, gerando poluição de aquíferos e águas subterrâneas);

– Além disso, existem riscos associados com a extração em áreas com actividade sísmica elevada, que podem chegar a exacerbar os efeitos causados pelos sismos que ocorrem nessas áreas, como teria acontecido no caso do sismo que ocorreu em Maio de 2011 em Lorca, Múrcia (Espanha)<sup>75</sup>, e mesmo de poder chegar a causar sismos e tremores de pequena magnitude.

Se quisermos fazer progressos na via do desenvolvimento sustentável, o tipo de modelo de energia a escolher é um elemento fundamental. Qualquer actividade que queramos no longo prazo dependerá, em grande medida, dessa escolha.

O turismo é uma das actividades que maior parte do petróleo consome, uma vez que a sua característica principal é a de transportar as pessoas dos seus lugares de residência para outros diferentes na procura de desfrutar do seu tempo livre. Se a nossa proposta é o turismo sustentável no longo prazo, devemos considerar a proximidade do pico do petróleo e, portanto procurar fidelizar e aumentar o turismo doméstico ou de proximidade, que não depende, pelo menos do transporte aéreo para a chegada, uma vez que os

<sup>75</sup> <http://www.readcube.com/articles/10.1038/ngeo1610>

aviões são os que mais combustíveis derivados do petróleo consomem.

Um modelo de desenvolvimento sustentável que quer caminhar para o lado das actividades de turismo sustentável, não é compatível com um modelo para a exploração de petróleo e gás, o que vai provocar todos os tipos de impactos negativos sobre os lugares antes destinados para o lazer e para a proximidade com a natureza e com uma vida mais calma longe das grandes cidades.

Entre os métodos de remoção prevista para o petróleo no Algarve, e para o gasoduto planeado no Parque Nacional de Doñana na província de Huelva em Espanha, dizem que vão ser usadas tecnologias supostamente mais leves e de baixo risco. Mas a verdade é que só com a construção das plataformas off-shore e do gasoduto propriamente dito, além de durante a sua operação, serão inúmeros os impactos negativos da poluição sonora, visual, da paisagem... para não mencionar as contaminações locais possíveis de substâncias químicas produzidas por fugas ou exsudações.

Mas o mais preocupante de tudo isto, é que, essas actividades de extração de petróleo e gás, estão sendo planeadas sobre uma das áreas de risco sísmico mais elevado do planeta.

Historicamente, a região do Algarve, em Portugal e de Huelva, em Espanha, tenham sido submetidas a alguns dos episódios sísmicos mais importantes que aconteceram em toda a Europa, como pode ser visto na Tabela 10 e na Figura 8, atingindo como a causa de mais de um maremoto associado a estes grandes terremotos. A própria Autoridade Nacional de Protecção Civil publicou em 2010 um *Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve*, e o PROT-Algarve acompanha-se com um Anexo J sobre a *Apreciação do Risco Sísmico no Algarve*.

Mas há também outro desenvolvimento recente que nos deve preocupar. No dia 11 de Maio de 2011 houve um terremoto em Lorca, Múrcia (Espanha) de magnitude não muito elevada, apenas 5,1 na escala de Richter e que, no entanto resultou em graves danos pessoais e materiais especialmente, de tal magnitude que corresponderia a um de maior intensidade. Os cientistas espanhóis e canadenses foram estudar um fato tão singular, e chegaram à conclusão de que o afastamento prolongado da água subterrânea que ocorreu na zona por décadas *pode controlar as características de um*

*terramoto tectónico* amplificando os danos causados pelo mesmo. Este e outros estudos relacionados indicam que o risco real de certas actividades extractivas (petróleo, água, mineração...) podem gerar por si só, terremotos pequenos pela alteração das camadas internas nas áreas onde existem falhas sísmicas.

Até agora, a indústria turística no Algarve conseguiu atrasar o início da exploração de petróleo e gás, mas dada a actual crise económica e as obrigações e os mandatos requeridos pela troika, será muito necessária uma grande mobilização social em ambos os lados da fronteira, para que tais projectos não sejam desenvolvidos.

Precisamos de um novo modelo, um modelo baseado em actividades sustentáveis, e desenvolvido com equidade e justiça para todos. Um modelo de desenvolvimento sustentável, que, no caso do sudoeste da Península Ibérica, pode ter no turismo sustentável, um dos seus maiores atrativos. O novo modelo de turismo sustentável deve ser baseado em vários eixos ou instalações:

- *Responsabilidade em todos os elementos e componentes da equação de uma experiência turística ideal*

Todos os atores envolvidos, desde as comunidades até as empresas de turismo, passando pelos políticos e os turistas, têm o direito de exercer o seu lazer e de poder desfrutar de uma experiência de turismo; mas não se poderá esquecer que também têm obrigações e responsabilidades para cumprir.

De ter em consideração que, poderão existir diversas ocasiões geradoras de conflito no território, especialmente se não tivermos em conta que as obrigações, mas também os benefícios devem reverter a favor de todos os intervenientes. Por vezes geram-se desigualdades, que nem sempre serão necessariamente económicas, muitas vezes, por vezes poderão existir diferenças entre os comportamentos resultantes das relações interpessoais, que diferem de pessoa para pessoa e que terão de ser melhor aferidos para que ninguém se sinta excluído.

- *A necessidade de uma política participativa real*

Uma política participativa que inclua um compromisso de longo prazo e não apenas para os 4 anos da legislatura. O compromisso de defender os interesses da comunidade, regional e transfronteiras, unidos ao turismo, para que não sejam colocados em risco por outras práticas.

É necessário para fazer a recriação do estado, que após a mobilização da população, não só sejam alcançados espaços de ocupação dentro do poder, se, ao mesmo tempo, não for questionado esse mesmo tipo de poder que queremos e devemos transformar desde o início.

*- A necessidade de uma coordenação eficaz na gestão do turismo*

Existem muitas iniciativas e propostas de financiamento para a região, desde níveis locais até aos Europeus, e de fundos públicos e privados. Nas últimas décadas, especialmente desde a adesão à União Europeia, foram investidos muitos recursos não sempre visíveis, o que gera desconfiança no povo, que sente que muitos desses fundos têm ido para lugares não devidos.

Todavia graças a esses investimentos têm sido realizados numerosos estudos, relatórios, documentos, publicações com informações extremamente importantes e notórias e, no entanto a tempo de efectuar actividades de desenvolvimento na área, parece que todos eles aparecem apenas nas gavetas de quem toma as decisões. Há já muitos estudos que podem e devem ser postos em prática e, sobretudo de uma forma ordenada e coordenada.

*- O único turismo possível é o turismo sustentável*

Como é indicado no próprio título da presente tese, consideramos o modelo orientado para o turismo sustentável, como o mais avançado entre os diferentes modelos que evolutivamente foram definidos, e a única coisa que realmente pode ser mantida ao longo do tempo por ser o único verdadeiramente sustentável.

Não seguir o caminho do turismo sustentável, vai levar a impactos negativos tão graves quanto os já causados pela incapacidade de seguir o caminho do desenvolvimento sustentável.

O nível local tem de exigir direitos globais. Temos de trabalhar por retornos sociais para compensar a sua rentabilidade económica supostamente menor (serviços que teoricamente custam mais); desenhar serviços públicos adaptados para cada território; gerir recursos mais flexíveis e rentáveis; e trabalhar para o direito de decidir sobre a propriedade comum.

*- Para uma nova aposta turística na Região do Algarve e no Concelho de Olhão.*

Ao longo de toda a pesquisa e do desenvolvimento da tese, existe uma ideia permanente da diferença que define a região do Algarve, um dos destinos europeus e até mesmo globais de maior sucesso. A sua localização geográfica, um clima agradável durante todo o ano, um aeroporto internacional, e a proximidade de outro destino turístico internacional importante como é a região da Andaluzia em Espanha... fazem tanto a região do Algarve como o concelho de Olhão lugares com uma especial vocação para o turismo que deve ser reforçada.

Mas talvez o que caracteriza e distingue esta região, a que menos se conhece, seja o seu valor intrínseco. O Algarve, até agora ainda apostando quase exclusivamente na equação de sol e praia, tem uma grande riqueza cultural, humana, paisagística, gastronómica, com alta biodiversidade e ecossistemas únicos. É nessa singularidade que reside uma das maiores atrações e potencialidades da região e do concelho, em particular, para incentivar um outro nicho de turismo e atingir outros visitantes, que além de interessados pelas praias e pelo sol, também se interessem por conhecer o interior, as particularidades do mundo rural, o barrocal e as áreas menos percorridas.

Promover este outro turismo e explorar sinergias e interações com outras regiões vizinhas, como o Alentejo, em Portugal, ou Andaluzia em Espanha, proporcionará um processo de desenvolvimento e de turismo sustentável que poderá permitir evitar a morte do sucesso da fórmula tradicional de sol e praia, que significaria matar a “galinha dos ovos de ouro”. É hora de apostar de modo consciente num turismo diferente, melhorando a qualidade de vida da população dos territórios Algarve e Olhão, e da experiência de quem vem ao seu encontro.

### **Novas alianças para um novo modelo**

A crise sistémica que tão ferozmente tem vindo a atacar os países do sul da Europa exige novas medidas para ser superada. A receita chamada austeridade imposta pelos países do norte, só traz desemprego, desintegração e pobreza, e para sair deste círculo vicioso é necessária a solidariedade e o compromisso de investir em economias depauperadas. Certamente este será o momento de olhar com firmeza e dignidade para os exemplos que têm sido dados noutros lugares do planeta perante ofensas semelhantes deste falhado sistema capitalista.

A cooperação sul/sul, que é dada entre os países pobres explorados pelos países ricos, proporciona não só ajuda económica, mas também, e principalmente recursos humanos e não monetizáveis, que permitem regenerar o tecido social que o neoliberalismo tenta quebrar e submeter.

Agora mais do que nunca, é preciso esquecer ódios, rancores, desconfianças e ofensas entre vizinhos. Os países do sul da Europa, e muito em especial os países vizinhos, como Portugal e Espanha, têm de empreender essa cooperação sul/sul, a fim de progredir e avançar numa causa comum, para a recuperação dos direitos humanos, económicos, sociais, culturais e ecológicos, em justiça e equidade.

O turismo é quase o único motor económico, que ainda sobrevive em ambos os países, e para lhe dar continuidade da melhor forma possível, por um longo tempo, devemos fomentar e fortalecer parcerias transfronteiriças já em curso, e fomentar outras novas, com base em investimentos de financiamento públicos e privados europeus, nacionais, regionais e de outros países.

Diante da ameaça clara das operações de petróleo e gás na zona, além de uma mobilização social maior, seria necessário não baixar os valores de protecção para preservar esses territórios, por forma a inviabilizar o aumento dos interesses especulativos de alguns, em detrimento do bem comum para benefício das comunidades e da cidadania.

Este novo modelo pensa no longo prazo, e trabalha mais em cooperação que em concorrência, não significa isso que seja menos competitivo, mas sim com uma competitividade baseada na eficácia e eficiência, que caminhe ao lado da responsabilidade, equidade e justiça. Na concepção destas alianças e parcerias devem ser tidas em conta de uma forma especial, a complementaridade, a interligação e a comunicação.

Novos modelos e novas alianças que nos ajudem a encontrar outro paradigma de vida enquadrada no Bem-estar, na Boa vida e no Bem viver<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> Um Bem viver inspirado nel Buen Vivir ou Sumak Kawsay que adiantam os povos indígenas de Centro e Sudamérica.



## BIBLIOGRAFIA

- Acerenza, M.A. (2005) *Turismo: conceptualización, orígenes y evolución*. Trillas. México D.F.
- Adger, W. Neil (2000) “Social and ecological resilience: are they related?”, em *Progress in Human Geography* 24 (3): 347-364.
- Álvarez-Campana, J.M.; Erias, A. (2007) “Dimensión ética del desarrollo sostenible: oferta y demanda de la sociedad”. Comunicação apresentada nel congresso: *El desafío del desarrollo humano. Propuestas locales para otra globalización*. HEGOA. Bilbao, 8-10 de febrero de 2007. [http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/6\\_D\\_Humano\\_Sostenible/3\\_JManuel-Campana.pdf](http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/6_D_Humano_Sostenible/3_JManuel-Campana.pdf)
- APA (2007) *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável SIDS Portugal, Lisboa*. Disponível na web da APA Agência Portuguesa do Ambiente. [http://www.apambiente.pt/cms/view/page\\_doc.php?id=996](http://www.apambiente.pt/cms/view/page_doc.php?id=996)
- Ashworth, G. Gregory John; Voogd, Henk (1993) *Selling the City: Marketing Approaches in Public Sector Urban Planning*. John Wiley & Sons. Canada.
- Ashworth, G. Gregory John; Tunbridge, J.E. (1990) *The Tourist-historic city. Retrospect and Prospect of Managing the Heritage City*, London: Belhaven.
- Bacha, M.L; Santos, J; Schaun, A. (2010) “Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade”. *VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia Brasil*. [http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/31\\_cons%20teor%20bacha.pdf](http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf)
- Bou, Joan (2007) “La Democracia Participativa: un reto para el desarrollo humano local”. Comunicação apresentada ao congresso: *El desafío del desarrollo humano. Propuestas locales para otra globalización*. HEGOA. Bilbao, 8-10 de febrero de 2007. [http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/3\\_Participacion/5\\_Joan-Bou.pdf](http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/3_Participacion/5_Joan-Bou.pdf)

- Bianchini, Franco (1993): *Remaking European Cities: The Role of Cultural Policies*. Manchester University Press, Manchester-New York.
- Bianchini F., Parkinson M. (eds.) (1993) *Cultural policy and urban regeneration. The West European experience*. Manchester University Press, Manchester-New York.
- Buades, Joan (2010) “Turismo y bien común: De la Irresponsabilidad Corporativa a la Responsabilidad Comunitaria” em *AlbaSud Investigación y Comunicación para el Desarrollo. Opiniones en Desarrollo. Programa Turismo Responsable*. Artículo núm.7 – Septiembre 2010. Valencia. Espanha. <http://www.albasud.org/publ/docs/35.pdf>
- Butler, R. (1993) “Tourism – An Evolutionary Perspective” em Nelson, J. et al. (ed.): *Tourism and Sustainable Development: Monitoring, Planning, Managing*. University of Waterloo, 27-43.
- Butler R. (1998) “Sustainable tourism – looking backwards in order to progress?” em C.M. Hall & A.A. Lew (Eds.) *Sustainable Tourism: A Geographical Perspective*, Longman. Essex, 25-34.
- Câmara Municipal Olhão (2012) *Caracterização do Concelho de Olhão*.
- Carqueja, M. (1998) *Turismo no Espaço Rural como Alternativa de Desenvolvimento. Um Estudo de Caracterização e de Avaliação da Actividade em Duas Regiões do Interior Norte de Portugal*. Dissertação de Mestrado em Agricultura, Ambiente e Mercados, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- CBD (2004) *Guidelines on Biodiversity and Tourism Development*. Secretariat of the Convention on Biological Diversity. CBD, UNEP. Montreal. Canada.
- CBD (2007) *Managing Tourism and Biodiversity. User’s Manual on the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development*. Secretariat of the Convention on Biological Diversity. CBD, UNEP. Montreal. Canada.

- CCDRALgarve (2005a) *Festa da Gastronomia e das Receitas típicas das Aldeias do Algarve. À descoberta dos sabores tradicionais*. CCDR Algarve.
- CCDRALgarve (2005b) *Relatório do estado do ambiente (Algarve) 2003*. CCDR Algarve.
- CCDRALgarve (2006a) *A vinha e o vinho no Algarve. O resnacer de uma velha tradição*. CCDR Algarve.
- CCDRALgarve (2006b) *Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007- 2013*. CCDR Algarve.
- CET (2009) *Avaliação dos Impactos da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve – Relatório Final*. CCDRALgarve.
- CIDER (2000) *Aspectos de Dinamismo Regional no Algarve. Volumen II*. Faro, Portugal.
- CIF/OIT (2007) *Turismo sustentável e desenvolvimento local*. Turim, Italia.
- Clarke, J. (1997) “A Framework of Approaches to Sustainable Tourism” em *Journal of Sustainable Tourism*, 5, 221-233.
- Costa, Claudia e Martins, Nuno (2009) “Património, paisagens culturais, lazer e desenvolvimento sustentável. Parques temáticos vs. parques patrimoniais” em *Exedra* nº temático Turismo 2009.
- Cravidão, Fernanda (1998) “Turismo, sustentabilidade e cultura” em *Estudos Autárquicos*, VI: 10 e 11, 59-72.
- Cunha, Licínio (1997) *Economia e Política do Turismo*. Alfragide, Editora de Mc Graw-Hill de Portugal Lda.
- de Carvalho Álvares, Maria Manuela (2009) *A Agenda 21 Local nos Municípios Portugueses*. Universidade do Minho.
- de Carvalho Morgado Belo Dias Costa, M.Cecília (2006) *Turismo Sustentável nas margens do Tejo. Estudo de aptidão apoiado por un*

*Sistema de Informação Geográfica*. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa.

– de la Rasilla, Luis (2011) [3ª ed.] *La participación fraccionada*. Publicacionesintersurdelibre@cceso

<http://www.proyectointersur.org/presentacionsenda.htm>

– Delisle, Marie Andrée; Jolin, Louis (2011) *¿Es posible otro turismo? Volúmen I. Ética, protagonistas, conceptos, dificultades, buenas prácticas, recursos*. FLACSO. San José, Costa Rica.

– Diniz, Ana Margarida (2008) “A Certificação e o Turismo Sustentável” [http://nатурlink.sapo.pt/Intervir/Artigos-Praticos/content/A-Certificacao-e-o-Turismo-Sustentavel?bl=1&viewall=true#Go\\_1](http://nатурlink.sapo.pt/Intervir/Artigos-Praticos/content/A-Certificacao-e-o-Turismo-Sustentavel?bl=1&viewall=true#Go_1)

– DGOTDU (2011) *A paisagem na revisão dos PDM. Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal*. Lisboa.

– DGT (2005) *Turismo no Espaço Rural em 2004*. Direcção de Serviços de Estudos e Estratégias Turísticas, Divisão de Recolha e Análises Estatística. Direcção Geral do Turismo. Lisboa.

– Earthwatch, IUCN e WBCSD (2002) *Business and Biodiversity. The Handbook for Corporate Action*. Geneve.

<http://www.wbcd.org/pages/edocument/edocumentdetails.aspx?id=26>

– EEA (2001) *Environmental signals 2001. European Environment Agency regular indicator report*. Copenhagen.

– Elcome, D.; Baines, J. (1999) *Steps to success. Working with residents and neighbours to develop and implement plans for protected areas*. IUCN Commission on Education and Communication, European Committee for EE.

– EUROSTAT (2006) *Manual Europeu de Implementação da Conta Satélite do Turismo (CST)*, Projecto Final versão 1.0, com base na publicação adoptada internacionalmente: “Tourism Satellite Accounts: Recommended Methodological Framework”.

- Fainstein, Susan S.; Gladstone, David (1999) “Evaluating Urban Tourism”, em Judd, Dennis R.; Fainstein, Susan S. (eds.) *The Tourist City*, New Haven: Yale University Press, 21-34.
- Federici, Silvia (2010) *Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Traficantes de Sueños. Madrid.
- FEMP (2004) [3ª ed.] *Código de Buenas Prácticas Ambientales*. Madrid.
- Fennell, D. (2003) *Ecotourism: An Introduction*. Routledge. London.
- Fernandes, José Manuel; Janeiro, Ana (2005) *Arquitectura no Algarve dos primórdios à actualidade, uma leitura de síntese*. CCDR Algarve.
- Fernandes, José Manuel; Janeiro, Ana (2008) *A casa popular do Algarve. Espaço rural e urbano, evolução e actualidade*. CCDR Algarve.
- Ferreira, M. J.; Campos, P. (2009). *O Inquérito Estatístico: uma introdução à elaboração de questionários, amostragem, organização e apresentação dos resultados. Um mundo para conhecer os números*. INE, ESTP and DREN, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- FITUR (2015) *Cifras FITUR 2015*, catálogo on-line, [http://www.ifema.es/PresentacionInet/groups/public/documents/formulario/if\\_077432.pdf](http://www.ifema.es/PresentacionInet/groups/public/documents/formulario/if_077432.pdf)
- Gallego, Antxon; San José, Arkaitz e Zubimendi, Epi (2011) “Conflictos y Agenda 21 Local en Euskal Herria. Dos mapas y algunas reflexiones en torno a la participación” em Bergantiños, Noemí; Ibarra, Pedro; Marínez, Jone (eds.) *Participación, cultura política y sostenibilidad*, Editorial hacer. Barcelona, 139-198.
- Garzillo, Cristina e Kuhn, Stefan (2007) *The Aalborg Commitments Implementation Guide – A 5-Step Approach*. ICLEI. Frankfurt.
- General Tourism Unit (2000) *Towards quality urban tourism Integrated quality management (IQM) of urban tourist destinations*. European Commission. Brussels.

- Godfrey, K., & Clarke, J. (2000). *The tourism development handbook: a practical approach to planning and marketing*. Continuum, London.
- Godinho, Celia (2004) “O Turismo em Espaço Rural (TER) em Portugal: Problemas e Desafios para o Futuro” em *Revista Turismo e Desenvolvimento*, Vol. 1, Nº 1, 91-93.
- Gomes Maricato, N.A. (2012) *O Turismo em Portugal: Tendencias e Perspectivas*. Universidade de Coimbra.
- Gonzalez, M. (1997) *Metodología de la investigación social*, Aguacalera, Espanha.
- González, P.J.; Tiampo, K.F.; Palano, M.; Cannavó, F. e Fernández, J. (2012) “The 2011 Lorca earthquake slip distribution controlled by groundwater crustal unloading” em *Nature Geoscience*, Vol.5 November 2012, 821-825 <http://www.readcube.com/articles/10.1038/ngeo1610>
- Guerra, J.; Schmidt, L. (2009) “Da Carta aos Compromissos de Aalborg - Sustentabilidade Local. Portugal no contexto Europeu” em Seminario Internacional *Experiências das Agendas 21: Os desafios do nosso tempo*, 27 a 29 Novembro, Ponta Grossa, Brasil. <http://www.eventos.uepg.br/seminariointernacional/agenda21parana/palestras/02%20-%20Da%20Carta%20aos%20Compromissos%20de%20Aalborg%20-%20Sustentabilidade%20Local%20em%20Portugal%20no%20Contexto%20Europeu.pdf>
- Guevara Flores, Ramón (2012) *Algo más que una medición en la resiliencia humana y agro biológica: Diagnóstico, monitoreo y evaluación de acciones comunes, externas y de crisis de tracto lento y súbitas en el proceso de adaptación al Cambio Climático en poblaciones altamente vulnerables a inseguridad alimentaria y nutricional. Caso Nicaragua*.  
<http://www.fao.org/fsnforum/protracted-crises/sites/protracted-crises/files/resources/Algo%20m%C3%A1s%20que%20una%20medici%C3%B3n%20en%20la%20resiliencia%20humana%20y%20agro%20biol%C3%B3gica.pdf>
- Hall, C.M.(2002) “Tourism in Capital Cities”, em *Tourism (Zagreb)* 2002, Vol. 50 No.3, 235-248.

- Hametner, M. and Steurer, R. (2007) *Objectives and Indicators of SD in Europe: A Comparative Analysis of European Coherence*. ESDN Quarterly Report December 2007.
- Hawkes, S., & Williams, P. (1993) *From principles to practice: A casebook of best environmental practice in tourism*. Burnaby, BC: Centre for Tourism policy. Canada.
- Henriques, Cláudia; Quinteiro, Sílvia (2011) “O turismo literário. Olhão sob a perspectiva de João Lúcio” em *International Conference on Tourism and Management Studies – Algarve. Book of Proceedings*, Vol. I:600-608.
- Heras, M. P. de las (2004) *Manual del Turismo Sostenible – Cómo conseguir un turismo social, económico y ambientalmente responsable*. Ediciones Mundi-Prensa. Madrid.
- Heras Hernández, Francisco (2002) *Entre Tantos. Guía Práctica para dinamizar procesos participativos sobre problemas ambientales y sostenibilidad*. GEA scl. Valladolid. Espanha.
- Hernández, José (2007) “Territorio e instituciones: Un modelo complejo de desarrollo frente a la globalización”. Comunicação apresentada ao congresso: *El desafío del desarrollo humano. Propuestas locales para otra globalización*. HEGOIA. Bilbao, 8-10 de febrero de 2007. [http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/2\\_D.Humano\\_Local/3\\_Jose-Hernandez.pdf](http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/2_D.Humano_Local/3_Jose-Hernandez.pdf)
- Hernández Sampieri, Roberto; Fernández-Collado, Carlos; Baptista Lucio, Pilar (2006) (4ª ed.) *Metodología de la Investigación*, México D.F.: McGraw Hill.
- Hildebrand Scheid, Andreas (2012) “La Cooperación Transfronteriza entre Andalucía-Algarve-Alentejo en el Proyecto Andalgua (Poctep 2007-2013) – El reto de lograr un desarrollo territorial coherente a ambos lados de la frontera”. Comunicação apresentada ao *I Congreso Territorial del Noroeste Ibérico*, Ponferrada. UNED Campus Noroeste.
- Hope, C. A. and Klemm, M. S. (2001) “Tourism in Difficult Areas Revisited: The Case of Bradford” em *Tourism Management*, 22 (6): 629-635.



- ICLEI e IDRC (1996) *The Local Agenda 21 Planning Guide – An introduction to sustainable development planning*. ICLEI, IDRC e UNEP. Toronto, Canada.
- INE (2012) *Estadísticas do Turismo 2011*. Lisboa.
- Jansen-Verbeke, M. (1992) “Urban recreation and tourism: Physical planning issues” em *Tourism Recreation Research*, 17(2), 33-45.
- Jansen-Verbeke, M. (1997) “Urban tourism: Managing resources and visitors” em Wahab, S.; Pigram, J. (eds) *Tourism, Sustainability and Growth*. Routledge. London, 237-256.
- Jiménez Hernández, Alejandro (2014) *Resiliencia: el papel de los servicios ecosistémicos en sociedades y paisajes cambiantes*, Guatemala: Wetlands International.
- Jurado Almonte, José Manuel (dir.) (2011a) *Recursos, potencialidades y modelos turísticos en el Baixo Alentejo, Algarve y provincia de Huelva*, Huelva: Universidad de Huelva.
- Jurado Almonte, José Manuel (2011b) *Ordenación del territorio y urbanismo: conflictos y oportunidades*, UNIA Universidad Internacional de Andalucía.
- Jurado Almonte, José Manuel (2013a) “El turismo en regiones de frontera: el ámbito Bajo Alentejo, Algarve y provincia de Huelva”, em Campesino Fernández, Antonio José (dir.) *Turismo de Frontera (I)*, Vigo: RIET Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças, 89-107.
- Jurado Almonte, José Manuel (2013b) “El turismo del marco onubense-algarví-alentejano en la cooperación transfronteriza de primera generación (1992.2013)”, em Campesino Fernández, Antonio José (dir.) *Turismo de Frontera (I)*, Vigo: RIET Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças, 119-129.
- Jurado Almonte, José Manuel (2013c) *Experiencias en Turismo Accesible en Andalucía y Portugal*, Huelva: Universidad de Huelva, Servicio de Publicaciones.



– Jurado Almonte, José Manuel (2014) “El turismo de frontera en la provincia de Huelva, de la potencialidad de sus recursos a destino y producto turístico”, Campesino Fernández, Antonio José; Jurado Almonte, José Manuel (dirs.) *Turismo de Frontera (III): Productos turísticos de la Raya Ibérica*, Huelva: Universidad de Huelva Publicaciones, 113-134.

– Jurado Almonte, José Manuel; Pazos García, Francisco J. (2014a) “Un recorrido por los paisajes del bajo Guadiana”, em Campesino Fernández, Antonio José; Jurado Almonte, José Manuel (dirs.) *Turismo de Frontera (III): Productos turísticos de la Raya Ibérica*, Huelva: Universidad de Huelva Publicaciones, 323-355.

– Jurado Almonte, José Manuel; Pazos García, Francisco José (2014b) “Patrimonio territorial y turismo en la Raya de Andalucía con Portugal: ¿Un nuevo producto turístico?”, em Actas XVIII Congreso AECIT, Turismo: liderazgo, innovación y emprendimiento, 26-28 noviembre 2014, Benidorm.

<http://www.aecit.org/files/congress/18/papers/18.doc>

– Krippendorf, J. (1982) “Towards New Tourism Policies: The Importance of Environment and Sociocultural Factors” em *Tourism Management*, 3, 135-148.

– Lane, B. (1990) “Sustaining Host Areas, Holiday Makers and Operators Alike” em F. Howie (ed.) *The proceedings of the Sustainable Tourism Development Conference*. Queen Margaret College. Edinburgh.

– Law, Christopher M. (1992) “Urban tourism and its contribution to economic regeneration” em *Urban Studies*, 29 (3/4) (May), 599-618.

– Law, Christopher M. (1993) *Urban Tourism: Attracting visitors to large cities*. Mansell. London.

– Lima, M.P. (1981) (2ª ed.) *O Inquérito Sociológico – Problemas de Metodologia*, Editorial Presença.

– Lindberg, K. (1997) “Economic Aspects of Ecotourism” em Lindberg, K.; Epler Wood, M. e Engeldrum, D. (eds.) *Ecotourism: A Guide for Planners and Managers*, vol. 2. North Benington, VT: The Ecotourism Society, 87-117.

- Lopes, Ernâni (2005) *Reinventando o Turismo em Portugal. Estratégia de Desenvolvimento Turístico Português no I Quartel do Século XXI*. Confederação do Turismo Português. Lisboa.
- López López, Alejandro (2001a) “Turismo y Desarrollo Sostenible”, em *Revista SISTEMA*, nos. 162-163, Madrid, junio 2001.
- López López, Alejandro (2001b) “El medioambiente y las nuevas tendencias turísticas: referencia a la región de Extremadura”, em *Rev. Observatorio Medioambiental*, número 4, 2001, 205-251.
- López López, Alejandro (2002) “La dimensión ambiental en el desarrollo turístico”, em VI Congreso AECIT: Nuevas tendencias de ocio y turismo: en especial problemática en destinos singulares, Jaén, 35-50.
- López López, Alejandro (2005a) “Desarrollo sostenible: medioambiente y turismo en las ciudades históricas: El caso de Toledo” em *Observatorio Medioambiental*, núm. 8, 331-344.
- López López, Alejandro (2005b) “Desarrollo turístico sostenible”, em Jornadas sobre Urbanismo y vida social. Fundación Ciencias Sociales y Mundo Mediterráneo, Altea, diciembre 2005.
- López López, Alejandro (dir.); Borrell Merlín, María Dolores (coord.) (2005) *Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible en los Países Mediterráneos de la Unión Europea*, Edit. Fundación Biodiversidad – Instituto Universitario Ciencias Ambientales (UCM), Madrid.
- López López, Alejandro; de Esteban Curiel, Javier (2010) “El turismo sostenible como dinamizador local”, em *Observatorio Medioambiental*, vol. 13, 109-129.
- López López, Alejandro; Lacalle Domínguez, Juan José (2015) “Sociología del Turismo. Medioambiente y Desarrollo Sostenible”, em *Revista Científica Monfragüe Desarrollo Resiliente*, Vol.4, Nº 1 (enero 2015), 49-63.
- Marques Dinis, Sandrina (2005) *O Ecoturismo: Um instrumento para o desenvolvimento sustentável?* Universidade Técnica de Lisboa.

- Mayr, Johanna (2010) Metodología de Investigación, Osorno: INACAP.

<http://files.innova-edu.webnode.com/200003220-1ad5e1bcfe/Metodologia-de-Investigacion.pdf>

- McKercher, B. (1993a) “The Unrecognized Threat to Tourism: Can Tourism Survive Sustainability” em *Tourism Management*, 14, 131-136.

- McKercher, B. (1993b) “Some Fundamental Truths about Tourism: Understanding Tourism’s Social and Environmental Impacts” em *Journal of Sustainable Tourism*, 1 (1), 6-16.

- Ministério do Turismo (2008) *Ecoturismo: Orientações Básicas*. Brasília.

- Mora Aliseda, Julián (2006) *Las buenas prácticas en la Ordenación del Territorio para un Desarrollo Sostenible. Estrategias para la gestión del desarrollo sostenible en América Latina*. 21 al 25 de agosto 2006, UNIA La Rábida, Huelva, Espanha.

- Mora Aliseda, Julián (2014) *La planificación estratégica como instrumento de desarrollo integral: el caso de Mérida (Extremadura)*, Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Departamento de Sociología II (Ecología Humana y Población).

- Mora Aliseda, Julián (2014) “La última frontera del turismo” [http://economia.elpais.com/economia/2014/03/21/actualidad/1395403608\\_502992.html](http://economia.elpais.com/economia/2014/03/21/actualidad/1395403608_502992.html)

- Mora Aliseda, Julián (2014) “Extremadura necesita un cambio legislativo en materia medioambiental” <http://www.unex.es/organizacion/servicios-universitarios/servicios/comunicacion/archivo/2014/julio-de-2014/17-de-julio-de-2014/julian-mora-aliseda-201cextremadura-necesita-un-cambio-legislativo-en-materia-medioambiental201d#.VH6gLjHz04D>

- Mora Aliseda, Julián et. al (2005) “La iniciativa comunitaria Interreg III en España” em *Boletín de la AGE*, Nº 39, 267-284.

- Mora Aliseda, Julián; Jaraíz Cabanillas, F.Javier (2011) “Directrices y políticas internacionales en desarrollo sostenible” em Jurado Almonte, J.M. Ordenación del Territorio y Urbanismo: conflictos oportunidades. UNIA, Sevilla, Espanha, 85-130.
- Moreno Pires, Sara (2008) “Indicadores locais de Sustentabilidade e Agenda 21 Local”. Apresentação em Power Point em Agenda 21 Local nas Freguesias dos Municípios da LIPOR.
- Murphy, P. (1980) “Tourism management using land use planning and landscape design: the Victoria experience” em *The Canadian Geographer*, 24 (1), 60-71.
- Murphy, P. E. (1983) “Perceptions and Attitudes of Decision Making Groups in Tourism Centers” em *Journal of Travel Research*, 21(3): 8-12.
- Nussbaum, Martha C. (2010) *Sin fines de lucro: Por qué la democracia necesita de las humanidades*. Katz Ediciones. Madrid.
- OMT - PNUMA (1992) *Ordenación de los Parques Nacionales y Zonas Protegidas para el Turismo*. OMT. Madrid.
- OMT (1993) *Indicators for the Sustainable Management of Tourism*. Informe del Grupo de Trabajo Internacional sobre Indicadores de Turismo Sostenible. Canada.
- OMT (1995) *Lo que todo gestor turístico debe saber. Guía Práctica para el Desarrollo y Uso de Indicadores de Turismo Sostenible*. OMT. Madrid.
- OMT (1997) *Guía Práctica para el Desarrollo y Uso de Indicadores de Desarrollo Sostenible*. OMT. Madrid.
- OMT (1998) *Perspectives on Tourism*. OMT. Madrid.
- OMT (1999) *Guía para las Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible*. OMT. Madrid.
- OMT (2003) *Desarrollo Sostenible del Ecoturismo. Una Compilación de Buenas Prácticas en las PYME*. OMT. Madrid.

- OMT (2012) *Annual Report 2011*, UNWTO. OMT. Madrid.
- Pacheco dos Santos, J.H.A. (2010) *A Investigação sobre Turismo em Portugal*. Universidade de Aveiro.
- PACT-A3 (2009a) *Monografías Medio ambiente y recursos naturales*. Plan de Acción de Cooperación Transfronteriza Algarve-Alentejo-Andalucía.
- PACT-A3 (2009b) *Monografías Turismo*. Plan de Acción de Cooperación Transfronteriza Algarve-Alentejo-Andalucía.
- Page, S.J. (1995) *Urban Tourism*, London: Routledge.
- Partidário, M.R., (1998) “Ambiente e Turismo, Economia e Prospectiva” em *Rev. do Ministério da Economia*, nº 4, Fevereiro, 79-88.
- Pereiro Pérez, Xerardo (2009) *Turismo cultural Uma visão antropológica Colección PASOS edita*, número 2, Asoc. Canaria de Antropología. Tenerife, Espanha.
- PRIAlgarve (2007) *Algarve Plano Regional de Inovação*. Universidade do Algarve.
- PROT Algarve (2004) *Volume II. Caracterização e Diagnóstico. Anexo J. Apreciação do Risco Sísmico no Algarve*.
- PwC (2014) *Desafios do Turismo em Portugal 2014*.

[http://www.pwc.pt/pt/publicacoes/imagens/2014/pwc\\_desafios\\_do\\_turismo.pdf](http://www.pwc.pt/pt/publicacoes/imagens/2014/pwc_desafios_do_turismo.pdf)

- Ribeiro, M. (1998) “Turismo Rural em Portugal – Dos seus Protagonistas Principais e da sua configuração” em Anécio J, Froehlich J.M. Riedl M.(orgs.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa María, 169-190.
- Ribeiro, M. (1999) “Agricultura e Ambiente em Regiões Desfavorecidas: Expressão de Subdesenvolvimento, recursos para o

Desenvolvimento”. Paper presented to the Workshop *Impacte do Sector Agrícola e Pecuário no Ambiente*. UTAD: Vila Real, March 24-25.

– Rivas, J.I. (2009) “Turismo sostenible o insostenible, esa es la cuestión: indicadores proxy para una planificación turística ambientalmente responsable” em *Clim.economía*, Num. 15, 375 – 418.

– Robinson, Mike e Picard, David (2006) *Tourism, Culture and Sustainable Development*, UNESCO.

– Rodríguez Rey, Juan José (2003) “La comunicación como motor del desarrollo local sustentable participativo. El caso de los comités ciudadanos consultivos de Panamá”. Comunicação apresentada ao congresso: *El desafío del desarrollo humano. Propuestas locales para otra globalización*. HEGOA. Bilbao, 8-10 de febrero de 2007. [http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/3\\_Participacion/7-Juan-Jose-Rodriguez.pdf](http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/3_Participacion/7-Juan-Jose-Rodriguez.pdf)

– Rojas Soriano, Raúl (2002) (17ª ed.) *Métodos para la investigación social. Una proposición dialéctica*, México D.F.: Plaza y Valdés Editores.

– Roland Berger Strategy Consultants (2011) *PENT Versão 2.0*. Lisboa.

– Saint-Exupery, Antoine (2003) [1943] *El principito*. <http://www.agirregabiria.net/g/sylvainaitor/principito.pdf>

– Santos Pessoa, Fernando; Rosa Pinto, José; Rocha Alexandre, José (2004) *Plantas do Algarve com interesse ornamental*. CCDR Algarve.

– Segales, Marcelo (2007) “Mujeres en movimiento: género, ecología y ciudad” Comunicação apresentada ao congresso: *El desafío del desarrollo humano*. Propuestas locales para outra globalización. HEGOA. Bilbao, 8-10 de febrero de 2007. [http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/4\\_Mujeres/2\\_Marcelo-Segales.pdf](http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/4_Mujeres/2_Marcelo-Segales.pdf)

– Segrelles Serrano, J.A. (2009) “Una reflexión sobre la insostenibilidad de las actividades turísticas en el medio rural y natural. los casos del ecoturismo y de la ecología profunda”. (Versão estendida do

artigo com o mesmo título publicado na revista *Human Geography. A New Radical Journal*, vol. 2, nº 1, 103-113).

- Silva, Luís (2007) “A procura de turismo em espaço rural” em *Etnográfica*, 11(1) Maio, 141-163.
- Sotelo Navalpotro, J.A. (2005) “Desarrollo y medio ambiente en Europa. El patrimonio natural como base de la sostenibilidad” em *Observatorio Medioambiental*, núm. 8, 197-269.
- SPI Sociedade Portuguesa de Inovação (2009) *Diagnóstico da Sustentabilidade do Concelho de Góis*.
- Sustentare (2009) *Turismo sustentável e a sua importância para o sector em Portugal. Research. Set.2009*. Lisboa.
- Troitiño Vinuesa, M.Ángel (1998) “Turismo y desarrollo sostenible en ciudades históricas” em *Ería* 47, Universidad Complutense de Madrid, 211-227.
- Turismo Algarve (2012) *Plano de Ação Turismo do Algarve 2012*.
- Turismo Algarve (2013) *Memorando turístico do Algarve. Propostas para uma região sustentável*. <http://www.turismodoalgarve.pt/home.html>
- Turismo de Portugal (2014) *Plano do Marketing Estratégico para o Turismo do Algarve 2015-2018*.
- Tyler, D. et al. (1998) *Managing tourism in cities: policy, process and practice*, Wiley.
- UNEP e UNWTO (2005) *Making Tourism More Sustainable. A Guide for Policy Makers*.
- UNEP e UNWTO (2012) *Tourism in the Green Economy – Background Report*. OMT, Madrid.
- US Fish and Wildlife Service (1997) *Writing Refuge Management Goals and Objectives: A Handbook*.

- Van den Berg, L., Van der Borg, J., van der Meer, J. (eds.) (1995) *Urban Tourism: Performance and Strategies in Eight European Cities*, Avebury, Aldershot.
- Vera Rebollo, J. Fernando; Cruz Orozco, Jorge; Baños Castiñeira, Carlos J. (1995) “Turismo y organización del territorio: desajustes de un modelo de implantación y nuevas estrategias” em *Cuad. de Geogr.*, 58, Valencia, 439-474.
- Vera Rebollo, J. Fernando (2003) “Riesgos naturales en la actividad turística” em *ÁREAS Revista de Ciencias Sociales*, Nº 23, 2003, 159-176.
- Vera Rebollo, J. Fernando; Baños Castiñeira, Carlos J. (2010) “Renovación y reestructuración de los destinos turísticos consolidados del litoral: las prácticas recreativas en la evolución del espacio turístico” em *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, N.º 53 – 2010, 329-353.
- Villalba, Unai (2007a) “Participación y desarrollo: ¿capital social y/o empoderamiento?” Comunicación presentada ao congreso: *El desafío del desarrollo humano. Propuestas locales para outra globalización*. HEGOA. Bilbao, 8-10 de febrero de 2007. [http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/3\\_Participacion/9\\_Unai-Villalba.pdf](http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/3_Participacion/9_Unai-Villalba.pdf)
- Villalba, Unai (2007b) “Condiciones para una participación emancipadora en el desarrollo”. Comunicación presentada ao congreso: *El desafío del desarrollo humano. Propuestas locales para outra globalización*. HEGOA. Bilbao, 8-10 de febrero de 2007. [http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/2\\_D.Humano\\_Local/12\\_Unai-Villalba.pdf](http://www.hegoa.ehu.es/congreso/bilbo/komu/2_D.Humano_Local/12_Unai-Villalba.pdf)
- Weaver, D. (2001) *Ecotourism*. Milton, John Wiley & Sons Australia Ltd.
- WTTERC (1994) *Environment and Development*. WTTERC, Brussels.



*Outras fontes consultadas:*

– Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural UNESCO 1972 <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

– Declaração de Manila sobre o turismo mundial 1980 (em castelhano) [http://ciudadespatrimonio.mx/descargables/biblioteca/declaracion\\_de\\_manila\\_sobre\\_el\\_turismo\\_mundial\\_1980.pdf](http://ciudadespatrimonio.mx/descargables/biblioteca/declaracion_de_manila_sobre_el_turismo_mundial_1980.pdf)

– Carta Europeia do Ordenamento do Território CEOT de Torremolinos, Espanha 1984 (em castelhano)

<http://www.ehu.es/Jmoreno/ArchivosPOT/CartaEuropeaOT.pdf>

– Carta do Turismo e Código do Turista 1985 (em castelhano) <http://www.apiepr.org/files/carta-codigo-turista.pdf>

– Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum” 1987 <https://es.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>

– Declaração da Haia do Turismo 1989 (em castelhano) [http://ciudadespatrimonio.mx/descargables/biblioteca/declaracion\\_de\\_la\\_haya\\_sobre\\_turismo\\_1989.pdf](http://ciudadespatrimonio.mx/descargables/biblioteca/declaracion_de_la_haya_sobre_turismo_1989.pdf)

– Convenção sobre a Diversidade Biológica CBD 1992 [http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_chm\\_rbbio/\\_arquivos/cdbport\\_72.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/cdbport_72.pdf)

– Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade ou Carta de Aalborg 1994

[http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/ag21\\_carta\\_de\\_aalborg.pdf](http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/ag21_carta_de_aalborg.pdf)

– Carta Europeia de Turismo Sustentável CETS 1995 (em castelhano) [http://www.redeuroparc.org/img/CETS/Texto-oficial\\_CETS\\_I.pdf](http://www.redeuroparc.org/img/CETS/Texto-oficial_CETS_I.pdf)

– I Conferencia Mundial de Turismo Sustentável de Lazarote, Espanha 1995 (em castelhano)

<http://www.turismo-sostenible.org/docs/Carta-del-Turismo-Sostenible.pdf>

- Plano de Acção de Lisboa: da Carta a Acção 1996

<http://www.cm-mirandela.pt/files/87/871.pdf>

- Declaração de Sevilha 1999 (em castelhano)

[http://www.jerez.es/fileadmin/Documentos/Medio\\_Ambiente\\_y\\_Consumo/Declaracion\\_de\\_Sevilla.pdf](http://www.jerez.es/fileadmin/Documentos/Medio_Ambiente_y_Consumo/Declaracion_de_Sevilla.pdf)

- Código de Ética Mundial para o Turismo, OMT 1999

[http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil\\_0.pdf](http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf)

- Convenção Europeia da Paisagem de Florença 2000

[http://www.culturante.pt/fotos/editor2/2000-convencao\\_europeia\\_da\\_paisagem-conselho\\_da\\_europa.pdf](http://www.culturante.pt/fotos/editor2/2000-convencao_europeia_da_paisagem-conselho_da_europa.pdf)

- Declaração de Hanôver de Presidentes de Câmara de Municípios Europeus na Viragem do Século XXI 2000

[http://www.cm-lousa.pt/Uploads/agenda21local/docs/1\\_declaracoes/DECLARA%C3%87%C3%83O%20DE%20HANNOVER\\_anexo.pdf](http://www.cm-lousa.pt/Uploads/agenda21local/docs/1_declaracoes/DECLARA%C3%87%C3%83O%20DE%20HANNOVER_anexo.pdf)

- Declaração de Ecoturismo do Quebec 2002

[http://www.ecobrasil.org.br/publique/media/declaracao\\_de\\_quebec.pdf](http://www.ecobrasil.org.br/publique/media/declaracao_de_quebec.pdf)

- Manifesto pela vida, por uma ética da sustentabilidade, Bogotá (Colombia), Simpósio sobre Ética e Desenvolvimento Sustentável 2002

[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/manifestovida.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/manifestovida.pdf)

- Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO 2003

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>

- Compromissos de Aalborg + 10 2004 (em castelhano)

<http://www.upv.es/contenidos/CAMUNISO/info/U0629027.pdf>

- Declaração de Fortaleza (Brasil), Seminário Internacional de Turismo Sustentável 2008

[http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/declaracao\\_de\\_fortaleza.doc](http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/declaracao_de_fortaleza.doc)

– Declaração do Belem (Brasil), Fórum Global sobre Turismo Sustentável 2009

<http://www.albasud.org/downloads/6.pdf>

– Green Economy Report UNEP (Relatório sobre a Economia Verde) 2011

[http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/Green\\_Economy\\_Full\\_report\\_pt.pdf](http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/Green_Economy_Full_report_pt.pdf)

– Primeiro Fórum Mundial de Desenvolvimento Local, território, economia e Governação Local: novos olhares para tempos de mudança Sevilha 2011 (em castelhano)

<http://www.foromundialadel.org/desc/DECLARACION%20FINAL%20SEVILLA.pdf>

– Programa Nacional de Turismo de Natureza PNTN 1998

[http://ertr.tamu.edu/files/2012/09/cs-tour-pt-coop\\_7.pdf](http://ertr.tamu.edu/files/2012/09/cs-tour-pt-coop_7.pdf)

– Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade ENCNB 2001

<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2001/10/236B00/64256451.pdf>

– Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável ENDS

2002 <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000015001-000020000/000019537.pdf>

– Plano Estratégico Nacional de Turismo PENT 2006

[http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documentos/PENT\\_Revis%C3%A3o.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documentos/PENT_Revis%C3%A3o.pdf)

– PROT-Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve 2007

<http://www.prot.ccdr-alg.pt/Download.aspx>

– Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNPOT 2007 <http://portal.ipvic.pt/images/ipvic/esa/pdf/usosolo/prog.pdf>

- PRIA Algarve Plano Regional de Inovação 2007

[http://www.cria.pt/cria/admin/app/CRIA/uploads/prialgarve\\_1mai08.pdf](http://www.cria.pt/cria/admin/app/CRIA/uploads/prialgarve_1mai08.pdf)

- POCTEP (Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal) 2007 (versão 2011)

[http://0713.poctep.eu/descarga.php?modulo=presentacion&file=56&documento=Decisao\\_CE\\_5123\\_25\\_07\\_11\\_PT.pdf&nombre=Decisao\\_CE\\_5123\\_25\\_07\\_11\\_PT.pdf](http://0713.poctep.eu/descarga.php?modulo=presentacion&file=56&documento=Decisao_CE_5123_25_07_11_PT.pdf&nombre=Decisao_CE_5123_25_07_11_PT.pdf)

*Webografia:*

- ABAE Associação Bandeira Azul da Europa (sobre a qualidade das praias e portos)

<http://greenkey.abae.pt/plataforma/>

- AITR Associazione Italiana Turismo Responsabile (ong italiana sobre turismo responsável)

[http://www.aitr.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=583&Itemid=398&lang=es](http://www.aitr.org/index.php?option=com_content&view=article&id=583&Itemid=398&lang=es)

- BREEAM Building Research Establishment Environmental Assessment Method (Método de Avaliação Ambiental nel Estabelecimento da Pesquisa sobre Imóveis) [www.breeam.org](http://www.breeam.org)

- Cronologia Sismicidade Algarve

[http://w3.ualg.pt/~jestevao/JEsismo\\_hist.html](http://w3.ualg.pt/~jestevao/JEsismo_hist.html)

- Ecoportal (artigo de Jesús M. Delgado M.)

[http://www.ecoportal.net/Temas-Especiales/Desarrollo-Sustentable/Turismo\\_Responsable\\_una\\_vision\\_homeostatica](http://www.ecoportal.net/Temas-Especiales/Desarrollo-Sustentable/Turismo_Responsable_una_vision_homeostatica)

- Ecoteca Olhão (nel Museu do poeta de Olhão João Lúcio)

<http://www.ecotecadeolhao.blogspot.com.es/>

- Global Sustainable Tourism Council (organismo internacional sobre o turismo sustentável patrocinado pela OMT Organização Mundial do Turismo) [www.gstcouncil.org](http://www.gstcouncil.org)
- Green Key Ecolabel (Etiqueta Verde promovida pela ong internacional FEE Foundation for Environmental Education) [www.green-key.org](http://www.green-key.org)
- LiderA (Sistema voluntário para avaliação da construção sustentável) [www.lidera.info](http://www.lidera.info)
- Olhão livre (1/11/2011) (Blog de opinião e intervenção política, cívica e social) <http://olhaolivres.blogspot.com.es/2011/11/olhao-escumalha.html>
- Parque Natural Agrícola Carrizales, Alicante (Espanha) (A novidade dum Parque Natural e Agrícola) <http://www.carrizales.es/parque-natural-agrario.php>
- RBIM Reserva de la Biosfera Intercontinental del Mediterráneo Espanha-Marrocos (Parque Natural Transfronteiriço Reserva Natural da Biosfera) <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/transboundary-biosphere-reserves/spain-morocco/intercontinental-br-of-the-mediterranean/>
- Somos Olhão (Blog duma organização da sociedade civil de Olhão) <http://somosolhaoe.blogs.sapo.pt/>
- Sustainable Travel International (ong internacional sobre turismo sustentável) [www.sustainabletravelinternational.org](http://www.sustainabletravelinternational.org)
- UNESCO Património Mundial (Portugal) <http://whc.unesco.org/en/statesparties/pt>

# ANEXOS



# UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA

## FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFÍA Y ORDENACIÓN DEL TERRITORIO

### INQUÉRITO À POPULAÇÃO DO CONCELHO DE OLHÃO

**TURISMO SUSTENTÁVEL – SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS PARA UM  
TURISMO SUSTENTÁVEL NO ALGARVE**

- 1. Qual é, para si, a actividade mais importante do concelho de Olhão?**
  - Pesca
  - Agricultura
  - Comércio
  - Indústria
  - Turismo
  
- 2. Como classifica a estratégia turística implementada nos últimos anos no concelho de Olhão?**
  - Óptima
  - Boa
  - Razoável
  - Má
  - Muito Má
  
- 3. Como classifica a sua relação com os turistas que visitam o concelho?**
  - Óptima
  - Boa
  - Razoável
  - Má
  - Muito Má
  
- 4. Que tipo de contactos tem com os turistas visitantes?**
  - Profissionais
  - Familiares
  - Eventuais
  - Nenhuns
  
- 5. Responde normalmente a pedidos de informação feitos por turistas?**
  - Sim
  - Não

- 6. Que tipo de informações pedem os turistas? (máximo 3)**
- |              |                          |                          |                          |
|--------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Praias       | <input type="checkbox"/> | Comércio                 | <input type="checkbox"/> |
| Restaurantes | <input type="checkbox"/> | Museus                   | <input type="checkbox"/> |
| Hotéis       | <input type="checkbox"/> | Monumentos               | <input type="checkbox"/> |
| Discotecas   | <input type="checkbox"/> | Centro de Saúde/Hospital | <input type="checkbox"/> |
- 7. Qual o país de origem da maioria dos turistas visitantes do concelho? (max. 3)**
- |            |                          |         |                          |
|------------|--------------------------|---------|--------------------------|
| Inglaterra | <input type="checkbox"/> | Holanda | <input type="checkbox"/> |
| França     | <input type="checkbox"/> | Suécia  | <input type="checkbox"/> |
| Alemanha   | <input type="checkbox"/> | EUA     | <input type="checkbox"/> |
| Espanha    | <input type="checkbox"/> | Outros  | <input type="checkbox"/> |
- 8. Considera que existem condições para novos empreendimentos turísticos?**
- |       |                          |
|-------|--------------------------|
| Sim   | <input type="checkbox"/> |
| Não   | <input type="checkbox"/> |
| NS/NR | <input type="checkbox"/> |
- 9. O concelho de Olhão tem as condições necessárias e adequadas para receber todos os turistas que o visitam?**
- |            |                          |
|------------|--------------------------|
| Muito Boas | <input type="checkbox"/> |
| Boas       | <input type="checkbox"/> |
| Razoáveis  | <input type="checkbox"/> |
| Más        | <input type="checkbox"/> |
| Muito más  | <input type="checkbox"/> |
- 10. Considera que os turistas são bem recebidos no concelho?**
- |       |                          |
|-------|--------------------------|
| Sim   | <input type="checkbox"/> |
| Não   | <input type="checkbox"/> |
| NS/NR | <input type="checkbox"/> |
- 11. Concorda com a promoção/divulgação do concelho levada a cabo pelo Poder Local (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia)?**
- |                |                          |
|----------------|--------------------------|
| É suficiente   | <input type="checkbox"/> |
| É insuficiente | <input type="checkbox"/> |
| NS/NR          | <input type="checkbox"/> |
- 12. Para onde costuma ir passar férias?**
- |  |                          |
|--|--------------------------|
| Fica no concelho                         | <input type="checkbox"/> |
| Vai para outras praias do Algarve        | <input type="checkbox"/> |
| Vai para outras praias de Portugal       | <input type="checkbox"/> |
| Prefere o campo e a serra em Portugal    | <input type="checkbox"/> |
| Vai para outras praias no estrangeiro    | <input type="checkbox"/> |
| Prefere o campo e a serra no estrangeiro | <input type="checkbox"/> |



